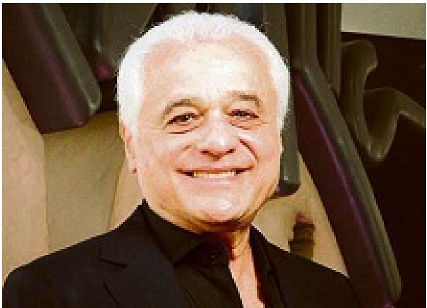
INÊS 249

Rock in Rio
Festival vai movimentar R$ 2,9 bi. "Não vejo solução para o Rio que não passe pela cultura", diz Roberto Medina B6



Banco Central
Pesquisas mostram a confiança dos brasileiros no trabalho da instituição, fruto do sucesso do real A10



Suco de laranja
Exportações têm receita recorde de R$ 2,5 bi, mas queda no consumo preocupa, diz Ibiapaba Netto B8

Terça-feira, 16 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6044 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO 25 ANOS

União vence processos e evita impacto bilionário

Contas públicas Custo de ações julgadas no STF e STJ, no 1º semestre, poderia chegar a R$ 169,24 bilhões

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Um impacto potencial de R$ 169,24 bilhões foi afastado pela União no 1º semestre no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça. Esse era o valor estimado em dez processos que tramitavam nas duas Cortes julgados favoravelmente aos pedidos da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Acordos em outros três casos farão a União pagar R$ 5,5 bilhões, menos que o valor em discussão. Os dados constam de levantamento feito pelos dois órgãos. "Computamos como vitória algumas negociações", diz Flavio Roman, adjunto do advogado-geral da União.

No órgão, há percepção de que o Judiciário está mais preocupado com o impacto econômico de suas decisões. Determinação legal de 2018 fez a AGU dar maior destaque às estimativas sobre os custos para os cofres públicos envolvidos nas ações. Mas há críticas de que os números são inflados. Na Revisão da Vida Toda, que a União venceu, governo e contribuintes apresentaram estimativas muito diferentes.

Os resultados fazem parte de estratégia do ministro Fernando Haddad (Fazenda). Quando identifica processo com impacto relevante para as contas públicas, entra em cena, com o auxílio da AGU e da PGFN, para negociar com membros das Cortes. Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, diz que os acordos permitem ao governo reduzir custos com juros e fazer os pagamentos até 2026, via precatórios, fora do limite de despesas e da meta fiscal. O Ministério da Fazenda não comentou. **Página E1**

Trump anuncia J. D. Vance, senador de 39 anos, como candidato a vice

Eduardo Graça*
De Milwaukee (EUA)

No primeiro dia da Convenção Nacional Republicana, Donald Trump anunciou a escolha do senador J.D. Vance, de 39 anos, para ocupar a vaga de vice-presidente, formalizando a chapa para a eleição de novembro. "Após longas deliberações e considerações, e considerando o grande número de talentos de muitos outros, eu decidi que a pessoa melhor preparada para assumir a posição de vice-presidente dos EUA é o senador J.D. Vance, do grande Estado de Ohio", publicou Trump em sua rede social, dois dias após sofrer um atentado a tiros.

Segundo o diretor para EUA do Eurasia Group, Clayton Allen, o plantel de nomes em ascensão no Partido Republicano, dentre esses o próprio Vance, reza pela cartilha do trumpismo. "Essa nova geração de líderes irá manter a maioria das diretrizes estabelecidas nos anos Trump", diz Allen, destacando o protecionismo na economia e o isolacionismo nas relações exteriores. *(*De "O Globo")*. **Páginas A14, A15 e A18**

Automóveis



ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Não podemos pensar em tecnologias hipercaras", disse à repórter Marli Olmos o CEO da Stellantis na América do Sul, Emanuele Cappellano, que lança neste semestre seu primeiro carro híbrido a etanol. B2

Áudio mostra ação para blindar Flávio Bolsonaro

De Brasília e do Rio

Áudio de reunião, gravado pelo então diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, em 2020, mostra que o ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro do GSI general Augusto Heleno e as advogadas do senador Flávio Bolsonaro discutiram formas de usar órgãos como Receita Federal e Serpro para desqualificar relatório de inteligência fiscal que originou inquérito contra o senador no caso das "rachadinhas". Bolsonaro e Heleno não se manifestaram. Ramagem disse que a gravação tinha aval do ex-presidente e negou irregularidades. Flávio disse que o áudio "mostra apenas (...) que um grupo agia com interesses políticos dentro da Receita para prejudicar a mim e a minha família". **Página A13**

Economia gaúcha exibe resiliência



Marcelo Osakabe
De São Paulo

Indicadores de alta frequência mostram sinais de retomada da economia gaúcha após a tragédia de maio. Alguns setores já recuperaram os níveis de antes das enchentes, enquanto outros mostram retração menor que a esperada. Com isso, economistas já reavaliam o viés negativo para o crescimento do PIB do Estado e do país no 2º trimestre e no ano. O Índice de Atividade Diária do Itaú Unibanco, que monitora transações com cartão de crédito e Pix, chegou a apontar contração de 27,9% no volume de operações no setor de serviços em meados de maio, na comparação com o mesmo período de 2023. No fim de junho, o indicador apontava alta de 1,2%. Para o varejo ampliado, o indicador do Santander passou de uma queda de 10% em maio para alta de 9,2% em junho. **Página A6**

Indicadores

Ibovespa	15/jul/24	0,33 % R$ 15,5 bi
Selic (meta)	15/jul/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	15/jul/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	15/jul/24	5,4557/5,4563
Dólar comercial (mercado)	15/jul/24	5,4445/5,4451
Dólar turismo (mercado)	15/jul/24	5,4752/5,6552
Euro comercial (BC)	15/jul/24	5,9522/5,9550
Euro comercial (mercado)	15/jul/24	5,9335/5,9342
Euro turismo (mercado)	15/jul/24	5,9988/6,1788



INÊS 249

Brasil

BR-319: nem a Muralha da China seguraria a grilagem



Daniela Chiaretti

Há quem diga, no governo federal e fora dele, que estão querendo passar o trator no licenciamento ambiental e dividir a Amazônia pela metade. Isso enquanto as atenções estão concentradas nos poços de petróleo da Margem Equatorial e os brasileiros não conseguem ter um debate adequado se querem ou não ser o país que produzirá a última gota do combustível fóssil de um mundo em crise climática.

Agora, a grande ameaça à integridade da floresta vem do lobby de políticos do Norte para que o trecho do meio da BR-319, rodovia que liga Manaus a Porto Velho, seja pavimentado. É uma velha polêmica que parece ganhar celeridade. São 400 quilômetros muito estragados que, na visão dessa turma, têm que ser asfaltados logo e permitir, com governança e fiscalização exemplares que professores e médicos, remédios e alimentos transitem pela rodovia trazendo progresso sustentável à região e conectando os moradores de Manaus com o resto do Brasil. Isso, provavelmente, em cenário de Alice no país das Maravilhas.

No Brasil de hoje, com o crime organizado se espalhando pela Amazônia, grileiros por toda a parte e fiscalização deficiente, cientistas e ambientalistas temem que a pavimentação do trecho do meio dos 885 quilômetros da BR-319, a Manaus-Porto Velho, faça explodir o desmatamento. Construída durante a ditadura e inaugurada em 1976, deixou de ser transitável em 1988 diante dos altos custos de manutenção e a força da floresta tropical. Desde então é alvo de uma das maiores polêmicas que envolvem a preservação da Amazônia.

"Entre todas as estradas na Amazônia, a BR-319 é a que tem potencial de produzir maior impacto", disse ao **Valor**, em 2013, o professor Britaldo Soares, especialista em modelagem ambiental de mudanças do uso da terra. A estrada corta a Amazônia em dois grandes blocos de floresta, cruzando uma área ainda bem preservada, o Amazonas, e com concentração de terras devolutas, o nome para áreas públicas que o Estado ainda não destinou (não disse se são terras indígenas, unidades de conservação, territórios quilombolas, ou o que se quer que sejam). Enquanto o Estado não age, o crime se aproveita.

O novo asfalto chegou às duas pontas com o Programa de Aceleração do Crescimento de 2007. Sensível ao efeito-bomba da pavimentação total, mas também da reivindicação legítima da população de Manaus que se sente isolada do resto do país, e da pressão dos políticos da região, em agosto o presidente Lula explicou assim se a pavimentação do trecho do meio da BR-319 estava ou não no Novo PAC. Estava, mas da seguinte forma: a Casa Civil conduziria um estudo a respeito do tema. "A questão ambiental é muito crítica nessa parte da Amazônia", respondeu Lula. "Ao invés da gente colocar de forma precipitada ou a gente dizer que não vai colocar, decidimos construir um grupo especial para dar a palavra definitiva".

Há um mês o Ministério dos Transportes surpreendeu ao apresentar o estudo de 68 páginas. Ali se propõe a implantação de 500 quilômetros de proteção física (leia-se, uma cerca), para preservar a fauna, com 172 passagens para que onças, tamanduás e antas passem para o lado de lá da rodovia. O relatório especifica: "uma passagem a cada 2,35 quilômetros". O espantoso está na conclusão: "O grupo de trabalho conclui que existem elementos para garantir a viabilidade técnica e ambiental para a completa pavimentação da BR-319". Alguém precisa informar a pasta que quem define se há alguma viabilidade ambiental em empreendimento federal é o processo de licenciamento, previsto em lei. O Ibama, autarquia do Ministério do Meio Ambiente, é o órgão a quem cabe a palavra final.

Há mais um agravante. Em julho de 2022, fim de governo Bolsonaro, o Ibama concedeu a licença prévia para a pavimentação dos 400 quilômetros do meio da BR-319.

"A licença prévia concedida para a reconstrução e asfaltamento do trecho do meio da BR-319 pelo governo Bolsonaro é nula", diz Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima e ex-presidente do Ibama. "Como toda LP, é formalmente um atestado de viabilidade ambiental do empreendimento, e esse empreendimento está longe de ser viável. As condicionantes ambientais inclusas na LP não enfrentam o principal impacto da obra, o crescimento exponencial do desmatamento na região de influência da rodovia." Ela segue: "Ninguém afirma que essa estrada será inviável para sempre. Mas hoje não tem governança suficiente para enfrentar o desmatamento e vai dar errado".

A pedido do **Valor**, Tasso Azevedo, fundador do MapBiomas, referência no mapeamento das mudanças no uso do solo do território brasileiro, observou o desmatamento nos municípios no entorno da BR-319. O desmatamento tinha um certo ritmo em 2019 e 2020. Em 2021 subiu bastante e em 2022 deu outro salto. Só em 2023 caiu, como no restante da Amazônia. "O que chama mais a atenção é que de 2021 para 2022, quando houve uma estabilização no ritmo de desmatamento, no caso dos municípios do entorno da BR-319 o desmatamento cresceu de forma acelerada, o que mostra que pode ter sim relação com a expectativa do asfaltamento."

Britaldo Soares diz que a grilagem de terra é o grande vetor de desmatamento da Amazonia. A tal cerca proposta no relatório, para ele, é ridícula. "Nem com a Muralha da China se seguram esses grileiros", diz.

Daniela Chiaretti é repórter especial
E-mail daniela.chiaretti@valor.com.br

Relações externas União com Mercosul depende de alinhamento entre europeus, defende presidente

Lula volta a pedir conclusão do acordo com UE

Renan Truffi e Caetano Tonet
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender, nesta segunda-feira (15), que o acordo entre Mercosul e União Europeia (UE) seja formalizado o quanto antes e destacou que a conclusão depende de um alinhamento entre os países do bloco europeu.

Ao lado do presidente da Itália, Sergio Mattarella, Lula reforçou a posição que externou na semana passada de que os países do bloco sul-americano estão prontos para fechar a negociação.

"Reiterei ao presidente italiano necessidade de concluir o quanto antes o acordo Mercosul-União Europeia para que seja equilibrado e contribua para o desenvolvimento das duas regiões. Expliciei que o avanço das negociações depende dos europeus resolverem suas próprias contradições internas", disse Lula.

Mattarella, por sua vez, disse que é "indispensável" que Mercosul e União Europeia cheguem "rapidamente" a um acordo comercial entre os dois blocos.

Medidas como a taxa de carbono impostas de forma unilateral podem afetar cinco dos dez produtos brasileiros mais exportados para o mercado italiano. "A redução das emissões de CO_2 é um imperativo, mas não deve ser feito com base em medidas unilaterais que vão impactar a vida dos produtores brasileiros e dos consumidores italianos", pontuou Lula.

A taxa de carbono (CBAM, Carbon Border Adjustment Mechanism) é uma medida unilateral da Europa e vai ser aplicada na importação de produtos intensivos em energia como aço, cimento, alumínio e fertilizantes.

Do lado europeu, as negociações são conduzidas pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. As tratativas entre os dois blocos estão sendo conduzida desde 1999, ou seja, há 25 anos. A negociação quase foi concluída em 2019, mas não chegou a ser ratificada por nenhum dos lados. O presidente da República afirmou ainda que Itália e Brasil estão unidos na "crença do potencial da bioenergia".

Lula destacou que os países "estão entre as dez maiores economias do mundo e devem ter uma corrente de comércio à altura desta riqueza". Disse ainda que externou a Mattarella o objetivo de incrementar as exportações brasileiras, contando com a retomada em breve do Conselho Brasil-Itália para isso.

> "Precisamos de paz justa, duradoura e de acordo com as regras da ONU"
> *Sergio Mattarella*

RICARDO STUCKERT/PR



Lula com Mattarella: "Necessidade de concluir o quanto antes o acordo Mercosul-UE para que seja equilibrado e contribua para o desenvolvimento das duas regiões"

No encontro, Lula também agradeceu a ajuda humanitária enviada pelo país ao Rio Grande do Sul, atingido por uma catástrofe climática em maio.

"Somos gratos pela doação de 25 toneladas de ajuda humanitária. O material doado certamente aliviou a enorme perda da população gaúcha que reúne uma parcela numerosa de mais de 35 milhões de italianos", afirmou Lula.

O mandatário brasileiro disse ainda que externou a Mattarella sua "satisfação com a recente vitória das forças progressistas no Reino Unido e na França" ante candidatos de extrema direita e afirmou que a guerra entre Rússia e Ucrânia mostra as "consequências nefastas" da falta de diálogo.

O presidente italiano também mostrou concordância com a posição brasileira de defesa da criação de um Estado palestino e outro israelense, como forma de solucionar o conflito na Faixa de Gaza.

"Com relação ao Oriente Médio, concordamos sobre o ataque terrorista do Hamas. Precisamos chegar e colocar na mesa a perspectiva única e possível de dois Estados [Israel e Palestina]. Esta espiral de ódio precisa ser interrompida porque está cada vez mais grave", disse Mattarella.

Por fim, ele mencionou a guerra na Ucrânia. "Conversamos sobre o conflito na Ucrânia, desencadeado pela Rússia. Concordamos plenamente que o mundo precisa de paz [...] que precisamos de uma paz justa, que seja duradoura e que esteja de acordo com as regras da ONU", emendou o presidente italiano.

Brasil chama embaixador em Buenos Aires para consulta

Fabio Murakawa e Renan Truffi
De Brasília

O governo brasileiro chamou seu embaixador em Buenos Aires, Júlio Bitelli, para consultas sobre as relações bilaterais, depois que o presidente da Argentina, Javier Milei, participou de uma cúpula conservadora com o ex-presidente Jair Bolsonaro em Santa Catarina, há dois fins de semana.

Bitelli teve uma reunião de cerca de duas horas com o chanceler Mauro Vieira nesta manhã e conversou rapidamente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva após o almoço com o presidente italiano Sergio Mattarella no Palácio Itamaraty.

Na conversa, Lula expressou a Bitelli ser importante não permitir que os atritos entre ele e Milei afetem as relações bilaterais, segundo apurou o **Valor**. Não está prevista uma reunião para hoje entre Lula e Bitelli. Mas, como o embaixador deve permanecer esta semana no Brasil, não se descarta que o encontro ocorra nos próximos dias.

Fontes do governo brasileiro negam haver uma crise diplomática entre os dois países. Nas palavras de um interlocutor do governo, a decisão de chamar o embaixador "obedece a lógica de que a relação é importante e merece conversa".

Para a fonte, "a Argentina está passando por profundas transformações e é preciso entender o que está acontecendo".

O discurso no Itamaraty é o de que não há crise entre os dois vizinhos, membros do Mercosul e principais economias da região.

Embora a ida de Milei a Santa Catarina tenha gerado incômodo, o "estrago" foi menor do que o previsto pois não houve ofensas pessoais a Lula em solo nacional por parte do argentino, que já chamou o presidente brasileiro de "corrupto" e "comunista" durante a campanha eleitoral e depois de tomar posse.

Diferente do que ocorreu com o embaixador brasileiro em Israel, Frederico Mayer, Bitelli retornará ao posto em Buenos Aires. O quadro alimenta o discurso do Itamaraty de que não há crise entre os dois países.

Mayer foi retirado em fevereiro, após sofrer humilhação pública do governo israelense, contrariado com a postura de Lula em relação ao conflito na Faixa de Gaza, e acabou não voltando a Tel-Aviv. Em maio, o embaixador foi indicado para representar o Brasil na Conferência de Desarmamento das Nações Unidas, em Genebra. À época, assessor da Presidência, Celso Amorim, disse ao **Valor** que não há perspectivas de que o país nomeie um substituto para ele em Israel.

O "limite", segundo fontes do Itamaraty, são as ofensas pessoais de Milei. No entendimento do governo brasileiro, não há problemas em o presidente argentino ter posições políticas e falar para seu público. Mas xingar o presidente brasileiro é "inaceitável".

Nas palavras de uma fonte diplomática, "a continuidade do esforço que está em curso é manter relação bilateral no prumo sem diplomacia presidencial".

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Levantamento do Iedi mostra que país avançou 15 posições no ranking global e obteve 45ª colocação em entre 116 países

Produção industrial no Brasil cresce acima da média no 1º tri

Alessandra Saraiva
Do Rio

A produção da indústria brasileira no primeiro trimestre deste ano se posicionou entre as 50 melhores, em ranking de 116 países de produção manufatureira global. O ranking foi elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e antecipado ao **Valor**.

Na listagem, que tem como base dados da Unido (United Nations Industrial Development Organization), o Brasil atingiu a 45ª colocação, 15 posições acima da que estava no quarto trimestre de 2023 (60º); e 23 lugares acima do primeiro trimestre de 2023 (68º).

A produção industrial do país cresceu acima da média mundial para o mesmo período. Isso não ocorria desde o segundo trimestre de 2021, segundo Rafael Cagnin, economista do Iedi responsável pelo levantamento.

A indústria no Brasil, nos primeiros três meses do ano, mostrou alta de 1,7% ante primeiro o trimestre de 2023; e de 1% em relação ao quarto trimestre de 2023. Nas mesmas comparações, a produção manufatureira global teve aumentos de 1,4% e 0,1%. Enquanto a produção industrial mundial permaneceu estagnada no primeiro trimestre de 2024, a atividade industrial brasileira avançou, comparou Cagnin.

O movimento se deve à redução dos juros e melhores condições de crédito no país no primeiro trimestre, observou. O pesquisador citou os cortes na taxa básica de juros (Selic), iniciados em agosto de 2023. A redução da Selic ajuda a diminuir juros na ponta, mas o efeito não é imediato. Para Cagnin, o início da redução dos juros básicos deu maior dinamismo à produção industrial neste ano.

Juros menores beneficiam tanto o industrial dependente de crédito para capital de giro como estimulam encomendas à indústria. Com juros menores, produtos de maior valor agregado, comprados a prazo, se tornam mais atraentes ao consumo. O cenário aumenta a demanda por itens industriais e, por consequência, estimula encomendas à indústria. Ramos de bens duráveis, de consumo e de investimento, mais sensíveis às condições financeiras, foram os mais beneficiados, disse Cagnin.

A indústria também se beneficiou do contexto macroeconômico positivo, acrescentou. O país contou com maior poder aquisitivo do brasileiro, o que favorece vendas de produtos, e também impulsiona encomendas ao setor industrial, disse o economista.

"Vários fatores mobilizaram a demanda. Tivemos correção do salário mínimo acima de inflação, pagamento antecipado de precatórios. Tivemos, desde início do governo, reajuste e ampliação do número de famílias atendidas pelo Bolsa Família. E temos um mercado de trabalho aquecido", enumerou. "Tudo isso mobiliza o mercado interno e a indústria."

Cagnin admitiu que os próximos meses podem não contar com boa performance da indústria. Há possibilidade de a Selic ficar sem redução no segundo semestre, salientou. Isso pode estimular movimentos de alta de juros de mercado e inibir avanço de setores mais dependentes de crédito, observou.

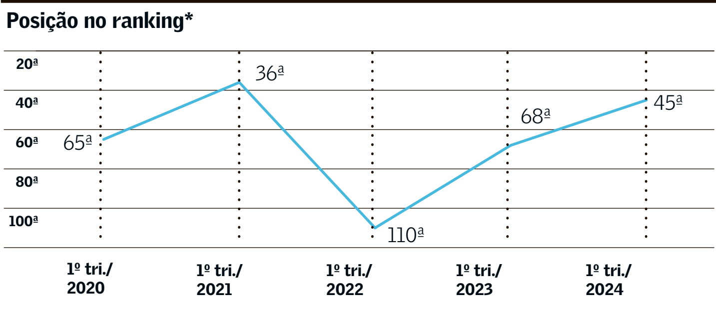
Ele também lembrou das enchentes, no Rio Grande do Sul. No entendimento do economista, ainda não está clara extensão do impacto, da crise na indústria gaúcha, no resultado industrial nacional em 2024. "O desastre climático no Rio Grande do Sul afetou muito máquinas e equipamentos, afetou fumo, couro, de forma bastante pronunciada" disse. "Isso interrompeu ou acelerou muitas linhas de produção ali no Rio Grande do Sul, que é um Estado importante", disse. O Rio Grande do Sul representa 6,8% do total da indústria nacional.

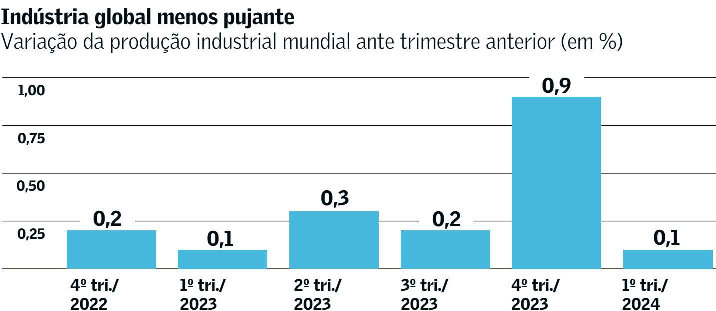
SILVIA ZAMBONI/VALOR



Cagnin: enchente no Sul e fim do corte de juros deixam dúvida para próximos meses

País entre os 50 mais na indústria global
Brasil subiu 23 posições em ranking de produção industrial





Fonte: Iedi(Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) com dados da UNIDO (United Nations Industrial Development Organization). *Ranking de 116 países elaborado por Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial·(Iedi) com dados da UNIDO (United Nations Industrial Development Organization)

> Iedi classifica começo de 2024 como "período de morosidade" da indústria global

Na sexta-feira (12), o IBGE informou que a indústria do Rio Grande do Sul teve, em maio, a pior queda da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Regional (PIM Regional). Houve recuo de 26,2% em maio ante abril, na atividade industrial gaúcha. A série começou em janeiro de 2002.

Além do ranking e da análise da performance da indústria brasileira, o Iedi fez, no estudo, mapeamento da atividade industrial global no primeiro trimestre de 2024. No levantamento, é possível perceber que, enquanto a indústria brasileira mostrava expansão, o mesmo não ocorreu com o resto do mundo. Nos primeiros três meses do ano, ante igual trimestre em 2023, ocorreram quedas nas produções industriais da América do Norte (-0,4%), América Latina e Caribe (-1,6%) e Europa (-2,1%). Essas mesmas localidades mostraram recuos de 0,1%, de 0,4% e de 1%, na comparação com quarto trimestre do ano passado.

O bom desempenho da indústria brasileira no primeiro trimestre fez com que a colocação do Brasil no ranking ficasse acima de outras economias emergentes, como México (62º) e até mesmo dos Estados Unidos (67º). No caso da China, grande propulsor da indústria global e 17ª posição no ranking, foram apuradas altas de 4,8% ante mesmo trimestre em 2023; e de 1,3% ante quarto trimestre de 2023, na produção industrial no primeiro trimestre desse ano.

Mesmo classificando como positivas as taxas, o instituto pondera que foram resultados muito próximos aos observados na indústria chinesa ao término do ano passado. De maneira geral, o Iedi classificou o começo de 2024 como "período de morosidade" da indústria global. Isso porque o setor industrial mundial parece ter sido influenciado por momento ruim da economia internacional. O contexto macroeconômico global contou com vários desafios, notou o Iedi, como taxa de inflação elevada, preços voláteis de energia, perturbações persistentes na cadeia de abastecimento e ramificações de conflitos regionais.

A combinação desses problemas levou ao enfraquecimento da confiança dos consumidores e à menor demanda, no entendimento do instituto. Além disso, a indústria global teve que lidar com escassez de mão de obra qualificada na produção em alguns setores da indústria, assinalou também o instituto. Para o Iedi, as crescentes ocorrências de catástrofes naturais tendem a aumentar obstáculos, ao avanço da indústria mundial. O instituto sugere resposta coordenada e sustentável, em nível global, para diminuir obstáculos à produção manufatureira.

DIVULGAÇÃO



Adriano Cantreva: mais provável é piora do desempenho do setor

Especialistas se dividem sobre o futuro do setor

Do Rio

Especialistas ouvidos pelo **Valor** se dividem em relação às perspectivas da produção industrial brasileira, em horizontes de médio e longo prazos. No entendimento dos especialistas, existem fatores que podem tanto impulsionar quanto ajudar a diminuir a atividade do setor.

Os analistas são unânimes em admitir que a demanda interna mostra-se aquecida, bem como mercado de trabalho. A situação eleva o potencial de vendas, do comércio e, por consequência, de encomendas à indústria. Mas os técnicos alertam que a indústria terá que lidar com provável política monetária mais restritiva. A falta de novos cortes na taxa básica de juros pode ser má notícia para segmentos industriais mais dependentes de crédito.

Sávio Barbosa, economista-chefe da Kínitro Capital, destacou ainda impacto negativo, na indústria, das inundações no Rio Grande do Sul. Ele admitiu que esse fator é uma incerteza sobre no resultado da atividade industrial em 2024. "Mas creio que pode ocorrer retomada da atividade econômica lá. Estamos com muito investimento dos governos estadual e federal no processo de reconstrução", disse.

Outro aspecto é o fato de que a indústria global "não tem perspectiva tão brilhante", disse. Nesse cenário, o Brasil poderia aproveitar para se inserir mais no mercado internacional com estratégias que elevem a competitividade do produto nacional no exterior, sugeriu.

Rafael Perez, economista da Suno Research, admitiu que há possibilidade de manutenção da Selic sem cortes até fim do ano. Mas ponderou que os cortes feitos, em 2024, podem ter efeito no mercado este ano. Outro fator favorável para trajetória industrial citado por Perez é o ritmo de importação de máquinas. O movimento se explica porque a indústria vê perspectivas de crescimento: "A indústria deve crescer acima do PIB", previu. Ele projeta alta de 2,5% na produção em 2024. No ano passado, a indústria cresceu 0,2% ante 2022. Perez admitiu que a expansão, caso confirmada, será beneficiada por base de comparação baixa em 2023.

Stefano Pacini, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV), concorda que a base de comparação baixa vai ajudar o resultado da indústria este ano. Ele comentou que, com boa performance no começo de 2024, a indústria se posiciona com carregamento estatístico favorável: "Se crescermos zero [estabilidade] até o fim do ano vamos ter alta de 0,5% [na produção industrial anual de 2024]", disse. "Mas é difícil prever vendo que os fatores macroeconômicos estão mudando", afirmou. Para ele, mesmo mais reduzidos do que no passado, os níveis de juros e de câmbio ainda estão elevados.

O câmbio é um fator que deve ser acompanhado de perto e não pode ser ignorado, reforçou. "Quando perguntam se é bom para a indústria o câmbio estar valorizado ou desvalorizado, sempre tenho a mesma resposta: depende." Dólar alto eleva rentabilidade de exportações; porém, dólar mais baixo facilita importação de insumos para a indústria, explicou. "E a questão do Rio Grande do Sul liga um alerta de receio em relação ao segundo semestre", opinou. "Creio que é um cenário positivo. Mas, também de alerta, de cautela. Ainda é cedo para dizer que a indústria não vai crescer ou que vai piorar daqui para frente", afirmou.

Adriano Cantreva, sócio da Portofino Multi Family Office, também destacou "cenário incerto" em câmbio e em juros. Ele lembrou as oscilações do dólar este mês. E, assim como Pacini, no caso de política monetária, recordou que havia expectativa de redução da Selic no começo do ano. Agora, o mercado começou a precificar até aumento da taxa a partir do ano que vem. A indústria terá que lidar com projeções de Selic diferentes das que havia no começo do ano. Para Cantreva, o mais provável é que se tenha pior desempenho na indústria nos próximos meses ante o observado no primeiro semestre.

Nos dados oficiais mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial brasileira caiu em maio 0,9% ante abril, segundo mês consecutivo de queda, período em que acumulou perda de 1,7%. No acumulado em 12 meses, a produção opera com saldo positivo e subiu 1,3% até maio. *(AS)*

Ranking mostra transparência baixa na maioria das capitais

César Felício
De Brasília

Apenas seis entre 25 capitais estaduais conseguem níveis de transparência altos, de acordo com ranking elaborado pela ONG Transparência Internacional divulgado nessa terça-feira. É a primeira vez que a entidade avalia municípios. O índice , com uma pontuação de zero a 100 , leva em conta 71 indicadores de temas como execução orçamentária, publicidade de contratos e licenças, consultas públicas, e padrões de governança. Cada item recebe um peso ponderado de 1 a 2. Vitória, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e João Pessoa conseguiram nota acima de 70,5 pontos, o que a TI classifica como boa transparência. A nota máxima , 98,6 pontos em 100, ficou com Vitória.

Outras seis capitais foram avaliadas como de baixa transparência, abaixo de 40 pontos. São Natal, Rio Branco, Boa Vista, Belém, Teresina e Macapá, última colocada, com 31 pontos. A TI não fez levantamento em Porto Alegre, em função das enchentes de maio; e em Brasília, que é o Distrito Federal.

Há conexão entre padrões melhores de transparência e competitividade nas eleições municipais de outubro. Dos seis prefeitos das cidades com mais alta pontuação, todos devem disputar reeleição este ano e cinco deles lideram as mais recentes pesquisas de intenção de voto. A exceção é Fuad Noman (PSD), de Belo Horizonte. Já entre as piores classificadas não há pesquisa recente disponível de Boa Vista e apenas Doutor Furlan (MDB) , de Macapá, lidera as sondagens. O prefeito de Natal, Álvaro Dias (Republicanos), não disputa a reeleição.

As capitais tiveram melhor desempenho na divulgação de informações em portais na internet e nas redes sociais. Neste bloco a nota média das capitais foi 75,8. O pior resultado foi em relação a obras públicas. Há falta de dados sobre medições e execuções orçamentárias. A nota média das 25 cidades analisadas foi 34,3. De acordo com a Transparência Internacional, nenhuma das 25 capitais publicou de forma integral as licenças ambientais emitidas.

Segundo Renato Morgado, gerente de Programas da TI, a nota particularmente ruim de Macapá decorre de um conjunto de fatores. "Em Macapá, não foram encontradas regulamentações da Lei Anticorrupção. A capital não pontuou em nenhum indicador da dimensão Obras Públicas. Dados e informações incompletas foram encontradas sobre salários dos servidores, receitas, despesas e licitações", disse. No caso de Vitória, a capital capixaba atendeu integralmente 69 dos 71 indicadores.

Transparência para poucos
Apenas seis capitais conseguem nota acima de 70 pontos em índice de transparência

Capital	Prefeito	Índice de Transparência e Governança Pública	Classificação
Vitória	Lorenzo Pazolini (Republicanos)	98,6	Ótima
Recife	João Campos (PSB)	79,0	Boa
São Paulo	Ricardo Nunes (MDB)	78,9	Boa
Rio de Janeiro	Eduardo Paes (PSD)	76,2	Boa
Belo Horizonte	Fuad Noman (PSD)	72,6	Boa
João Pessoa	Cícero Lucena (PP)	70,5	Boa
Salvador	Bruno Reis (União Brasil)	59,2	Regular
Florianópolis	Topazio Neto (PSD)	58,4	Regular
Palmas	Cinthia Ribeiro (PSDB)	57,9	Regular
Fortaleza	José Sarto (PDT)	56,5	Regular
Maceió	João Henrique Caldas (PL)	56,2	Regular
Porto Velho	Hildon Chaves (União Brasil)	55,5	Regular
Campo Grande	Adriana Lopes (PP)	54,2	Regular
Cuiabá	Emanuel Pinheiro (MDB)	53,4	Regular
São Luís	Eduardo Braide (PSD)	50,7	Regular
Curitiba	Rafael Greca (PSD)	48,3	Regular
Goiânia	Rogério Cruz (Solidariedade)	47,8	Regular
Aracaju	Edvaldo Nogueira (PDT)	46,3	Regular
Manaus	Davi Almeida (Avante)	45,4	Regular
Natal	Alvaro Dias (Republicanos)	38,5	Ruim
Rio Branco	Tião Bocalom (PL)	34,5	Ruim
Boa Vista	Arthur Henrique (MDB)	33,7	Ruim
Belém	Edmilson Rodrigues (Psol)	32,4	Ruim
Teresina	Doutor Pessoa (PRD)	32,1	Ruim
Macapá	Doutor Furlan (MDB)	31,0	Ruim

Fonte: Transparência Internacional. (*)Porto Alegre e Brasília não foram incluídas

Contas públicas Dificuldade em chegar a um acordo com Fazenda deve adiar também para o próximo mês desoneração da folha de salários

Senado deve deixar votação de dívida dos Estados para agosto

Caetano Tonet, Julia Lindner e Guilherme Pimenta
De Brasília

Na última semana de trabalho antes do recesso parlamentar informal, o Senado deve adiar para o próximo mês a deliberação dos projetos que tratam da renegociação da dívida dos Estados e da desoneração da folha de salários para 17 setores intensivos em mão de obra e municípios com até 156 mil habitantes.

Nos dois casos, o Parlamento enfrenta dificuldade para chegar a um acordo com os integrantes do Ministério da Fazenda.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), manifestou formalmente ao Supremo Tribunal Federal (STF), no último domingo (14), que há uma previsão de votação do projeto da renegociação da dívida dos Estados com a União "na primeira quinzena de agosto".

A manifestação ocorreu em resposta da Advocacia do Senado ao ministro Edson Fachin, do STF, que pediu informações ao analisar um pedido do governo de Minas Gerais por uma nova prorrogação do seu período de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) — cujo prazo vence nesta sexta-feira (19).

Inicialmente, Pacheco queria tentar votar a matéria de sua autoria antes do início do recesso, mesmo contra a vontade da Fazenda, em sistema remoto. Membros da equipe econômica acreditam que, dada a repercussão negativa da proposta, dificilmente ela vai prosperar.

Já no caso do projeto que trata da desoneração gradual da folha de salários, cuja deliberação estava prevista para esta semana, o prazo também deve ser alterado.

Relator da matéria, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o texto não tem condições de ir à votação agora. "Do meu ponto de vista, não", disse Wagner. "Eu não tenho como apresentar um relatório que não traga aquilo que a Fazenda acha sustentável", declarou.

Há um impasse entre o Legislativo e a equipe econômica sobre as fontes de compensação para a medida, inicialmente prevista para ir à votação nesta terça (16).

Segundo Wagner, diante do impasse, também deve ser feito um pedido de prorrogação do prazo ao STF para a desoneração continuar em vigor. "De qualquer forma, será necessário pedir o adiamento ao Supremo porque independente de qual caminho vai ser tomado aqui, terá que ser mandado para a Câmara. E até 19 de julho seguramente não será", declarou.

Wagner contou que conversou sobre o tema com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o advogado-geral da União, Jorge Messias, para o pedido ser formalizado. "As duas partes sabem que precisa da prorrogação e eu espero que amanhã ou quarta ou no retorno [do recesso] a gente consiga votar aqui", disse Wagner.

> Deve ser pedida prorrogação ao STF para desoneração continuar em vigor
> *Jacques Wagner*

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos, e já foi prorrogado diversas vezes.

É um modelo de substituição tributária, em que segmentos afetados contribuem com uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre salários. Os 17 setores geram cerca de 9 milhões de empregos.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que cidades com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Rodrigo Pacheco: informação ao STF de que questão vai a plenário em agosto

O texto, no entanto, foi vetado pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto presidencial foi derrubado pelo Congresso e, como resposta, o Executivo enviou uma medida provisória (MP) prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração. A iniciativa mais recente desse processo de negociação é a busca por um acordo entre governo e Congresso em torno da compensação da medida.

Fachin consulta PGR sobre adiar pagamento de Minas

Flávia Maia
De Brasília

O presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, requereu à Procuradoria-Geral da República (PGR) que, em 48 horas, se manifeste sobre a possibilidade de nova prorrogação da suspensão do pagamento da dívida de R$ 165 bilhões de Minas Gerais com a União. O prazo da suspensão da dívida mineira se encerra no dia 20 de julho e o Estado pede novo adiamento. Caso o Estado tenha que retornar os pagamentos, serão R$ 8 bilhões em 2024 e R$ 22 bilhões, em 2025, segundo informações do governo de Minas Gerais.

Em 20 de julho terminam os 90 dias concedidos pelo ministro Nunes Marques para o processo de adesão de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Quando um Estado adere ao RFF, tem como benefício a suspensão temporária da dívida para que se organize administrativamente e implemente medidas de equilíbrio fiscal, para então, retomar os pagamentos. Marques é o relator da ação, no entanto, por conta do regime de plantão do Judiciário, o vice-presidente do STF, Edson Fachin, está dando andamento ao processo.

O Estado de Minas Gerais corre contra o tempo no STF para evitar o pagamento da dívida alegando que o repasse à União vai prejudicar o funcionamento das atividades estatais. Na segunda-feira (15) o governador do Estado, Romeu Zema (Novo-MG), se reuniu com Fachin por videoconferência para explicar a situação. Zema defende que o prazo seja prorrogado até a regulamentação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), em debate entre o Congresso e o Ministério da Fazenda, ou pelo menos até o dia 28 de agosto, data em que está agendado o julgamento do referendo da liminar de Nunes Marques que possibilitou o adiamento do pagamento da dívida.

A Advocacia-Geral da União defendeu que uma eventual nova prorrogação de prazo para ingresso de Minas Gerais no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) seja condicionada à retomada de pagamento das parcelas de refinanciamento do débito com a União. Para a União, o debate no Congresso e no Ministério da Fazenda não justifica nova suspensão sem nenhuma contrapartida. "O ente mineiro apenas está gozando da suspensão de sua dívida por sucessivos períodos, sem retomar os pagamentos nem implementar satisfatoriamente as medidas de reequilíbrio", diz a peça da AGU anexada aos autos.

Em manifestação também anexada aos autos, o Senado Federal, cujo presidente é o mineiro Rodrigo Pacheco (PSD-MG), informa que há previsão de votação do Propag na primeira quinzena de agosto de 2024 e, portanto, o pleito de Minas Gerais é válido. "Mostra-se adequada a pretensão do Estado de Minas Gerais de obter nova prorrogação do prazo de suspensão do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) por prazo razoável, diante da iminência da discussão legislativa e da possibilidade de ver resolvida, em caráter definitivo, a situação de endividamento desse Estado perante a União", diz o texto do Senado.

Em julho de 2023, o STF atendeu a um pedido do governador de Minas Gerais e entendeu que houve omissão da Assembleia Legislativa do Estado em aderir ao RRF — a aprovação na casa legislativa é um dos requisitos para a adesão. O governador alegou que havia um bloqueio institucional do outro poder, prejudicando as contas públicas.

ROSINEI COUTINHO/STF


> Edson Fachin: pedido para PGR se manifestar em 48 horas sobre prorrogação

Na mesma decisão, a Corte designou que, diante da inércia legislativa, o contrato de refinanciamento das dívidas poderia ser celebrado por ato normativo do Executivo. Além disso, fixou o início da contagem do prazo de 12 meses — contados de 20 de dezembro de 2022 – para a incidência dos benefícios do RRF concedidos pela União a partir da assinatura do contrato de renegociação da dívida do Estado com o ente central.

Em dezembro de 2023, o Estado de Minas Gerais pediu nova prorrogação e o ministro Nunes Marques alargou o prazo em mais 120 dias. Em abril de 2024, o ente novamente requereu mais 180 dias de suspensão e o relator deu os 90 dias que terminam agora em julho. A União alega que o Estado, por meio do STF, está conseguindo a suspensão indefinida da dívida, sem cumprir com as contrapartidas necessárias do contrato de recuperação fiscal.

União cobre R$ 1,52 bi de Estados e municípios

Gabriela Pereira
Brasília

O governo federal pagou em junho R$ 1,52 bilhão em garantias de empréstimos contratados por Estados, mas que não foram honrados, conforme divulgado pelo Ministério da Fazenda. Ao todo, foram honrados empréstimos de quatro Estados: Rio de Janeiro (R$ 733,32 milhões), Minas Gerais (R$ 611,53 milhões), Goiás (R$ 76,88 milhões) e Rio Grande do Sul (R$ 63,49 milhões).

Também foram honradas as dívidas dos municípios de Taubaté (SP; R$ 35,17 milhões) e Santanópolis (BA; R$ 69,20 mil). Em 2024, a União pagou R$ 5,72 bilhões em dívidas garantidas de entes.

No ano, os Estados que tiveram os maiores valores honrados foram Rio de Janeiro (R$ 2,39 bilhões), Minas Gerais (R$ 2,12 bilhões), Rio Grande do Sul (R$ 711,28 milhões) e Goiás (R$ 454,74 milhões).

O relatório aponta que todos esses entes estão inseridos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que estabelece que fica sob responsabilidade da União honrar as operações de crédito garantidas do Estado. Os valores podem ser refinanciados em até 360 meses.

As regras do RRF também afetam o baixo nível de garantias recuperadas, já que Estados que fazem parte do programa têm o benefício da suspensão temporária da execução de contragarantias. Desde 2016, a União já honrou R$ 69,7 bilhões em operações de crédito de Estados e Municípios e recuperou R$ 5,63 bilhões. Em junho, apenas R$ 69,2 mil foram recuperados.

Há R$ 1,9 bilhão relativo aos Estados que tiveram valores utilizados como compensação por perdas na arrecadação de ICMS (AL, ES, MA PE e PI), e R$ 441,17 milhões que não podem ser recuperados pela União em razão de decisões judiciais (Maranhão e Taubaté), diz o relatório.

Conjuntura Alto volume de recursos colocados no Estado impulsionam retomada em alguns setores e reduzem perda em outros, apontam indicadores

Atividade já sinaliza retomada em parte da economia do RS



Marcelo Osakabe
De São Paulo

Indicadores de alta frequência já mostram sinais de retomada da atividade em alguns setores da economia do Rio Grande do Sul. Após a tragédia climática que paralisou boa parte da economia gaúcha em maio, alguns retomaram patamares observados antes das enchentes, enquanto outros mostraram estrago menor que o temido.

Ajudado pelo alto volume de recursos que os governos têm despejado na região para ajudar na reconstrução do Estado, o movimento tem levado alguns economistas a reduzir o viés negativo para o crescimento do PIB do Estado e do país no segundo trimestre e também para 2024.

O Índice de Atividade Diária do Itaú Unibanco (Idat-Atividade), que monitora transações realizadas pelo banco via cartão de crédito ou pix, chegou a apontar contração de 27,9% no volume de operações para o setor de serviços em meados de maio, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já no fim de junho, esse indicador apontava alta ligeira, de 1,2%.

Para as compras de bens do varejo ampliado, o mesmo indicador chegou a apontar queda de 16,7% em meados de maio, o pior momento das chuvas, mas se recuperou fortemente e terminou o mês de junho apontando alta de 20,1%, sempre na comparação anual entre médias móveis de sete dias.

"As enchentes impactaram fortemente atividade em maio no Rio Grande do Sul. O nosso monitor aponta retomada, especialmente na parte de bens, que voltou a níveis pré-enchente", diz a economista do Itaú, Julia Gottlieb. O segmento de serviços ainda está um pouco para trás, mas com recuperação firme em junho e também em julho."

Na abertura do Idat, algumas das retomadas mais intensas foram registradas pelos grupos material de construção (queda de 19,4% para alta de 27,9%), móveis e eletrodomésticos (-29,3% para 10,9%) e segmentos escritório, informática e comunicação (-22,7% para 34,1%). Na outra ponta, o segmento que apresentou maior dificuldade de se recuperar foi o de alojamento, que ainda mostrava recuo de 17,8% no fim de junho após chegar a baixar 52,3% em meados de maio.

Outro segmento que se recompôs é Veículos motos e partes, alta de 51,5% após queda de 36,2% em meados de maio. Os dados divulgados pela Fenabrave nesta segunda-feira, 15, mostram o maior número para licenciamento de veículos nos meses de junho nos últimos dez anos, refletindo parte da queda observada em maio no Estado.

O indicador de alta frequência do Santander, o IGet, apontou contração de 11,7% nos serviços prestados às famílias em junho, na variação interanual, nível próximo ao observado em abril — em maio, mês das enchentes, ele chegou a apontar tombo na casa 40%. Para o varejo ampliado, ele saiu de -10% em maio para alta de 9,2% em junho.

"Como é um recorte regional de nossa pesquisa, temos um pouco menos de confiança em relação aos números. Ainda assim, ela mostra que a atividade está ao menos parcialmente sendo retomada em junho, talvez mais forte no varejo que nos serviços", diz Gabriel Couto, economista do Santander.

Nas semanas que se sucederam à tragédia no Rio Grande do Sul, instituições financeiras e consultorias buscaram modelar qual seria o seu efeito sobre a perspectiva da atividade em 2024. Partindo de estudos que analisaram eventos climáticos semelhantes, como furacões e terremotos, ou ainda o shutdown dos meses iniciais da pandemia da covid-19, diversas estimativas apontavam para um impacto negativo entre 0,2 a 0,3 ponto porcentual sobre o PIB deste ano.

> "Olhando o ritmo de retomada no Sul, talvez ele não tenha um impacto tão grande como o esperado"
> *Julia Gottlieb*

No momento, o IBGE ainda divulga dados setoriais de maio — os de junho serão conhecidos apenas em agosto. A Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) apontou queda de 13% da receita de empresas com serviços no Estado. Já a pesquisa do Comércio (PMC) mostrou avanço de 1,8% no varejo restrito e recuo de 2,8% no varejo ampliado. Já a Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física (PIM-PF) mostrou contração de 1,0% do setor em maio na comparação com igual mês de 2023. Nos cálculos da XP Investimentos, as enchentes no Sul retiraram o equivalente a 1,5 ponto porcentual do crescimento do setor naquele mês.

"Olhando o ritmo de retomada no Sul, talvez ele não tenha um impacto tão grande como o esperado. Nossa projeção oficial para o PIB brasileiro segue em 2,3% de alta", diz Gottlieb.

O banco chegou a divulgar um exercício estimando um choque negativo de até 0,3 p.p. para o PIB. Destes, 0,1 ponto vinham da agricultura. O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, no entanto, tem mostrado que o efeito sobre o setor foi pequeno em termos de magnitude, diz a economista.

Consumo de energia

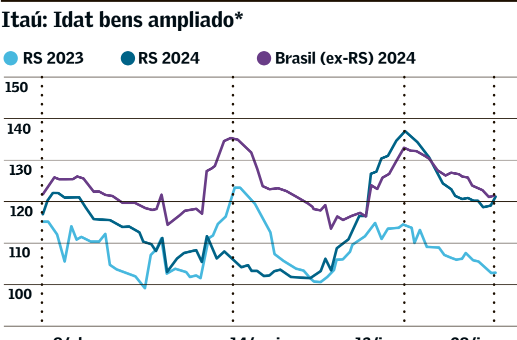
Um outro ponto de atenção era a indústria — o Estado tem relevante participação na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, autopeças e produtos alimentícios. No entanto, diz Gottlieb, o consumo elétrico industrial tem se recuperado rápido: enquanto em maio, no pior momento, ele chegou a apontar contração de 27% na comparação ano contra ano, no fim de junho e começo de julho já apontava alta de 3%.

Quem também chamou atenção para a melhora do cenário para atividade após a chegada dos primeiros dados do Estado é a Legacy. "A recuperação da atividade econômica no Rio Grande do Sul tem sido, também, mais rápida do que o previsto, em especial no que se refere ao comércio de bens, o que reduz o viés negativo para o crescimento do 2º trimestre e, também, do ano. Em se confirmando essa recuperação mais rápida que o antecipado, e considerando o volume expressivo de medidas fiscais em apoio ao Rio Grande, tencionamos revisar para cima nossa projeção de PIB para 2024, atualmente em 2,0%", escreveu a gestora em sua última carta a investidores.

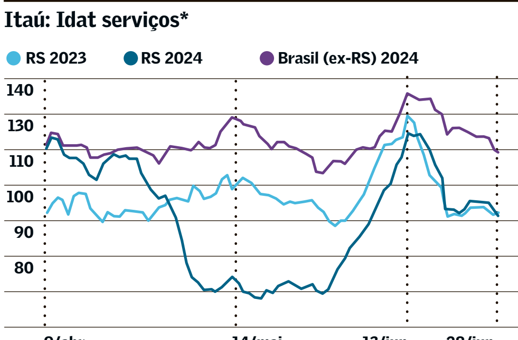
Couto, do Santander, é mais cético ao comentar sobre o ritmo de recuperação — o banco projeta contração de 2,6% do PIB gaúcho este ano. "Já se imaginava que o varejo e os serviços teriam recuperação mais rápida, por maiores que tenham sido as perdas, uma vez que têm capacidade de se reorganizar mais rapidamente. Para a indústria, por outro lado, se imagina um lado mais duradouro, uma potencial destruição de capacidade produtiva que deve perdurar. O que surpreenderia seria a indústria mostrar uma retomada mais rápida do que estávamos pensando", diz.

Retomada
Indicadores antecedentes sugerem recuperação da atividade no Rio Grande do Sul

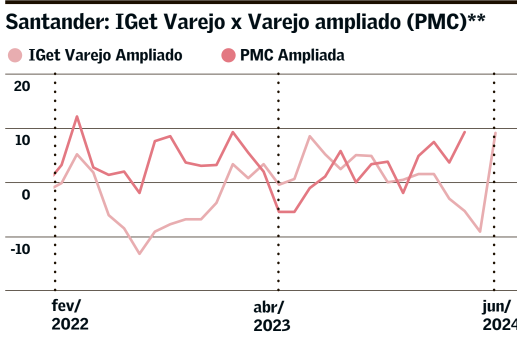
Itaú: Idat bens ampliado*



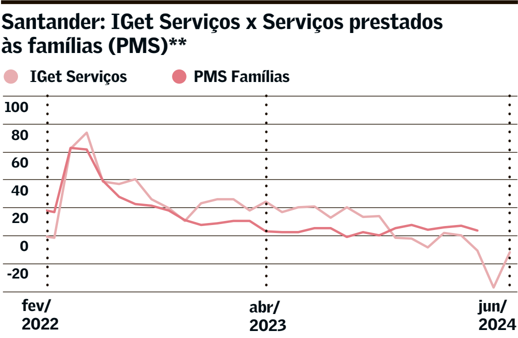
Itaú: Idat serviços*



Santander: IGet Varejo x Varejo ampliado (PMC)**



Santander: IGet Serviços x Serviços prestados às famílias (PMS)**



Fonte: Itaú Unibanco, Santander, IBGE *índice nominal (2022=100) ** variação interanual, sem ajuste sazonal

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01	0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

	jun/24	mai/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice jun/24	Número índice mai/24	Número índice dez/23	Número índice jun/23
IBGE									
IPCA	0,21	0,46	2,48	4,62	4,23	6.941,51	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	0,25	0,46	2,68	3,71	3,70	7.141,00	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	0,50	0,87	1,11	-3,30	2,88	1.117,79	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	0,34	0,31	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	0,55	0,97	0,49	-5,92	2,51	1.300,66	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	1,52	0,38	1,44	-11,34	2,39	1.811,00	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	0,19	1,19	0,14	-3,77	2,55	1.096,06	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	0,22	0,53	2,46	3,55	3,63	751,69	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	0,71	0,86	2,80	3,49	4,02	1.118,83	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia jul/24 0,15% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana jul/24 0,12%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024			Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mai/23 Valor	mai/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**abr/24 Valor**	**abr/24 % do PIB**	**mai/23 Valor**	**mai/23 % do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio 2024	Janeiro-maio 2023	Var. %	maio 2024	maio 2023	Var. %
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mai/23 Valor	mai/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Trump se vale da arma da ambiguidade



Maria Cristina Fernandes

Nem que reúna todos os gênios da comunicação política, a convenção republicana será capaz de reproduzir a cena do atentado contra o ex-presidente americano, Donald Trump: o punho ergue-se acima do rosto ensanguentado, os dentes mordem os lábios para fazer soar "fight" ("lutem"), a bandeira americana está hasteada à direita e a agente do serviço secreto com algemas presas no seu cinto o cerca não para prender o condenado por 34 crimes mas protegê-lo de um atirador.

Toda a cena foi emoldurada por um céu azul sem nuvens sobre uma plateia de onde saiu a única vítima fatal, um bombeiro que se jogou sobre as filhas para protegê-las. O inimigo mirou Trump mas atingiu a família americana. A plateia reagiu instantaneamente gritando a sigla, em inglês, de Estados Unidos da América, USA.

O homem que potencializou a mentira no discurso político contemporâneo agora tem a verdade a seu favor. A cena foi captada por Evan Vucci, da AP. Sua sequência daria um filme. A bala interrompeu a fala de Trump: "Veja o que acontece...". Referia-se a um gráfico com a escalada de imigrantes no país do pleno emprego. Ao virar o rosto para mostrá-lo, permitiu que a bala apenas raspasse sua orelha.

O poder da cena foi definido pelo próprio alvo ao "New York Post" durante o voo que, na noite do domingo, o levou a Milwaukee, no Estado de Wisconsin onde acontece a convenção: "Normalmente você tem que morrer para produzir uma foto icônica. E eu não morri." O sobrevivente disse que jogou fora o discurso "muito duro" que havia preparado sobre "corrupção" no governo Biden e que, nesta quinta-feira, está disposto a unir o país. A começar pela defesa da própria inocência.

Na véspera, tinha reagido ao atentado incitando três vezes a plateia a lutar. Agora fala como alguém que, depois de ter tido a proteção divina para sobreviver a este atentado, não pode ser subjugado à lei dos homens. Descreveu um presidente Joe Biden "muito gentil" no telefonema que lhe havia feito e disse "ter ouvido" que o Departamento de Justiça retiraria suas acusações contra si.

O discurso da união do país lhe seria útil na condição de condenado e candidato. E também poderia segurar a escalada de violência nos quatro meses que restam até a eleição, mas pela escolha do companheiro de chapa de Trump é sinal de que a aposta de união é retórica. O senador por Ohio, JD Vance, puxou a fila dos que culpam a retórica de Biden de que Trump é um "fascista autoritário que deve ser detido a todo custo" pelo atentado.

Vance é autor de "Hillbilly Elegy", que pontificou na lista dos mais vendidos do "The New York Times" e originou o filme "Era uma vez um sonho" (2020) sobre uma família branca que ascende para a classe média carregando todos os traumas de abusos, pobreza e alcoolismo em Ohio, Estado do "cinturão da Ferrugem", como a Pensilvânia do atentado. Foi um crítico ácido do trumpismo que aderiu ao partido Republicano com a retórica de que só o bloqueio das fronteiras diminuirá a oferta abundante de mão de obra e elevará o investimento em produtividade e o salário dos americanos.

Não é o único sinal de que a pacificação está longe. Na entrevista do domingo, Trump relatou que o médico do pronto-socorro lhe disse nunca ter visto alguém sobreviver depois de ser ferido por um AR-15. Prefere tratar sua sobrevivência como milagre a encarar a tragédia da posse de armas no seu país. Estatísticas compiladas pela Universidade de Georgetown mostram que 24,6 milhões são proprietários do rifle mais popular do país. Como detentores de armas não ficam numa só, calcula-se que o arsenal de AR-15 nos EUA seja de 44 milhões de unidades.

Se o atirador fosse negro ou muçulmano suas comunidades estariam carregando o estigma desta tentativa de assassinato. Como é um jovem branco e subempregado de um Estado do "cinturão da ferrugem", é tratado como um "lobo solitário" e não como produto da cultura do ódio cultivado num país de livre acesso a armas.

A ambiguidade do Trump "paz e amor" passa ainda pela mudança de sua visão sobre o serviço secreto. Enquanto propõe uma condecoração dos agentes do que se jogaram sobre seu corpo para protegê-lo, lideranças republicanas já trabalham por uma investigação sobre sua atuação no Congresso americano dadas as evidências de que houve alertas da população sobre a presença do atirador no telhado de um silo, a 130 metros do palanque.

Esta é uma das razões pelas quais o arrefecimento da pressão sobre Biden possa ter vindo para durar. É o Biden presidente que tem condições de garantir uma investigação independente sobre o atentado. Não parece ter sido outra a razão pela qual seu terceiro pronunciamento sobre o fato ter sido feito a partir do Salão Oval da Casa Branca senão a de mostrar-se presidencial.

Ante as acusações de leniência feitas por partidários de Trump, a insistência de democratas pela troca de candidato corre o risco de produzir uma descabida confissão de culpa do presidente. Até que a investigação se conclua e Biden possa presidir a produção de seus resultados, a convenção Democrata que ratificará a candidatura do partido já terá passado.

Ao contrário da primeira chegada de Trump à Casa Branca, em 2016, a chance crescente de vitória em novembro não representa a vanguarda da extrema-direita, mas o isolamento dos Estados Unidos. Foi a resistência a este avanço que determinou o resultado eleitoral na França e no Reino Unido, mitigou a força do novo mandato do primeiro-ministro Narendra Modi na India e colocou Claudia Sheinbaum na Presidência do México.

Desde os primeiros minutos que se seguiram ao atentado, a família Bolsonaro trata o evento, num país de longuíssima tradição de violência política, como exportação da facada de setembro de 2018 em Juiz de Fora. É um produto "made in US" com o qual o bolsonarismo quis inundar o país, a começar pela liberação das armas.

A julgar pelo ato esvaziado do domingo, que não chegou a ocupar nem mesmo um quarteirão da avenida Paulista e uniu o protesto contra o indiciamento de Jair Bolsonaro no inquérito das joias sauditas e cartazes "Trump vive", o Brasil ainda se mantém na resistência. Só falta repor a majoração de imposto das armas.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às teças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

INÊS 249



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
ACOLHENDO FAMÍLIAS E ASSISTINDO CRIANÇAS DESDE 1919
• ASSISTÊNCIA • ENSINO • PESQUISA
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)

MENSAGEM DO DIRETOR-CORPORATIVO

Superando desafios

2023 foi marcado por profundas contradições no Complexo Pequeno Príncipe. Houve acontecimentos fantásticos nas nossas três unidades e, ao mesmo tempo, enfrentamos situações extremamente delicadas.

Do ponto de vista econômico-financeiro, tivemos um crescimento de custos de 14% em relação ao ano anterior, considerando a área da saúde. Esse aumento foi provocado, principalmente, pela inflação dos materiais e medicamentos. O fato de destinarmos 60% do nosso atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja remuneração está sem revisão e defasada, tem agravado o desequilíbrio financeiro.

A crise no sistema suplementar de saúde também prejudicou nosso desempenho, já que as operadoras aumentaram o número de glosas e estenderam seus prazos de pagamento, afetando o nosso fluxo de caixa. Em muitos casos, mudaram a forma de atuação, verticalizando o atendimento e, com isso, direcionando para si os pacientes menos complexos.

Um momento crítico na nossa instituição foi o incêndio ocorrido no Ambulatório de Oncologia, Hematologia e Transplante de Medula Óssea no mês de outubro. Um dos nossos colaboradores ficou ferido e hoje está em plena recuperação. Felizmente, o fogo foi rapidamente controlado pela nossa Brigada de Emergência, não se alastrando para outras áreas, e nenhuma criança ou familiar se feriu. O espaço, de cerca de 200m2, que representa esperança para tantas crianças que lutam contra o câncer, foi totalmente destruído. Mas com o apoio da sociedade vamos reconstruí-lo integralmente, agregando melhorias neste ano de 2024.

Em contrapartida, tivemos em 2023 muitos momentos positivos e extraordinários. Pelo terceiro ano consecutivo, fomos considerados um dos melhores hospitais com atuação em pediatria do mundo, no ranking da revista norte-americana Newsweek. Somos o primeiro hospital exclusivamente pediátrico brasileiro e latino-americano da lista e subimos sete posições no ranking geral em relação à classificação anterior, ficando em 80.º lugar.

A Faculdades Pequeno Príncipe alcançou nota máxima na recertificação do Ministério da Educação (nota 5 do MEC), além de lançar novos cursos, demonstrando e ampliando o nosso compromisso com a excelência na formação de profissionais da saúde.

Na pesquisa, tivemos grandes avanços, com projeto aprovado para receber financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e recursos do Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica). Estamos contribuindo significativamente para o avanço do tema.

Um outro reconhecimento internacional muito especial veio da Health Care Without Harm, organização global que compara as atuações nas relações dos estabelecimentos de saúde com o meio ambiente. Dentre os hospitais pediátricos do mundo, apenas o Pequeno Príncipe e o Seattle Children's receberam o selo Ouro em "Liderança Climática".

Nosso projeto de telemedicina foi consolidado e expandido em 2023. A iniciativa, que leva assistência especializada em pediatria para regiões onde essa oferta não acontecia, garante mais saúde e vida para crianças e adolescentes. Hoje, por meio da "telepresença", nossos médicos reforçam a atenção primária em três municípios brasileiros: Curitiba, Paranaguá (PR) e Iguape (SP), já com resultados significativos. Dessa forma, estamos colocando todo o conhecimento acumulado na nossa instituição à disposição de um número cada vez maior de crianças, democratizando o acesso a uma saúde de qualidade e altamente resolutiva.

Cada vez mais aumenta o número de crianças em condições muito graves que recebemos de todas as partes do Brasil. Bernardo, de João Pessoa, e Caleu, de Roraima, são algumas das histórias de superação que, com o nosso conhecimento e excelência, ajudamos a escrever em 2023. Quando olhamos para o futuro, vemos claramente a necessidade de ampliar a nossa estrutura em alta complexidade para que mais e mais crianças que precisam de cuidados especializados tenham essa oportunidade.

Nesse sentido, tivemos dois importantes acontecimentos: com o apoio do Governo do Estado do Paraná e da Volkswagen do Brasil, trabalhamos na implantação de oito novos leitos de UTI, que entraram em operação no início de 2024. O outro grande destaque foi a sinalização do aporte de R$ 72 milhões para a primeira etapa do nosso novo complexo, que carinhosamente chamamos de Pequeno Príncipe Norte. Esse montante foi composto por verbas públicas da Assembleia Legislativa do Paraná, da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA), da bancada federal de nosso estado e da Itaipu Binacional, representando o governo federal.

Como grande novidade e esperança, a sanção da lei que prevê o reajuste anual dos serviços prestados ao SUS, no início deste 2024, completou o cenário de boas notícias. A valorização do SUS e dos seus principais parceiros – os hospitais filantrópicos – é fundamental para garantir acesso à saúde para cerca de 75% da população brasileira. Sete em cada dez crianças brasileiras dependem dessa política pública para ter o seu direito à saúde e à vida garantido.

Sonhamos com o dia em que nenhuma criança precise de hospital. Por isso investimos em assistência, ensino e pesquisa. Enquanto esta utopia não se realiza, queremos estar preparados para recebê-las com qualidade e efetividade, aprimorando todo o ecossistema da saúde, em especial o segmento pediátrico. A você, que nos ajuda nessa missão, o nosso muito obrigado!

José Álvaro da Silva Carneiro
Diretor-corporativo do Complexo Pequeno Príncipe

COMPLEXO PEQUENO PRÍNCIPE

Grandes números de 2023



- 104.695 crianças e adolescentes atendidos
- 47 especialidades e áreas da pediatria
- 361 leitos, sendo 68 em UTIs
- 20.915 internamentos
- 2.994 sessões de quimioterapia
- 4.823 sessões de hemodiálise
- 20.077 procedimentos cirúrgicos
- 307 transplantes
- 227.557 atendimentos ambulatoriais
- 1,06 milhão de exames



- 7 linhas de pesquisa
- 17 pesquisadores principais
- 97 projetos em andamento
- 76 artigos científicos publicados em 2023



- 13 cursos de graduação (9 presenciais e 4 à distância)
- 11 cursos de especialização
- 1 programa de doutorado
- 2 programas de mestrado
- 2 programas de residência
- 221 docentes
- 1.888 estudantes
- 612 bolsas oferecidas, equivalentes a R$ 20,5 milhões

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em reais)

ATIVO

	Nota	2023	Reapresentado 2022
CIRCULANTE		**221.041.400**	**204.683.039**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	23.345.110	18.687.184
Aplicações Financeiras	5	90.848.326	75.189.639
Contas a Receber de Clientes	6	24.867.126	22.285.415
Recursos de Convênios a Realizar	7	64.531.430	71.558.318
Estoques	8	7.718.038	10.264.941
Outros Créditos	9	9.723.238	6.697.542
Despesas do Exercício Seguinte		8.132	-
NÃO CIRCULANTE		**177.601.821**	**162.556.424**
Realizável em Longo Prazo		**2.403.187**	**478.566**
Contas a Receber de Clientes	6	1.924.621	-
Outros Créditos	9	478.566	478.566
Investimentos	10	701.592	701.592
Direito de Uso	11.1	3.041.411	6.272.741
Imobilizado	12	171.244.919	154.910.826
Intangível	13	210.712	192.699
TOTAL DO ATIVO		**398.643.221**	**367.239.463**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2023	Reapresentado 2022
CIRCULANTE		**146.186.396**	**143.672.943**
Fornecedores	14	16.176.903	15.304.415
Empréstimos Bancários	15	27.034.614	21.860.343
Obrigações Sociais	16	28.499.697	24.729.695
Obrigações Fiscais	17	3.341.551	2.597.830
Recursos de Subvenções a Executar	7	64.216.340	71.242.061
Passivo de Arrendamento	11.2	3.353.978	3.377.345
Receitas Antecipadas	18	620.000	620.000
Outras Obrigações		2.943.313	3.941.254
NÃO CIRCULANTE		**41.849.259**	**31.611.525**
Empréstimos Bancários	15	18.264.206	3.882.989
Obrigações Sociais	16	-	56.363
Obrigações Fiscais	17	4.852.450	4.447.387
Passivo de Arrendamento	11.2	-	3.374.670
Receitas Antecipadas	18	658.333	1.278.333
Provisões para Contingências	19	18.074.270	18.571.783
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	**210.607.566**	**191.954.995**
Patrimônio Social		148.327.901	148.327.901
Ajuste de Avaliação Patrimonial		38.481.352	38.964.398
Superávit Acumulado		23.798.313	4.662.696
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**398.643.221**	**367.239.463**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em reais)

	Nota	2023	Reapresentado 2022
Receita Operacional Bruta	21	**417.770.417**	**353.915.548**
Receitas da Área de Saúde		246.168.214	226.616.933
Sistema Único de Saude – SUS		83.270.099	75.645.995
Convênios		149.066.785	142.876.764
Particulares		13.831.330	8.094.174
Receitas da Área de Educação		88.307.053	73.525.088
Mensalidades		86.744.543	72.110.169
Outras Receitas		1.562.510	1.414.919
Utilização de Recursos Captados	21.1	83.295.150	53.773.527
Subvenções Sociais		44.330.635	26.397.619
Campanhas Iniciativa Privada		38.964.515	27.375.908
(-)Deduções da Receita		**(30.149.280)**	**(20.155.253)**
Glosas de Convênios	22	(8.231.229)	(4.178.305)
Gratuidades Concedidas	26.2	(16.245.198)	(12.089.536)
Bolsas de Estudo	26.2	(5.672.853)	(3.887.412)
Receita Operacional Líquida	21	**387.621.137**	**333.760.295**
(-) Custo dos Serviços Prestados	23	**(247.892.483)**	**(209.516.000)**
Custo da Área de Saúde		(208.301.140)	(178.913.867)
Custo da Área de Educação		(26.443.309)	(22.021.975)
Custo da Área de Pesquisa		(13.148.034)	(8.580.158)
Lucro Bruto		**139.728.654**	**124.244.295**
Despesas Operacionais	24	**(126.187.517)**	**(126.098.106)**
Despesas com Pessoal		(80.616.705)	(72.801.023)
Despesas Administrativas Gerais	24.1	(48.857.818)	(57.741.219)
Despesas com Impostos e Contribuições	28	(66.240.569)	(56.003.297)
Isenções Usufruídas	28	66.240.569	56.003.297
Outras Receitas/(Despesas)	24.2	3.287.006	4.444.136
Superávit (Prejuízo) Antes das Receitas e Despesas Financeiras		**13.541.137**	**(1.853.811)**
Receitas Financeiras	25	12.970.373	10.356.392
Despesas Financeiras	25	(7.858.939)	(4.044.085)
Superávit do Exercício		**18.652.571**	**4.458.496**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO - MÉTODO INDIRETO (Em reais)

	2023	Reapresentado 2022
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do Exercício	18.652.571	4.458.496
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	11.974.993	11.246.266
Valor da Baixa do Ativo Imobilizado/Intangível/Investimentos	4.811.176	295.026
Provisões para Contingências	(497.513)	(3.356.145)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.063	435.580
Depreciação de Direitos de uso	3.231.330	3.559.746
AVP Passivo de Arrendamento	364.169	841.878
Superávit/Déficit do Exercício Ajustado	**38.569.789**	**17.480.847**
Contas a Receber de Clientes	(4.539.395)	2.612.519
Estoques	2.546.903	(1.682.729)
Recursos de Convênios a Realizar	7.026.888	(23.280.688)
Outros Créditos	(3.033.828)	(2.531.381)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	**2.000.568**	**(24.882.279)**
Fornecedores	872.488	3.217.448
Obrigações Sociais	3.713.639	2.587.189
Obrigações Fiscais	1.148.785	4.569.531
Recursos de Subvenções a Realizar	(7.025.721)	22.963.011
Receitas Antecipadas	(620.000)	(620.000)
Outras Obrigações	(997.942)	2.318.079
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	**(2.908.751)**	**35.035.258**
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	**37.661.606**	**27.633.826**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Operações com Aplicações Financeiras	(15.658.687)	(13.253.067)
Aumento de Ativo Imobilizado/Intangível/Investimentos	(33.138.275)	(18.509.526)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**(48.796.962)**	**(31.762.593)**
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações com Empréstimos Bancários	19.555.488	5.559.324
Pagamento de Arrendamento	(3.762.206)	(4.165.980)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**15.793.282**	**1.393.344**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**4.657.926**	**(2.735.423)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**18.687.184**	**21.422.607**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**23.345.110**	**18.687.184**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS (Em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/ (Déficit) Acumulados	Superávit à Disposição da Assembleia	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2021	**134.120.039**	**39.168.598**	**-**	**14.207.862**	**187.496.499**
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	14.207.862	-	-	(14.207.862)	-
Realização do Custo Atribuído	-	(204.200)	204.200	-	-
Superávit do Exercício	-	-	4.458.496		4.458.496
Superávit à Disposição da Assembleia Geral para Destinação	-	-	(4.662.696)	4.662.696	-
Em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	**148.327.901**	**38.964.398**	**-**	**4.662.696**	**191.954.995**
Incorporação do Superávit ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído	-	(483.046)	483.046	-	-
Superávit do Exercício	-	-	18.652.571	-	18.652.571
Superávit à Disposição da Assembleia Geral para Destinação	-	-	(19.135.617)	19.135.617	-
Em 31 de dezembro de 2023	**148.327.901**	**38.481.352**	**-**	**23.798.313**	**210.607.566**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis."

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública, e está registrada no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) sob o n.º 76.591.569/0001-30. Está sediada na cidade de Curitiba (PR), Av. Iguaçu, n.º 1.472, Água Verde, fundada em 18 de agosto de 1956, destinada a promover a assistência em saúde a crianças e adolescentes com idades de 0 a 18 anos, por meio da assistência, do ensino e da pesquisa e ainda da assistência social beneficente, promovendo a oferta desses serviços de forma a cumprir as regras que classificam a instituição como filantrópica e, dessa forma, isentando-a de tributos.

Cabe ressaltar que na prestação de serviços de assistência em saúde a organização oferece até 70% (setenta por cento) de sua força de trabalho ao SUS (Sistema Único de Saúde), fechando o exercício acima de 60% que é o mínimo exigido por lei.

As fontes de receitas são os serviços de saúde prestados pelo Hospital Pequeno Príncipe, pelo Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe, bem como as doações e subvenções e os convênios associados a projetos científicos do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe e demais unidades do Complexo. Todas as receitas são integralmente aplicadas na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais. São unidades mantidas pela Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, mantenedora do Complexo Pequeno Príncipe:

- Hospital Pequeno Príncipe (que incorpora o antigo Hospital de Crianças César Pernetta);
- Faculdades Pequeno Príncipe;
- Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe; e
- Centro de Vacinas Pequeno Príncipe.

Para gozar a isenção das contribuições sociais, a entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS), que é renovado a cada três anos pelo Ministério da Saúde (ouvido o Ministério da Educação para as especialidades da Faculdades), sendo que o último CEBAS obtido pela entidade possui validade para o período de 1º/1/2019 a 31/12/2021. A entidade efetuou as solicitações de renovações para os exercícios subsequentes nos prazos determinados, junto ao Ministério da Saúde, conforme SEI MS n.º 25000.165706/2021-80, e está no aguardo de seu deferimento.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 16 de maio de 2024.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei n.º 11.638/07 e da Lei n.º 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e aprovados pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), e também de acordo com a ITG 2002 (R1), entidade sem finalidade de lucros.

2.1REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

A Associação está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para a melhor adequação às práticas contábeis vigentes e melhor compreensão das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com os requerimentos dispostos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, conforme apresentado a seguir.

Balanço Patrimonial	2022 (Apresentado)	Efeito da retificação de erros: Ajustes (a)	Ajustes (b)	2022 (Reapresentado)
Ativo Circulante	**206.180.239**	**(1.497.200)**	**-**	**204.683.039**
Contas a Receber de Clientes	23.782.615	(1.497.200)	-	22.285.415
Ativo Não Circulante	**162.556.424**	**-**	**-**	**162.556.424**
Total do Ativo	**368.736.662**	**(1.497.200)**	**-**	**367.239.463**
Passivo Circulante	**146.096.798**		**(2.423.855)**	**143.672.943**
Obrigações Sociais	27.153.550		(2.423.855)	24.729.695
Passivo Não Circulante	**31.611.525**		**-**	**31.611.525**
Total do Passivo	**177.708.323**		**(2.423.855)**	**175.284.468**
Total do Patrimônio Líquido	**191.028.340**	**(1.497.200)**	**2.423.855**	**191.954.995**
Patrimônio Social	148.946.536	(618.635)	-	148.327.901
Superávit Acumulado	3.117.406	(878.565)	2.423.855	4.662.696
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**368.736.663**	**(1.497.200)**	**-**	**367.239.463**

Demonstração do Resultado do Exercício	2022 (Apresentado)	Efeito da retificação de erros: Ajustes (a)	Ajustes (b)	2022 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida	333.760.295	-	-	333.760.295
Custo dos Serviços Prestados	211.939.855	-	(2.423.855)	209.516.000
Lucro Bruto	**121.820.440**	**-**	**(2.423.855)**	**124.244.295**
Despesas Operacionais	**125.219.541**	**878.565**	**-**	**126.098.106**
Despesas Administrativas e Gerais	(56.862.654)	878.565	-	(57.741.219)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro Líquido	**(3.399.101)**	**878.565**	**(2.423.855)**	**(1.853.811)**
Superávit do Exercício	**2.913.206**	**878.565**	**(2.423.855)**	**4.458.496**

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido	2022 (Apresentado)	Efeito da retificação de erros: Ajustes (a)	Ajustes (b)	2022 (Reapresentado)
Patrimônio Social	148.946.536	(618.635)	-	148.327.901
Ajuste de Avaliação Patrimonial	38.964.398	-	-	38.964.398
Superávit à Disposição da Assembleia	3.117.406	(878.565)	2.423.855	4.662.696
Total do Patrimônio Líquido	**191.028.340**	**(1.497.200)**	**2.423.855**	**191.954.995**

Demonstração do Fluxo de Caixa	2022 (Apresentado)	Efeito das retificação de erros: Ajuste (a)	Ajuste (b)	Ajuste (c)	2022 (Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Superávit/Déficit do Exercício	**2.913.206**	**(878.565)**	**2.423.855**	**-**	**4.458.496**
Ajustado por:					
Depreciações	11.246.266	-	-	-	11.246.266
Provisão para Contingências	(3.356.145)	-	-	-	(3.356.145)
Valor da Baixa do Ativo Imobilizado/Intangível	-	-	-	295.026	295.026
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	435.580	-	-	-	435.580
Depreciação de Direitos de Uso	3.559.746	-	-	-	3.559.746
AVP Passivo de Arrendamento	1.137.251	-	-	(295.373)	841.878
Superávit/Déficit do Exercício Ajustado	**15.935.904**	**(878.565)**	**2.423.855**	**(347)**	**17.480.847**
Contas a Receber de Clientes	1.733.954	878.565	-	-	2.612.519
Estoques	(1.682.729)	-	-	-	(1.682.729)
Recursos de Convênios a Realizar	(23.280.688)	-	-	-	(23.280.688)
Outros Créditos	(2.531.381)	-	-	-	(2.531.381)
Redução (Aumento) dos Ativos Operacionais	**(25.760.844)**	**878.565**	**-**	**-**	**(24.882.279)**
Fornecedores	3.217.448	-	-	-	3.217.448
Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.011.044	-	(2.423.855)	-	2.587.189
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.569.531	-	-	-	4.569.531
Recursos de Subvenções a Realizar	22.963.011	-	-	-	22.963.011
Receitas Antecipadas	(620.000)	-	-	-	(620.000)
Passivo de Arrendamento	(1.689.431)			1.689.431	-
Outras Obrigações	2.318.079	-	-	-	2.318.079
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais	**35.769.682**	**-**	**(2.423.855)**	**1.689.431**	**35.035.258**
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**25.944.742**	**-**	**-**	**1.689.084**	**27.633.826**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos					
Operações com Aplicações Financeiras	(13.253.067)	-	-	-	(13.253.067)
Adições do Direito de Uso	(3.304.374)	-	-	3.304.374	-
Baixas do Direito de Uso	532.452	-	-	(532.452)	-
Aumento de Ativo Imobilizado/Intangível/ Investimentos	(18.509.526)	-	-	-	(18.509.526)
Valor da Baixa do Ativo Imobilizado/Intangível	295.026	-	-	(295.026)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(34.239.489)	-	-	2.476.896	(31.762.593)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos					
Operações com Empréstimos Bancários	5.559.324	-	-		5.559.324
Pagamento de Arrendamento	-	-	-	(4.165.980)	(4.165.980)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	**5.559.324**	**-**	**-**	**(4.165.980)**	**1.393.344**
Aumento no Saldo de Caixa e Equivalentes	**(2.735.423)**	**-**	**-**	**-**	**(2.735.423)**
Saldo de Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	**21.422.607**	**-**	**-**	**-**	**21.422.607**
Saldo de Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	**18.687.184**	**-**	**-**	**-**	**18.687.184**

A) A entidade identificou a necessidade de realizar a correção no valor de R$ 1.497.200, que foram registrados na conta "Contas a Receber de Clientes com Educação", sendo R$ 878.565 referentes ao exercício de 2022 e R$ 618.635 ao exercício de 2021.

B) A entidade identificou a necessidade de corrigir a rubrica de "Obrigações Sociais e Trabalhistas" no montante de R$ 2.423.855, referente a diferenças que existiam entre relatórios suporte e contábil.

C) Os ajustes de apresentação contidos nas linhas de arrendamento na demonstração de fluxo de caixa foram corrigidos para melhor apresentação das movimentações.

Todos os ajustes realizados foram para que os lançamentos sejam efetuados nas suas respectivas competências.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de itens circulantes e não circulantes

No balanço patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes, e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensação entre contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.3 Instrumentos financeiros

A instituição classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiverem origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data, na qual a instituição se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo custo amortizado. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a instituição tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

a) Desreconhecimento (baixa) dos instrumentos financeiros.

Um instrumento financeiro é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro expiram;
- transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo; e
- um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. Em decorrência de decisões internas, fundos com aplicações financeiras podem ter destinação específica, em consonância com o planejamento estratégico e sistema de governança.

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da entidade.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas por redução ao valor recuperável (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente se relevante e ajustado pela provisão para perdas por redução ao valor recuperável se necessária.

3.6 Recursos de convênios a realizar/subvenções a executar

Os recursos de convênios a realizar são reconhecidos incialmente a débito no ativo circulante na conta de recursos de convênios a realizar, e a crédito no passivo circulante na conta de recursos de subvenções a executar, e subsequentemente são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que são efetuados os gastos dos atendimentos dos convênios.

3.7 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.8 Investimentos

Os investimentos em obras de artes são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável. Ressalta-se a formação de acervo vinculado a Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e os trabalhos visando à sua conservação.

3.9 Arrendamentos

3.9.1 Direito de uso

O custo do ativo de direito de uso corresponde ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais os custos diretos iniciais incorridos, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

A depreciação é calculada pelo método linear desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento.

3.9.2 Passivos de arrendamento

A mensuração das operações de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a entidade. Esses fluxos de pagamento são ajustados a valor presente, considerando a taxa de empréstimo incremental.

Os encargos financeiros são apropriados com base na taxa de empréstimo incremental, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

3.10 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens. A vida útil econômica dos bens é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior do que seu valor recuperável estimado.

3.11 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

A amortização é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica das licenças de software. A vida útil econômica é revisada periodicamente com o objetivo de adequar as taxas de amortização.

3.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perdas por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sofrido perdas ao valor recuperável são revisados para a análise de uma possível reversão da perda na data de apresentação das demonstrações contábeis.

3.13 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a quitar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando o efeito for relevante.

3.14 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado de maneira adequada e seguindo preceitos legais.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, o valor da provisão é o valor presente do desembolso que se espera que seja exigido para liquidar a obrigação.

3.16 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas, observando o princípio da oportunidade.

3.17 Reconhecimento da receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos.

A entidade atua na prestação de serviços de assistência à saúde prestados no Hospital Pequeno Príncipe e no Centro de Vacinas, de serviços de educação prestados pela Faculdades Pequeno Príncipe e doações e taxas oriundas de recursos de pessoas físicas e jurídicas, bem como subvenções concedidas pelo poder público de caráter assistencial e sem fins lucrativos.

O reconhecimento da receita ocorre à medida que os serviços hospitalares e educacionais são realizados ao seu paciente/estudante, ou seja, quando a entidade já cumpriu a obrigação de desempenho firmada com o cliente, e já houve a transferência de controle ao cliente, juntamente com o surgimento do direito de receber qualquer contraprestação em troca dos bens ou serviços prestados.

A entidade reconhece a receita quando é possível atender aos critérios:

(i) identificar o contrato com o cliente;
(ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato;
(iii) determinar o preço das transações;
(iv) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e
(v) reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

3.18 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

(i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e
(ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a entidade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgação do valor justo, a entidade determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo, e o nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.19 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer que a administração da entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis são:

a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
b) valor recuperável dos estoques e ativos imobilizados e intangíveis;
c) vida útil e valor residual dos imobilizados e intangíveis;
d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da entidade; e
e) taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa	49.674	44.390
Bancos Conta Movimento	2.734.834	1.986.129
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (*)	20.560.602	16.656.665
Total	**23.345.110**	**18.687.184**

(*)	Rendimento	2023	2022
Banco Bradesco	101% do CDI	2.355.359	7.851.003
Banco do Brasil	107% do CDI	653.735	2.371.112
Banco Itaú	106% do CDI	355.826	688.446
Banco Safra	106% do CDI	5.633.820	709.286
Banco Santander	102% do CDI	6.718.418	3.439.580
Paraná Banco	108% do CDI	4.843.444	1.249.026
XP Investimentos	-	-	348.212
Total das Aplicações Financeiras		**20.560.602**	**16.656.665**

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2023	2022
Aplicações Financeiras (*)	90.848.326	75.189.639
Total	**90.848.326**	**75.189.639**

(*)	Rendimento	2022	2021
Banco Safra	103% do CDI	21.773.722	12.863.744
Banco Santander	102% do CDI	58.102.576	62.325.895
Banco Bradesco	103% do CDI	3.365.534	-
Paraná Banco	108% do CDI	7.606.494	-
Total das Aplicações Financeiras		**90.848.326**	**75.189.639**

O saldo das aplicações financeiras ora apresentado foi constituído para atender ao disposto no art. 11 do Capítulo IV dos estatutos da Associação, que determina a constituição de um fundo formado pela poupança compulsória de no mínimo 1% das receitas oriundas dos serviços prestados pelas suas unidades operacionais, cujo objetivo é assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto e, com autorização de uso expressa do Conselho Superior e da Assembleia, parcela dos recursos poupados poder ser destinada para investimentos em novas frentes de atuação, como a implantação do Pequeno Príncipe Norte – Complexo Hospitalar de Ensino e Pesquisa Juril Carnasciali , em terreno no bairro Bacacheri, contínuo à área da Base Aérea/Cindacta II.

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022 Reapresentado
Clientes de Serviços Hospitalares	24.574.701	23.389.955
Clientes com Vacina	6.513	1.287.473
Clientes com Educação	5.223.688	2.512.700
(-) Provisão para Perdas (a)	(4.937.776)	(4.904.713)
Total Circulante	**24.867.126**	**22.285.415**
Clientes de Serviços Hospitalares (b)	1.924.621	-
Total Não Circulante	**1.924.621**	**-**
Total Contas a Receber de Clientes	**26.791.747**	**22.285.415**

(a) Composição dos Saldos por Idade de Vencimento:	2023	2022 Reapresentado
A Vencer	18.989.569	18.756.560
Vencidos de 1 a 30 dias	1.143.473	290.103
Vencidos de 31 a 90 dias	2.212.751	148.001
Vencidos de 91 a 120 dias	294.268	34.176
Vencidos acima de 121 dias	9.089.462	7.961.288
Total	**31.729.523**	**27.190.128**

(b) Provisão estabelecida com base em análise das contas a receber, levando em consideração fatores como históricos de pagamento e eventuais perdas, condições econômicas dos clientes e tendências de mercado, como medida preventiva para antecipar possíveis perdas futuras, conforme nota 3.5.

Em 31 de dezembro de 2021	**(4.469.133)**
Constituição de Provisão PECLD	(2.186.854)
Perdas/Resultado	1.751.274
Em 31 de dezembro de 2022	**(4.904.713)**
Constituição de Provisão PECLD	(1.597.936)
Recuperações/Reversões	1.564.873
Em 31 de dezembro de 2023	**(4.937.776)**

(b) Clientes em cobrança judicial. Por essa razão, a administração entendeu ser coerente reclassificar os saldos para longo prazo.

CONTINUA →



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

ACOLHENDO FAMÍLIAS E ASSISTINDO CRIANÇAS DESDE 1919

• ASSISTÊNCIA • ENSINO • PESQUISA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)

NOTA 7 - RECURSOS DE CONVÊNIOS A REALIZAR (ATIVO)/RECURSOS DE SUBVENÇÕES A EXECUTAR (PASSIVO)

Referem-se a recursos relativos a emendas parlamentares, repasses e convênios governamentais e projetos de incentivos fiscais, como o FIA (Fundo da Infância e Adolescência), Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica), Pronas/PcD (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência) e ainda doações de empresas e pessoas físicas. Do montante de R$ 64.531.430 (ativo), resultado de grande e organizado esforço de captação na comunidade (pessoas físicas e jurídicas) e órgãos governamentais, R$ 25.812.572 (vinte e cinco milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos e setenta e dois reais), equivalentes a 40%, serão aplicados em investimentos de modernização das edificações e aquisição de equipamentos, e R$ 38.718.858 (trinta e oito milhões, setecentos e dezoito mil e oitocentos e cinquenta e oito reais), equivalentes a 60%, serão aplicados em manutenção das instalações, aquisição de medicamentos (principalmente os de alto custo), materiais especiais e outros itens de consumo hospitalar, e em custeio de mão de obra especializada, notadamente no Instituto de Pesquisa.

O valor no passivo é de R$ 64.216.340, gerando uma diferença de R$ 315.090 em relação ao ativo, decorrente de aporte realizado pela Associação relativo aos convênios 5663/20 – COMTIBA e 115/21 – SESA/PR, que exigem a participação financeira da mesma no respectivo plano de aplicação.

Esclarecemos que o uso dos recursos captados deverá ocorrer conforme o plano de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio. Todos esses projetos têm planos de aplicação específicos e são objeto de auditorias contínuas e rigorosa prestação de contas.

NOTA 8 -ESTOQUES

	2023	2022
Farmácia Central	5.385.112	7.676.374
Vacinas	546.122	491.856
Almoxarifado Central	735.573	774.950
Materiais Laboratório e Pesquisa (*)	984.067	1.187.219
Manutenção	66.162	132.436
Outros Materiais	1.002	2.106
Total	**7.718.038**	**10.264.941**

(*) Refere-se a materiais utilizados em pesquisas (Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe) e de uso do Laboratório de Análises Clínicas. Em 2023 e 2022, não foi constituída provisão, pois não houve estoques de baixo giro.

NOTA 9 – OUTROS CRÉDITOS

	2023	2022
Adiantamentos para Empregados	312.030	131.471
Adiantamentos a Fornecedores	2.492.621	1.321.890
Associação Eunice Weaver do Paraná – AEW-PR (a)	6.006.255	3.009.369
Inter Americano (a)	-	1.898.356
Despesas Antecipadas com Congressos (b)	478.566	478.566
Outros Créditos a Receber (a)	912.332	336.456
Total	**10.201.804**	**7.176.108**
Ativo Circulante	9.723.238	6.697.542
Ativo Não Circulante	478.566	478.566
Total	**10.201.804**	**7.176.108**

(a) Saldos referentes a valores transferidos a título de empréstimos para a Associação Eunice Weaver do Paraná – AEW-PR e para o Centro Cultural Brasil Estados Unidos de Curitiba – Inter Americano (2022), que visam prover recursos para atividades econômicas implantadas pelas entidades mutuárias. No caso da AEW-PR, os valores foram investidos na capitalização de empresa comercial especializada na compra e venda de aparelhos médicos, enquanto que para o Inter Americano, os valores repassados estão sendo empregados em atividade de ensino denominada Multiplica PP. Em ambos os casos, os recursos gerados serão utilizados para amortização dos empréstimos. Os valores não são atualizados monetariamente.

(b) Valores não movimentaram em 2022, pois, em razão da pandemia da COVID-19, o congresso foi postergado para 2025.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

	Obras de Arte	Total
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	701.592	701.592
Valor Líquido Contábil	**701.592**	**701.592**
Adições	-	-
Baixas	-	-
Saldo Final	**701.592**	**701.592**
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	701.592	701.592
Valor Líquido Contábil	701.592	701.592
Adições	-	-
Baixas	-	-
Saldo Final	**701.592**	**701.592**

O valor de R$ 701.592 relativo a obras de arte refere-se a diversas obras adquiridas ou doadas para a Associação, que formam um acervo que está exposto em diversos locais e é composto por quadros, esculturas e outras obras, em especial tendo como motivo o próprio Rei Pelé, apoiador do Instituto de Pesquisa, e que poderão ser utilizadas no futuro para angariar fundos para a Associação, por meio de leilões.

NOTA 11 - ARRENDAMENTO

11.1 - Direito de Uso

a) Ativos de direito de uso

Direito de uso	Arrendamentos (*)	
Prazo Médio de Vigência dos Contratos/Vida Útil (anos))	1 a 5	
	Imóveis	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**7.060.565**	**7.060.565**
Adições	3.304.374	3.304.374
Baixas	(532.452)	(532.452)
Depreciação	(3.559.746)	(3.559.746)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**6.272.741**	**6.272.741**
Depreciação	(3.231.330)	(3.231.330)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.041.411**	**3.041.411**

(*) Os arrendamentos referem-se a contratos de locação de imóveis utilizados para prestação de serviços médicos e de educação, e para serviços administrativos.

11.2 Passivo de arrendamento

Passivo de Arrendamento	Arrendamento Mercantil	AVP – Ajuste a Valor Presente	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.929.190**	**(1.624.995)**	**7.304.195**
Adições	3.055.845	(183.177)	2.872.668
Baixas	(579.295)	50.259	(529.036)
Pagamentos no Período	(4.165.980)	1.270.168	(2.895.812)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.239.760**	**(487.745)**	**6.752.015**
Adições	-	-	-
Baixas	-	-	-
Pagamentos no Período	(3.762.206)	364.169	(3.398.037)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.477.554**	**(123.576)**	**3.353.978**
Parcela Classificada no Circulante Parcela Classificada no Não Circulante	3.477.554	(123.576)	3.353.978

NOTA 12 - IMOBILIZADO

Descrição	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos Diversos	Equipamentos Hospitalares	Instalações	Móveis e Utensílios Hospitalares	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizado/Obras em Andamento	Outras Imobilizações	Total
Taxa de Depreciação		**2,33% a 3,33%**	**4,55% a 8,33%**	**7,69%**	**5,88%**	**7,69% a 9,09%**	**16,67%**	**12,50%**		**10%**	
Em 31 de dezembro de 2021											
Custo	30.704.902	63.629.929	20.612.288	50.031.735	2.352.417	12.345.890	10.025.713	361.275	18.205.191	1.450.277	209.719.617
Depreciação Acumulada	-	(21.420.329)	(9.198.649)	(21.239.521)	(1.504.076)	(2.046.691)	(4.988.055)	(286.275)	-	(1.072.551)	(61.756.147)
Valor Líquido Contábil	**30.704.902**	**42.209.600**	**11.413.639**	**28.792.214**	**848.341**	**10.299.199**	**5.037.658**	**75.000**	**18.205.191**	**377.726**	**147.963.470**
Adições	2.580.311	-	2.088.992	5.186.411	696.885	979.618	2.748.021	187.000	3.938.362	-	18.405.600
Baixas	-	-	(159.010)	(705.078)	-	(162.813)	(90.058)	-	-	-	(1.116.959)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(2.042.394)	(1.826.230)	(4.709.570)	(29.626)	(1.130.482)	(1.846.060)	(25.073)	-	(125.950)	(11.735.385)
Dep. Revisão Vida Útil	-	462.833	78.820	237.475	(10.135)	(48.240)	(113.368)	(13.766)	-	(21.454)	572.165
Baixas Depreciação	-	-	66.140	566.677	-	120.558	68.558	-	-	-	821.933
Saldo Final	**33.285.213**	**40.630.039**	**11.662.351**	**29.368.129**	**1.505.465**	**10.057.840**	**5.804.751**	**223.161**	**22.143.553**	**230.322**	**154.910.824**
Em 31 de dezembro de 2022											
Custo	33.285.213	63.629.929	23.762.224	54.513.068	3.049.302	13.162.695	12.683.675	548.275	22.143.553	230.322	227.008.256
Depreciação Acumulada	-	(22.999.890)	(12.099.873)	(25.144.939)	(1.543.837)	(3.104.855)	(6.878.924)	(325.114)	-	-	(72.097.432)
Valor Líquido Contábil	**33.285.213**	**40.630.039**	**11.662.351**	**29.368.129**	**1.505.465**	**10.057.840**	**5.804.751**	**223.161**	**22.143.553**	**230.322**	**154.910.824**
Adições	2.100.000	4.144.748	7.192.636	8.426.653	19.435	2.157.244	3.612.765	195.900	5.159.638	3.218	33.012.237
Baixas	-	(4.572.910)	(277.471)	(937.451)	(783.614)	(519.482)	(297.576)	(0,05)	-	(3.218)	(7.391.722)
Transferências	-	2.644.267	-	-	-	-	-	-	(2.644.267)	-	-
Depreciação	-	(3.438.085)	(2.100.186)	(5.507.781)	(33.702)	(1.322.098)	(2.187.783)	(60.065)	-	(115.076)	(14.764.776)
Dep. Revisão Vida Útil	-	940.282	604.822	1.110.558	(290.786)	244.469	253.346	5.220	-	7.054	2.874.965
Baixas Depreciação	**-**	**1.276.926**	**163.237**	**758.920**	**4.742**	**248.871**	**149.255**	**0,34**	**-**	**1.440**	**2.603.391**
Valor Líquido Contábil	35.385.213	41.625.267	17.245.389	33.219.028	421.540,00	10.866.844	7.334.758	364.216	24.658.924	123.740	171.244.919
Em 31 de dezembro de 2023											
Custo	35.385.213	65.846.034	29.457.435	62.002.270	2.285.123	14.800.457	15.998.865	744.174	24.658.924	1.450.276	252.628.771
Depreciação Acumulada	**-**	**(24.220.767)**	**(12.212.046)**	**(28.783.242)**	**(1.863.583)**	**(3.933.613)**	**(8.664.107)**	**(379.958)**	**-**	**(1.326.536)**	**(81.383.851)**
Valor Líquido Contábil	**35.385.213**	**41.625.267**	**17.245.389**	**33.219.028**	**421.540**	**10.866.844**	**7.334.758**	**364.216**	**24.658.924**	**123.740**	**171.244.919**

Composição do imobilizado/construções em andamento:

Descrição	2023	2022
Reforma e Adequação para Prevenção de Incêndio	-	2.216.926
Reforma Estar Médico – UTI	-	2.000
Reforma Enfermaria Cardiologia	-	2.500
Reforma Instituto de Pesquisa – Unidade Cabral	2.345.063	1.991.475
Reforma Revitalização Pátio Central	-	1.500
Outras Reformas		-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.669.785	1.383.162
Aquisições de Imobilizado – Equipamentos Hospitalares		-
Imobilizações (Aquisições) em Trânsito	-	421.341
Projetos de viabilidade econômico-financeira e ambiental, de arquitetura/engenharia no Bacacheri, para o Pequeno Príncipe Norte	16.124.744	16.124.650
Reforma Instalação de Rampa – Hospital	2.117.179	-
Reforma Restaurante – Faculdades	324.757	-
Reforma Bloco 5 – Faculdades	77.396	-
Total	**24.658.924**	**22.143.554**

As obras relativas à primeira etapa de construção do Pequeno Príncipe Norte foram iniciadas no final do primeiro trimestre de 2024, conforme aprovado pelo alvará 394.567 emitido, em 30 de junho de 2023, pela Prefeitura Municipal de Curitiba, e serão executadas pelo Consórcio RTB, de acordo com contrato firmado pelas partes em 7 de fevereiro de 2024. Os recursos para realização da obra estão devidamente programados, conforme informado na nota explicativa 5.

NOTA 13 - INTANGÍVEL

Descrição	Softwares e Programas de Computadores	Total
Taxa de Amortização	**20%**	
Em 31 de dezembro de 2021		
Custo	2.742.467	2.742.467
Amortização Acumulada	(2.570.647)	(2.570.647)
Valor Líquido Contábil	**171.820**	**171.820**
Adições	103.926	103.926
Transferências		
Amortização	(70.794)	(70.794)
Amortização Revisão Vida Útil	(12.253)	(12.253)
Saldo Final	**192.699**	**192.699**
Em 31 de dezembro de 2022		
Custo	2.846.393	2.846.393
Amortização Acumulada	(2.653.694)	(2.653.694)
Valor Líquido Contábil	**192.699**	**192.699**
Adições	126.040	126.040
Baixas	(22.845)	(22.845)
Amortização	(78.009)	(78.009)
Amortização Revisão Vida Útil	(7.173)	(7.173)
Saldo Final	**18.013**	**18.013**
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	2.949.589	2.949.589
Amortização Acumulada	(2.738.877)	(2.738.877)
Valor Líquido Contábil	**210.712**	**210.712**

NOTA 14 - FORNECEDORES

	2023	2022
Fornecedores de Materiais e Medicamentos	6.781.611	6.632.835
Fornecedores de Materiais em Geral	1.852.192	1.369.866
Fornecedores – Bens	170.307	253.233
Fornecedores de Próteses	2.752.431	1.527.104
Fornecedores de Serviços	1.916.714	2.134.541
Fornecedores – Honorários Médicos	334.301	666.558
Fornecedores de Equipamentos	-	202.369
Outros Fornecedores	2.369.347	2.517.909
Total	**16.176.903**	**15.304.415**
Fornecedores por Tipo de Moeda		
Real – R$	16.176.903	15.102.046
Dólar – US$	-	202.369
Total	**16.176.903**	**15.304.415**

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	Encargos	Garantias	2023	2022
Banco Itaú – Rotativo	1,35% a.m.	Aval Corporativo	-	8.050.065
Banco Bradesco – Rotativo	1,30% a.m.	Aval Corporativo	4.085.047	6.999.244
Banco Santander – Cap. de Giro	0,59% a.m.	Direitos Creditórios	-	2.409.735
Santander CP	0,29% a.m.	Direitos Creditórios	1.111.111	1.111.111
Santander – Conta Garantida	1,42% a.m.	Direitos Creditórios	6.085.004	669.740
Banco Safra – Rotativo	1,34% a.m.	Aval Corporativo	2.000.000	2.620.448
Banco do Brasil – Rotativo	1,21% a.m.	Aval Corporativo	10.000.000	-
Banco Santander	CDI + 0,19% a.m.	Créditos SUS	1.419.287	-
Banco Bradesco	CDI + 0,25% a.m.	Créditos SUS	2.334.165	-
Total do Curto Prazo			**27.034.614**	**21.860.343**
Banco Santander - Cap. de Giro	0,29% a.m.	Direitos Creditórios	3.581.161	3.882.989
Banco Santander	CDI + 0,19% a.m.	Créditos SUS	8.703.704	-
Banco Bradesco	CDI + 0,25% a.m.	Créditos SUS	5.979.341	-
Total do Longo Prazo			**18.264.206**	**3.882.989**
Total Geral			**45.298.821**	**25.743.332**
Empréstimos a Pagar – A Vencer até 1 Ano			27.034.614	21.860.343
Total do Curto Prazo			**27.034.614**	**21.860.343**
Empréstimos a Pagar – A Vencer Acima de 1 Ano			18.264.206	3.882.989
Total do Longo Prazo			**18.264.206**	**3.882.989**
Total			**45.298.821**	**25.743.332**
Valores a Pagar por Data			**2023**	**2022**
2023			27.034.614	21.860.343
2024			5.544.514	1.294.330
2025			5.544.514	1.294.330
2026			5.333.858	1.294.329
2027			1.841.320	-
Total			**45.298.820**	**25.743.332**

Os empréstimos obtidos são todos em moeda nacional (reais – R$).

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2023	2022 Reapresentado
Salários e Ordenados a Pagar	7.223.212	6.814.302
Encargos Sociais a Pagar	3.434.809	2.559.593
Férias a Pagar	797.414	734.323
Piso Enfermagem (*)	1.462.824	-
Provisão de Férias e Encargos	15.349.095	14.018.320
Parcelamento FGTS	57.379	259.520
Outras	174.964	400.000
Total	**28.499.697**	**24.786.058**
Parcela Classificada no Circulante	**28.499.697**	**24.729.695**
Parcela Classificada no Não Circulante	**-**	**56.363**

(*) Valores referentes às subvenções recebidas para pagamento do piso da Enfermagem. Estabelecidos pela Lei 14.434/2022, os valores foram repassados para Associação apenas em 2023.

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2023	2022
IRRF Retido	2.584.969	1.949.499
Outros Impostos Retidos	258.449	202.824
Parcelamentos Tributários (a)	5.350.584	4.892.894
Total	**8.194.002**	**7.045.217**
Parcela Classificada no Circulante	**3.341.551**	**2.597.830**
Parcela Classificada no Não Circulante	**4.852.451**	**4.447.387**

(a) Os saldos estão compostos por parcelamento de PIS/Cofins e os prazos de vencimentos estão entre 2023 e 2035.

NOTA 18 - RECEITAS ANTECIPADAS

	2023	2022
Receita com Posto Bancário	945.000	1.365.000
Receita com Hemobanco	333.333	533.333
Total	**1.278.333**	**1.898.333**
Passivo Circulante	620.000	620.000
Passivo Não Circulante	658.333	1.278.333
Total	**1.278.333**	**1.898.333**

A entidade possui contratos com uma instituição financeira para disponibilização do espaço para um posto bancário em suas dependências e com o Instituto Paranaense de Hemoterapia e Hematologia (Hemobanco), ambos com prazo de 60 meses. Desse modo, a receita foi antecipada pelo prazo dos referidos contratos.

NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade calcula as provisões para contingências contabilizando 100% das causas prováveis e 50% das causas possíveis para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Para causas trabalhistas e cíveis, a possibilidade de perda "provável" foi avaliada no montante de R$ 8.650.478 (oito milhões, seiscentos e cinquenta mil e quatrocentos e setenta e oito reais) e a de probabilidade de perda "possível" no montante de R$ 9.423.792 (nove milhões, quatrocentos e vinte e três mil e setecentos e noventa e dois reais), totalizando o montante de R$ 18.074.020 (dezoito milhões, setenta e quatro mil e vinte reais).

	2023	2022
Contingências Trabalhistas	438.725	1.199.654
Contingências Cíveis	8.211.753	17.372.129
Total Contingências Prováveis	**8.650.478**	**18.571.783**
Contingências Trabalhistas	287.065	287.697
Contingências Cíveis	18.257.492	6.743.876
Contingências Fiscais	-	631.032
Total Contingências Possíveis	**18.544.557**	**7.662.605**
Total de Contingências Prováveis/Possíveis	**27.195.035**	**26.234.388**
Contabilizado		
Contingências Prováveis	8.650.478	18.571.783
Contingências Possíveis	9.423.792	-
Total	**18.074.270**	**18.571.783**
Depósitos Judiciais	**-**	**-**
Efeito Líquido	**18.074.270**	**18.571.783**

NOTA 20 — PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da entidade está representado pelo patrimônio social de R$ 148.327.901 (cento e quarenta e oito milhões, trezentos e vinte e sete mil e novecentos e um reais), pelo superávit acumulado de R$ 23.798.313 (vinte e três milhões, setecentos e noventa e oito mil e trezentos e treze reais) e por ajuste de avaliação patrimonial sobre ativos em R$ 38.481.352 (trinta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e trezentos e cinquenta e dois reais).

O saldo de superávit do exercício será colocado à disposição da assembleia geral para destinação.

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao registro especificamente do efeito de custo atribuído ao ativo imobilizado.

NOTA 21 — RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receitas da Área de Saúde	**246.168.214**	**226.616.933**
Sistema Único de Saúde – SUS	83.270.099	75.645.995
Convênios	149.066.785	142.876.764
Particulares	13.831.330	8.094.174
Receitas da Área de Educação	**88.307.053**	**73.525.088**
Mensalidades	86.744.543	72.110.169
Outras Receitas	1.562.510	1.414.919
Utilização de Recursos Captados	**83.295.150**	**53.773.527**
Subvenções Sociais	44.330.635	26.397.619
Campanhas Iniciativa Privada	38.964.515	27.375.908
Receita Operacional Bruta	**417.770.417**	**353.915.548**
Glosas de Convênios	(8.231.229)	(4.178.305)
Gratuidades Concedidas	(16.245.198)	(12.089.536)
Bolsas de Estudo	(5.672.853)	(3.887.412)
(-) Deduções da Receita	**(30.149.280)**	**(20.155.253)**
Receita Operacional Líquida	**387.621.137**	**333.760.295**

21.1 Uso dos recursos oriundos da captação de recursos

No ano de 2023, o uso dos recursos oriundos da captação de recursos atingiu o montante de R$ 83.295.150 (oitenta e três milhões, duzentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta reais), o que significa um aumento de 55% em relação ao exercício de 2022, contribuindo decisivamente para o resultado superavitário ora verificado.

NOTA 22 - GLOSAS DE CONVÊNIOS

As glosas são registradas mensalmente, em obediência ao princípio de competência, e são provenientes do não pagamento, por parte dos planos de saúde e convênios médicos, de valores referentes a procedimentos, medicamentos, materiais e taxas aplicados no atendimento de pacientes.

Em 2022, para um faturamento de R$ 142.876.764, foram registradas glosas no valor de R$ 4.178.305, que representam 2,92% do faturamento.

Já no exercício de 2023, para um faturamento de R$ 149.066.784, foram registradas glosas no valor de R$ 8.231.229, que representam 5,52% do faturamento. O aumento de glosas deve-se a novos critérios adotados pelas operadoras e a administração está em negociação com os planos de saúde para sanar a situação.

NOTA 23 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2023	2022 Reapresentado
Custo com Pessoal	105.135.469	89.054.711
Material e Medicamentos	62.336.481	52.198.031
Honorários Médicos	45.823.416	37.848.711
Gêneros Alimentícios	6.158.651	5.507.325
Manutenções	6.005.477	3.489.154
Serviços Profissionais PF/PJ	4.094.940	5.236.607
Material de Consumo	3.823.990	3.484.085
Água, Luz, Energia e Telefone	2.278.392	2.424.557
Outros Custos	12.235.667	10.272.819
Total	**247.892.483**	**209.516.000**

NOTA 24 - DESPESAS OPERACIONAIS

24.1 DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS

	2023	2022
Depreciação e Amortização (i)	10.228.135	11.163.219
Material de Consumo Geral Adm.	7.629.440	6.078.861
Serviços Profissionais Pessoas Jurídicas	12.303.236	14.114.215
Serviços Profissionais Pessoas Físicas	287.776	1.863.289
Marketing Adm.	4.200.456	3.963.005
Água/Energia Elétrica/Telefone/Gás	2.746.259	3.163.742
Despesas com Créditos Incobráveis	1.580.648	2.604.982
Provisão para Perdas em Processos Judiciais	40.000	1.211.868
Locação de Imóveis e Equipamentos	3.534.280	3.322.486
Outras Despesas Gerais Administrativas	6.307.588	10.255.552
Total	**48.857.818**	**57.741.219**

(i) Por limitação do sistema de gestão integrado (MV), que não faz a segregação da depreciação e amortização entre custos e despesas, a depreciação é reconhecida integralmente na rubrica de despesas administrativas gerais.

24.2 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2023	2022
Receita com Locação de Imóvel	858.016	824.068
Receita Estacionamento	305.698	231.499
Receitas de Convênios para Estágio	2.188.781	1.984.859
Receitas com Pesquisas Clínicas	845.584	1.766.450
Outras Receitas Operacionais	191.980	131.232
Despesas Tributárias	(946.073)	(290.138)
Outras Despesas Operacionais	(156.980)	(203.834)
Total	**3.287.006**	**4.444.136**

NOTA 25 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	11.979.323	9.572.815
Descontos Obtidos	946.291	714.617
Juros Recebidos	44.759	68.960
Total das Receitas Financeiras	**12.970.373**	**10.356.392**
Despesas Financeiras		
Juros Pagos/Descontos Concedidos	(717.942)	(337.987)
Taxas e Comissões Bancárias	(1.034.225)	(601.143)
Encargos sobre Empréstimos Bancários	(6.106.772)	(3.104.955)
Total das Despesas Financeiras	**(7.858.939)**	**(4.044.085)**
Resultado Financeiro Líquido	**5.111.434**	**6.312.307**

NOTA 26 – PRESTAÇÃO ANUAL DE SERVIÇOS AO SUS

Durante o exercício de 2023, a prestação de serviços ao SUS foi executada de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 187/21, e pelo contrato de prestação de serviços assinado com a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, tendo sido cumpridas todas as metas qualitativas e quantitativas.

NOTA 27 – APLICAÇÃO DE RECURSOS EM GRATUIDADE NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

27.1 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

Em atendimento ao artigo n.º 13-A da Lei 12.101/09 (Educação Superior) e ao artigo n.º 11 da Lei 11.096/05 (Ensino Superior), a instituição concedeu uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes no ano de no ano de 2023 para atender ao Programa Prouni e complementou com bolsas Prouni integrais e parciais para atingir 20% de gratuidades, conforme demonstração abaixo:

Cursos de graduação e sequenciais	Quantidade 2023	Quantidade 2022
Alunos matriculados nos cursos de graduação e sequenciais	1.399	1.126
Alunos pagantes nos cursos de graduação e sequenciais	1.137	895
Alunos necessários (relação 1 para 9)	127	100
Alunos com bolsa Prouni	327	254
Alunos com bolsa integral – Institucionais	15	22

NOTA 27.2 Aplicações em gratuidades educacionais considerando a Lei nº 12.101/09

Educação Superior	Quantidade 2023	Valores (R$) 2023	Quantidade 2022	Valores (R$) 2022
Número de alunos matriculados	1.399	81.854.957	1.126	67.760.708
Bolsas Prouni 100%	247	15.785.256	209	11.766.289
Bolsas Prouni 50%	80	459.942	45	323.247

A receita acima demonstrada refere-se aos cursos de graduação superior.

Além das gratuidades legais acima demonstradas, em 2023 foram concedidos R$ 4.326.311 em bolsas de estudos (R$ 3.887.412 em 2022), como incentivo ao desenvolvimento técnico e científico de profissionais da área de saúde, sendo que desse montante o total de R$ 216.975 são bolsas Valorizando Talentos, para contemplar colaboradores lotados no Complexo Pequeno Príncipe

NOTA 28 - ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em 2023, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro obteve isenções fiscais no valor total de R$ 66.240.569 (sessenta e seis milhões, duzentos e quarenta mil e quinhentos e sessenta e nove reais), distribuídas da seguinte forma:

RESUMO DAS ISENÇÕES POR INSTITUIÇÃO

	HPP[1]	CEVA[2]	FPP[3]	IPP[4]	TOTAL
IRPJ	5.218.781	-	-	-	**5.218.781**
CSLL	1.887.401	-	-	-	**1.887.401**
INSS – Patronal	29.364.058	168.565	8.460.703	1.787.988	**39.781.314**
COFINS	4.446.191	184.597	1.991.670	9.218	**6.631.677**
PIS	2.019.602	46.060	735.870	66.313	**2.867.846**
IPTU	609.088	-	-	-	**609.088**
ISS	7.593.657	307.662	1.327.780	15.364	**9.244.463**
TOTAL GERAL	**51.138.779**	**706.883**	**12.516.023**	**1.075.433**	**66.240.569**

[1] HPP – Hospital Pequeno Príncipe;
[2] CEVA – Centro de Vacinas Pequeno Príncipe;
[3] FPP – Faculdades Pequeno Príncipe; e
[4] IPPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.

NOTA 29 - TRABALHO VOLUNTÁRIO

O custo do trabalho voluntário utilizado pela Associação foi estimando com base nos valores praticados pelo mercado para as atividades exercidas pelos voluntários, totalizando o valor de R$ 303.000,00 (trezentos e três mil reais) para 5.050 (cinco mil e cinquenta) horas de serviços.

NOTA 30 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2023, a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro possuía apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para imóveis, veículos e equipamentos.

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Colisão	Frota	R$ 1.100.000	De 8/5/2023 a 8/5/2024
Incêndio e Demais Danos	Patrimonial	R$ 61.248.000	De 3/4/2023 a 3/4/2024
Responsabilidade Civil	Indenização aos Administradores	R$ 5.000.000	De 14/9/2023 a 14/9/2024

A administração da entidade considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações e bens.

NOTA 31 - GERENCIAMENTO DE RISCO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros derivativos

A entidade não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro 2023	Ativos Financeiros a Custo Amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total Contábil
Ativos financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa	23.345.110	-	23.345.110
Aplicações Financeiras	90.848.326	-	90.848.326
Contas a Receber de Clientes	26.791.747	-	26.791.747
	140.985.183		**140.985.183**
Passivos Financeiros			
Fornecedores	-	16.176.903	16.176.903
Empréstimos e Financiamentos	-	45.298.820	45.298.820
	-	**61.475.723**	**61.475.723**
Em 31 de dezembro 2022			
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.687.184	-	18.687.184
Aplicações Financeiras	75.189.639	-	75.189.639
Contas a Receber de Clientes	22.285.415	-	22.285.415
	116.162.238	**-**	**116.162.238**
Passivos Financeiros			
Fornecedores	-	15.304.415	15.304.415
Empréstimos e Financiamentos	-	25.743.332	25.743.332
	-	**41.047.747**	**41.047.747**

A entidade revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação e classificação, e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir.

a) Recebíveis: são classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da entidade e depósitos bancários de livre movimentação e contas a receber cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

b) Outros passivos financeiros: são classificados nesse grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

c) Valor justo: os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

d) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: a administração realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

• Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros da entidade é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A entidade monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com a finalidade de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

• Risco de crédito

A base de clientes da entidade apresenta certo grau de concentração em alguns principais clientes. Por meio de controles internos, a entidade monitora permanentemente o envio das faturas e demais informações aos convênios, o que limita o risco de contas inadimplentes e glosas. A administração registra provisão para créditos de liquidação duvidosa das perdas consideradas prováveis. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a entidade somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro tem atuação nos seguintes segmentos:
HPP – Hospital Pequeno Príncipe;
CEVA – Centro de Vacinas Pequeno Príncipe;
FPP – Faculdades Pequeno Príncipe; e
IPP – Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe.

31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	HPP	CEVA	FPP	IPP	Não Controlado por Segmento	Total
Ativo	-	-	-	-	367.239.463	367.239.463
Passivo	-	-	-	-	367.239.463	367.239.463
Receita Líquida	270.061.273	6.150.882	57.548.140	-	-	333.760.295
Custo dos Serviços Prestados	(174.426.431)	(4.608.629)	(22.021.975)	(8.458.965)	-	(209.516.000)
Superávit Bruto	**95.634.842**	**1.542.253**	**35.526.165**	**(8.458.965)**	**-**	**124.244.295**
Despesas Operacionais					(126.098.106)	(126.098.106)
Resultado Financeiro					6.312.307	6.312.307
Lucro Líquido	**95.634.842**	**1.542.253**	**35.526.165**	**(8.458.965)**	**(119.785.799)**	**4.458.496**

31 de dezembro de 2023	HPP	CEVA	FPP	IPP	Não Controlado por Segmento	Total
Ativo	-	-	-	-	398.643.221	398.643.221
Passivo	-	-	-	-	398.643.221	398.643.221
Receita Líquida	315.078.898	6.153.235	66.389.004	-	-	387.621.137
Custo dos Serviços Prestados	(202.619.080)	(5.681.628)	(26.443.741)	(13.148.034)	-	(247.892.483)
Superávit Bruto	**112.459.818**	**471.607**	**39.945.263**	**(13.148.034)**	**-**	**139.728.654**
Despesas Operacionais	-	-	-	-	(126.187.517)	(126.187.517)
Resultado Financeiro	-	-	-	-	5.111.434	5.111.434
Resultado do Exercício	**112.459.818**	**471.607**	**39.945.263**	**(13.148.034)**	**(121.076.083)**	**18.652.571**

Observação: os ativos, passivos, despesas operacionais e resultado financeiro da entidade não são controlados por segmento, assim não estão apresentados de forma segregada.

Ety da Conceição Gonçalves Forte
Presidente – CPF: 819.422.739-91

José Álvaro da Silva Carneiro
Diretor-corporativo – CPF: 010.153.039-00

Thiago Bochenek Dias
Contador CRCPR 065026/O
CPF: 059.178.519-64

CONTINUA →



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

ACOLHENDO FAMÍLIAS E ASSISTINDO CRIANÇAS DESDE 1919

• ASSISTÊNCIA • ENSINO • PESQUISA

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos administradores, conselho de administração e mantenedores da
Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro
Curitiba/PR

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pela limitação descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Base para opinião com ressalva

Ativo imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa n.° 12, em 31 de dezembro de 2023, a entidade possui registrado em seu ativo imobilizado o montante líquido de R$ 171.244.919 e apresentou controle gerencial do respectivo ativo imobilizado promovido pela área denominada Controle Patrimonial, subordinada à Controladoria. Entretanto, constatamos diferenças entre os saldos contábeis de custo (saldo contábil maior em R$ 500.214) e depreciação acumulada (saldo contábil menor em R$ 524.687) em relação aos respectivos controles gerenciais. Não foi possível pela administração a elaboração das respectivas conciliações tempestivamente, nos impossibilitando de realizar procedimentos de auditoria suficientes e apropriados que nos permitisse concluir sobre a adequação do saldo contábil do ativo imobilizado no montante de R$ 171.244.919 e da despesa de depreciação registrada no resultado do exercício no montante de R$ 10.228.135, em 31 de dezembro de 2023. Ademais, a administração da entidade contratou em 2023 empresa especializada em inventários de ativo imobilizado, buscando promover os ajustes necessários de logística e apuração do período de vida útil remanescente dos bens. Porém, os respectivos trabalhos de conciliações e consequentes ajustes não foram concluídos até a presente data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 26 de junho de 2023, contendo as seguintes ressalvas: diferenças entre saldo contábil e relatório financeiro no grupo do ativo imobilizado, obrigações sociais e receitas com convênios e glosas. Para o exercício de 2023, exceto pelo assunto do ativo imobilizado, todos os assuntos descritos neste parágrafo referente à auditoria do exercício anterior foram analisados, substancialmente solucionados e ajustados no exercício de 2023, conforme ajustes de reapresentação contidos na nota explicativa n.° 2. Portanto, não mantivemos os assuntos em nosso relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia;
• avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia a não mais manter-se em continuidade operacional; e

• avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

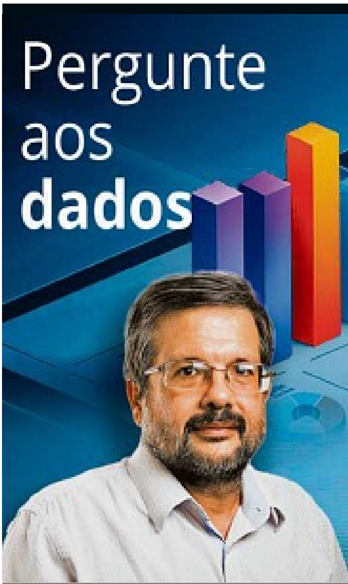
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive sobre as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de maio de 2024.

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC PR-011.979/F-1

Marcello Palamartchuk
Contador CRC 1PR-049.038/O-9

Política



César Felício

Confiança no BC é uma consequência do Plano Real

O Banco Central é uma instituição na qual 73% dos brasileiros têm algum grau de confiança, de acordo com levantamento do Ipec feito de 4 a 8 de julho com 2 mil entrevistas, realizado a pedido do **Valor**. Desses 73%, 33% afirmam ter "muita confiança", percentual que supera de longe os 11% que disseram ter "quase nenhuma" ou "nenhuma confiança", na instituição. O dado chama a atenção, já que o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, é alvo constante de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, desde que o BC interrompeu a trajetória de redução da taxa básica de juros, no início do ano.

Não há diferenças significativas no nível de confiança da instituição nos cruzamentos de gênero, idade, religião, região, instrução e renda levantados pelo Ipec. A imagem do BC é ligeiramente pior entre os mais idosos (27% disseram ter pouca ou nenhuma confiança, ante 24% da população em geral) e melhor na faixa entre 25 e 34 anos (77% assinalaram ter alguma ou muita confiança).

Na semana passada, com perguntas diferentes, a Genial/Quaest também procurou avaliar o humor nacional em relação ao Banco Central. Este outro levantamento constatou que 64% dos pesquisados não ficaram sabendo das críticas de Lula a Campos Neto e 69% ignoravam que o presidente do BC foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas 66% concordavam com Lula que a taxa de juros seria desnecessariamente alta e 67% avalizaram a afirmação do presidente de que o governo não deve satisfação ao mercado, e sim aos mais pobres.

Decisões fundamentais estão sendo tomadas neste ano por Lula e pelo Congresso Nacional em relação ao futuro do Banco Central. Lula deve indicar um novo presidente para a instituição no curso das próximas semanas ou meses, mas seguramente ainda em 2024. E o Senado analisa uma proposta de emenda constitucional que consolida a independência da autoridade monetária, dando a ela autonomia orçamentária. São duas questões, no entanto, que passam muito ao largo da opinião pública.

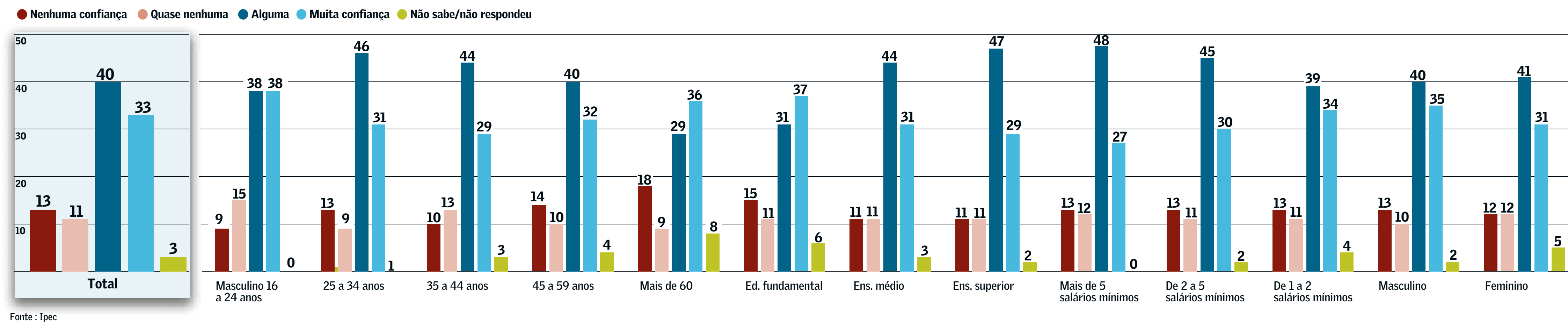
O BC inexiste de forma aparente no cotidiano da população, é praticamente um não assunto. Se algo explica o alto nível de confiança nas pesquisas à autoridade monetária a razão está na moeda e nos 30 anos do Plano Real, recentemente comemorados. O Banco Central fez parte da história que quebrou desde 1994 uma crônica anterior de inflação anual de três digitais, confiscos, congelamentos fracassados e troca de nomes da moeda. A estabilidade monetária consolidou uma estabilização da política que durou 20 anos, e, está claro agora, sobreviveu a ela.

Episódios como o impeachment de 2016, a Operação Lava-Jato, o governo Bolsonaro e o 8 de Janeiro turvaram as imagens das instituições da Presidência da República, do sistema partidário, do Judiciário, do Legislativo e das Forças Armadas, em uma sucessão de acontecimentos que foi catalisada pela força da desinformação das redes sociais. Mesmo o crescimento econômico tropeça no mundo inteiro desde a crise das "subprime" de 2008. Nem a confiança nas autoridades sanitárias ficou de pé, depois da pandemia de covid-19. Não há no Brasil, contudo, e isso desde 1994, fuga de ativos financeiros para ativos reais e nem corridas bancárias.

Lula critica o Banco Central para se eximir da responsabilidade por uma política fiscal de consistência duvidosa, o que terá mais dificuldades de fazer a partir do próximo ano, quando Campos Neto já não estiver mais à frente da instituição. Mas é um ataque com limites claros, dados pela própria solidez do real brasileiro que se vê no atacado, em que pese as oscilações no curto prazo. Um Banco Central que não consegue defender a moeda se torna presa fácil para qualquer demagogia. Basta comparar com o palavrório de Javier Milei em relação à autoridade monetária na Argentina.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Nível de confiança da opinião pública no Banco Central
Em %



Fonte : Ipec

Congresso Alcolumbre diz que só permitirá deliberação se houver entendimento com o governo, o que parece estar longe de ocorrer

PEC da autonomia financeira deve ficar para o 2º semestre

Caetano Tonet e Julia Lindner
De Brasília

Prevista na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado desta quarta-feira (17), a PEC que prevê a autonomia financeira do Banco Central (BC) enfrenta dificuldades para avançar e deve ficar para depois do recesso parlamentar informal.

Presidente do colegiado, o senador Davi Alcolumbre (União-AP) deixou claro, ao **Valor**, que só vai permitir a deliberação se houver entendimento com o governo, que tem atuado contra a iniciativa. A eventual solução parece estar longe de ocorrer.

Novas reuniões entre representantes do Ministério da Fazenda e de parlamentares envolvidos nas discussões devem ocorrer nesta terça (16).

Desde o início da tramitação do texto, Alcolumbre, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e lideranças da base governista veem o tema com bastante cautela. Como mostrou o Valor, muitos deles consideram melhor aguardar a mudança no comando do BC, no fim do ano, para analisar o tema.

Mesmo que avance na CCJ nesta semana, a PEC ainda precisaria aguardar o prazo mínimo de cinco sessões de debate em plenário para poder ser analisada. Isso, por si só, arrastaria a conclusão da votação para pelo menos a partir de agosto. Depois, a matéria vai à Câmara.

Além disso, Pacheco já deixou claro que o assunto precisa ser tratado com "prudência" e que não tem nenhuma intenção de acelerar a sua tramitação. Ele acrescentou, ainda, que em um momento de divergências entre o governo e o BC a PEC "talvez seja um ingrediente que não ajude a resolver o problema".

Em busca de acordo com o governo para o avanço da PEC, senadores que apoiam a iniciativa estudam criar uma natureza jurídica inédita para o órgão. Na última sessão da CCJ, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que o Executivo não é contra a autonomia financeira do BC, mas que vê com preocupação a transformação no órgão em empresa pública.

"O que eu trouxe para a CCJ naquele dia foi que o ministro da Fazenda não tem nenhuma oposição à independência financeira da iniciativa do BC. Eles disseram 'aleluia!', só que não precisa fazer uma empresa naquele formato para fazer isso", pontuou Wagner na segunda (15).

O senador baiano afirmou que o governo teme que, com o BC se convertendo em empresa, os possíveis prejuízos da administração das reservas do orgão que são cobertos pelo Tesouro impactarão as contas públicas.

Segundo interlocutores do autor da proposta, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), técnicos estudam propor uma natureza jurídica inédita e exclusiva para o BC para que, mesmo não virando empresa pública, o órgão não seja mantido como autarquia.

De acordo com essas fontes, a avaliação é de que caso o BC tenha independência orçamentária mas continue como autarquia será uma "autonomia fake". O caso de uma natureza jurídica específica é comum em países da Europa e nos Estados Unidos.

Jaques Wagner reconhece a possibilidade, mas afirma que, até o momento, o assunto não avançou. "É óbvio que eu posso me mirar em outros exemplos para construir o meu, mas não sou obrigado a copiá-los. Não é a linha que está sendo tomada."

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



Alcolumbre: presidente da CCJ diz que só delibera se houver entendimento

INÊS 249

Eleições Pré-candidato à reeleição, prefeito de São Paulo compara atos de vandalismo às sedes dos três Poderes a uma ação do movimento sem-teto

Aliado de Bolsonaro, Nunes minimiza atos do 8 de Janeiro

Cristiane Agostine
De São Paulo

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o prefeito e pré-candidato à reeleição de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), minimizou na segunda-feira (15) os atos de 8 de janeiro de 2023 contra a democracia e disse não acreditar que houve uma tentativa de golpe no país, apesar da destruição das sedes dos três Poderes por bolsonaristas radicais. Ao participar de sabatina promovida pelo UOL e pelo jornal "Folha de S. Paulo", Nunes defendeu o ex-presidente, que foi indiciado pela Polícia Federal sob a acusação de participar de um suposto esquema de apropriação indevida de joias milionárias e é investigado no caso da "Abin paralela" que teria funcionado na gestão Bolsonaro.

O prefeito disse que os ataques e a destruição das sedes do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto e do Congresso, há um ano e meio, depois da derrota de Bolsonaro nas urnas, foram um "atentado contra o patrimônio público" e não uma "tentativa de golpe". "Daquelas pessoas que estavam ali [em Brasília, no 8 de janeiro], eu não acredito [que houve tentativa de golpe]", afirmou.

Nunes afirmou ainda que as ações foram feitas por "pessoas humildes", "aposentados", "ambulantes" e minimizou uma orquestração política contra a democracia, para contestar a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Aquelas pessoas que a gente viu ali, pessoas em sua grande maioria humildes, ambulantes, aposentados... Eu não consigo imaginar que alguém sem um pau, sem nada... Eles cometeram um erro gravíssimo e têm que pagar por isso, mas está muito distante de a gente poder dizer que aquelas pessoas tinham uma intenção de dar um golpe de Estado", disse. O STF, o Congresso e o Planalto tiveram prejuízos calculados em mais de R$ 25 milhões, com a depredação de suas sedes no dia 8 de janeiro.

Em uma tentativa de atacar seu principal adversário na disputa, o pré-candidato do Psol, deputado Guilherme Boulos, o prefeito comparou os atos de 8/1 a uma ação do MTST em setembro de 2015, no prédio do Ministério da Fazenda, em São Paulo. Na ocasião, militantes do movimento nacional dos sem-teto fizeram um ato pacífico em protesto contra cortes no programa Minha Casa Minha Vida. "É aquela invasão. Não tem diferença em relação às invasões de prédios públicos", disse o prefeito, citando a ação do MTST.

Nunes vinculou ainda Boulos ao deputado federal André Janones (Avante-MG), acusado de desviar recursos públicos por meio de "rachadinha", em 2019. Na Câmara, Boulos votou a favor do arquivamento do caso de Janones no Conselho de Ética, sob a justificativa de que o colegiado só poderia julgar aquilo que aconteceu na atual legislatura e não na anterior, como era o caso das denúncias.

Questionado sobre as investigações contra Bolsonaro, como a suposta existência de uma "Abin paralela" na gestão do ex-presidente, que investigou ministros do STF, políticos e jornalistas, Nunes desconversou e citou o caso da "Escola Base". "[Neste ano] Completa 30 anos da Escola Base. Aquilo foi exemplo pra todos nós. Investigação é algo que vai ser desenvolvida. Precisa ter muita cautela na hora de julgar ou de ter pré-julgamento", disse o prefeito, citando o caso dos proprietários de uma escola de educação infantil, que há 30 anos foram acusados injustamente de abuso sexual de crianças. As investigações mostraram que a denúncia era falsa e que os proprietários foram erroneamente acusados.

> "Estou grato e feliz de ter o apoio de Bolsonaro"
> *Ricardo Nunes*



REPRODUÇÃO
Ricardo Nunes sobre as investigações em torno da 'Abin paralela': "Precisa ter muita cautela na hora de julgar"

Nunes evitou falar que é bolsonarista — "sou ricardista" —, mas destacou que trabalhou "muito para ter o apoio de Bolsonaro". "Estou grato e feliz de ter o apoio de Bolsonaro", afirmou. O ex-presidente indicou o vice na chapa, coronel Mello Araújo (PL).

Eleito como vice de Bruno Covas (PSDB) em 2020, Nunes assumiu a prefeitura em maio de 2021, com morte do tucano. O PSDB, no entanto, decidiu não apoiar Nunes e lançou a pré-candidatura do apresentador José Luiz Datena.

Questionado se avalia como uma "traição" o lançamento de Datena, Nunes reclamou da decisão do PSDB. "Não diria traição, mas diria injustiça", disse.

O prefeito desconversou ainda sobre as promessas não cumpridas por sua gestão, como o fato de não entregar nenhum dos 12 Centros Educacionais Unificados (CEUs) programados e de tirar do plano de metas a construção de dois BRTs, de quatro terminais de ônibus e de piscinões.

No momento mais tenso da sabatina, Nunes mostrou-se contrariado com perguntas sobre um Boletim de Ocorrência registrado por sua esposa contra ele, com acusação de agressão verbal e ameaças. O tema marcou a campanha de 2020, quando Nunes era vice de Covas. O prefeito se disse "indignado" com a pergunta. "É irresponsabilidade trazer uma coisa dessas". Nunes negou a existência do BO. "É óbvio que é forjado", disse. "Não existe esse BO", afirmou. No entanto, a "Folha de S. Paulo" publicou o documento e a esposa de Nunes, Regina, confirmou em 2020 ao jornal, em nota assinada por ela, a existência do BO.

PT e PSDB fazem pressão para que Tabata desista

Lucas Ferraz
De São Paulo

A deputada federal Tabata Amaral (PSB), pré-candidata à Prefeitura de São Paulo, tem sido pressionada por duas frentes distintas diante dos resultados das últimas pesquisas de intenção de voto, que a colocam em quinto lugar na disputa municipal.

De um lado, integrantes do PT envolvidos no debate eleitoral acham que a deputada, diante do cenário adverso nos levantamentos, poderia renunciar à candidatura e apoiar o candidato do Palácio do Planalto, o também deputado federal Guilherme Boulos (Psol), que na última pesquisa Datafolha apareceu empatado tecnicamente — com 23%, um ponto percentual a menos — com o atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), que tentará a reeleição.

De outro, o PSDB não esconde o desejo de ter Tabata como eventual vice de José Luiz Datena, caso o apresentador realmente confirme seu nome nas urnas — ele se lançou candidato nas últimas quatro eleições e depois desistiu de última hora.

A entrada em cena dele e do coach Pablo Marçal (PRTB) deixaram a deputada do PSB em quinto na última pesquisa Datafolha. Eles têm, respectivamente, 11%, 10% e 7%.

Outra sondagem recente de intenção de voto, da Genial/Quaest, trouxe os pré-candidatos na mesma posição, embora com porcentagens diferentes.

Ao **Valor**, o ministro Márcio França (Empreendedorismo), nome do PSB que tem atuado em atos de pré-campanha ao lado da Tabata em São Paulo, afirmou que no início do ano houve pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o partido não lançar a candidata na cidade, em prol do projeto de Boulos. Agora, garante ele, essa pressão não existe mais. "O Lula reconhece a importância dela na disputa", ressaltou.

Tabata afirmou que as pesquisas de sua pré-campanha mostram um cenário muito diferente, com ela ainda em terceiro. "Meu maior problema ainda continua sendo o desconhecimento dos eleitores", disse.

A interlocutores, ela tem dito que não vai desistir da candidatura e ainda espera pelo PSDB na sua chapa. O lançamento da pré-candidatura de Datena foi visto como uma "traição" por parte de sua equipe, já que no início do ano a deputada e o apresentador estavam juntos. Em janeiro, Datena acompanhou o lançamento da pré-candidatura de Tabata na laje da casa de sua mãe na periferia sul de São Paulo. Depois, trocou o PSB pelo PSDB numa articulação feita pela própria Tabata.

"Gosto muito da Tabata, tenho uma profunda admiração por ela, mas as pesquisas mostram que Datena, neste momento, é o único com condição de romper a polarização em São Paulo", afirma José Aníbal, presidente do diretório paulistano do PSDB, referindo-se aos candidatos de Lula (Boulos) e Jair Bolsonaro (Nunes).

Aníbal também recusa o termo "traição". "As circunstâncias mostraram condição melhor para ele disputar a eleição. Por que o PSDB tem que abrir mão?", questiona.

O suspense está em relação ao próprio Datena, que tirou férias da TV Bandeirantes, onde apresenta um programa policial de grande audiência. Ele deveria começar a pré-campanha, com agendas pela cidade, na semana passada, mas cancelou em cima da hora, segundo o PSDB, por questões de saúde. O partido garante que os eventos com entrevistas e visitas a locais públicos vão começar nesta semana.

Para os tucanos, que perderam toda a sua bancada na Câmara Municipal, a candidatura, se confirmada, será um grande desafio. O partido terá entre 40 e 50 segundos de tempo na propaganda eleitoral gratuita. De acordo com a Justiça Eleitoral, as legendas têm até 5 de agosto para oficializar os candidatos ao pleito municipal.

Paes testa ex-secretário para vice

Camila Zarur
Do Rio

O ex-secretário municipal da Casa Civil Eduardo Cavaliere (PSD) tem ganhado força na disputa interna para a vaga de vice na chapa à reeleição do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD). O chefe do Palácio da Cidade passou a testar o nome do deputado estadual. É o que afirmam fontes ligadas ao prefeito ouvidas pelo **Valor**.

O preferido é o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), braço direito de Paes. Fontes afirmam que o prefeito teria prometido a vice ao parlamentar, mas pontuou que ele deveria ter "responsabilidade para negar o convite". Em outras palavras, se o nome de Pedro Paulo provocar impacto negativo ou desgaste na campanha, seria melhor que ele recusasse a indicação.

Apesar de ser visto pelo entorno do prefeito como um deputado competente e um bom gestor, interlocutores avaliam que Pedro Paulo tem uma "imagem desgastada" que contribuiu para uma série de derrotas políticas nos últimos anos. Um dos fatores que mais pesam contra o parlamentar é a acusação de que teria agredido a ex-mulher. O caso foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2016, após inquérito apontar que Pedro Paulo era inocente.

A denúncia, contudo, contribuiu para o desempenho fraco que teve na eleição municipal daquele ano, terminando em terceiro lugar. Também influenciou para que o deputado fosse vetado como ministro do Turismo na gestão atual de Lula. O PSD havia indicado Pedro Paulo ao cargo, mas integrantes do governo federal posicionaram-se contra a indicação.

Essa percepção negativa do parlamentar também tem refletido em pesquisas internas do partido.

Já a favor de Cavaliere, de apenas 29 anos, pesa o fato de que o ex-secretário é visto como um "bom sargento" — isto é, sabe receber ordens e repassá-las a subordinados. Isso será importante, dizem interlocutores, caso Paes deixe o Executivo para concorrer ao governo do Estado em 2026. De acordo com o calendário eleitoral, o prefeito deverá, se for reeleito, desincompatibilizar-se do cargo seis meses antes do pleito.

Se esse quadro se concretizar — e essa possibilidade, dizem aliados, é cada vez maior —, Paes quer ter certeza de que deixará a prefeitura com quem aceite e cumpra seus pedidos. Dessa forma, o prefeito continuará "governando a capital", mesmo fora do cargo.

A chance de Paes deixar a prefeitura, se reeleito, para disputar o governo estadual é o que o faz não querer dar a vice para ninguém que não seja de seu grupo político. O posto é cobiçado por outros partidos que já anunciaram apoio à reeleição do chefe do Palácio da Cidade — principalmente o PT.

Há um porém em relação a Cavaliere. Integrantes do entorno de Paes afirmam que o ex-secretário não é muito bem visto entre os vereadores. Um dos motivos para isso é que, na época que esteve na Casa Civil, ele não costumava receber os parlamentares da cidade.

Nesse sentido, a avaliação de fontes ligadas à prefeitura é de que uma eventual escolha de Cavaliere demandará esforços para melhorar seu trânsito na Câmara Municipal. Essa responsabilidade poderia recair sobre o presidente da Casa, Carlo Caiado (PSD-RJ), outro nome cotado para a chapa de Paes.

> Pedro Paulo é favorito ao posto, mas tem "imagem desgastada", dizem aliados do prefeito

No rol das possibilidades para vice, Caiado é apontado como quem tem menos chances de ser escolhido. Segundo interlocutores, o vereador é como alguém com "vida própria". Mas, para que o presidente da Câmara dos Vereadores não saia de mãos abanando, o entorno do prefeito tem dito que o aliado será fundamental para assegurar a força de Paes no Parlamento municipal.

O PSD marcou para sábado (20) a convenção que vai oficializar Paes como candidato à reeleição. O vice não será anunciado no evento, que terá um caráter mais protocolar e "cartorial", afirmam aliados do prefeito. A escolha só será feita ao fim do prazo para registro das candidaturas, que termina em 15 de agosto.

Nesta segunda-feira (15), o prefeito se reuniu com líderes dos partidos aliados para falar sobre o vice. Dirigentes do PT, PDT, Solidariedade, PCdoB e PV reafirmaram que vão apoiar Paes mesmo que o pré-candidato à reeleição forme uma chapa-pura. Também não impuseram nenhuma restrição a nomes.

Soutello comandará marketing de Datena

De São Paulo

O PSDB de São Paulo contratou o marqueteiro Felipe Soutello para a pré-campanha do apresentador José Luiz Datena à prefeitura da capital paulista. Um dos idealizadores da chapa vitoriosa composta por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSB) para disputar a Presidência em 2022, Soutello foi o responsável pela campanha de Simone Tebet (MDB) na disputa presidencial passada e atuou em campanhas tucanas em São Paulo, como a do então prefeito Bruno Covas em 2020.

O marqueteiro é filiado ao PSDB e atuou com conselheiro do prefeito da capital e pré-candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), que assumiu a prefeitura paulistana depois da morte de Bruno Covas, em maio de 2021. Soutello trabalhou também na campanha de Márcio França (PSB) ao governo de São Paulo, em 2018, entre outras.

Nesta segunda-feira (15), o marqueteiro reuniu-se com Datena e o presidente do diretório municipal de São Paulo, ex-senador José Aníbal, para articular a estratégia da pré-campanha.

Dentro do PSDB, dirigentes tentam mostrar que a pré-candidatura de Datena é "para valer" e que o apresentador não deve desistir como em eleições passadas. Nesta semana, ele começará a conceder entrevistas e fazer atividades públicas da pré-campanha. Mas ainda há dúvidas entre esses dirigentes se Datena levará a disputa municipal até o fim. O partido deve fazer sua convenção em 3 de agosto, dois dias antes do prazo final para a realização das convenções.

A cúpula do PSDB paulista decidiu não apoiar a reeleição de Nunes, mas o prefeito disse nesta segunda-feira que tem apoio da militância tucana e que ainda busca um acordo com a legenda. Segundo o último Datafolha, a disputa é liderada por Nunes, com 24%, e Guilherme Boulos (Psol), com 23%, empatados dentro da margem de erro de três pontos percentuais. Na sequência, estão Datena com 11%, Pablo Marçal (PRTB), com 10%, Tabata Amaral (PSB), com 7%, e Maria Helena (Novo), com 5%. ***(CA)***

Judiciário Áudio foi feito por Alexandre Ramagem em reunião com ex-presidente, advogadas e o então ministro Augusto Heleno

Em gravação, Bolsonaro discute blindagem de Flávio

Flávia Maia, Andréa Jubé, Caetano Tonet, Gabriela Pereira, Mariana Assis e Camila Zarur
De Brasília e do Rio

Uma gravação de reunião realizada no Palácio do Planalto em agosto de 2020 revela que o ex-presidente Jair Bolsonaro e auxiliares do governo discutiram com advogadas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) uma estratégia de como blindar o parlamentar nas investigações no caso das rachadinhas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) a partir do uso da máquina pública e órgãos como o GSI, Dataprev, Receita Federal e o Serpro.

Os detalhes do encontro foram tornados públicos na segunda-feira (15), quando o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribuna Federal (STF), retirou o sigilo do áudio, gravado pelo ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem (PL). A gravação faz parte do inquérito da Polícia Federal que apura o monitoramento ilegal realizado pela Abin durante a gestão de Bolsonaro.

Além dos dois, participavam da reunião o então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno e as advogadas Luciana Pires e Juliana Bierrenbach. Na conversa, eles traçam planos de como desqualificar a investigação, tornar nulas as provas e livrar Flávio Bolsonaro das acusações. Para isso, pretendiam usar a influência do presidente e seus aliados no poder.

No áudio, Jair Bolsonaro recomendou cuidado com possíveis gravações. "E deixar bem claro, a gente nunca sabe se alguém está gravando alguma coisa. Que não estamos procurando favorecimento de ninguém."

MÁRCIA FOLETTO/O GLOBO — 16/5/2024



Ramagem: ex-diretor-geral da Abin nega que gravações sejam clandestinas

Na gravação de mais de um hora, as advogadas de Flávio Bolsonaro defendem para o ex-presidente que é preciso desqualificar as provas usadas na denúncia das rachadinhas. Em um trecho, Luciana Pires diz ao então presidente que o Relatório de Inteligência Fiscal (RIF), feito por órgãos de inteligência fiscal, como Receita Federal e Coaf, foi encomendado, indicando que houve má-fé nas apurações.

Em seguida, os participantes debatem que órgãos poderiam ser acionados, até que Ramagem sugere que o melhor local seria a Receita Federal. Ele ofereceu a estrutura de inteligência da Presidência para encontrar os auditores responsáveis pelo caso. "Não pode ser do agente político, ministro da economia, tem que ser na Receita, mostrando que tem uma notícia para ele, para ele botar para baixo."

Bolsonaro também sugere que seria bom procurar o chefe da Receita Federal. "É o caso de conversar com o chefe da Receita. Ele tá pedindo é um favor". Neste ponto, o ex-presidente refere-se a José Barroso Tostes Neto, que foi secretário da Receita entre setembro de 2019 e dezembro de 2021.

O ex-presidente também cita a possibilidade de falar com Canuto, possivelmente Gustavo Canuto, que foi ministro na gestão de Bolsonaro e presidente do Dataprev, estatal que processa os dados das aposentadorias. Não fica claro se ele se referia, na verdade, à Serpro, empresa que processa dados da Receita, também citada na conversa. "É o zero um [chefe da Receita] dos caras. Era ministro meu e foi pra lá. Sem problema nenhum", diz.

O próprio Heleno diz: "Tentar alertar ele que ele tem que manter esse troço fechadíssimo. Pegar de gente de confiança dele. Se vazar [inaudível]", em referência a Canuto e/ou Tostes.

Na mesma conversa, Bolsonaro chegou a afirmar que o ex-governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel prometeu resolver a investigação do caso de "rachadinha" no gabinete de Flávio na Alerj em troca de uma nomeação para o STF. Witzel nega o relato.

Em nota, Flávio Bolsonaro afirmou que "o áudio mostra apenas minhas advogadas comunicando as suspeitas de que um grupo agia com interesses políticos dentro da Receita Federal e com objetivo de prejudicar a mim e à minha família."

Em vídeo nas redes sociais, Ramagem negou que a gravação tenha sido feita de forma clandestina. Procurada, a defesa de Jair Bolsonaro não se manifestou. Augusto Heleno disse que não vai se manifestar.

Canuto afirmou que não foi procurado para falar sobre o caso. Tostes e Caio Paes de Andrade, que presidia a Serpro na época, não retornaram. Juliana Bierrenbach informou que não tem nada a declarar. O **Valor** não conseguiu contato com Luciana Pires. ***(Colaborou Jéssica Sant'Anna)***

Ex-chefe da polícia nega contato com Brazão

Marcelo Ribeiro e Mariana Assis
De Brasília

Preso sob acusação de ser um dos mentores intelectuais do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) e do motorista Anderson Gomes, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa afirmou na segunda-feira (15), em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, que nunca teve contato com Domingos Brazão e Chiquinho Brazão, supostos mandantes da execução da parlamentar carioca.

"Desde o dia 31 de maio de 1969 [data de seu nascimento], eu nunca falei com nenhum irmão Brazão. Nem assunto pessoal, nem profissional, nem político, nem religioso, nem espiritual, nem de lazer. Nunca falei com essas pessoas na minha vida. Eu não existo para eles, eles não existem para mim. Nenhum contato e estou aqui, preso há quatro meses", disse Barbosa ao colegiado presidido por Leur Lomanto Júnior (União-BA).

Em seu depoimento, ele afirmou que a única coisa que fez sobre o caso foi indicar o delegado Giniton Lages para conduzir as investigações. Destacou ainda que o seu escolhido foi o responsável por prender, com provas técnicas, Ronnie Lessa — detido por matar Marielle e Anderson. "Era o delegado mais completo para investigar. Não influenciei em nenhuma investigação, muito menos nessa."

Ele evitou se posicionar ao ser questionado se acredita numa eventual inocência dos irmãos Brazão. "Eu respondo por mim. Não fiz o que me apontaram. Muito pelo contrário. Eu indiquei o delegado responsável pelas investigações e pela prisão de Lessa. E ele se voltou contra quem o prendeu. Isso que me indigna. Me prenderam e eu sou inocente. Eu nunca faria isso com qualquer pessoa. Muito menos com quem só ajudou. Marielle só me ajudou."

O ex-chefe da Polícia Civil lembrou que, quando ele assumiu a delegacia de homicídios, Marielle, que trabalhava com o então deputado Marcelo Freixo, que presidia a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), o contatava e colaborava com seu trabalho. "Sempre que havia alguma ocorrência sobre morte nos falávamos. Ela chegou a colaborar comigo em investigações sobre mortes no Complexo da Maré."

Ele esclareceu ter sido contra a federalização das investigações do caso, porque, segundo ele, "sabia que Giniton e sua equipe chegariam ao autor da execução". "Quem produziu o resultado que colocou Ronnie Lessa na cadeia, foi quem eu indiquei", destacou.

Na oitiva, ele chamou Lessa de assassino e covarde. Em delação, o autor do assassinato disse que os irmãos Brazão foram os mandantes e que eles teriam a garantia de Barbosa de que o caso não seria elucidado. Os três estão presos desde março.

"Lessa é um assassino, é um covarde. Ele está fazendo isso para ter um benefício indevido. Está me acusando e acusando o Giniton de coisas que não fizemos", afirmou.

Além da relatora Jack Rocha (PT-ES), apenas o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) e Cleber Barbosa, responsável pela defesa de Chiquinho Brazão, fizeram questionamentos ao depoente. A reunião esvaziada ocorreu às vésperas do recesso parlamentar, que começará oficialmente nesta quinta-feira (18).

INÊS 249

EUA Primeiro dia da Convenção Nacional Republicana foi marcada pela definição da chapa

Trump escolhe o senador e ex-mariner JD Vance para ser seu candidato a vice

Eduardo Graça
De Milwaukee (EUA)*

Na ação mais importante de ontem, primeiro dia da Convenção Nacional Republicana, o ex-presidente dos EUA Donald Trump escolheu ontem o senador e fuzileiro naval da reserva J.D. Vance, de Ohio, como seu vice, formalizando assim a chapa para a eleição presidencial de 5 de novembro.

"Após longas deliberações e considerações, e considerando o grande número de talentos de muitos outros, eu decidi que a pessoa melhor preparada para assumir a posição de vice-presidente dos EUA é o senador J.D. Vance, do grande Estado de Ohio", anunciou Trump na sua rede Truth Social.

A história ilustra bem como convenções partidárias são oportunidades para, no dicionário político americano, se "nacionalizar o perfil" e "ganhar capital", de olho em disputas futuras. Uma história emblemática é a de Marco Rubio, 41 anos, se apresentando, um a um, aos delegados dos 50 estados republicanos no evento de 2012. Antes da era dos memes, seu esforço virou chacota à esquerda mas a longo prazo de fato ampliou seu alcance e o cristalizou como figura de destaque do universo latino na direita americana. Não por acaso, ele foi, de acordo com pessoas próximas do ex-presidente, um dos três finalistas na escolha para ser o companheiro de chapa de Trump este ano.

Dois anos mais novo que o político da Flórida na ocasião, J.D. Vance, que tem 39 anos, não precisou fazer isso em Milwaukee. É força reconhecida pelos delegados, destaque da vanguarda do trumpismo. Mas sua escolha mostrou, apontam analistas, que o futuro do Partido Republicano tal qual imaginado por Donald Trump passa inevitavelmente pela preservação do populismo de direita do Maga — a política "Make America Great Again" do ex-presidente. Algo que foi devidamente anotado pelos políticos com menos de 50 anos com potencial, de acordo com a imprensa americana, de se destacar no evento, que termina nesta quinta-feira.

Diretor para os EUA da consultoria de risco Eurasia Group, Clayton Allen enfatiza que o plantel de estrelas em ascensão no Partido Republicano hoje é extenso, entre eles o próprio Vance e a deputada Elise Stefanik, de Nova York. Mas que todos, com exceção "provável" da senadora Katie Britt, de 42 anos, herdeira política de seu colega Mitch McConnell, hoje líder da minoria e desafeto de Trump, rezam por cartilha idêntica: o trumpismo.

"E eles escancararam a verdade crucial sobre o futuro do Partido Republicano: o caminho, que parece, com esta Convenção, da reinvenção definitiva do Partido Republicano pelo populismo de direita, o protecionismo na economia e o isolacionista nas relações exteriores. Essa nova geração de líderes irá manter a maioria das diretrizes estabelecidas nos anos Trump", diz Allen.

Por essa lógica, diminui a ascendência no partido de dois pré-candidatos à presidência este ano, a ex-governadora e embaixadora Nikki Haley, de 52 anos, e o governador da Flórida, Ron DeSantis, 45. Os dois discursarão na Convenção dentro da narrativa da "união nacional" proposta por Trump desde o atentado na Pensilvânia. Mas "cometeram o crime", como frisou reservadamente o líder de uma delegação de um estado indeciso, de baterem de frente com Trump. Já o empresário Vivek Ramaswamy, de 38 anos, que abandonou sua candidatura no início das prévias da oposição para apoiar Trump, deve ter um cargo de destaque no governo no caso de vitória da oposição em novembro.

> "Nova geração de líderes manterá maioria das diretrizes adotadas nos anos Trump"
> *Clayton Allen*

Considerada uma espécie de J. D. Vance da Costa Leste, a deputada Elise Stefanik tem 40 anos e já fez sucesso ontem na Convenção ao lembrar pesquisas recentes no estado de Nova York que mostram uma frente de apenas 10% de Biden em relação a Trump. Ela iniciou na política sob a égide do neocoservadorismo do presidente George W. Bush e quando afirmou que "iremos vencer em Nova York este ano" não foi percebida pelos delegados como uma jovem ingênua. Ela subiu posições no ranking do trumpismo durante os dois processos de impeachment contra o republicano, em que se mostrou uma das vozes mais constantes em sua defesa.

Seu colega de Câmara Byron Donalds, de 45 anos, um dos poucos políticos afro-americanos de destaque no Partido Republicano, fará um dos discursos mais aguardados desta segunda-feira. Jovem, carismático (a fila para tirar fotos com o político da Flórida, já no Aeroporto de Milwaukee, no último domingo, dava voltas ao lado das esteiras da bagagem), bem-sucedido na área de finanças, dá-se no partido a ele boa parte do crédito do avanço de intenções de votos especialmente de homens jovens negros a Trump. Em suas constantes aparições na televisão, já afirmou saber funcionar como um contraponto à visível carência de diversidade da direita americana, mas também celebrou ser um "começo". Todos, após a escolha de J.D. Vance, publicamente, saudaram a escolha de JD Vance como uma passagem geracional que também os inclui. No caso de vitória cada vez mais provável da chapa Trump-Vance em novembro, 2028 pode não ser o ano em que eles serão ungidos como líderes do Partido Republicano, mas uma vaga de vice estará aberta. Quem sabe?

Investigação difícil. Paralelamente à convenção, dois dias depois de Thomas Matthew Crooks ter cometido um dos atos mais chocantes de violência política em meio século — ao atirar em Trump e matar um de seus partidários —, tanto os investigadores como as pessoas da sua comunidade no oeste da Pensilvânia não pareciam nem perto de entender a razão do ataque.

O FBI analisou o celular de Crooks e não encontrou nada que explique por que ele subiu em um telhado e atirou contra o ex-presidente, acertando de raspão sua orelha, disseram autoridades. Os pais de Crooks disseram às autoridades que ele não parecia ter nenhuma inclinação política forte e tinha poucos amigos, se é que tinha algum.

Seu empregador mais recente, o dono de uma casa de repouso, disse que Crooks realizou seu trabalho sem preocupação na sexta-feira e que sua verificação de antecedentes estava limpa.

Crooks era membro de um campo de tiro a meia hora de carro de Bethel Park, no topo de uma colina no final de um longo caminho arborizado, o Clairton Sportsmen's Club. Ele foi sócio por cerca de um ano, disse um dirigente do clube. ***(* de "O Globo", com agências internacionais)***

CAROLYN KASTER/AP



Trump, à esquerda, reaparece em Convenção Republicana com curativo em orelha ferida por tiro, ao lado de J.D. Vance, escolhido para compor sua chapa

Vice escolhido já foi crítico feroz de Trump

Associated Press, de Washington

O senador James David Vance, escolhido por Donald Trump para ser seu candidato a vice-presidente, é um antigo crítico que se tornou aliado do ex-presidente. Agora, aos 39 anos, o militar da reserva formado em direito será o primeiro millennial (nascidos entre 1981 e 1996) a compor uma chapa partidária importante, num momento de profunda preocupação com o avanço da idade dos principais líderes políticos americanos.

Ele alcançou fama nacional com a publicação em 2016 de seu livro de memórias, "Hillbilly Elegy" — em tradução livre, "elegia caipira — no qual descreve, por meio da história de sua família, a decadência da classe trabalhadora branca dos EUA. Foi eleito para o Senado em 2022 por Ohio, um dos Estados da região do "cinturão da ferrugem", uma das que mais sofreram com a transformação industrial dos país.

Após alguns anos de críticas a Trump — a quem chegou a qualificar como "Hitler americano", Vance acabou se tornando um dos mais ferrenhos defensores da agenda do ex-presidente conhecida como Maga (Make America Great Again, ou "faça os EUA grandes de novo"), especialmente em matéria de comércio, política externa e imigração.

Trump relatou em sua rede social Truth Social Network: "Após longa deliberação e reflexão, e considerando os enormes talentos de muitos outros, decidi que a pessoa mais adequada para assumir o cargo de vice-presidente dos EUA é o senador J.D. Vance."

Vance é formado em Ciências Políticas e Filosofia pela Universidade Estadual de Ohio e em direito pela Universidade Yale. Depois de servir no Corpo de Fuzileiros Navais, chegou a ser enviado para missões no Iraque.

O ponto faco de Vance é que ele basicamente não foi testado na política nacional e junta-se à chapa de Trump em um momento extraordinário. A tentativa de assassinato de Trump em um comício no sábado causou alterações na campanha, chamando nova atenção para a retórica política grosseira do país e reforçando a importância daqueles que estão a um passo da presidência.

O próprio Vance enfrentou críticas após o tiroteio por uma postagem na rede social X sugerindo que o presidente dos EUA, Joe Biden, era o culpado pela violência. "A premissa central da campanha de Biden é que o presidente Donald Trump é um fascista autoritário que deve ser detido a todo custo", escreveu Vance. "Essa retórica levou diretamente à tentativa de assassinato do presidente Trump."

O ex-deputado republicano Lee Zeldin descreveu Vance como "altamente inteligente", "simpático", "trabalhador esforçado" e, especialmente, um "bom mensageiro".

"Ele é o tipo de pessoa que pode fazer uma entrevista amigável com a mídia e pode fazer uma entrevista mais hostil, se necessário. E, se você atacá-lo, ele, está pronto para revidar. E se o repórter insistir, ele está pronto para continuar defendendo sua posição e fazer isso com um sorriso no rosto", disse Zeldin.

Nada está definido nas eleições nos EUA

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Uma das declarações mais famosas do ex-presidente Donald Trump foi feita em 2016: "Eu poderia ficar no meio da Quinta Avenida e atirar em alguém, e não perderia nenhum eleitor".

A brincadeira sempre teve um fundo de verdade. Os principais apoiadores de Trump são incrivelmente leais, mantendo-se fiéis ao seu líder apesar das 91 acusações criminais e das numerosas declarações violentas ou vulgares que teriam acabado com as carreiras de políticos mais convencionais.

Mas embora "atirar" em alguém possa não ser suficiente para fazer Trump perder eleitores, já se especula que levar um tiro e ser levemente ferido poderá fazer a eleição pender decisivamente a seu favor. Após a tentativa de assassinato deste fim de semana, o mercado de apostas se moveu a favor do ex-presidente americano. Nate Silver, decano dos analistas de pesquisas eleitorais, acredita que "isso no mínimo torna Trump muito mais simpático". Ele acredita que muitos americanos que não gostam de nenhum dos dois candidatos "poderão agora achar mais fácil votar em Trump".

Um político normal poderia de fato esperar receber votos de simpatia significativos após sobreviver a uma tentativa de assassinato. Mas Trump é uma figura altamente polarizadora. É improvável que milhões de eleitores que jamais votariam em Trump agora venham a fazer isso, por mais horrorizados que tenham ficado com a vil tentativa de assassinato. Portanto, o receio que alguns democratas estão demonstrando reservadamente, de que as eleições "acabaram", é sem dúvida fatalista demais.

O grupo de eleitores indecisos nos EUA é pequeno. Alguns poderão ser inspirados pela bravata com a qual Trump se livrou de uma tentativa contra a sua vida. Mas outros poderão ficar abalados se houver muita exibição de ódio na convenção republicana desta semana em Milwaukee, onde Trump deverá aceitar a indicação de seu partido.

Muita coisa vai depender de como o próprio Trump interpretará as coisas em seu discurso de aceitação. Sua resposta inicial nas redes sociais foi pedir calma e apelar à unidade nacional. Seguir essa mensagem seria uma decisão sábia para a sua campanha e para o país. Se Trump ceder ao seu gosto pela retórica desagregadora sobre vingança, despertará paixões e poderá assustar alguns eleitores indecisos.

A campanha de Trump certamente usará a tentativa de assassinato para enfatizar dois temas fundamentais da campanha: a força e a vitimização. No entanto, a vingança é também um tema favorito de Trump, ao qual ele acha difícil resistir. No ano passado ele disse em um comício: "Eu sou guerreiro. E sou a justiça de vocês. E para aqueles que foram injustiçados e traídos, eu sou a sua retribuição".

> "O atentado no mínimo torna Trump muito mais simpático"
> *Nate Silver*

Os representantes de Trump há estão culpando os democratas pelo atentado contra sua vida. O senador JD Vance de Ohio, amplamente considerado como um possível companheiro de chapa de Trump, acusou a campanha de Biden de criar um ambiente político tóxico que "levou indiretamente à tentativa de assassinato do presidente Trump".

O sentimento de vitimização entre os republicanos provavelmente é sincero em alguns aspectos. Ex-assessores de Trump, como Steve Bannon e Peter Navarro, estão cumprindo penas de prisão por se recusarem a testemunhar perante o Congresso. Trump ainda aguarda a sentença por pagar dinheiro para silenciar uma atriz pornô.

Mas a afirmação republicana de que os democratas encorajaram a violência política é também um esforço calculado para anular o tema principal da campanha de Biden – que Trump é um aspirante a ditador e uma ameaça contínua à democracia americana.

Essa tática pode colocar os democratas em desvantagem por um tempo. A equipe de Biden segurou sua propaganda de campanha logo após o tiroteio. No entanto, seria irrealista esperar que os democratas desistirão de seu argumento central no resto da campanha. O fato de alguém ter tentado matar Trump não significa que sua tentativa de anular as eleições presidenciais de 2020 nunca aconteceu, ou que agora seria injusto mencionar a invasão do Congresso por apoiadores de Trump em 6 de janeiro de 2021.

Na verdade, é fundamental entender as diferenças entre os acontecimentos de 6 de janeiro e o atentado contra a vida de Trump no fim de semana. Pessoas inocentes foram mortas nas duas ocasiões. Mas em 6 de janeiro, a multidão que invadiu o Congresso foi encorajada pelo próprio Trump. Por outro lado, Biden e sua equipe nunca incitaram a violência ou se recusaram a aceitar o resultado de uma eleição.

A maioria dos americanos já se decidiu sobre a invasão do Congresso e sobre Trump. A tentativa de assassinato no fim de semana não deverá alterar esses julgamentos.

Em contrapartida, o debate televisivo entre Trump e Biden no mês passado apresentou informações que eram novas para milhões de eleitores. O desempenho caótico de Biden reforçou dúvidas sobre sua aptidão para mais quatro anos no cargo. Biden, encorajado por sua família e pelo círculo mais próximo, está resistindo aos pedidos para desistir da candidatura em favor de um candidato mais jovem e incisivo. Esses apelos já vinham crescendo antes do atentado contra Trump.

O esforço para substituir Biden como candidato democrata poderá agora perder força, à medida que o presidente e seus partidários argumentam que não é hora de causar mais um choque ao sistema americano. Mas o tempo está se esgotando para os democratas e eles não podem se dar ao luxo de abandonar a questão. Faltam apenas cinco semanas para a convenção democrata em Chicago.

É a enfermidade de Biden, e não a tentativa de matar Trump, que ainda parece ser o ponto que mais poderá ser capaz de mudar o jogo nas eleições de 2024.

EUA Especialista em comportamento de eleitores, Michael Traugott, de Michigan, crê que republicano pode se beneficiar de onda de simpatia e abrir frente contra Biden

Ataque e convenção devem impulsionar Trump nas pesquisas, prevê analista

Pedro Borg
De São Paulo

Na esteira da convenção republicana e da tentativa de assassinato durante o fim de semana, Trump poderá abrir até oito pontos percentuais de vantagem contra Joe Biden, explica Michael Traugott, professor emérito do Centro de Estudos Político da Universidade de Michigan.

Traugott é especialista em comportamento de eleitores, comunicação política e uso de pesquisas para construir notícias e é membro ativo das principais associações de institutos de pesquisas eleitorais dos EUA e do mundo, além de PhD em ciência política pela Universidade de Michigan.

Para o **Valor**, o pesquisador americano afirmou que a disputa ainda está aberta, mas que Biden está ficando sem caminhos para direcionar e mudar o rumo de sua campanha. Leia os principais trechos da entrevista concedida por telefone:

Valor: *O que os ataques de sábado mudam na campanha presidencial americana?*

Michael Traugott: Nas últimas 48 horas, a tentativa de assassinato obviamente foi muito importante, mas também houve uma decisão do juiz do caso dos documentos confidenciais de suspender o caso. Ambos os fatores, pouco antes da Convenção Republicana, vão dar a Trump, ao menos temporariamente, uma vantagem considerável na disputa. Acredito que haverá uma reação de simpatia a curto prazo para o republicano, dado que frequentemente vemos um crescimento nas pesquisas após as convenções. Não ficaria surpreso se, em uma semana ou dez dias, Donald Trump estivesse seis ou oito pontos à frente de Joe Biden como resultado da combinação desses dois fatores. Isso não significa que Biden não possa se recuperar, mas ele vai começar em uma posição mais difícil. Dependendo do tom da convenção republicana e, provavelmente, em particular do discurso que Donald Trump fará, algumas das opções estratégicas de Biden na campanha serão reduzidas, pelo menos temporariamente. Biden pode se recuperar até novembro, e vai ser uma eleição muito apertada, mas acredito que a tentativa de assassinato em particular vai estimular a participação dos eleitores de Donald Trump.

Valor: *Os eleitores independentes serão afetados por isso?*

Traugott: Acredito que, a curto prazo, haverá uma espécie de resposta simpática entre os independentes em direção a Donald Trump, devido principalmente a tentativa de assassinato, mas um impacto ou um efeito duradouro dependerá da capacidade de Joe Biden e da campanha democrata de voltar o foco da disputa para algumas das políticas republicanas e de Trump. Não sei quão bem-sucedidos eles serão nisso, mas é o que eles terão que fazer.

Valor: *Como a imagem de Trump com o punho levantado após o ataque tiros contrasta com a visão geral sobre Biden? Acha que os impactos causados por essas imagens terão efeito temporário?*

> "Biden pode se recuperar, mas ataque deve estimular o comparecimento do eleitor de Trump" *Michael Traugott*

Traugott: Não acredito que seja um efeito temporário. Temos de lembrar que Donald Trump é um ator de televisão experiente com muitos anos de experiência produzindo seus próprios programas. Ele sabe muito sobre imagens. Estamos tão acostumados a depender de vídeos para registrar esses eventos históricos, mas este é um caso em que as fotografias serão os registros mais icônicos do incidente que ocorreu no sábado. Há uma certa semelhança entre a foto de Trump com o punho levantado e a bandeira americana atrás dele com várias pinturas históricas que remontam a Napoleão ou outros generais e cenas de batalhas. Então, eles têm uma tremenda peça de iconografia para explorar na convenção e durante toda a campanha. A imagem enfatiza a diferença entre a força e a virilidade de Donald Trump e as preocupações sobre a idade e fragilidade de Joe Biden.

Valor: *Como você acha que essa imagem será explorada na Convenção Nacional Republicana?*

Traugott: Não acho que será central na convenção, mas aparecerá com frequência. E, sabe, há certos ritos nas convenções americanas, mas aparentemente os republicanos não vão segui-los exatamente. Normalmente, eles tratam primeiro das questões de plataforma eleitoral e depois passam pelo processo de nomeação. Então, o candidato é convidado para fazer um discurso de aceitação. Imagino que essa foto apareça nessa parte da convenção e, claro, seja uma parte central da publicidade que irá se seguir. Não será o tema central, mas será repetida para enfatizar e contrastar o que os republicanos esperam que seja a diferença entre a força de Donald Trump e a fraqueza de Joe Biden.

Valor: *O que se sabe sobre o atirador da Pensilvânia?*

Traugott: Atualmente não sabemos muito sobre o atirador e o FBI está se esforçando muito para reconstruir o caso. Como ele está morto, eles têm que passar por uma reconstrução intensiva de sua vida e, em particular, de sua vida recente. Na minha opinião, isso é um problema sintomático que temos nos EUA, de jovens que se sentem isolados no mundo. Ainda não sabemos qual foi o motivo de sua ação, mas ele não parecia ser muito bem relacionado em sua comunidade. Embora saibamos que ele era um bom trabalhador e não há indicação de nenhum tipo de transtorno mental associado a alguns responsáveis por tiroteios, teremos de esperar por mais informações da investigação.

WAYNE PARRY/AP



Camiseta com foto de Trump logo após atentado da Pensilvânia: imagem será explorada como ícone de virilidade

Trump ganha alívio com decisão em caso federal

Agências internacionais

O processo criminal no qual o ex-presidente Donald Trump é acusado de reter ilegalmente documentos confidenciais do governo foi arquivado ontem por uma juíza federal. Segundo Aileen Cannon, juíza da Flórida, o conselheiro especial que investigava o caso, Jack Smith, não foi nomeado pelo presidente nem teve sua nomeação para o cargo confirmada pelo Senado.

Por isso, segundo a juíza, sua nomeação violava a cláusula de nomeações da Constituição.

Trump foi acusado de reter ilegalmente documentos confidenciais em seu resort de Mar-a-Lago na Florida. Os documentos foram escondidos em caixas de papelão em vários cômodos e até em um banheiro da mansão.

A sentença da juíza contrariou decisões anteriores que haviam confirmado a legalidade dos métodos pelos quais procuradores independentes foram nomeados. Além disso, ela ocorre depois que uma decisão da Suprema Corte americana ampliou radicalmente a noção de imunidade presidencial no final de junho.

Cannon, nomeada por Trump, eliminou uma grande ameaça legal contra ele no primeiro dia da Convenção Republicana que tornou-o formalmente o candidato do partido à presidência.

"À medida que avançamos na união de nossa nação após os horríveis eventos de sábado, esta rejeição da acusação de ilegalidade na Flórida deveria ser apenas o primeiro passo, seguido rapidamente pela rejeição de todas as caças às bruxas", escreveu Trump em seu site Truth Social.

A equipe de Smith deve apelar da decisão da juíza Cannon de rejeitar a acusação de documentos classificados. Os procuradores também podem tentar reatribuir o caso a um juiz diferente se a decisão for revertida.

Como a decisão da Suprema Corte está livrando Trump

Análise

Joe Miller
Financial Times, de Nova York

Minutos após a maioria conservadora da Suprema Corte dos EUA publicar sua decisão neste mês concedendo imunidade criminal ampla aos presidentes, a equipe jurídica de Donald Trump encontrou um "presente" inesperado.

Enquanto a maioria das pessoas estava focada em como essa decisão reverteu as acusações de interferência eleitoral contra o ex-presidente, Todd Blanche e seus colegas perceberam que o outro caso federal contra seu cliente movido pelo procurador especial Jack Smith — sobre a retenção de documentos classificados — também tinha grandes chances de ser arquivado.

A visão concordante do juiz Clarence Thomas encaminhou o que pessoas próximas à equipe de Trump acreditavam ser um "sinalizador", sugerindo que a nomeação de Smith provavelmente era inconstitucional.

A juíza Aileen Cannon aparentemente atendeu ao apelo de Thomas, arquivando o caso dos documentos secretos, com base no argumento de que a acusação do procurador especial violava "pilares estruturais" da constituição dos EUA.

Mesmo que a decisão seja revertida em recurso, a ordem no caso dos documentos secretos, considerado o mais forte das quatro acusações criminais contra Trump, atrasará o caso até depois da votação.

Tanto o caso federal de interferência eleitoral quanto seu equivalente estadual na Geórgia dependem de discussões e ordens dadas por Trump enquanto estava no cargo, que seus advogados agora argumentarão que constituem "atos oficiais" imunes à acusação.

Uma longa demora e um novo recurso à Suprema Corte para revisar qualquer decisão de evidência alcançada pelos juízes em qualquer dos casos são quase inevitáveis. Uma vez no cargo, Trump também poderia ordenar que seu Departamento de Justiça arquive o caso federal completamente.

Até mesmo a condenação histórica de Trump por 34 acusações de crime no caso do "dinheiro de silêncio" de Manhattan agora está em terreno menos sólido, graças a mais um "presente" na decisão da Suprema Corte.

Em um movimento protestado pela juíza conservadora Amy Coney Barrett, a maioria decidiu que alguns dos atos oficiais de um presidente nem mesmo poderiam ser usados como evidência para processar um caso separado não relacionado a seus deveres enquanto na Casa Branca.

Como resultado, o juiz Juan Merchan em Manhattan concordou em adiar a sentença no caso até setembro, enquanto examina se o testemunho da ex-assessora de Trump Hope Hicks, que falou sobre suas conversas com ele enquanto estava no cargo, e certos tuítes de sua presidência, foram admitidos ilegalmente como evidência durante o julgamento.

Mesmo que Merchan, no fim, tome uma decisão contra Trump, um recurso pode ser levado à Suprema Corte, onde o ex-presidente agora sabe que tem vários ouvidos simpáticos.

Embora os juízes que enfatizaram a importância da separação de poderes não estivessem necessariamente "politicamente motivados", eles estavam "preocupados com acusações contra candidatos políticos", acrescentou.

Independentemente de como futuros recursos sejam decididos, Trump ganhou um alívio. Para melhor ou pior, é muito improvável que haja qualquer tipo de julgamento substantivo antes das eleições de novembro.

Cresce a pressão por medidas de estímulos na China

Jason Douglas
Dow Jones, de Cingapoura

A economia da China registrou uma desaceleração acentuada no segundo trimestre, aumentando a pressão sobre os líderes do país para que ajam de forma mais agressiva para acelerar o crescimento, no momento em que eles se reúnem em Pequim para traçar os rumos da economia nos próximos cinco anos.

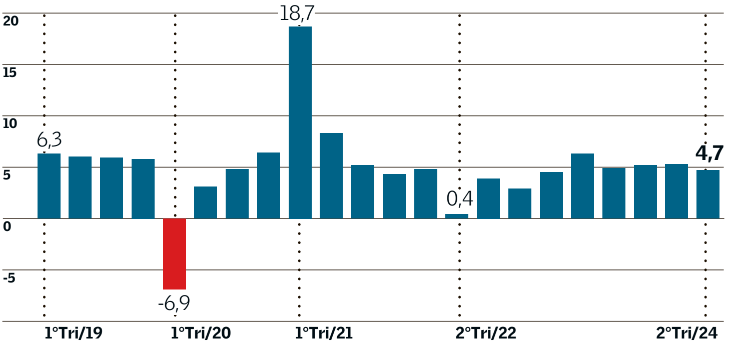
O PIB cresceu 4,7% no segundo trimestre, comparado ao mesmo período do ano passado, segundo informou nesta segunda-feira a Agência Nacional de Estatísticas da China. O resultado foi mais fraco que o crescimento de 5,3% registrado no primeiro trimestre e menor que os 5% esperados por economistas consultados pelo "The Wall Street Journal".

Em uma comparação trimestre a trimestre, o crescimento caiu mais de 50%, recuando para apenas 0,7%, contra o 1,5% revisado anteriormente. A segunda maior economia do mundo está perdendo força graças a uma recessão progressiva no setor imobiliário, aos gastos moderados dos consumidores e às tensões comerciais crescentes com o resto do mundo.

O líder Xi Jinping e os altos escalões do Partido Comunista estão reunidos em Pequim esta semana para discutir reformas econômicas de longo prazo.

Mas muitos economistas afirmam que a economia da China precisa de mais ajuda neste momento. "Esses dados aumentarão o clamor por medidas de estímulo e por reformas mais amplas, sendo provável que medidas políticas de curto e longo prazo sejam necessárias para superar o mal-estar econômico da China", diz Eswar Prasad, professor de política comercial da Universidade Cornell e ex-chefe da divisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a China.

Crescimento chinês desacelera
Variações anuais, em %



Fonte: Agência Nacional de Estatística da China

Os números desta segunda-feira mostram que os investimentos industriais e as exportações impulsionaram o crescimento no segundo trimestre, compensando os gastos mais fracos dos consumidores e os problemas no setor imobiliário.

A produção industrial nos primeiros seis meses do ano cresceu 6% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo mostraram os dados. Mas as vendas no varejo aumentaram apenas 3,7% sobre o mesmo período e os investimentos no setor imobiliário caíram 10,1%. As vendas de novas moradias foram 26,9% menores.

A recuperação desigual intensificou os apelos para que o governo adote medidas mais ousadas para resolver os problemas do setor imobiliário e ofereça isenções fiscais e outras ajudas financeiras aos consumidores em dificuldades.

Os líderes chineses vêm adotando medidas para estimular o crescimento, como o corte das taxas de juros e a concessão de empréstimos baratos aos bancos para estimular os empréstimos às famílias e às empresas.

Mas as autoridades temem reinflar uma bolha imobiliária e que o yuan fraco possa agravar a fuga de capitais. Ontem, o Banco do Povo da China disse que vai manter estável a taxa de juro sobre uma linha de crédito importante para os bancos, sugerindo que as taxas referenciais de juros para as famílias e as empresas também permanecerão onde estão por enquanto.

O primeiro-ministro chinês Li Qiang disse no mês passado que o governo não pretende usar um "remédio forte" para estimular a economia, ainda abalada depois da pandemia de covid-19. Em vez disso, "devemos ajustar com precisão e nutrir lentamente [a economia] para permitir que ela se recupere gradualmente", disse Li no Fórum Econômico Mundial na cidade portuária chinesa de Dalian.

A reunião desta semana em Pequim, conhecida como Terceira Plenária, foi no passado palco de grandes decisões que sinalizaram mudanças na direção econômica da China. Economistas esperam que as autoridades adotem mudanças no sistema tributário para apoiar o consumo e reparar as finanças abaladas dos governos locais.

O Politburo, o principal órgão político da China, também deverá se reunir este mês. Economistas afirmam que essa reunião poderá sinalizar que mais ajuda de curto prazo está a caminho, como novos cortes nos custos dos empréstimos, que segundo eles provavelmente serão necessários para garantir que o governo possa cumprir sua meta de crescimento de 5% para o ano. ***(Com Xiao Xiao e Grace Zhu, de Pequim)***

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Endividamento volta a preocupar com juro ainda alto

Um sinal amarelo voltou a acender no painel do endividamento dos brasileiros, mal encerrado o programa de renegociação dos débitos das pessoas físicas, Desenrola Brasil. Alguns indicadores mostraram o aumento do endividamento e do superendividamento, causando preocupação no varejo e no setor financeiro. A suspeita é que, com o poder de compra reavivado após a limpeza dos passivos e os juros então com indicação de queda, os consumidores voltaram a fazer dívidas.

O programa Desenrola Brasil beneficiou cerca de 15 milhões de pessoas, totalizando R$ 53,07 bilhões em dívidas renegociadas, reduzindo a inadimplência especialmente da população mais vulnerável, segundo balanço do Ministério da Fazenda. O governo disse que o número de beneficiados superou a expectativa e argumentou que a negociação equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) não é de magnitude desprezível. O Desenrola consumiu R$ 1,8 bilhão de recursos da União dos R$ 8 bilhões reservados para o Fundo Garantidor de Operações (FGO) — para cada R$ 1 aportado pelo Tesouro no programa, foram negociados R$ 25 em dívidas atrasadas.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), porém, colhia números preocupantes. A Peic de maio constatou que a parcela dos muito endividados subiu de 17,2% de abril para 17,8%, o maior patamar desde os 18,1% de outubro de 2023. Aumentou também a fatia dos que têm mais de 50% da renda comprometida com dívidas, os chamados "superendividados", de 20,7% para 20,8% entre abril e maio, o maior percentual desde os 21,1% de fevereiro.

O receio é que os muito endividados e os superendividados acabem ficando inadimplentes. A Peic de maio da CNC ainda não apontou mudança no indicador de inadimplência. O percentual de endividados com débitos em atraso se manteve em 28,6% entre abril e maio. Outros índices de inadimplência também mostraram estabilidade em maio. O Banco Central (BC) informou que a inadimplência média das operações de crédito entre as famílias foi de 3,7% em maio, estável em comparação com abril. Mas o endividamento acompanhado pelo BC também está em alta, após alguns meses em queda. O endividamento das famílias situou-se em 47,9% em abril, com alta de 0,1 ponto no mês. O comprometimento de renda atingiu 26,6% em abril, aumentando 0,4 ponto.

A favor dos endividados está o mercado de trabalho aquecido, que sustenta a renda e a capacidade de pagamento — quadro cuja manutenção depende da economia que, embora não esteja exuberante, vem mantendo um ritmo até acima do esperado.

Do lado adverso está a taxa de juros, que começou a cair em agosto, quando a Selic estava em 13,75%, mas estacionou em 10,50% em junho, sem perspectivas de nova queda. Há até quem preveja que a Selic volte a subir no próximo ano, o que, se acontecer, tornará a situação dos endividados ainda mais apertada e mais próximo o risco de a inadimplência subir.

Com a defasagem do impacto da política monetária no crédito, o custo do dinheiro ainda está em baixa no momento. Segundo o BC, as taxas médias nas operações com pessoas físicas recuaram 0,2 ponto de abril para maio e 5,6 pontos em 12 meses, situando-se em 32,4% ao ano. Mas, se a percepção de que o risco aumentou se confirmar, os juros do crédito podem subir e a oferta escassear mesmo com a Selic estacionada.

Em maio, segundo constatou o BC, o quadro era normal. As concessões de recursos estavam até mais generosas para pessoas físicas do que para empresas. Somaram R$ 570 bilhões, com recuo de 1% no caso das pessoas jurídicas e aumento de 2% no das famílias. No acumulado em 12 meses, o crescimento é de 6,3% e 10,5% respectivamente. O consignado e o crédito imobiliário se somam às dívidas no cartão de crédito. Segundo a Peic, o consignado representa um terço dos compromissos dos superendividados. Como são linhas de longo prazo, ocupam por mais tempo a relação de compromissos das famílias.

Ao comentar o risco de nova onda de endividamento, o secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, apontou o elevado spread bancário como principal problema a ser atacado — para ele, está muito acima da média mundial de 6 pontos. Não é por outro motivo que os serviços bancários lideraram as operações de renegociação do Desenrola, com R$ 11 bilhões, seguida pelas securitizadoras, com R$ 1,6 bilhão, comércio com R$ 1 bilhão e conta de luz, com R$ 501,2 milhões.

Segundo o BC, o spread bancário médio está no nível mais baixo desde julho de 2022, em 18,85 pontos em maio. O recuo é resultado não só do decréscimo da Selic, mas também da composição das linhas de crédito, com maior participação das com mais garantias, mas também de mudanças estruturais como o cadastro positivo, o open finance e o novo marco legal de garantias (**Valor** 15/7). Maiores reduções do spread dependem do comportamento da Selic e de eventuais reflexos da reforma tributária sobre o consumo.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br) Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br) Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br) Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br) Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional Fernanda Godoy (fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios Patrick Cruz patrick.cruz@valor.com.br
Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas Luciana Alencar (luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br) Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@tvalor.com.br) César Felício (cesar.felicio@valor.com.br) Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br) Fernanda Guimarães (fernanda.guimaraes@valor.com.br) João Luiz Rosa (joao.rosa@valor.com.br) Lu Aiko Otta (lu.aiko@valor.com.br) Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br) Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br) Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br) Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo: Cassiano Ribeiro cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Desenho do Nova Indústria Brasil sugere disposição de superar desafios. Por **Daniel Gama e Colombo**

Políticas orientadas por missões funcionam?

Com o lançamento da Nova Indústria Brasil (NIB) no início do ano, o governo federal explicitou sua escolha pelas "políticas orientadas por missões" como parte de sua estratégia de desenvolvimento industrial e promoção da inovação. Essa nova abordagem estrutura tais intervenções a partir de metas ambiciosas de transformação da economia, para tentar solucionar desafios de alta complexidade e relevância para toda a sociedade. Até o presente, as evidências existentes acerca dessas políticas são escassas, mas apontam para pontos relevantes a serem considerados no desenho e gestão da NIB, especialmente quanto à superação de conflitos de interesses entre atores públicos e privados e ao efetivo direcionamento dos esforços e recursos para atingir os fins estabelecidos.

A NIB foi lançada em janeiro deste ano pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), um colegiado de representantes de alto nível dos setores público e privado, com a aprovação de um Plano de Ação preliminar que estabelece como objetivos centrais estimular o progresso técnico e reposicionar o país no comércio internacional. São definidas seis grandes missões para a política industrial, que incluem temas diversos como cadeias agroindustriais sustentáveis, descarbonização da economia e resiliência do complexo industrial da saúde. Foi anunciado um orçamento para os três primeiros anos de R$ 300 bilhões, embora cerca de 90% desse valor seja composto de linhas de crédito na modalidade reembolsável. As metas definidas no plano deveriam ter sido avaliadas pelo CNDI até abril, mas até o momento esse escrutínio não aconteceu.

Políticas orientadas por missões popularizaram-se na última década, especialmente a partir do lançamento do Horizon Europe pela União Europeia, um plano de financiamento de pesquisa e inovação de € 95 bilhões (aproximadamente R$ 550 bilhões) até 2027. O programa estabelece cinco áreas de missões, que incluem a prevenção e tratamento do câncer, recuperação das águas e oceanos e neutralidade climática das cidades. Outro exemplo é o programa Moonshot Research and Development Program japonês, composto atualmente de dez grupos de metas específicas e ambiciosas para o avanço científico e tecnológico, que incluem itens como percentual de pessoas confortáveis com robôs de inteligência artificial e a superação das principais doenças para uma vida proveitosa até os 100 anos de idade.

Essas políticas orientadas por missões fazem parte da terceira geração de políticas de inovação. Tomando inspiração nas antigas "missões" norte-americanas dos anos 1940 a 1970 (os projetos Manhattan e Apolo são usualmente citados), tais políticas buscam atrair e focalizar os recursos disponíveis utilizando como mote um grupo de "desafios societais" a serem solucionados, como a crise climática, a pandemia sanitária e o envelhecimento populacional. O elemento central é a "direcionalidade", que significa a definição ou acordo entre os principais atores políticos e econômicos acerca das soluções tecnológicas e transformações de mercado necessárias para o sucesso das missões, direcionando assim o desenvolvimento de novas tecnologias (e também o seu financiamento).


JULIO BITTENCOURT/VALOR

A difusão do arcabouço de missões trouxe à tona um conjunto de críticas a esses arranjos, que levantam dúvidas acerca da viabilidade e capacidade de cumprimento das metas propostas. Além dos argumentos tradicionais que questionam políticas de inovação mais ativas (como as teses da burocracia autointeressada, ausência de informação completa e captura de rendas), tais formulações desacreditam da capacidade estatal de chegar a consensos acerca de temas tão complexos com interesses heterogêneos, como é o caso do combate às mudanças climáticas, em que setores econômicos consolidados podem resistir a alterações na direção da política e regulação.

De uma perspectiva pragmática, o principal questionamento a ser feito refere-se aos resultados concretos das políticas orientadas por missões. Infelizmente, tratando-se de uma formulação recente, as evidências existentes são escassas e preliminares. Um relatório recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre missões para zerar emissões de carbono destacou que tais políticas permanecem "não comprovadas". Ainda assim, alguns trabalhos recentes apontam para um primeiro conjunto de respostas, que devem ser aprofundadas e testadas em análises futuras.

Um ponto que ainda não está claro é se o arcabouço de missões pode alavancar os investimentos nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D). A principal evidência a respeito (apresentada em um relatório da União Europeia anterior ao Horizon Europe) não sugere haver associação entre o percentual do orçamento público em P&D dedicado a desafios societais e a intensidade tecnológica dos países (P&D como percentual do produto interno bruto — PIB). Mas esse resultado não é unânime, e ao menos um estudo recente sugeriu que aumentar o volume de P&D dedicado a missões pode impactar positivamente investimentos públicos e privados, com reflexos nos níveis de produtividade e atividade econômica.

Assim, os ganhos associados às missões parecem mais relacionados à orientação estratégica e comprometimento futuro dos recursos do que a seu volume. Na mencionada análise da OCDE, também foi observado que as missões possuem um horizonte de financiamento previsto maior do que as tradicionais políticas de ciência e tecnologia. Entretanto, devido a restrições legais, tais previsões usualmente constituem meros compromissos de ordem política, não gerando vinculações orçamentárias obrigatórias. Além disso, o relatório chama atenção para o que chama de "armadilha de somente ciência, tecnologia e inovação (CT&I)", que significa a priorização das missões apenas pelas áreas e autoridades responsáveis pela pesquisa e inovação, sem um real engajamento dos outros núcleos de governo.

O desenho da NIB e de sua estrutura de governança sugerem a disposição em superar alguns desses desafios. A ampla participação de autoridades públicas e representantes da sociedade civil no CNDI e a construção coletiva das metas reforçam o apoio político e fortalecem a direcionalidade da política, evitando que o tema fique restrito às pastas coordenadoras. Por outro lado, a dificuldade na aprovação do plano de ação e o lançamento paralelo de outras iniciativas com temáticas semelhantes ou princípios dissonantes às metas da NIB indicam desafios políticos na obtenção de consensos e na consistência interna da ação pública, que podem comprometer não apenas o cumprimento das metas, mas a política industrial como um todo.

Daniel Gama e Colombo é doutor em economia pela Universidade de São Paulo e membro do Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Raro, mas acontece

Mario Mesquita



O Fed apura, há décadas, um indicador de competitividade do dólar. Esse índice é baseado na taxa de câmbio real entre o dólar e outras moedas, ponderado pelo peso das diversas economias no comércio bilateral com os EUA. O indicador está atualmente em 117,99, apenas 2,5% abaixo do máximo recente, observado em outubro de 2022 — o pico do índice, desde 1980, foi 131,51, observado em março de 1985. O indicador encontra-se 16,5% acima da taxa média da série. Configura-se, portanto, um cenário de dólar bastante forte para o padrão histórico.

Nesse contexto, a imprensa tem reportado declarações de pessoas associadas à campanha do ex-presidente Trump indicando disposição de fazer algo para disciplinar ou enfraquecer a moeda. Segundo a governança dos EUA, intervenção cambial é uma decisão do governo, do Tesouro (por meio do Exchange Stabilization Fund), e não do Fed. O processo eleitoral segue muito incerto no país, mas vale pensar sobre o que poderia acontecer caso o novo governo resolva intervir no mercado cambial.

Intervenção dos governos ou bancos centrais para comprar reservas, ou normalizar as condições no mercado cambial, como o Brasil já experimentou várias vezes nesse século, são relativamente corriqueiras em economias emergentes, mas mais raras quando se trata de economias maduras, em especial os EUA. Ainda que raros, episódios de intervenção no mercado global de dólares não são inéditos no período pós-Bretton Woods — após 1973, quando as economias avançadas trocaram o regime de taxas fixas, mas ajustáveis, em relação ao dólar, pela flutuação cambial.

Dois episódios marcam a experiência de intervenção no mercado de dólares desde o fim do regime de Bretton Woods. O primeiro, em setembro de 1985, foi Acordo do Plaza (realizado em hotel de mesmo nome, em Nova Iorque), celebrado entre banqueiros centrais e ministros de finanças do G5, que reunia as principais economias de mercado da época — a saber: EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França e Reino Unido. O acordo foi precedido por um episódio mais limitado de intervenção, no início do ano, que quebrou a tendência de fortalecimento da moeda americana. O Plaza veio, de certa forma, para evitar que ela retornasse e para garantir uma moderada (10-12%) depreciação adicional do dólar. As vendas de dólares, notadamente pelo Fed e o Banco do Japão, foram expressivas nos meses seguintes.

O dólar caiu 4% contra uma cesta de moedas, no dia em que o acordo se tornou público, e posteriormente seguiu a tendência anterior de enfraquecimento. Durante o resto do ano e em 1986, o Tesouro americano pareceu usar a fraqueza do dólar para pressionar as demais economias avançadas a adotarem políticas monetárias e/ou fiscais mais expansionistas.

A queda do dólar começou a incomodar exportadores de outras economias avançadas, em especial Japão e Alemanha Ocidental. Isso levou ao segundo episódio: o Acordo do Louvre, em fevereiro de 1987, que visava estabilizar o dólar em seus níveis correntes e envolveu também as principais economias de mercado. Os EUA passaram a tomar medidas para estabilizar a moeda (o aperto da política monetária ajudou), outros países atuaram e o Japão se comprometeu com uma forte expansão fiscal.

O efeito do Acordo do Louvre pareceu passageiro e a mensagem precisou ser reforçada por outro comunicado em dezembro daquele ano. A partir de 1988-89, o dólar retomou seu vigor, baseado mais em fundamentos (melhora do desempenho comercial) do que em ações de política econômica. Se o Plaza forneceu alguns argumentos para os defensores da intervenção, o Louvre atuou mais na outra direção.

Eventual anúncio de intervenção cambial nos EUA poderia ter efeitos importantes, ainda que efêmeros, nos mercados

A eficácia da intervenção ainda é objeto de debate acadêmico, mas as evidências, em linhas gerais, apontam para um efeito sinalização de curto prazo importante. Trabalho recente de economistas do Fundo Monetário Internacional (Working Paper 158, de 2022) indica que intervenção para combater desalinhamentos cambiais em ciclos curtos é efetiva e, ainda, que a ação persistente tende a ter mais eficácia do que a atuação episódica.

Como visto acima, segundo uma métrica convencional, o dólar estaria atualmente bastante forte, talvez sobrevalorizado. O déficit comercial, equivalente a 3,8% do PIB em janeiro deste ano, é grande, mas se encontra abaixo da média do século (4,4%). Contudo, mesmo na ausência de argumentos econômicos conclusivos indicando intervenção, considerações de economia política, associadas à estrutura econômica dos Estados-chave nas eleições presidenciais americanas podem levar uma futura administração a contemplar medidas para enfraquecer o dólar.

Tal operação implicaria desafios e dificuldades. Um desafio é que, com a explosão do volume de reservas internacionais, majoritariamente alocadas em ativos americanos, a parcela da dívida pública detida por não residentes chega a 30%, e era menos de 20% nos anos 1980. Uma política deliberada de enfraquecer o dólar ensejaria risco de levar gestores de reservas a diversificarem seus portfólios para outras moedas ou ativos reais.

Outra dificuldade é que um membro fundamental da comunidade financeira global, a China, não tem o mesmo tipo de relação com os EUA do que o antigo clube do G5. Ainda assim, este é um tema que, depois de muito tempo, voltou ao debate sobre política econômica — e, a julgar pelo passado, um eventual anúncio de política de intervenção cambial poderia ter efeitos importantes, ainda que efêmeros, nos mercados.

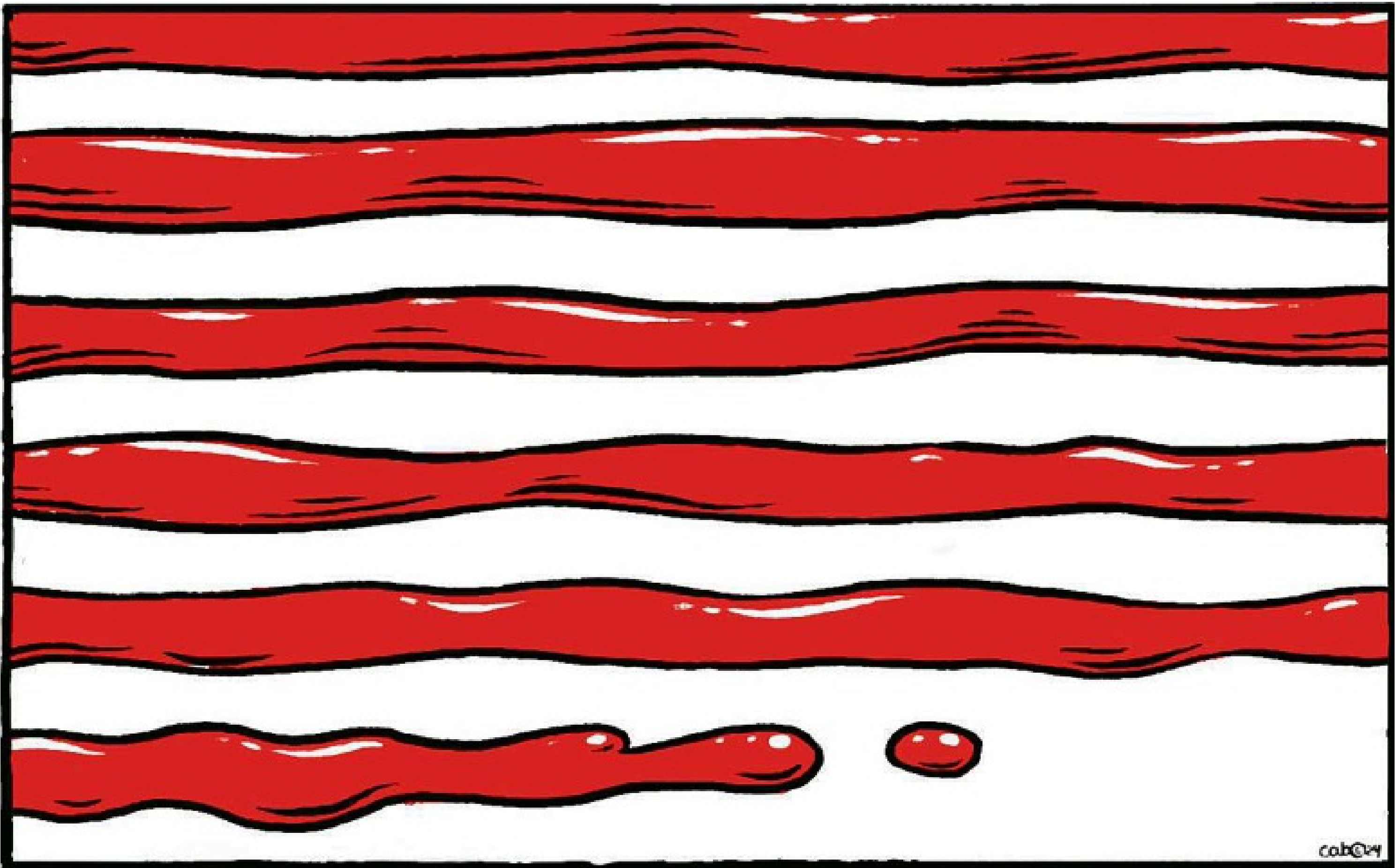
Mario Mesquita é é economista-chefe do Itaú Unibanco.

Implicações de longo prazo de ataque a Trump são devastadoras. Por **Mattia Ferraresi**

As marcas da violência política nos EUA

A Europa conhece bem a violência política, como o recente atentado contra a vida de Donald Trump em um comício de campanha na Pensilvânia. Mais de 50 candidatos a ativistas foram agredidos fisicamente durante as recentes eleições parlamentares na França — um lembrete doloroso de um passado não tão distante em que a violência fazia parte da linguagem do discurso político em vários países europeus.

Mas a violência política nos Estados Unidos é diferente, porque ela ocorre em uma sociedade em que os civis possuem mais de 300 milhões de armas de fogo e onde os tiroteios em massa são tragicamente frequentes. Por mais terrível que possa parecer, a tentativa de assassinar Trump é de certa forma normal, no sentido de que está de acordo com um padrão difundido de recurso à força bruta na vida americana.



A violência política nos EUA assume formas que mudam constantemente, mas uma característica constante é a feroz batalha retórica que se segue a cada incidente. Cada um dos lados culpa veementemente o outro por incitar o atirador com declarações inflamadas, sugerindo que os adversários políticos da vítima têm responsabilidade moral pela violência.

Esta é uma área rara de consenso bipartidário entre os políticos dos EUA: o partido político da vítima determina o culpado, mas a estrutura da narrativa é sempre a mesma. O prazo para condenar desapaixonadamente a violência diminui a cada episódio.

O atentado contra a vida de Trump, que resultou na morte de um participante do comício e do atirador de 20 anos, teve dois efeitos imediatos. Primeiro, revitalizou a narrativa do martírio da campanha "MAGA" ("Make America Great Again") de Trump, e os seguidores começaram instantaneamente a produzir merchandising glorificando o herói sobrevivente, que declarou que continuará "desafiador face à maldade". O tom profético de Trump ao creditar a Deus por "evitar que o impensável acontecesse", se enquadra perfeitamente na narrativa MAGA de um mensageiro divinamente nomeado que o mundo quer matar.

O segundo efeito, igualmente previsível, é a acusação de que os democratas são os culpados pelo ataque. O senador J.D. Vance, nomeado por Trump como vice na chapa presidencial republicana, disse que o incidente foi uma consequência direta do fato de a campanha do presidente Joe Biden ter retratado Trump como uma ameaça à democracia, legitimando assim as tentativas de removê-lo pela força. "Essa retórica levou diretamente à tentativa de assassinato do presidente Trump", afirmou Vance.

Por meio de manipulação e autovitimização, democratas e republicanos ficaram presos em um raciocínio circular perigoso. Alegar uma conexão entre a violência e a retórica política torna-se ela própria uma arma retórica, alimentando a polarização extrema

Da mesma forma, o deputado americano Mike Collins sugeriu que o Escritório do Procurador Geral do Condado de Butler, na Pensilvânia, "deveria apresentar imediatamente acusações contra Joseph R. Biden por incitar um assassinato". Até mesmo o deputado Steve Scalise, uma vítima de um ataque em 2017 por um extremista de esquerda que o FBI classificou de terrorismo interno, apontou para a "retórica incendiária" dos democratas.

Enquanto isso, a campanha de Trump veiculou trechos de um depoimento do deputado democrata Dan Goldman dizendo ao vivo na televisão que Trump precisa ser "eliminado", uma declaração ecoada pela ex-presidente da Câmara dos Deputados Nancy Pelosi. E os seus agentes destacaram uma citação agora ameaçadora em que um Biden frustrado depois de seu desempenho desastroso em um debate recente, diz: "Chega de falar sobre o debate. É hora de colocar Trump no alvo".

Os democratas e seus apoiadores condenaram rapidamente o incidente, lembrando ao mesmo tempo que Trump incitou abertamente uma multidão a invadir o Congresso americano em 6 de janeiro de 2021 — o episódio mais horrível de violência política da histórica americana recente —, com o objetivo de anular sua derrota nas eleições de 2020.

É provável que esse conflito retórico solidifique a liderança de Trump sobre Biden nas pesquisas, mas as implicações de longo prazo são mais devastadoras: um diálogo nacional alimentado pelo ódio, a vitimização e o ressentimento. Em 2011, após a tentativa de assassinato da deputada Gabby Giffords no Arizona, um meio de comunicação de tendência democrata popularizou a expressão "terrorismo estocástico", que se refere à violência política levada a cabo por atores solitários motivados por um ambiente de radicalização. O terrorista estocástico era supostamente Sarah Palin, ex-governadora do Alasca em então líder do Tea Party, que havia marcado um mapa com os distritos congressionais a serem alvo nas eleições seguintes, incluindo o distrito de Giffords, com o que pareciam ser miras telescópicas.

Mais tarde, descobriu-se que o agressor de Gifford era um indivíduo profundamente perturbado e sem nenhum conhecimento do mapa de Palin, dos comícios ou do debate político. Apesar disso, e apesar da falta de evidência de uma ligação causal entre a retórica política e tais ataques, o termo ressurge a cada ataque e entrou para a literatura especializada como se descrevesse um conceito válido.

Por meio de táticas partilhadas de manipulação, instrumentalização e a autovitimização, democratas e republicanos ficaram presos em um lamaçal de raciocínio circular que é tão perverso quanto perigoso. Alegar uma conexão entre a violência e a retórica política torna-se ela própria uma arma retórica, alimentando a polarização extrema que torna a violência política mais provável. ***(Tradução de Mário Zamarian)***

Mattia Ferraresi é editor-chefe do jornal italiano "Domani" e bolsista Nieman da Universidade Harvard em 2019. É autor de vários livros, incluindo o primeiro volume sobre Donald Trump a ser publicado na Itália e o próximo "I demoni della mente" ("Os Demônios da Mente").

Frase do dia

"Se tudo vai se encontrar na base da bordoada, na base da violência, do murro, do tiro, da faca, para onde é que vai a democracia?".

Do presidente Lula, sobre o atentado contra Donald Trump

Cartas de Leitores

Atentado contra Trump

Globalmente, vivemos tempos difíceis para a democracia e a liberdade política. O atentado contra a vida do ex-presidente Donald Trump, no último sábado, é um cristalino demonstrativo da sombria campanha que se aproxima. Cada vez mais, o extremismo vem saindo das sombras e tomando espaço diante das multidões. E isso deixa uma clara mensagem: a democracia mundial nunca correu tamanho risco como agora. Precisamos diminuir o tom. Ouvir todos os lados e decidir as medidas políticas com serenidade, sob pena de condenarmos as democracias ao aniquilamento, desenvolvendo, assim, um estado de caos constante.

Lucas Loeblein
lucas@loebleinadvogados.com

•

Com a polarização política jamais vista na eleição presidencial, o serviço secreto dos EUA falhou com a segurança de Donald Trump, que sofreu o 16º atentado contra presidentes ou candidatos à Casa Branca. Mesmo porque o identificado jovem atirador Thomas Matthew, de 20 anos, filiado ao partido Republicano, que foi morto pelo serviço secreto, estava com seu carro estacionado, com muitos explosivos, bem próximo ao local onde Donald Trump estava iniciando seu comício. Lógico que personalidades do mundo político condenaram esse atentado. E seu opositor Joe Biden, como se exige de um homem público, falou com Trump (que passa bem) por telefone. Agora, se essa tentativa de assassinar o ex-presidente vai favorecê-lo para voltar a Casa Branca são outros quinhentos.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Governo ideal

O governo ideal é eficiente e leve, com poucos ministérios, se ater às suas atividades específicas (saúde, educação, segurança, transportes e infraestrutura), sem exercer atividades comerciais e industriais (onde a atuação governamental é desastrosa), reduzir a dívida pública, "segurança jurídica" e cada poder exclusivamente no seu quadrado.

A carga tributária será suportável, sobrará recursos para investir e os serviços básicos serão elogiáveis. Com "segurança jurídica" os malfeitores serão punidos, os contratos serão cumpridos, as instituições funcionarão a contento e as leis estáveis igualmente para todos — agindo assim atrai investidores e o desemprego será próximo a zero.

Será que um dia o Brasil será assim?

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

Correção

Diferentemente do publicado na matéria "Pacheco sugere volta de 'ministros-senadores'" na página A12 da edição de segunda-feira (15/07), a senadora Margareth Buzetti é do PSD do Mato Grosso, e não do PP.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Cenário Fatos recentes reforçam a impressão no resto do mundo de que a principal superpotência do mundo entrou em um período de turbulência e imprevisibilidade

Cresce a tensão no resto do mundo com os rumos da eleição nos EUA

David Luhnow, Bertrand Benoit e Ian Lovett
Dow Jones, de Londres

GENE J. PUSKAR/AP - 13/07/2024



SUSAN WALSH)/AP - 14/07/2024



A tentativa de assassinato de Trump (à esq.) e a revolta entre os democratas para que Biden (à dir.) desista da disputa reforçaram a percepção de imprevisibilidade dos EUA

A tentativa de assassinato de Donald Trump, ocorrida logo depois dos tropeços do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, durante o recente debate eleitoral, está reforçando fora dos EUA a impressão de que a principal superpotência do mundo entrou em um período excepcional de turbulência e imprevisibilidade, o que deixa aliados em dúvida sobre sua confiabilidade e provoca regozijo nos rivais.

As imagens de um Trump ensanguentado sendo retirado às pressas do palco chamaram a atenção de todo o planeta, e para muitos mostram uns EUA cada vez mais em conflito consigo mesmo — um país que tem uma economia forte, mas um cenário político disfuncional e perigosamente dividido.

Em capitais de outros países ao redor do mundo, a tentativa de assassinato de Trump e as gafes repetidas de Biden mudaram os cálculos políticos e diplomáticos e levaram muitos governos a correr para se preparar para um segundo mandato de Donald Trump na Presidência como o cenário mais provável, por causa das preocupações cada vez maiores dos eleitores sobre a capacidade mental de Biden e da possibilidade de que Trump se beneficie de uma onda de simpatia depois do ataque.

Um colunista de um jornal britânico disse que agora Trump é "imbatível". Um relatório divulgado nesta segunda-feira pela corretora sul-coreana Eugene Investment & Securities tinha como título "A ascensão de Trump e a queda de Biden" e mostrava lado a lado a foto de um Trump ensanguentado com o punho erguido e a imagem de um tropeço de Biden em um evento na Academia da Força Aérea dos EUA no ano passado.

A tentativa de assassinato, junto com o debate sobre a idade avançada do presidente Biden, também deu vida nova à narrativa de política externa favorita da Rússia: o suposto declínio acelerado dos EUA.

Autoridades russas falaram no domingo sobre a "suposta condição suicida" da democracia americana, e avaliaram que o país está à beira de uma guerra civil. O Kremlin responsabilizou o governo Biden, que acusou de criar um clima que provocou o ataque.

"A Rússia tem um histórico comprovado de jogar lenha na fogueira dos problemas dos EUA", afirmou Alexander Gabuev, diretor do Carnegie Russia Eurasia Center. "Para o Kremlin... os tiros e o debate em torno da idade de Biden só reforçam sua crença de que os EUA, embora sejam tão poderosos, estão na verdade no seu leito de morte."

Alguns comentaristas próximos do governo da China também fizeram eco a essas ideias, pois em Pequim é antiga a opinião de que os EUA estão em uma fase de declínio como única potência do mundo. "É o fim de feira da democracia ao estilo americano", escreveu o jornalista Han Peng na popular rede social chinesa Weibo. Peng, da emissora estatal CGTN, trabalhou durante um período nos EUA.

Para outros países, no entanto, o atentado contra Trump serve como um lembrete, não da excepcionalidade ou do declínio dos EUA, mas de que se trata de um país como qualquer outro, que sofre espasmos ocasionais de violência política.

Em maio, o primeiro-ministro da Eslováquia, Robert Fico, quase morreu depois de ser baleado, e em janeiro o chefe do partido de oposição esquerdista da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, foi esfaqueado no pescoço. No domingo, Lee desejou a Trump uma rápida recuperação em um post na rede social X.

No Brasil, várias centenas de seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro, que sofreu uma tentativa de assassinato durante a campanha eleitoral de 2018, reuniram-se no domingo na principal avenida de São Paulo para mostrar sua solidariedade a Trump, um aliado próximo do líder conservador. "Viva Trump!", gritavam os manifestantes.

Muitos de fora dos EUA estarão observando atentamente se o ex-presidente usará o momento para tentar começar a superar a divisão partidária ou se ele vai reforçar essa divisão.

"É possível que Trump continue a enfatizar a polarização e o confronto na política dos EUA", diz François Heisbourg, consultor especial da Foundation for Strategic Research de Paris. "Também é possível que ele enfatize a união nacional... Se ele fizer isso, então poderá estar caminhando para uma vitória esmagadora." Seja como for, afirma ele, a Europa deveria se planejar para uma reeleição de Trump.

Um possível retorno de Trump à Casa Branca significaria coisas diferentes para diferentes países. Alguns, como a Rússia e Israel, receberiam bem um segundo mandato de Trump, pelo menos inicialmente, enquanto muitos países europeus, especialmente a Ucrânia, temem que Trump esteja menos empenhado em controlar uma Rússia agressiva e venha e enfraquecer a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental), a aliança de defesa transatlântica.

As políticas comerciais de Trump, especialmente as tarifas prometidas sobre os produtos importados, preocupam a China, o México e a Europa.

Mas os acontecimentos recentes nos EUA aumentaram preocupações que vão além de qual candidato vencerá. Independentemente de qual partido estiver no poder, os EUA se tornaram muito mais protecionistas nos últimos anos e cautelosos em relação a complicações em outros países.

As divisões dentro da política americana também estão restringindo sua capacidade de apresentar resultados no cenário global, da segurança ao comércio, segundo alguns analistas políticos.

"Há uma grande preocupação sobre se os EUA poderão continuar liderando, formando parcerias e alianças", diz Leslie Vinjamuri, diretor do programa EUA e Américas da Chatham House, um centro de estudos de Londres.

"Mesmo sob um governo democrata, há tantas restrições internas devido à política disfuncional, polarizada e partidária, que mesmo que um presidente tenha boas intenções, ele terá dificuldades para cumprir suas promessas."

Para o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, por exemplo, qualquer resultado nas eleições nos EUA traz riscos. Nos últimos dois anos, a frustração com o governo Biden tem crescido em Kiev.

Autoridades, soldados e civis dizem que a ajuda dos EUA é pouca e chega muito tarde — o suficiente apenas para evitar que as forças ucranianas percam a guerra, mas insuficiente para lhes permitir recuperar os 20% do país que Moscou ocupa no momento.

> "Há uma grande preocupação sobre se os EUA poderão continuar liderando, formando parcerias e alianças"
> *Leslie Vinjamuri*

Biden, temendo desencadear um conflito direto com Moscou, adiou por meses — ou, em alguns casos, anos — a entrega de novos sistemas de armas para a Ucrânia. Autoridades afirmam que os atrasos permitiram aos russos reforçar suas posições, tornando o trabalho de recapturar o território ocupado mais difícil do que teria sido se as armas tivessem chegado antes.

Trump, porém, prometeu acabar com a guerra através de negociações de paz e criticou os gastos dos EUA em ajuda à Ucrânia. Como resultado, existe uma grande preocupação entre os ucranianos de que, se ele for eleito, isso significará o fim da ajuda em grande escala dos EUA.

Em uma entrevista recente à Bloomberg News, Zelensky apelou a Trump para fornecer detalhes sobre como ele poderá mudar a política dos EUA em relação à Ucrânia.

"Gostaria de entender, o que significa acabar com a guerra rapidamente", disse Zelensky. "Porque se há riscos para a independência da Ucrânia, há riscos de que percamos a soberania, [e] queremos estar preparados para isso. Queremos entender se, em novembro, vamos ter o poderoso apoio dos EUA ou vamos estar sozinhos."

Na Alemanha, a expectativa do governo é que, não importa qual seja o resultado da eleição americana, haverá uma intensificação da pressão dos EUA para que a Europa aumente os gastos militares. Os recentes esforços de Berlim para elevar o investimento no arsenal militar e diversificar o comércio exterior para fora da China foram empreendidos, em parte, prevendo uma pressão americana.

Thomas Silberhorn, membro do Parlamento alemão da oposição conservadora, tem mantido contato estreito com parlamentares republicanos e nesta semana participará da convenção do partido em Milwaukee. Silberhorn espera que as diretrizes gerais da política externa americana continuem constantes seja com Trump ou com a reeleição de Biden. "Você precisa diferenciar entre a campanha eleitoral, com toda sua brutalidade, e a 'realpolitik'", disse.

Por toda a Europa, os recentes eventos colocam em evidência o argumento de que o continente não pode mais se dar ao luxo de basear suas necessidades futuras de segurança no resultado das acirradas eleições americanas, cada vez mais voláteis.

O presidente da França, Emmanuel Macron, há muito defende a ideia de que a Europa precisa passar a ter uma "autonomia estratégica" em relação aos EUA e a outras potências militares, por meio de uma união militar para comprar armas e desenvolver a indústria de defesa do continente.

No entanto, diante das próprias turbulências políticas em alguns de seus maiores países, inclusive na França e na Alemanha, da lentidão da economia e dos altos níveis de dívida, autoridades econômicas e analistas advertem que pode levar anos para a Europa ter condições de apresentar uma dissuasão militar significativa à Rússia.

"A Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte, a aliança militar ocidental] está constantemente tendo essa conversa — como fazer com que Otan e a Europa fiquem 'à prova de Trump'", disse Vinjamuri. "E eles deram alguns passos modestos. Mas a realidade é que os EUA ainda são o parceiro indispensável."

Quanto à China, o governo Biden manteve e, em alguns casos, até expandiu as rigorosas políticas econômicas de Trump. Mas Biden tem sido muito menos incisivo nas declarações sobre a China do que Trump, e autoridades chinesas temem que Trump aprofunde a guinada protecionista dos EUA e traga um período de incertezas muito maiores nas relações bilaterais.

O México também está preocupado, uma vez que há uma revisão do acordo de livre comércio EUA-México-Canadá marcada para 2026. Na ocasião anterior em que Trump esteve no cargo, os EUA ameaçaram impor tarifas de até 25% sobre produtos mexicanos, se o governo não impedisse a chegada de dezenas de milhares de migrantes à fronteira. O governo mexicano rapidamente mobilizou milhares de soldados para impedi-los.

"Trump representa uma enorme ameaça, um risco enorme", para a presidente eleita Claudia Scheinbaum, a primeira presidente mulher do México, disse Jorge Castañeda, ex-ministro das Relações Exteriores do México.

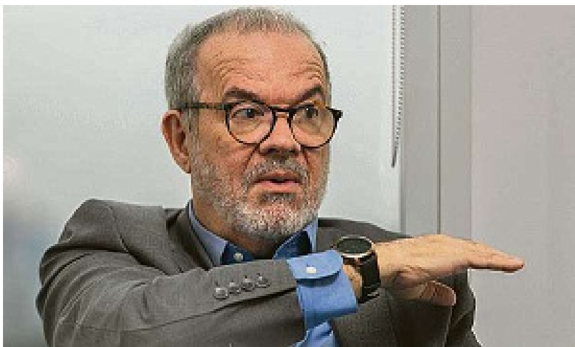
Funcionários mexicanos de alto escalão que negociaram com o governo Trump estão preocupados com políticas de segurança agressivas que possam ser direcionadas contra os poderosos cartéis de drogas mexicanos envolvidos no contrabando de fentanil e migrantes. Republicanos da Câmara dos Deputados já cogitaram a ideia de usar as Forças Armadas dos EUA contra grupos do crime organizado no México.

Autoridades mexicanas também preveem um aumento nas deportações de migrantes mexicanos e o desmantelamento das estratégias bilaterais atuais que lidam com as travessias ilegais na fronteira entre os países. ***(Colaboraram Georgi Kantchev, Laurence Norman e José de Córdoba — Tradução de Lilian Carmona, Mario Zamarian e Sabino Ahumada)***

Tecnologia
O ativista digital Max Schrems participará de dois eventos sobre o tema no Brasil
B6

INÊS 249

Mineração
Jungmann, do Ibram, pede que debate sobre direitos minerários inclua fatores como taxa de sucesso B5



Concorrência
Cade pode reabrir caso de uso de ONGs de fachada pela General Shoppings B4

Tecnologia
O que leva o Google a pagar US$ 23 bilhões pela startup americana Wiz B6

Agro 4.0
Plataforma JetBov desenvolve 'ChatGPT do gado' e espera crescimento B7

Empresas

Moda Têxtil catarinense, que fará parte da Azzas 2154, lançará linha de calçados em agosto

Na fusão de Arezzo e Soma, Hering absorve produção de marcas e planeja megalojas

Helena Benfica
De Blumenau (SC)*



DIVULGAÇÃO

Thiago Hering, sexta geração da família a frente do negócio: "Potencial é enorme quando se olha os ativos colocados"

Embora a integração entre os grupos Soma e Arezzo esteja apenas no início, algumas frentes de sinergias de receita entre as duas companhias já começaram a ser colocadas em prática. Nesse contexto, a Hering, principal marca do grupo Soma, terá um papel central na estratégia.

Após absorver a produção de algumas peças das marcas Foxton e Farm em seu parque fabril, a companhia se prepara para iniciar testes com algumas peças da marca Reserva ainda neste ano. A justificativa é que isso dilua os custos fixos e proporcione mais economia e eficiência para as marcas.

"Tem um ganho não só de custo, mas também de responsividade da cadeia para suprir o produto mais rápido na loja", afirma Thiago Hering, sexta geração da família a comandar o negócio, em entrevista ao **Valor**. Na malharia de Blumenau, Santa Catarina, são produzidas 25 toneladas de tecelagem por dia, que poderiam ser transformadas em até 120 mil camisetas. A marca também possui duas fábricas em Goiânia.

A linha de calçados da Hering, que deve ser lançada em agosto, também é fruto dessa combinação de expertises.

Do ponto de vista de expansão física, a principal prioridade da companhia catarinense será a conversão de pontos em megalojas, que tem entre 500 e 600 metros quadrados. Até o fim do ano, a meta é alcançar de 120 a 150 megalojas no país.

Para Hering, esses espaços oferecem uma jornada de compra mais fluida e integrada, pois contém todas as linhas em um mesmo ambiente. Elas também são atrativas do ponto de vista de retorno financeiro. "Em termos de receita total, é mais do que abrir uma loja pequena, é às vezes o equivalente a abrir de duas a três lojas pequenas em dois ou três locais diferentes", afirma.

> "Temos de ler o comportamento do cliente e reagir rapidamente"
> *Thiago Hering*

Com 143 anos de história, a Hering se prepara para integrar a Azzas 2154, maior conglomerado de moda do país criado a partir da fusão entre Soma e Arezzo. A nova multinacional brasileira nasce com 34 marcas, 2 mil lojas, entre próprias e franquias, faturamento na casa dos R$ 12 bilhões e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda na sigla em inglês) de R$ 1,5 bilhão.

"O potencial do grupo é enorme quando a gente olha os ativos que estão colocados", diz Hering. "Temos uma indústria forte no vestuário para viabilizar produtos com mais qualidade, melhor custo e chegando mais rápido nas lojas. A mesma coisa no calçado com a estrutura que a Arezzo tem", afirma.

Em 2023, o grupo Soma reportou receita bruta de R$ 6,2 bilhões, enquanto só na Hering o indicador somou R$ 2,4 bilhões, representando 39% da receita total. No primeiro trimestre deste ano, a receita bruta do grupo atingiu R$ 1,4 bilhão, sendo R$ 522 milhões da Hering.

A Arezzo, por sua vez, divulgou uma receita bruta de R$ 6,1 bilhões no ano passado. Já entre janeiro a março deste ano, o faturamento bruto da companhia foi de R$ 1,4 bilhão.

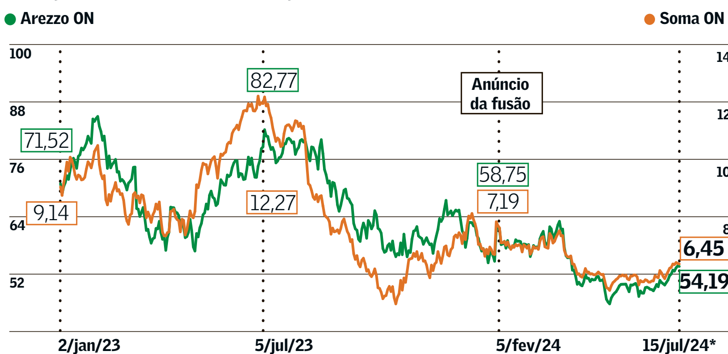
Apesar do otimismo, o executivo afirma que um dos grandes desafios da Azzas será a construção de uma cultura capaz de criar um senso de pertencimento e colaboração no todo, sem anular as singularidades de cada marca.

"Acho que tem um exercício de humildade grande das pessoas de não perder o brilho próprio, mas entregar um pouco desse espaço de protagonismo para outros em prol do todo", afirma.

> **R$ 12 bi**
> **é o faturamento do conglomerado**

Arezzo x Soma

Cotações dia a dia, em R$/ação



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Até às 13h45

Internamente, Hering diz que tem se falado de uma "união europeia que dá certo", em que há geração de valor no coletivo, preservando a singularidade de casa unidade de negócio. A ideia é cativante, mas sabe-se que na prática os desafios de lidar com culturas, economias e idiomas tão diferentes impõem desafios que nem sempre tem um final feliz.

Para Ana Paula Tozzi, presidente da AGR Consultores, as duas companhias têm gestões e culturas bem distintas, mas que podem ser complementares. A executiva destaca que enquanto o Soma tem como pilar o respeito ao criador e à individualidade das marcas, a Arezzo carrega uma expertise maior na organização de processo internos.

"O maior desafio é não sobrepor culturas e sim criar uma nova que traga os pontos positivos de cada uma", afirma Tozzi. Caso contrário, todo o diferencial competitivo será perdido.

No que diz respeito ao modelo de negócio, Hering diz que uma frente importante será o preparo das cadeias, tanto de vestuário quanto de calçado, para que ambas sejam mais responsivas às demandas do mercado dentro de uma mesma estação, ao contrário do que acontece hoje. A inspiração, segundo ele, é a Inditex, conglomerado espanhol de empresas têxteis que inclui a Zara. "Não tem nada a ver com virar 'fast fashion', e sim com ler o comportamento do cliente e reagir rapidamente", afirma.

Quem também executa esse modelo muito bem é a Shein, companhia chinesa que conquistou o mercado brasileiro com sua capacidade de oferecer uma grande variedade de peças a preços baixos. O próprio Alexandre Birman, CEO da Arezzo e agora da Azzas 2154, já declarou publicamente que o modelo das asiáticas é vencedor e que tinha na Arezzo o "Projeto Shein".

O problema para Birman, e para o varejo de maneira geral, é a competitividade desleal em função da carga de impostos menor e de questões como origem da matéria-prima e mão de obra barata.

Após meses de discussão, a questão tributária foi endereçada pelo governo no fim de junho com a sansão da "Taxa das Blusinhas", que prevê a cobrança de 20% de imposto federal em compras no exterior com valor abaixo de US$ 50.

Para Hering, a medida é positiva e sinaliza um interesse da união em regulamentar o comércio internacional, mas ainda não coloca este mercado em pé de igualdade com as empresas nacionais. "A gente espera jogar o jogo sobre as mesmas regras", afirma.

Em um cenário de maior isonomia, a competição estaria pautada nos atributos e diferenciais competitivos de cada marca, avalia o executivo. "Que vença e conquiste mais consumidores aquele que tiver a melhor proposta de valor, o produto de maior qualidade, o preço mais justo e a melhor experiência de compra", diz.

A repórter viajou a convite da Hering

Destaques

Acordo Gol e Azul no Cade

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou nesta segunda-feira (15) procedimento para apuração de ato de concentração relacionado ao acordo de cooperação comercial ("codeshare") entre as empresas aéreas Azul e Gol. O acordo foi anunciado em 23 de maio. A área técnica vai analisar se ele deveria ter sido submetido à autarquia. Ao concluir as investigações o Conselho poderá arquivar o procedimento, decidir pela abertura de processo administrativo ou decidir que ocorreu consumação da operação em desacordo com a Lei da Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529, de 2011). O procedimento para apuração de ato de concentração (APAC) é utilizado para averiguar atos de concentração de notificação obrigatória que, eventualmente, tenham sido consumados antes de apreciação pelo Cade.

Macy's encerra negociação

A Macy's anunciou ontem que encerrou negociações com as gestoras Arkhouse e Brigade Capital sobre uma possível compra das ações da companhia por conta da falta de uma proposta concreta e pela insegurança financeira. A rede de lojas de departamentos afirmou que foram mais de sete meses de conversas desde que as gestoras demonstraram interesse em comprar suas ações, mas acredita que a proposta mais recente não traz criação de valor relevante aos acionistas. No início do mês, o jornal "The Wall Street Journal" mostrou que a Arkhouse e a Brigade Capital aumentaram a proposta para comprar as ações em circulação da Macy's para US$ 6,9 bilhões. A companhia citou que há insegurança sobre a qualidade do financiamento das gestoras e que a continuidade das negociações traria distrações para o processo de reestruturação operacional que a diretoria vem realizando. "Estamos abertos a explorar qualquer caminho que gere valor aos acionistas", diz Paul Varga, conselheiro independente da Macy's. "No entanto, vemos que a proposta da Arkhouse e da Brigade não é segura e nem traz valor."

Prévias da Helbor

A incorporadora Helbor registrou R$ 284,5 milhões em vendas contratadas no primeiro trimestre deste ano, ao se contabilizar apenas a sua participação nos projetos, alta de 28,3% ante o mesmo período do ano passado. Entre abril e junho, a companhia fez quatro lançamento com valor geral de vendas (VGV) líquido total de R$ 267,4 milhões. A companhia não fez nenhum lançamento no segundo trimestre do ano anterior. Olhando apenas a participação da Helbor, o VGV líquido dos lançamentos foi de R$ 160,1 milhões. As vendas sobre oferta (VSO) ficaram em 17,7%, resultado 5,5 pontos percentuais acima do registrado no segundo trimestre de 2023. O VSO da participação da Helbor foi de 17%, aumento anual de 5,1 pontos percentuais.

Plano & Plano cresce 36%

A Plano & Plano apurou R$ 797 milhões em vendas líquidas no segundo trimestre, alta anual de 36,3%, segundo a prévia operacional divulgada ontem. O preço médio das unidades comercializadas no período foi de R$ 235 mil, um crescimento anual de 8,5%. Entre abril e junho, a Plano & Plano realizou 11 lançamentos, o que proporcionou um volume geral de vendas (VGV) de R$ 1,06 bilhão, crescimento de 80,7% em base anual.

SAF do Corinthians

A agência OTB Sports disse nesta segunda-feira (15) que recebeu mandato para negociar a compra do Corinthians em uma operação que prevê, entre outras coisas, a resolução da dívida do clube e um compromisso para futura abertura de capital. "A OTB esclarece ainda que não conversará com nenhum personagem sem vínculo estatutário com o Sport Club Corinthians Paulista", afirma a agência, em nota, destacando que o fará apenas caso seja formalmente indicado pelo clube. A OTB é liderada pelos empresários Bruno Paiva, filho do ex-meia da seleção brasileira Mario Sérgio, e Marcelo Goldfarb, herdeiro das lojas Marisa. Eles também encabeçam o grupo interessado em comprar o Corinthians. O Corinthians finalizou 2023 com dívida de R$ 885,9 milhões, leve queda ante os R$ 910,5 milhões do ano anterior, mas o valor não considera o passivo do estádio Neo Química Arena, cerca de R$ 703,1 milhões, em dezembro. Em nota, o Corinthians disse que recebeu qualquer contato oficial da OTB. O estatuto do clube não prevê a transformação em SAF.

INÊS 249

Veículos Modelo a etanol ajuda montadora na descarbonização e atende desejo do consumidor

Stellantis faz 'mea culpa' e investe no híbrido com jeito latino

Marli Olmos
De São Paulo

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Quando era estudante, o presidente da Stellantis na América do Sul, Emanuele Cappellano, não podia usar carro. Por um motivo muito simples. Ele morava em Veneza, cidade onde todo o transporte é feito em embarcações. Mas o automóvel passou a ser fundamental em sua vida em 2002, quando começou a trabalhar na Fiat, em Turim. Desde então, a carreira tomou um rumo que o tornou especialista em gestão de crises e, principalmente, projetos de integração entre montadoras. Começou quando ele ainda morava na Itália e a Fiat se juntou à Chrysler. Posteriormente, já no Brasil, ele liderou o projeto de integração de Fiat e Chrysler com Peugeot e Citroën na América Latina. Dessa união surgiu a Stellantis.

Passada a onda de crises profundas e fusões nas montadoras, o desafio, agora, é convencer o mundo de que o setor é bem-intencionado quando se apresenta como parte do esforço para reduzir os gases de efeito estufa no planeta. "Querendo ou não, a indústria automobilística continua poluindo; somos parte do processo de descarbonização", destaca.

No Brasil, a Stellantis vai investir para desenvolver e produzir veículos híbridos movidos a etanol. E promete apresentar seu primeiro modelo com essas características ainda neste semestre. "Não podemos pensar em tecnologias hiper caras", afirma Cappellano, ao referir-se aos carros 100% elétricos.

Ele segue o raciocínio do presidente mundial da companhia. Carlos Tavares tem reiterado que se vender apenas carros 100% elétricos a indústria automobilística perderá a maior parte da sua clientela, formada pela classe média. Segundo ele, produzir um carro totalmente elétrico custa entre 30% e 40% mais.

Cappellano praticamente não morou na cidade onde nasceu — Rieti, a quase 60 quilômetros de Roma. Veneza, onde viveu dos 15 anos até a conclusão da faculdade de Economia, foi uma das várias cidades por onde a família passou na época em que seu pai era oficial da Marinha. "A vida em Veneza tem um ritmo diferente", diz. Tudo mudou quando o jovem economista decidiu enviar um currículo à Fiat, sonho de emprego de italianos na época.

No primeiro dia na Fiat, Cappellano conheceu a esposa. Assim como ele, Valentina, uma engenheira, havia sido selecionada no programa de estágio. Ela também continua na Fiat, hoje no Brasil. A primeira troca de olhares, se Cappellano bem se recorda, foi na sala de espera do exame médico para a admissão na empresa. Dois anos depois, eles se casaram e tiveram um casal de filhos, Andrea, hoje com 12 anos, e Lorenzo, com 10. Ambos nasceram na Itália, mas, segundo o pai, hoje são "mineiros na cultura".

Admitido para trabalhar na área financeira, Cappellano logo percebeu que a Fiat estava à beira da falência. Foi quando o grupo contratou para o cargo de CEO, Sergio Marchionne, morto em 2018. Trabalhar com Marchionne — "um cara brilhante", como diz o executivo, proporcionou a Cappellano a primeira experiência sobre fusões. Em sua gestão, a Fiat se junto à americana Chrysler, o que deu uma guinada em ambas. "Esse momento de crise foi um aprendizado", lembra.

A segunda experiência com crises aconteceu em 2014, quando o executivo foi escalado para vir ao Brasil para trabalhar na área financeira. Depois de um ano de recordes, as vendas de veículos no Brasil haviam despencado. Coube a Cappellano dar andamento ao projeto da fábrica em Goiana, Pernambuco. "Tínhamos um investimento grande num mercado difícil."

Três anos depois, ele assumiu o comando da área financeira e, posteriormente, a liderança, na região, da integração entre Fiat Chrysler e Peugeot Citroën, preparando as empresas para o nascimento da Stellantis. "Sabíamos que não adiantava criar uma indústria no papel; era necessário mudar a cultura de governança", diz.

> "Querendo ou não, a indústria automobilística continua poluindo"
> *E. Cappellano*

> "O híbrido exclusivo para a América Latina foi desenvolvido pela nossa engenharia"
> *E. Cappellano*

Em 2021, Cappellano decidiu fazer uma mudança radical na carreira e na vida. Aceitou ser CEO para a América do Norte do grupo Marcolin, uma fabricante italiana de óculos, mais conhecida por grifes como Max Mara, Tom Ford, Guess. A família seguiu, então, para Nova York. "Eu queria um novo desafio, sair da zona de conforto. Seria, também, uma experiência de vida para os meninos", afirma.

De fato, foi. Mas a experiência americana durou só dois anos. Cappellano sentia falta do que chama de "complexidade" de um setor que oferece indústria, comércio, pesquisa, tudo ao mesmo tempo, e que, para ele, é uma característica inerente da indústria automobilística. E foi assim que ele regressou ao Brasil para assumir o comando da Stellantis na América do Sul, onde a companhia tem 30 mil funcionários e vendeu 404 mil veículos apenas no primeiro semestre. As marcas do grupo somam participação de 22,7% do mercado da região (29,3% no Brasil). A operação sul-americana responde por 15% do volume de vendas global.

A mais aprazível tarefa que o executivo de 48 anos recebeu desde que assumiu o comando da operação sul-americana, em novembro de 2023, aconteceu em março. Cappellano acompanhou Tavares numa viagem a Brasília. Na sede do governo, a dupla revelou um novo investimento: R$ 30 bilhões até 2030. Trata-se do maior ciclo anunciado por uma única montadora no país e também o valor mais alto da recente onda de aportes na indústria automobilística. Leia, abaixo, o que Cappellano disse sobre conjuntura na entrevista ao **Valor**:

Valor: *O setor automotivo costuma falar bastante sobre os planos para reduzir emissões. A sociedade vê essa indústria como participante desse processo?*

Emanuele Cappellano: Precisamos pensar na mobilidade do futuro porque isso impacta na vida das pessoas. Querendo ou não, a indústria automobilística continua poluindo. Somos parte do processo. Os carros emitem menos hoje do que há dez anos e a eletrificação trará uma grande contribuição. A Stellantis se comprometeu a, até 2030, reduzir as emissões de CO_2 em toda a cadeia, do processo produtivo à reciclagem. E atingir a neutralidade até 2038.

Valor: *A Stellantis optou pela produção de modelos híbridos a etanol no Brasil e promete lançar o primeiro deles ainda neste semestre. O senhor acredita que o carro híbrido será uma tendência no mercado brasileiro?*

Cappellano: A escolha da hibridização responde a uma demanda regulatória do Mover (programa federal de incentivos fiscais em troca de redução de poluentes e investimento em pesquisa). Mas não é a única razão. Enxergamos um mercado que demanda os híbridos. Existe um aumento da consciência do consumidor a respeito disso. Isso aparece nas nossas pesquisas. E isso requer investimentos pesados.

Valor: *Parte da indústria tem defendido o aumento do Imposto de Importação em carros elétricos e híbridos. Qual é a sua avaliação a respeito?*

Cappellano: A solução tem que vir do Brasil. É fundamental adaptar-se à realidade local. Os biocombustíveis são uma solução que tem muito a ver com o Brasil. Não podemos pensar em tecnologias hiper caras. E essa é uma questão de competição igual entre as montadoras. A Europa já confirmou a existência de dumping em relação aos carros produzidos na China. Aqui precisamos ter em vista os investimentos em curso e o emprego.

Valor: *Isso tende a regionalizar a atividade desse setor?*

Cappellano: Essa região está se tornando cada vez mais relevante. Nossa engenharia trabalha em projetos futuros globais. Temos 4 mil engenheiros no país e uma estrutura de testes em laboratório. Mas eu acredito que hoje temos um nível de industrialização mais local do que no passado. Trabalhamos no desenvolvimento da digitalização e, assim, reduzimos a necessidade de importação de software. Vamos projetar carros brasileiros para brasileiros. O híbrido exclusivo para a América Latina foi desenvolvido pela nossa engenharia.

Valor: *A conjuntura macroeconômica do país estava melhor no início do ano, quando a Stellantis anunciou o novo investimento. O cenário de hoje altera os planos ?*

Cappellano: Os ciclos de volatilidade sempre existiram na América Latina. Ao mesmo tempo, temos o programa Mover. A volatilidade existe. Mas os fundamentos são fortes.

Valor: *A Stellantis sempre defendeu a extensão dos incentivos fiscais para o setor no Nordeste até 2032, aprovada no Congresso. Ao mesmo tempo, conseguiu aumentar o número de fornecedores no Nordeste para quase 50. Qual é a importância dessa prorrogação do benefício?*

Cappellano: Estamos trabalhando para chegar a 100 fornecedores no entorno da fábrica em Goiana. Queremos ganhar competitividade no Nordeste porque o benefício fiscal vai diminuir ao mesmo tempo em que a concorrência vai aumentar. Se não fizermos assim não vamos ganhar o jogo.

29,3%
das vendas no Brasil no 1º semestre

A arte de formar grandes equipes

Gestão



Alexandre Ribas

Investir na formação de bons times é, sem dúvida, uma das decisões mais poderosas e impactantes que um gestor pode tomar, pois trata-se de um pilar fundamental para o sucesso de qualquer organização. Quando uma equipe é bem-estruturada, crescem os resultados tanto em termos de produtividade e inovação, quanto de satisfação dos colaboradores.

No centro desse processo está o líder, cuja função vai além de apenas bater metas: seu papel é também o de formar sucessores. A liderança eficaz pressupõe o entendimento de sua crucial responsabilidade na preparação da próxima geração de líderes. Ela não só garante estabilidade organizacional e continuidade de processos no futuro, mas motiva no presente, ao demonstrar à equipe que há oportunidades de crescimento e justo reconhecimento.

Esse processo envolve identificar talentos, proporcionar desafios adequados e oferecer feedbacks frequentes. Ao se dedicar à formação de sucessores, o líder cria uma cultura de desenvolvimento contínuo, na qual todos os integrantes do time são incentivados a alcançar seu pleno potencial.

Vale sempre lembrar que o engajamento dos colaboradores é fator crítico para a retenção de talentos. Líderes que conseguem engajar suas equipes para um objetivo em comum, promovem um ambiente de trabalho positivo e motivador. Para tanto, são fundamentais uma comunicação aberta, transparente e inclusiva; ciclos de reconhecimento dos esforços individuais e coletivos, e a criação de um sentido de propósito conjunto.

Sentindo-se valorizados e com seu papel reconhecido no alcance dos objetivos da organização, o nível de compromisso dos colaboradores aumenta significativamente. Daí ser vital o mapeamento contínuo de necessidades e aspirações da equipe: o bom líder trabalha para alinhar essas expectativas aos objetivos organizacionais.

Investir no crescimento profissional e pessoal dos membros da equipe não é apenas uma estratégia inteligente, mas diferencial para o sucesso em um cenário tão dinâmico quanto competitivo. O líder tem de ser capaz de identificar as habilidades e competências que precisam ser desenvolvidas e fornecer os recursos necessários para isso, seja através de programas de treinamento, mentorias ou qualquer outra oportunidade para aprendizado permanente.

O desenvolvimento das pessoas inclui incentivar a inovação e a criatividade, permitindo que os colaboradores experimentem novas ideias e abordagens em ambiente de segurança psicológica para tal. Paralelamente, a valorização e a promoção da busca e da troca de conhecimento entre os membros da equipe, ajuda a fomentar um ambiente de aprendizado colaborativo.

Acredite, o conhecimento é uma das armas mais poderosas no arsenal de qualquer empresa. Trata-se de uma trilha que envolve compartilhar informações, experiências e melhores práticas, além de incentivar a curiosidade e a busca por novas informações e habilidades. Quando disseminado de forma eficaz e sistemática, torna a equipe mais resiliente e capaz de enfrentar os mais complexos desafios.

Ao focar na formação de sucessores, promoção do engajamento, desenvolvimento das pessoas e valorização do conhecimento, o líder não só constrói uma equipe de alto desempenho, mas também cria uma cultura organizacional positiva e sustentável. Mas, como tudo que é importante, não é tarefa simples. É uma arte que exige dedicação, visão e habilidades específicas. Exercê-la com excelência e consistência pode ser o fiel na balança que pende para o sucesso ou o ocaso de uma organização.

Alexandre Ribas é CEO da Falconi
E-mail ribas@falconi.com

INÊS 249

Durável Recuo dos juros e base de comparação fraca explica alta de 20% em eletrônico e de 16% em eletrodoméstico até junho

Venda de eletro da indústria às lojas bate recorde no ano

Adriana Mattos
De São Paulo

O mercado de eletrônicos, eletrodomésticos e portáteis bateu recorde histórico de venda semestral no acumulado de janeiro a junho, com 51,5 milhões de unidades vendidas pela indústria ao varejo. É o maior patamar já registrado pela Eletros, a associação dos fabricantes do setor, em todos os três segmentos — o levantamento é realizado desde 2012.

O volume é 34% acima do mesmo período de 2023, quando a venda das fábricas às lojas já havia subido 14% — em 2022, houve queda de 16%. O número surpreendeu o mercado ontem, considerando que as grandes cadeias, como Magazine Luiza e Casas Bahia, não devem ter crescido volume nesse ritmo, segundo analistas. E também levantou dúvidas sobre a hipótese de um eventual aumento de estoques no comércio.

Até março, as lojas do Magalu cresceram (em valor vendido) 8%, e o on-line recuou 2%. Na Casas Bahia, lojas encolheram 11% e o digital da rede caiu 20%.

Segundo o levantamento, na linha branca, que inclui refrigeradores, máquinas de lavar roupa e fogões, a expansão alcançou 16%, e na linha marrom, com itens como TV e áudio e som, o avançou foi de 20%. No primeiro caso, a base de comparação com 2023 é fraca, o que facilita percentuais elevados. Mas na linha marrom, trata-se de uma base mais forte (*veja tabela ao lado*).

"Foi uma alta meio surpreendente, mas alguns produtos têm ido bem mesmo porque a comparação deles é difícil com 2023, como geladeiras", diz um ex-diretor comercial de uma líder varejista.

"Ainda pode ser que seja um reflexo da demanda de mercados regionais onde a renda tem subido mais, como Centro-Oeste, somado com a venda dos canais próprios da indústria, que se desenvolveu muito."

Uma outra possibilidade levantada foi o aumento da venda em certos canais digitais, especialmente no Mercado Livre, que está com ações agressivas. A ideia é tentar ocupar o terreno de empresas com dificuldade de crédito, como Americanas e Casas Bahia.

Fontes ouvidas descartam aumento considerável de estoque num cenário de capital ainda caro "O comércio não tem caixa hoje para comprar e ficar fazendo estoque. Mas vale a pena olhar inventário das lojas depois e ver como isso anda", diz a fonte.

A Eletros celebra os números, e vê um peso nisso do recuo da taxa básica de juros após agosto de 2023, mas faz a ressalva de que a alta geral, de 34%, é "turbinada" pela venda de ar-condicionado e certos portáteis (com preços médios mais baixos do que eletrônicos).

A entidade também diz que não há expectativa de manutenção desses patamares de crescimento no segundo semestre.

> O volume é 34% acima do mesmo período de 2023, quando a venda já havia subido 14%

"O que ajudou nas vendas de janeiro a junho, como os eventos esportivos da Euro Copa e da Copa América, e as altas temperaturas que elevaram a demanda de ar-condicionado, não se repetirão no resto do ano. Temos Olimpíadas em julho e agosto, mas o clima com altas temperaturas deve mudar", afirma José Jorge do Nascimento Junior, presidente da Eletros.

"Até estamos contentes com o que entregamos, mas bem cautelosos com o resto do ano", afirma. A entidade participou ontem da abertura da Eletrolar Show, a maior feira do setor.

Com a alta de 16% na linha branca, a venda ao varejo atingiu 7,3 milhões de unidades no primeiro semestre. Esse crescimento não inclui a venda de ar-condicionado, que avançou 88% no intervalo por conta do verão fora de época.

As vendas da linha marrom, com a alta de 20%, atingiram 6,3 milhões de itens.

Os portáteis, como "air fryer" e cafeteiras, cresceram 40% no primeiro semestre de 2024, com 34,1 milhões de unidades, e tem o apelo de terem preços inferiores à media do setor eletrônico.

Trata-se também de recorde histórico para cada um dos segmentos no semestre, na base de dados coletada pela entidade.

A Eletros representa 33 empresas do setor, boa parte delas estrangeiras, como Whirlpool, Electrolux, Samsung e LG.

O recorde de vendas anual do setor foi em 2019, com 104,9 milhões de unidades vendidas para o comércio. Para superar isso, seria preciso vender uma quantidade acima do visto no primeiro semestre. É algo comum no varejo de duráveis, pelo efeito da demanda no Natal e na Black Friday.

Mas, para isso, seria necessário ter um cenário de estímulo à demanda e de aumento da confiança dos consumidores na economia, lembra a entidade.

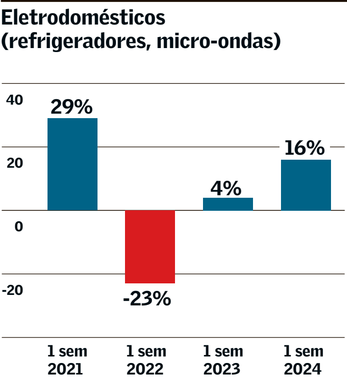
Nascimento diz que a melhora em alguns indicadores macroeconômicos podem até ajudar a manter esse fôlego — como aumento do emprego, após desaceleração da pandemia, e a manutenção do controle da inflação, que eleva renda disponível.

Porém, ele diz que o fim do ritmo de queda da Selic neste ano, e a alta do dólar, que encarece os produtos importados, além do efeito do clima, são fatores que pesam de forma contrária no segundo semestre.

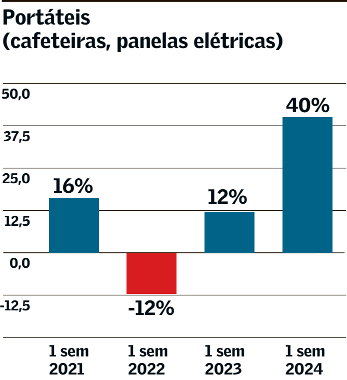
"Aço e alumínio já vêm subindo há um tempo, e também há o peso dos componentes eletrônicos, como semicondutores, e essa alta tem chegado ao mercado", afirma Nascimento. Nos fabricantes e varejistas, o discurso é de recomposição de margens há alguns anos, algo que tornou-se foco maior das empresas, levando a repasses de aumento de impostos e alterações em regras tributárias.

Sinal de retomada
Venda da indústria ao varejo, em relação ao ano anterior - em %

Eletrodomésticos (refrigeradores, micro-ondas)



Portáteis (cafeteiras, panelas elétricas)



Fonte: Eletros

Quais são os planos do investidor com 12,5% da Americanas

Pipe

Varejo

André Ítalo Barbosa
De São Paulo

Inácio de Barros Melo Neto tomou um susto quando abriu o celular ontem cedo. Tinha acabado de voltar da sua corrida matinal quando notou que pipocavam mensagens de amigos curiosos com sua estratégia de investimento. A Americanas comunicou a mercado que ele atingiu uma fatia de 12,5%, dando-lhe o status de principal acionista pessoa física da companhia depois do trio formado por Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles.

Pela participação que atingiu, Inácio Neto, como é conhecido em Pernambuco, teve de informar à companhia que não tinha interesse em controlar a Americanas. Seu objetivo é ganhar dinheiro com uma venda futura e, por isso, foi comprando ações da varejista nos últimos meses.

Dono de uma faculdade de medicina e de um colégio de ensino infantil e fundamental, ambos em Olinda, o empresário de 44 anos é um dos milhares de brasileiros que começaram a investir na bolsa em 2020, um boom gerado pela mínima histórica da Selic. No sobe e desce das ações, confessa que se encontrou como investidor, dispensando a ajuda de bancos. "Sou aquele que entra, quebra a cabeça, mas sempre estuda uma forma de tirar o que perdeu e ter êxito", diz.

Começou a ver a Americanas como uma potencial oportunidade justamente quando o então CEO, Sergio Rial, colocou a boca no trombone para revelar as fraudes bilionárias na contabilidade. "Fiquei obcecado lendo tudo sobre a Americanas, mas o que mais me deu confiança é que os acionistas são o segundo, o terceiro e o quarto homem mais rico do Brasil. Uma empresa como essa não tem como quebrar", avalia ele.

O acionista vê melhora dos números operacionais da Americanas e acredita que os problemas serão superados. "Foi uma crise detectada por eles, que logo puxaram o freio de mão. Se pegar o que o grupo fatura, em alguns anos isso passa rapidinho."

Embora demonstre apreço pelos três acionistas de referência, o pernambucano revela sua preferência por Lemann. "Uma vez li uma entrevista dele em que dizia que o momento de investir é na crise, e ele citava até o Burger King. Depois até descobri que o tênis que uso para correr é de uma investida dele, a On Running, de tecnologia suíça", diz o empresário.

O momento decisivo para a aposta se deu quando foi confirmado o aumento de capital pelo trio de acionistas, de R$ 12 bilhões, aprovado em maio pela companhia. "Depois disso, eu aumentei minha posição em 50%", diz.

Fazia tempo que a Americanas não recebia essa credibilidade de um investidor. Desde o início da crise, todas as movimentações relevantes de acionistas foram para vender participações, como ocorreu com a BlackRock, ou fazer aquisições que mexiam pouco com a composição. Ao preço da ação no fechamento de sexta-feira (12) , quando Inácio Neto informou sua posição à rede, o investimento equivalia a R$ 77,9 milhões.

> **10,14%** foi a queda das ações da rede ontem

À época da aprovação do aumento de capital, a Americanas informou que a fatia do trio vai saltar dos atuais 30,1% para 49,3%, na conclusão da capitalização. A fatia de Neto será diluída. Ontem, a ação fechou em baixa de 10,14%, a R$ 0,62, mas Neto diz que não tem pressa para ter retorno. "Não penso em tirar agora e acredito na recuperação. O valor dela hoje não existe, deixa muito a desejar. É uma empresa que já chegou a valer R$ 90, e R$ 50 na média. Tenho ido ao shopping para ver a Americanas e acho até que o atendimento melhorou", ele diz.

O pernambucano conta que hoje a Americanas é a sua única ação em bolsa. "Não acredito muito na regra da diversificação. Alguns amigos meus mais próximos dizem que vou ser lembrado como homem de coragem."

Em Pernambuco, além do colégio e da faculdade de medicina, Neto tem também uma construtora, mas pretende se desfazer do negócio. Ele já foi vereador. Candidatou-se duas vezes, em 2008 e 2012, mas venceu apenas na primeira.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Caso da General Shoppings pode ser reaberto

Investigação

Beatriz Olivon
De Brasília

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) poderá dar seguimento à investigação em que apura se a General Shoppings estaria fazendo uso de ONGs de fachada para entrar com ações ambientais contra shoppings concorrentes para atrasar ou impedir a construção de novos empreendimentos. O caso foi arquivado pela Superintendência-Geral do Conselho no fim de junho, mas um pedido de continuidade de investigação deve ser apresentado por um dos conselheiros, apurou o **Valor**.

Documento ao qual o jornal teve acesso pede que abertura do inquérito seja decidida pelo Tribunal na primeira sessão de agosto. A investigação começou em fevereiro, a partir de um pedido da Gazit Malls Fundo de Investimento Imobiliário, que acusou a General Shoppings de conduta anticompetitiva, como litigiosidade difamatória, lobby legislativo e a suposta criação de barreiras legais e regulatórias para os seus concorrentes. Isso se daria através do uso de associações civis sem fins lucrativos localizadas na região metropolitana de São Paulo, que entrariam com as disputas legais.

Haveria, segundo a acusação, um "padrão de intervenção judicial focado em questionar projetos imobiliários que poderiam concorrer com os shoppings e empreendimentos controlados pelo Grupo". A área técnica arquivou o processo por "insuficiência de elementos probatórios".

O **Valor** apurou que o documento, assinado pelo conselheiro Gustavo Augusto, considera que existem elementos que justificam a abertura de uma investigação formal quanto à acusação de litigância difamatória. O conselheiro destaca o ajuizamento de múltiplas ações judiciais, pretensamente sob argumentos ambientais, mas que aparentemente não possuem base jurídica — tanto que parte delas foi extinta sem resolução de mérito ou julgadas inteiramente improcedentes.

O conselheiro submete o despacho à aprovação do Plenário do Tribunal do Cade, indicando que deverá ser incluído na próxima sessão de julgamento, em agosto. Se o despacho for homologado, a Superintendência Geral deverá instaurar o inquérito, notificar os investigados e realizar diligências, dando sequência à investigação. Procurados, a empresa e o Cade não retornaram até o fechamento desta edição.

Mineração Expectativa no governo e no setor privado é que tema, alvo de críticas de Lula, seja retomado

Debate de direitos minerários voltará à agenda

Rafael Rosas
Do Rio

Uma vez resolvida a intrincada sucessão para presidente da Vale – a maior mineradora brasileira e uma das maiores mundiais –, uma outra discussão envolvendo as grandes empresas do setor mineral deve voltar a ganhar força: as regras que regem os direitos minerários no país. Os direitos minerários são licenças que as empresas recebem do governo, via Agência Nacional de Mineração (ANM), para prospectar, explorar e produzir minérios, que, por estarem sob o solo, são um bem da União. As mineradoras são uma espécie de concessionárias desses direitos.

O tema dos direitos minerários tem sido levantado publicamente pelo governo desde 2023. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, já acusou as mineradoras de "sentarem em cima" dos direitos minerários e não fazerem os devidos investimentos em pesquisa e exploração. A mensagem foi referendada em várias ocasiões, em 2023 e no primeiro semestre de 2024 pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que disse ser "irresponsável", por parte das grandes mineradoras, não aproveitar de forma adequada os bens sobre os quais têm direitos.

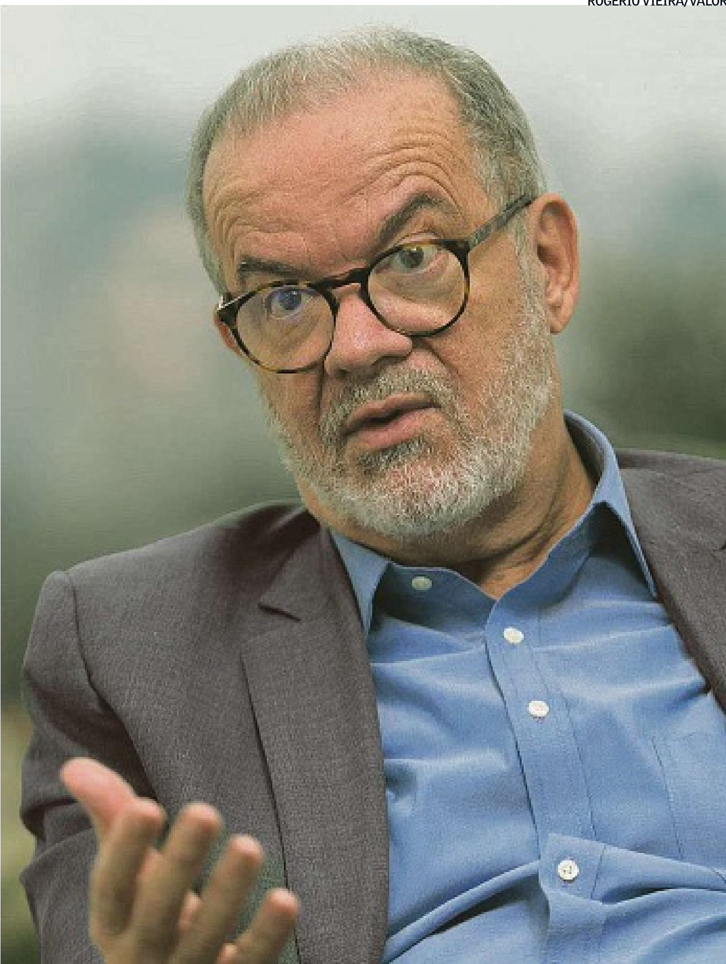
Com os ruídos surgidos na sucessão da Vale e outras prioridades no MME, como a revisão de regras para o setor elétrico, o debate sobre os direitos minerários arrefeceu, mas há expectativa que volte à tona, segundo fontes próximas do Planalto. No setor privado, também se prevê que o tema possa entrar na agenda como um potencial debate para os próximos meses.

Levantamento feito pelo **Valor** no Sigmine, sistema público da ANM, mostra que, embora as grandes mineradoras tenham as maiores áreas em extensão territorial, essas companhias representam uma fração pequena do total de títulos minerários concedidos.

A Nexa (ex-Votorantim Metais), por exemplo, é individualmente a empresa com maior número de concessões minerais e maior área geográfica para mineração no país. Mas quando se olha o caso da empresa em relação ao todo do setor mineral a participação é pequena.

A Nexa possui 2,97% da área total concedida (em vários tipos de licenças), somando 6,093 milhões de hectares de um total de 205,1 milhões de hectares concedidos pela ANM, segundo o levantamento feito por este jornal. Os dados apurados no Sigmine mostram que as dez empresas com maior volume de títulos homologados — que garantem os direitos minerários — no site da autarquia somam 15,08% da área total concedida.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



Fontes do setor afirmam que a concentração de direitos minerários apregoada pelo governo não se evidencia. Segundo essas fontes, há uma pulverização entre empresas de diferentes portes e diferentes tipos de minérios explorados. A questão, dizem as fontes, passa pelo fortalecimento da ANM, o que poderia tornar mais eficiente a aprovação de licenças e incrementar o ritmo da produção mineral (*ler mais na reportagem abaixo*).

Para a União, o crescimento do setor teria a consequência de aumentar a arrecadação em momento em que a condução da economia do país sofre com a desconfiança sobre a capacidade do governo de cumprir as metas fiscais, o que afeta negativamente as expectativas dos agentes do mercado. No ano passado, o setor mineral faturou R$ 248,2 bilhões, segundo dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O pagamento de impostos pelas mineradoras somou R$ 85,28 bilhões, sendo R$ 6,84 bilhões relativos à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), equivalente ao royalty da mineração.

Especialistas ouvidos pelo **Valor** afirmam que a falta de recursos financeiros e humanos da ANM causam atrasos na análise da tramitação dos processos. A legislação prevê o avanço de fase, que consiste na evolução dos pedidos à medida que as pesquisas são feitas. A empresa começa com o requerimento de pesquisa e avança até a concessão de lavra caso haja sucesso exploratório.

> "Código Mineral tem instrumentos que bastariam ser aplicados"
> *Raul Jungmann*

Os alvarás de pesquisa possuem prazos de até três anos, podendo ser prorrogados por igual período por solicitação do interessado, que precisa demonstrar o andamento dos trabalhos realizados no período inicial. Segundo a ANM, esse prazo máximo será ampliado para quatro anos em breve, uma vez que a agência está trabalhando na regulamentação da nova redação da legislação. Uma vez autorizada a lavra, o titular da concessão tem que iniciar os trabalhos previstos no plano de aproveitamento econômico em seis meses, contado da data de publicação da concessão no Diário Oficial da União.

Falta de estrutura
Agência atrasa andamento de processos

Direitos Minerários Concedidos

	Área (em milhões de hectares)	Número de concessões
Nexa	6,093	2.320
Vale	5,467	1.823
Anglo American	4,765	921
Santa Elina	3,552	837
Codelco	2,470	815
Guaporé Mineração	2,414	367
Rio Tinto	1,666	426
Hydro	1,607	337
Cooperbras	1,593	210
Coomipaz	1,326	217

Direitos Minerários Homologados*

	Área (em milhões de hectares)	Número de concessões
Nexa	2,249	1.016
Hydro	1,246	219
Vale	1,107	603
CBPM	0,924	851
Anglo American	0,904	244
Pedra Cinza	0,827	530
Foxfire Metals	0,739	405
CBA	0,728	337
Codelco	0,720	357
Santa Elina	0,676	183

Fonte: Sistema Sigmine da ANM *Retira os processos submetidos à desistência, renúncia, indeferimento, cessão ou requerimento de pesquisa ainda não homologados pela ANM, que somam 107,5 milhões de hectares e 94,5 mil processos

Um interlocutor diz que há na legislação vigente prazos para as diferentes etapas de autorização ou concessão de uma área minerária. "O que tem é uma expectativa, que a ANM seja mais eficiente, e as empresas passem a cumprir os prazos", diz. E acrescenta que nas regras atuais há previsão inclusive para a caducidade de títulos: "Tem que demonstrar para a ANM que você está tentando, está seguindo o plano que foi apresentado." O especialista pondera que uma ferramenta que o governo tem para pressionar as empresas e cassar títulos é reduzir os prazos previstos, com exigências que não serão atendidas. "Se ele [o governo] fizer uma exigência para tudo ao mesmo tempo agora, ninguém consegue atender. Então uma maneira de forçar a caducidade é fazer exigências que não se consegue atender."

O Ibram ressalta que a atividade mineral é caracterizada pelo elevado grau de risco, com taxa de sucesso média entre a pesquisa mineral e efetividade da implantação de um projeto mineral de 1 para 1.000. E acrescenta que o ciclo de investimentos em projetos do setor é de, no mínimo, dez anos. O presidente do Ibram, Raul Jungmann, critica o acesso limitado a linhas de financiamento adequadas para o desenvolvimento de projetos de mineração no Brasil: "Neste contexto, qualquer que seja a análise sobre o tema dos títulos minerários tem que considerar obrigatoriamente os três pontos: taxa de sucesso, ciclo de implementação de projetos e mecanismos de financiamento", diz Jungmann.

O dirigente também rebate as críticas feitas pelo presidente Lula de que empresas "sentam em cima" das áreas concedidas e afirma que o Código Mineral brasileiro contém "instrumentos claros" que bastariam ser aplicados para evitar qualquer tipo de uso indevido dos títulos minerários, como o eventual uso especulativo.

O **Valor** tentou ouvir o Ministério de Minas e Energia sobre a discussão dos direitos minerários. Mas nem o ministro Alexandre Silveira nem o secretário de geologia, mineração e transformação digital do MME, Vitor Saback, procurados via assessoria do ministro, responderam aos questionamentos.

Estudos do Ibram apontam que há "discrepâncias" na base de dados da ANM. Jungmann cita que não há diferenciação de títulos minerários que aguardam oferta pública; aqueles que estão em fase de disponibilidade; que permanecem com pendências no julgamento do edital de disponibilidade e que estão livres para novos requerimentos. "A simples aplicação desses filtros faria reduzir o número de títulos hoje onerados em 45%", diz.

Apesar da baixa concentração de direitos minerários no país, Jungmann diz que é natural que as grandes empresas tenham os maiores percentuais de áreas, uma vez que são as que mais têm recursos para investimentos em pesquisa e para execução de projetos.

As principais empresas do setor no país afirmam que cumprem os prazos e regras da legislação. A Nexa ressalta que o sistema Sigmine, da ANM, possui "caráter informativo" e contempla em sua base, inclusive, os 1.786 direitos já renunciados pela companhia ao longo dos últimos anos. "Sua atualização ocorre a partir de oferta pública [edital de disponibilidade], quando esses direitos renunciados passam a outro titular ou são excluídos do sistema", diz a Nexa.

A mineradora diz ainda que no ano passado aportou US$ 23 milhões em atividades de pesquisa mineral no país. A companhia afirma que mantém "estratégia sólida de otimização de portfólio", com expansão de ativos, e cita o exemplo de Aripuanã, maior empreendimento mineral do Mato Grosso, com investimentos de US$ 632 milhões e que gera 1,5 mil postos de trabalho diretos. Aripuanã consiste em três áreas que produzem zinco, chumbo, cobre, prata e ouro.

A Vale diz que detém menos de 1% do número total de direitos minerários cadastrados no Sigmine e afirma que, desde 2005, reduziu o portfólio desses direitos no Brasil em 80%, como resultado de desinvestimentos, cessões de direito e de desistência de áreas. "A empresa mantém planos de desenvolvimento de todas as suas concessões e possui uma estratégia integrada de desenvolvimento para seus processos minerários", diz a Vale.

A mineradora também afirma que é a empresa que mais investe em pesquisa mineral no país. Em dez anos, diz, investiu mais de R$ 1 bilhão em pesquisa mineral em Carajás, no Pará, sem considerar projetos de minério de ferro. Em Minas Gerais, os investimentos em pesquisa mineral de minério de ferro ultrapassam R$ 250 milhões ao ano. "Como resultado destes investimentos, a Vale possui ativos minerais de excelente qualidade que fazem da empresa a maior produtora mineral do país, arrecadando maior volume de CFEM [royalty] do que todos os outros 'players' de mineração somados." Em 2023, a arrecadação de CFEM no Brasil foi de R$ 6,9 bilhões, sendo R$ 3,9 bilhões pagos pela Vale.

Setor critica projetos de garimpo

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

Dois projetos de lei em tramitação no Congresso deixam as mineradoras em alerta. Ambos abrem portas para permitir garimpos em áreas requeridas ou concedidas a mineradoras. Defensores dos PLs dizem que a mudança, ao ampliar áreas destinadas ao garimpo legal, teria o poder de diminuir a pressão da atividade praticada de forma ilegal.

Grandes mineradoras e empresas especializadas em pesquisa mineral afirmam que os textos representam um revés para a mineração e um fator que fará reduzir o interesse por novos investimentos.

O senador Zequinha Marinho (Podemos/PA) é autor de um dos projetos de lei, o 2973, de 2023. Como justificativa, ele afirma no texto que "enormes áreas continuam indisponíveis para o pequeno minerador" pelo fato de estarem oneradas por requerimentos de pesquisa e por autorizações de pesquisa. Usa como exemplo a impossibilidade de extração de areia ou saibro, insumos da construção civil, em áreas oneradas por autorização de pesquisa para outro mineral. "Quando houver viabilidade técnica e econômica para o aproveitamento mineral em ambos os regimes [um garimpo e o projeto de uma mineradora de grande porte], não há razão para vedar, de antemão, a outorga de permissão de lavra garimpeira", sustenta.

Para o parlamentar, é a Agência Nacional de Mineração (ANM) que deverá dizer se um garimpo poderá ou não se instalar numa área concedida ou requerida por uma mineradora. Pelas regras atuais, as companhias ao obterem áreas para exploração — e arcarem com os custos das concessões — têm autonomia para negar a instalação de garimpos ou outras atividades minerárias nessas áreas. O outro projeto de lei está na Câmara dos Deputados sob o número 957/2024, propõe alterações no Código Mineral brasileiro.

Entre os pontos, o texto também prevê que a ANM — e não as empresas — determinará se um garimpo será ou não compatível com as atividades da mineradora que estiver na área, diz o relator do projeto, o deputado Joaquim Passarinho, do PL do Pará. O Pará é maior Estado minerador do país, em função da maior mina de minério de ferro do país, operada pela Vale. "Quem vai dizer se o garimpo vai comprometer economicamente ou não o projeto de uma mineradora tem que ser a ANM. O subsolo é nacional. O que não se pode é terceirizar para a empresa a decisão de permitir o garimpo na área", diz o deputado Joaquim Passarinho, do PL, também do Pará.

2
PLs tramitam hoje no Parlamento

Para ele, ampliar áreas de garimpo, não só em áreas de mineradoras, mas também em zona de fronteira, terá o efeito de esvaziar garimpos ilegais. Os projetos são recebidos com críticas pelas empresas. "Os projetos de lei na Câmara e no Senado estão tramitando rapidamente, sem a necessária discussão, e expandem o garimpo, inclusive favorecendo a prática ilegal, até mesmo em terrenos concedidos para mineradoras e em áreas de conservação", diz o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O Ibram diz que a preocupação "é que esses projetos pró-garimpo possam prosperar no Parlamento, especialmente em um ano eleitoral nos municípios, que serão os mais prejudicados pelo potencial destrutivo". E acrescenta: "A criação de facilidades para a implantação de garimpos ocorre sem que o poder público tenha condições mínimas de exercer fiscalização e controle efetivos."

A Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM) diz que mudanças nas regras que venham abrir caminho para garimpos nas mesmas áreas onde empresas fazem pesquisa mineral "acarretarão falta de segurança jurídica e afastarão investimentos produtivos necessários para identificação de novas reservas e manutenção da produtividade do setor mineral".

ANM destaca a falta de estrutura

Do Rio

A Agência Nacional de Mineração (ANM) reconhece que há um cenário de "diversos problemas" na autarquia e aponta que os mais críticos envolvem a escassez de servidores, assim como a estrutura de cargos e orçamento "aquém das demais agências reguladoras".

A agência afirmou que atua "ativamente e insistentemente" nos últimos seis anos junto ao governo federal em busca de melhores condições, incluindo solicitações de concurso público, estrutura de cargos e incremento orçamentário. "Importante destacar que sem a correta estruturação da agência, torna-se inócua qualquer busca do governo atual, dos órgãos de controle ou da sociedade para exigirem da autarquia que cumpra suas obrigações legais na integralidade", disse a agência em resposta ao **Valor**.

A agência pondera que "vem trabalhando arduamente" para eliminar o passivo de processos, mas diz que este passivo não inclui apenas solicitações de requerimentos de títulos minerários pendentes. "Para títulos de exploração nos diversos regimes de aproveitamento (regime de concessão, regime de licenciamento, regime de permissão de lavra garimpeira e regime de extração), sua outorga é obrigatoriamente precedida do licenciamento ambiental da futura atividade. Sem a apresentação da competente licença ambiental, os processos permanecem parados, o que aumenta o tempo médio de decisão", diz a ANM.

A agência cita ainda possibilidades de transferência de títulos a terceiros e procedimentos sancionadores, que acabam por aumentar o tempo de tramitação. "Sendo assim, os passivos processuais não se balizam apenas na quantidade de processos [requerimentos] pendentes da outorga de títulos minerários, mas sim na quantidade de solicitações constantes em cada processo", acrescenta a autarquia.

A ANM conta atualmente com 234 mil processos minerários ativos, considerando todos os cenários desde o requerimento de título até o procedimento de disponibilidade, excetuando-se os procedimentos sancionadores. Nestes processos constam quase 690 mil solicitações, parte delas já atendidas e que demandam análise pelo corpo técnico. Segundo o órgão regulador, essas demandas "vêm em uma ascendente" a partir dos anos 2000, atingindo quase 100 mil solicitações por ano a partir de 2015.

Para lidar com o problema, a agência tem apostado em mecanismos automatizados, como inteligência artificial generativa e ciência de dados, entre outros. A autarquia diz que tais projetos podem reduzir "drasticamente" o passivo nos próximos 24 meses, mas alerta que essas iniciativas acabam postergadas por insuficiência orçamentária fruto do contingenciamento de verbas. "Isso impossibilita totalmente a inovação e as iniciativas de redução do passivo processual da agência", diz a ANM, que tem 650 servidores efetivos, dos quais 205 têm tempo para aposentadoria. Em abril, o órgão regulador solicitou ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos a contratação de mais 1.072 funcionários de diferentes qualificações.

234
mil é o número de processos ativos

"Sim, existem muitos problemas regulatórios, mas o principal deles é a fragilidade da Agência Nacional de Mineração, que, conforme comentado pela sua própria diretoria, carece de recursos humanos, materiais e financeiros para a sua atuação. É fundamental o fornecimento destes recursos para que a agência possa desenvolver suas atividades", diz Raul Jungmann, presidente do Ibram (a entidade das mineradoras), para quem a "completa e rápida" reestruturação da ANM é o principal passo que o governo poderia dar para incrementar a atividade minerária no país. *(RR)*

INÊS 249

Entretenimento Realização do festival de música, em setembro, deve impulsionar a criação de 32,6 mil postos de trabalho no Rio

Rock in Rio vai gerar impacto de R$ 2,9 bilhões, diz FGV

Paula Martini
Do Rio

Com ingressos esgotados desde maio para quatro dos sete dias de shows, o Rock in Rio não é aguardado apenas por uma legião de fãs. O festival, que comemora 40 anos na edição de 2024, se tornou uma fonte de renda bilionária para a cidade do Rio e para uma cadeia de diferentes atividades econômicas.

Realizado de dois em dois anos, o festival retorna à Cidade do Rock em setembro. Junto com o público previsto de cerca de 760 mil pessoas (700 mil pagantes, 35 mil vips e 28 mil credenciados) nos dias 13, 14, 15, 19, 20, 21 e 22 de setembro, o Rock in Rio vai gerar um impacto de R$ 2,9 bilhões para a economia carioca.

É o que aponta a quarta edição do "Estudo de impacto econômico do Rock in Rio", feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com base em informações fornecidas pela organização. O levantamento, antecipado ao **Valor**, mostra que esse número é recorde desde 2017, quando a pesquisa começou.

LEO PINHEIRO/VALOR

"Não vejo outra solução para o Rio que não passe pela questão cultural"
Roberto Medina

Naquele ano, o festival movimentou R$ 2,42 bilhões. Depois, saltou para R$ 2,58 bilhões, em 2019, e chegou a R$ 2,69 bilhões em 2022. Os valores foram atualizados pelo IPCA do período.

"O Rock in Rio é fundamental para a economia do Rio. A cidade já se prepara para esse evento, que tem magnitude similar a Carnaval e Réveillon. Os hotéis enchem e os voos ficam lotados em um grande fluxo turistas para a cidade", afirma Luiz Gustavo Barbosa, responsável pelo estudo e professor da Escola de Administração Publica e de Empresas da FGV.

Este ano, uma iniciativa inédita visa reforçar a contribuição do festival para a economia carioca. Os ingressos darão direito a descontos em vários pontos turísticos como Cristo Redentor e o Bondinho do Pão de Açúcar, durante todo o mês de setembro.

"Não vejo outra solução para o Rio de Janeiro que não passe pela equação da questão cultural, que vai desaguar na questão turística e do entretenimento. A vocação, a cara da cidade é essa, mas muitas vezes essa vocação não é explorada em sua plenitude", afirma o empresário Roberto Medina, idealizador do Rock in Rio.

A edição deste ano também será responsável pela criação de 32,6 mil postos de trabalho na cidade, segundo a análise da FGV. A cadeia envolve 14 atividades econômicas relacionadas aos setores de turismo, de transportes, logística, alimentação, hospedagem e à indústria do audiovisual.

"E obviamente, o setor de economia criativa. Você vai do cara que ajusta um fio até quem carrega a guitarra de um artista. É um volume enorme de atividades de suporte e de micro e pequenas empresas beneficiadas", complementa o professor da FGV.

Na abertura das vendas, em dezembro, quando as atrações sequer haviam sido anunciadas, os 180 mil ingressos disponibilizados esgotaram-se em apenas duas horas. Na venda oficial de ingressos, em maio, quatro dias inteiros (13, 14, 20 e 22 de setembro) esgotaram em pouco mais de duas horas e meia.

De acordo com a organização do festival, 54% dos compradores são do Estado do Rio e 20% de São Paulo. Além disso, as entradas já foram vendidas para fãs de 31 países diferentes.

"A marca Rock in Rio por si só vende a cidade do Rio de Janeiro, internacionalizando a nossa imagem além do Brasil", afirma a secretária municipal de Turismo do Rio, Daniela Maia.

O professor da FGV aponta três fatores para o sucesso do evento: a solidez da marca Rock in Rio, a repetição a cada dois anos e a renovação da experiência oferecida ao público a cada nova edição.

Criado em 1985 e realizado em edições espaçadas nos anos de 1991 e 2001, o Rock in Rio voltou ao calendário de eventos da capital fluminense em 2011. Desde então, é realizado a cada dois anos, com grande sucesso de público, e só foi adiado em 2021 por causa da pandemia.

"O Rock in Rio é o grande âncora de um calendário de eventos da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, consegue se manter atraente para diferentes gerações", diz Barbosa.

Festival de bilhões

Grandes eventos musicais na cidade do Rio

Impacto do Rock in Rio na economia carioca *

2017 — R$ 2,42 bilhões
2019 — R$ 2,58 bilhões
2022 — R$ 2,69 bilhões
2024 — R$ 2,94 bilhões

Os grandes eventos cariocas em 2024, em R$ bilhões **

Réveillon	3
Carnaval	5
Madonna	0,30
Rock in Rio	2,9

Fonte: Prefeitura do Rio, Governo do Estado do Rio e FGV. * Valores corrigidos pelo IPCA. **Impacto econômico em 2024

Por que o Google quer comprar a Wiz por US$ 23 bi

Tecnologia

Daniela Braun
De São Paulo

A potencial aquisição da startup americana Wiz pela Alphabet, controladora do Google, por US$ 23 bilhões, atraiu os holofotes do mercado em torno da fornecedora de cibersegurança para computação em nuvem.

Para a Alphabet, a aquisição da Wiz pode elevar a receita e a participação de mercado do serviço de nuvem Google Cloud, bem como de suas aplicações de IA generativa. "A compra da Wiz permite que a Alphabet aumente mais uma avenida de crescimento para os próximos anos, e entendemos que ela será um competidor de peso neste setor decibersegurança", disse André Kim, sócio da gestora GeoCapital, ao **Valor**.

No primeiro trimestre, a AWS, divisão de negócios de nuvem da Amazon, tinha 31% do mercado de nuvem pública global, seguida por Microsoft (25%) e Google (11%), segundo a Synergy Research.

Se concretizada, esta será a maior aquisição feita pela Alphabet, superando os US$ 12,5 bilhões injetados na compra da americana Motorola Mobility em 2012.

Fundada em 2020, por quatro israelenses, em Nova York (EUA), a Wiz fornece softwares que monitoram a segurança de infraestruturas, aplicações e dados de empresas em serviços de nuvem pública.

Nesse tipo de serviço, a carga computacional usada pelos clientes é balanceada entre diversos usuários como em um sistema de compartilhamento de corridas de carro por aplicativo. Quando uma empresa não está consumindo processamento da nuvem, outra está, e o usuário paga pelos dados que consome. Já no modelo de nuvem privada, o cliente paga por uma infraestrutura computacional dedicada, mesmo que não use toda a capacidade contratada.

Em maio deste ano, o presidente e cofundador da Wiz, Assaf Rappaport, anunciava a sexta rodada de captação de investimentos da companhia e seu interesse na abertura de capital em bolsa. Desde sua criação, a Wiz levantou US$ 1,9 bilhão de 18 investidores. Entre eles, os fundos de investimentos Howard Schultz, Index Ventures, Sequoia Capital, Andreessen Horowitz e Thrive Capital.

Os quatro fundadores da Wiz se conheceram no serviço militar obrigatório de Israel. Ao lado de Rappaport e Luttwak, os outros dois cofundadores, Yinon Costica e Roy Reznik, prestaram o serviço militar na Unidade de Inteligência 8200. Da mesma divisão de inteligência israelense também saíram fundadores de empresas de cibersegurança como Guardicore, comprada pela Akamai Software em 2021 por US$ 600 milhões, Checkpoint e Armis Security.

A Wiz fez duas aquisições. Em março, comprou a Gem Security, especializada em detecção e resposta a ameaças na nuvem, por US$ 350 milhões. Em dezembro de 2023, adquiriu a israelense Rafft, que oferece uma plataforma de segurança para que desenvolvedores criem softwares de forma colaborativa. O valor não foi revelado.

A Wiz tem uma história com a Microsoft já que seus fundadores criaram a empresa após terem vendido sua primeira startup, a Adallom, para a gigante de tecnologia em 2015 por US$ 320 milhões. A Adallom nasceu em 2012, no Vale do Silício (EUA), também voltada para segurança na nuvem, mas com foco em monitoramento de aplicações de software como serviço (SaaS, na sigla em inglês). Os então fundadores da Adallom trabalharam na Microsoft até partirem para lançar a Wiz, em 2020.

A Wiz, considerando somente startups, concorre com as americanas Twistlock, de Portland, e CloudPassage, de São Francisco, que oferecem propostas similares e são empresas de menor porte, informa a plataforma Crunchbase.

No Brasil, empresas dos setores financeiro, de energia elétrica, hospitalar e de alimentos são clientes da Wiz, ou se interessam pelo serviço, informou Guilherme Rabinovitsch, sócio da Cysfera, parceira oficial da startup.

Ativista que desafiou 'big techs' chega ao Brasil

Rafael Bitencourt
De Brasília

No calor do embate no Brasil sobre os limites do uso da inteligência artificial (IA), um dos expoentes da luta pelos direitos digitais na Europa, o austríaco Max Schrems, desembarca esta semana no país para participar de dois eventos sobre o tema.

O ativista tem no currículo vitórias históricas nos tribunais europeus contra as gigantes da tecnologia, as "big techs", ao levantar bandeira da privacidade de dados.

Schrems, hoje com 36 anos, tinha 24 quando formalizou as primeiras queixas contra a transferência de cidadãos europeus, por empresas como Facebook (Meta) e Google, para os EUA. As reclamações incluíram a vulnerabilidade usada pela Cambridge Analytica na coleta de dados nas redes, o que mais tarde ficou caracterizado como mecanismo usado para influenciar o resultado de eleições.

Em sua atuação na Europa, o austríaco alegou que a forma de tratamento dos dados privados pelas plataformas expunha os usuários das redes sociais à vigilância de governos e agências de inteligência, principalmente dos EUA. O caso foi parar nos tribunais, com sentenças que levaram à suspensão do pacto transatlântico de transferência de dados, em 2015, firmado entre americanos e o bloco europeu.

Após a derrota considerada inédita das "big techs", Schrems fundou a organização sem fins lucrativos "Noyb" — é sigla em inglês para "none of your business" [não é da sua conta, em tradução livre].

Nesta terça-feira (16), Schrems debaterá o tema "Litígio estratégico contra big techs", do Idec e da C20 Brasil. A discussão será realizada na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo. Na quinta (18) e na sexta-feira (19), o austríaco estará na "CPDP Latam 2024", no Rio. Organizada pela FGV-Rio, a conferência tratará de soberania de dados e desafios relacionados à proteção de dados e à IA nos âmbitos do G20 e da América Latina.

Em julho, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) abriu uma investigação sobre a Meta — dona do Facebook, Instagram e WhatsApp — e determinou no dia 2 a imediata suspensão do uso de dados dos usuários para treinar sistema de IA generativa.

No Senado, a Comissão Especial de Inteligência Artificial entrou na fase de fechamento do texto do projeto de lei que regulamenta o uso da IA no país. O presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), definiu a aprovação do marco legal como prioridade para este ano.

Atualmente, a Noyb e seu fundador são referências em todo o mundo para entidades civis de direito à privacidade em estratégias de litígio contra as gigantes de tecnologia. Esse é o caso do Idec, que receberá o especialista em um dos eventos nesta semana no Brasil. Sobre a vinda do austríaco ao país, a coordenadora do programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Idec, Camila Contri, afirmou, ao **Valor**, que é um "super privilégio tê-lo aqui no Brasil".

REUTERS/LISI NIESNER

Schrems alegava que plataformas expunham os usuários e caso foi parar nos tribunais

Agro 4.0 Aplicativo de inteligência artificial permite que pecuaristas obtenham informações que ajudem na tomada de decisões no campo

Com 'ChatGPT do boi', JetBov vislumbra avançar no mercado

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A plataforma digital de gestão para bovinocultura de corte JetBov apostou as fichas em uma solução de inteligência artificial que funciona como um ChatGPT da pecuária para ser um de seus principais motores de crescimento neste ano. Com o chamado JetBov do Gestor e a perspectiva de expansão do mercado, a empresa espera elevar em 30% seu faturamento em 2024.

Sem revelar números, Xisto Alves, CEO da empresa, afirma que a expectativa de crescimento no mercado se justifica pelo fato de que hoje os pecuaristas buscam continuamente por novas tecnologias que contribuam com uma gestão focada em dados. É nesse contexto que Alves diz ver espaço para o aplicativo de inteligência artificial.

"Trata-se de um aplicativo pensado exclusivamente para os gestores e tomadores de decisão das fazendas e que pode ser usado de qualquer lugar, sem a necessidade de acessar o computador, assemelhando-se a um chat — o que foi pensado para facilitar a conexão com os profissionais do campo", afirma o executivo.

3,9
mil fazendas devem ser atendidas

Na prática, o JetBov do Gestor permite que o pecuarista desenvolva um diálogo e questione a ferramenta por meio de mensagens de texto ou áudio — algo muito similar ao que é visto atualmente com o ChatGPT. O objetivo é que, dessa forma, o criador de gado tenha acesso mais fácil e rápido a informações.

De acordo com Alves, a plataforma é abastecida continuamente com conteúdos técnicos e estratégicos, e foi treinada para desenvolver e compartilhar, via WhatsApp, relatórios e criar tarefas a serem realizadas por funcionários no campo.

A expectativa, diz ele, é atender as mais de 3,9 mil fazendas que já são clientes da JetBov.

Para sair do papel, o aplicativo JetBov do Gestor contou com uma parte dos recursos que vieram de uma "vaquinha virtual", que levantou R$ 1,74 milhão no fim do ano passado. No desenvolvimento da plataforma JetBov, como um todo, já foram investidos mais de R$ 8,2 milhões, segundo o executivo.

Na avaliação de Alves, a introdução da inteligência artificial na pecuária de corte será um grande avanço para o setor. "Unindo nossas ferramentas à expertise da nossa base de dados, acreditamos que os algoritmos de IA terão um papel ainda mais relevante quando aplicados na previsão de cenários", diz.

Além do JetBov do Gestor, a companhia também tem o aplicativo JetBov de Campo, focado na coleta de dados dentro da propriedade rural, e o JetBov de Pasto, aplicativo que possibilita ao pecuarista ver o mapa da fazenda e a divisão das áreas em piquetes, com todas as atividades realizadas.

Em nove anos de atuação, a empresa contabiliza mais de 3 milhões de hectares de áreas de pastagem demarcadas, 11 milhões de cabeças de gado que já passaram pela base de dados e 88 milhões de manejos realizados.

"Trata-se de um aplicativo exclusivamente para gestores"
Xisto Alves

DIVULGAÇÃO



Embrapa testará sensores da Jacto em lavouras

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A Embrapa firmou uma parceria com a Jacto para a validação de sensores de equipamentos portáteis em regiões de teste da estatal para atender pequenos e médios produtores rurais. A parceria com a empresa de implementos e tecnologia agrícolas ocorrerá no âmbito do Centro de Ciência para o Desenvolvimento em Agricultura Digital (CCD-AD), o Centro Semear Digital.

O centro de pesquisa foi criado em 2023 pela Embrapa Agricultura Digital e com ele foram estabelecidos dez "distritos agrotecnológicos" (DATs), onde são testadas soluções de conectividade e tecnologias digitais.

Os sensores da Jacto serão testados em três distritos: Caconde (SP), São Miguel Arcanjo (SP) e Vacaria (RS). Os testes deverão atender lavouras de café e de fruticultura, como maçã.

O acordo com a Jacto prevê, por dois anos, a validação e aperfeiçoamento de sensores, e a articulação entre equipes de pesquisa e pessoas de referência nos distritos.

"A iniciativa inovadora junto ao segmento deve ajudar a suprir lacunas de mão de obra e acelerar o processo de automação na estimativa dos frutos, já adotado em propriedades de grande porte e para grãos", afirmou, em nota, Stanley Oliveira, chefe-geral da Embrapa Agricultura Digital.

"Iniciativa deve acelerar a automação nas estimativas"
Stanley Oliveira

Os DATs são regiões selecionadas pela Embrapa de acordo com indicadores socioeconômicos e de diversidade produtiva e de recursos naturais. Neles, a estatal realiza projetos-piloto para fornecer soluções digitais que atendam às demandas de cada local.

Inscrições para 'Melhores do Agro' terminam dia 19

Prêmio
De São Paulo

Terminam na próxima sexta-feira, dia 19, as inscrições para o prêmio Melhores do Agronegócio, que, neste ano, chega à sua 20ª edição. Realizado pela Globo Rural, em parceria com a Serasa Experian, o Melhores do Agro é a mais tradicional premiação do setor agropecuário.

A inscrição é gratuita e vale para qualquer empresa que tenha atuação no agronegócio brasileiro. Para participar, basta acessar a página da pesquisa (https://www.serasaexperian.com.br/as-melhores-do-agronegocio/), responder ao questionário e enviar as demonstrações contábeis relativas aos anos de 2022 e 2023.

O Melhores do Agronegócio reconhece o trabalho de empresas de mais de 20 segmentos. Os resultados e a posição de cada uma são determinados pelos desempenhos financeiros do ano anterior — com 70% de peso na avaliação — e iniciativas de responsabilidade socioambiental — com 30% de peso na classificação. A análise dos dados dos dois critérios resulta em uma pontuação pela qual se forma o ranking.

Em 2024 serão analisados: Alimentos e Bebidas; Atacado e Varejo; Aves e Suínos; Bioenergia; Comércio Exterior; Cooperativas; Defensivos Agrícolas; Fertilizantes; Frutas, Flores e Hortaliças; Indústria de Café; Indústria de Carne; Indústria de Soja e Óleos; Laticínios; Máquinas e Equipamentos Agropecuários; Massas e Farinhas; Nutrição Animal; Papel, Celulose e Reflorestamento; Produção Agropecuária; Saúde Animal; Sementes e Serviços Agropecuários e Tecnologia.

Além das melhores em cada setor de atuação, serão entregues prêmios especiais: Maior Empresa do Agronegócio, e os destaques em Sustentabilidade, Pequenas e Médias, e entre as Cooperativas. Será escolhida também a Campeã das Campeãs, a melhor do ano.

O anúncio das vencedoras será em novembro, em um evento, em São Paulo. Na ocasião, a Globo Rural vai lançar mais uma edição do Anuário do Agronegócio, com os perfis das vencedoras e os dados completos das 500 maiores empresas do agronegócio, além da análise de especialistas sobre a conjuntura econômica e setorial.

Em 2023, a Campeã das Campeãs foi a GDM, empresa do setor de sementes. A companhia foi fundada na Argentina, em 1982, tem sede em Buenos Aires, e é líder global em genética de soja.

valor.com.br

Insumos
Preço do fertilizante subiu em junho
O Índice de Poder de Compra de Fertilizantes (IPCF) de junho de 2024, medido pela Mosaic, subiu 8% em relação a maio, para 1,05. O indicador relaciona os preços de commodities agrícolas e dos principais nutrientes (NPK).

valor.com.br/agro

Alimentos
WH Group planeja listar Smithfield
A WH Group, companhia chinesa e maior produtora de carne suína do mundo em vendas, informou que planeja abrir o capital de sua controlada americana Smithfield Foods, com listagem nos Estados Unidos e no México.

valor.com.br/agro

Rastreabilidade
JBS lança 'Cowbot' para pecuaristas
A JBS lançou uma plataforma que permite consultas gratuitas sobre a situação socioambiental da cadeia de fornecimento dos pecuaristas. A ferramenta Cowbot pode ser usada por quem fornece ou não à empresa.

valor.com.br/agro

Safra 2024/25
Imea vê custo maior para cultivar soja
O Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), elevou sua estimativa de custeio da safra 2024/25 de soja em Mato Grosso em 0,54% em relação ao mês anterior, para R$ 3.983,89 por hectare.

valor.com.br/agro

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Sdr Construções e Serviços Ltda. -** CNPJ: 07.362.386/0001-20 - Endereço: Rua Bicuiba, 260, Bairro Dom Bosco - Requerente: Luiz Antonio de Avelar Bergamini Segundo - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Goldmaq Máquinas e Equipamentos Eireli -** CNPJ: 04.874.154/0001-63 - Endereço: Av. Anhanguera, 11066, Quadra 11, Lote 01 E, Esplanada do Anicuns - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Romanhol Administração Judicial - Vara/Comarca: 25a Vara de Goiânia/GO - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Oncofarma Comércio Atacadista de Medicamentos Ltda. -** CNPJ: 01.529.206/0001-76 - Endereço: Av. Vereador José Diniz, 3300, Cjto. 508, Bairro Santo Amaro - Requerente: Cash Price Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.
Requerido: **Rogério F. Das Virgens Sinalização Viária ME -** CNPJ: 07.756.626/0001-71 - Endereço: Rua Expedito Rodrigues Dos Santos, 373 A, Bairro Vicente Nunes - Requerente: Renato Nascimento Silva de Morais - Vara/Comarca: Vara Única de Nazaré Paulista/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.
Requerido: **Sugoi Residencial Ix Spe Ltda. -** CNPJ: 29.729.219/0001-08 - Endereço: Av. Das Nações Unidas, 11633, 8º Andar, Sala D 14, Bairro Chácara Itaim - Requerente: Glasser Pisos e Pré Moldados Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.
Requerido: **Tama Comércio e Exportação de Artesanatos em Pedras Ltda. -** CNPJ: 46.357.515/0001-44 - Endereço: Rua Gonçalves Crespo, 78, Quiosque 28, Bairro Tatuapé - Requerente: Tama Comércio e Exportação de Artesanatos em Pedras Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Petição inicial de auto falência indeferida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Gasmyt Revendedora de Gás Eireli ME -** CNPJ: 13.099.623/0001-05 - Endereço: Setor Habitacional Arapoanga, Quadra 6 A, Cjto. B, Lote 23, Bairro Planaltina - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Alice Lacerda Silva Garcia, Produtora Rural -** CNPJ: 55.421.626/0001-63 - Endereço: Rodovia Br 158, Km 490, Entroncamento com Rodovia Mt 322, S/nº, Zona Rural, Bom Jesus do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Aj1 Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Ricardo Ferreira de Andrade - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Cairo Garcia Pereira, Produtor Rural -** CNPJ: 55.421.699/0001-55 - Endereço: Rodovia Br 158, Km 490, Entroncamento com Rodovia Mt 322, S/nº, Zona Rural, Bom Jesus do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Aj1 Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Ricardo Ferreira de Andrade - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Eldorada Consultoria e Serviços Ltda. Ou Eldorada Administração Patrimonial Ltda. -** CNPJ: 21.886.558/0001-96 - Endereço: Rua São Jorge, 71, Sala 03, Bairro Parque São Jorge - Administrador Judicial: Luiz Antonio Caldeira Miretti Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Fábrica de Esquadrias Santa Helena Ltda. -** CNPJ: 12.350.541/0001-29 - Endereço: Rodovia Aurélio Francisco Marconatto, Km 22, S/nº, Bairro Industrial, Santa Helena/sc - Administrador Judicial: Leiria & Cascaes Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC
Empresa: **Metalúrgica Eltec Indústria e Comércio de Equipamentos Eletromecânicos Ltda. -** CNPJ: 36.818.642/0001-40 - Endereço: Desvio Kruup, 134, Quadra 247, Lote 8 B, Bairro Jardim Novo Mundo - Administrador Judicial: Dr. Marcelo Ribeiro Dias Serrat - Vara/Comarca: 9a Vara de Goiânia/GO
Empresa: **Suely Arantes Araújo Pereira, Produtora Rural -** CNPJ: 55.421.439/0001-80 - Endereço: Rodovia Br 158, Km 490, Entroncamento com Rodovia Mt 322, S/nº, Zona Rural, Bom Jesus do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Aj1 Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Ricardo Ferreira de Andrade - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Thiago Araújo Pereira Garcia, Produtor Rural -** CNPJ: 55.423.178/0001-37 - Endereço: Rodovia Br 158, Km 490, Entroncamento com Rodovia Mt 322, S/nº, Zona Rural, Bom Jesus do Araguaia/mt - Administrador Judicial: Aj1 Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Ricardo Ferreira de Andrade - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Visual Promocional Comércio e Serviços de Comunicação Visual Ltda. -** CNPJ: 08.547.001/0001-62 - Endereço: Av. Osaka, 60, Quadra 00k L 006, Centro Industrial de Arujá, Arujá/sp - Administrador Judicial: Luiz Antonio Caldeira Miretti Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **X Rad Indústria, Comércio e Manutenção de Equipamentos Médicos Ltda. -** CNPJ: 14.257.170/0001-60 - Endereço: Desvio Kruup, 180, Quadra 247, Lote 06, Bairro Jardim Novo Mundo - Administrador Judicial: Dr. Marcelo Ribeiro Dias Serrat - Vara/Comarca: 9a Vara de Goiânia/GO

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.



INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Cenários Preços elevados no mercado internacional têm desestimulado a demanda; na safra 2023/24, receita do Brasil com exportação foi recorde, mas volume caiu 9,3%

Retração no consumo global de suco de laranja acende alerta na indústria

Fernanda Pressinott
De São Paulo

SILVIA ZAMBONI/VALOR



Pomar na região de Araraquara; na safra 2023/24, o cinturão citrícola em São Paulo e no Triângulo Mineiro produziu 307,2 milhões de caixas de laranjas

A indústria brasileira de suco de laranja, responsável por mais de 85% do comércio global da commodity, finalizou a safra 2023/24 (encerrada em abril) com a maior receita de exportações da sua história. Foram US$ 2,5 bilhões em vendas de suco de laranja concentrado e congelado (FCOJ) ao exterior. O número representa um aumento de 21,3% em relação às vendas de 2022/23, e é reflexo dos preços elevados do suco no mercado internacional. Considerando os subprodutos, as exportações chegaram a US$ 3 bilhões.

Apesar do recorde, o setor está preocupado. A razão é que a demanda internacional por suco tem caído ano a ano. Enquanto a receita cresceu, o volume de suco exportado caiu 9,3% no ciclo 2023/24, para 961,3 mil toneladas, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, compilados pela CitrusBR.

E as perspectivas não são boas, na visão da indústria. Se os preços internacionais continuarem nos patamares atuais, a tendência é que a demanda se retraia ainda mais. Ontem, os contratos mais negociados de FCOJ encerraram o dia a US$ 4,3945 a libra-peso, alta de 40,60% desde o início do ano.

Segundo os últimos dados disponíveis da consultoria Nielsen, o consumo de suco de laranja nos EUA está em 89,9 milhões de litros ao mês, quase metade dos 154,8 milhões de litros vistos durante a pandemia de covid-19, quando o consumidor se voltou a bebidas saudáveis e fontes de vitamina C. Na comparação com a mesma época de 2023, há queda de 21%.

"Os números dos EUA são preocupantes. Trata-se do menor patamar de uma série histórica de 24 anos", disse ao **Valor** Ibiapaba Netto, diretor-executivo da CitrusBr, entidade que representa as maiores indústrias de suco de laranja do mundo: Cutrale, Louis Dreyfus Company e Citrosuco.

Para os EUA, as indústrias brasileiras venderam 315,7 mil toneladas na safra 2023/24, 6,07% menos que no ciclo anterior.

O mesmo tem ocorrido na Europa. As vendas do produto brasileiro ao continente caíram 11,8%, para 504,3 mil toneladas em 2023/24. De acordo com um relatório publicado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o consumo da bebida nesse mercado recuou 0,23% na safra 2023/24 em relação à temporada precedente.

Os embarques de suco brasileiro ao Japão também caíram, 16%, para 27,7 mil toneladas. Apenas as vendas à China ficaram estáveis na safra 2023/24, em 81,8 mil toneladas.

"O mercado de suco é elástico porque a bebida pode ser facilmente substituída por outra. Com o aumento dos preços e menor oferta, a migração ocorre mais intensamente", afirmou o executivo. "E vivemos um período em que a oferta de suco está abaixo da demanda. Portanto, não adianta agora incentivar o consumo", acrescentou.

A oferta mais justa é resultado da disponibilidade menor de laranja. Na safra 2023/24, a produção em São Paulo e no Triângulo Mineiro — maior área citrícola do mundo — somou 307,2 milhões de caixas de 40,8 quilos, 2,2% menos que no ciclo anterior e a quinta queda consecutiva. O tempo seco é o principal motivo para a queda na oferta. Contribui ainda a maior incidência do greening, doença que ainda não tem cura e que atingiu 38,06% dos pomares na temporada, segundo o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus).

Um relatório da International Fruit and Vegetable Juice Association (IFU) reforça a perspectiva negativa. Segundo a entidade, o mercado internacional tem usado o suco de laranja como ingrediente para composição de sucos multifrutas, e não como produto final. No Brasil, é possível ver que marcas como a Natural One passaram a adicionar maçã nas bebidas que antes eram apenas de laranja.

Mas há outras razões para a retração no consumo. Andrés Padilha, especialista na área de bebidas, lácteos, papel e celulose, do Rabobank, observou que o consumo de suco de laranja, principalmente o FCOJ, tem recuado nos EUA há 15 ou 20 anos.

"Erroneamente, culparam o suco em algum momento pela obesidade dos americanos, dizendo que aumenta o índice glicêmico e que seria melhor consumir a fruta fresca. Hoje, se sabe que é uma questão de excesso, mas isso pegou muito o maior mercado do mundo na época", afirmou.

Ao mesmo tempo, houve uma explosão de outras alternativas para consumo imediato, como bebidas à base de chá, café, refrigerante zero, todas concorrentes do suco de laranja. "Sem falar dos néctares e outras misturas que confundem o consumidor", completou.

Para a indústria, é provável que em algum momento a colheita da fruta volte ao nível de 340 milhões de caixas no Brasil, conforme avance o combate ao greening e aumentem as áreas irrigadas. Nesse cenário, se a demanda estiver no patamar atual, haverá um desequilíbrio na rentabilidade das companhias. "Esse é o desafio da indústria para o futuro", disse Ibiapaba Netto.

"O mercado é elástico porque o suco pode ser substituído"
Ibiapaba Netto

Receita sobe, volume cai
Evolução das exportações brasileiras de suco de laranja

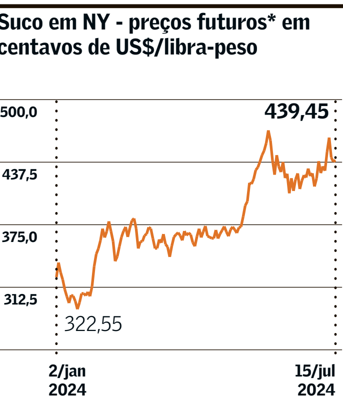
Receita (em bilhões de US$) (escala 0,0 – 3,0)

Safra	Receita
2014/15	2,04
2015/16	1,74
2016/17	1,62
2017/18	2,11
2018/19	1,71
2019/20	1,75
2020/21	1,48
2021/22	1,62
2022/23	2,07
2023/24	2,51

Volume (em mil toneladas) (escala 0 – 1.500)

Safra	Volume
2014/15	1.137,9
2015/16	1.080,9
2016/17	894,7
2017/18	1.150,7
2018/19	926,8
2019/20	1.030,1
2020/21	998,7
2021/22	969,9
2022/23	1.060,2
2023/24	961,3

Suco em NY - preços futuros* em centavos de US$/libra-peso



Fontes: Secex/CitrusBR, Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data *Segunda posição

Startup amplia monitoramento de peixes e camarões no Brasil

Estratégia

Marcos Fantin
De São Paulo

A multiplicação de negócios no agro brasileiro passa também por atividades como o monitoramento de peixes e camarões. A startup Meu Pescado, que nasceu há três anos para explorar esse filão, não só tem aproveitado o crescimento da produção de pescados no Brasil como acaba de receber um aporte de R$ 2 milhões para acelerar sua expansão. Os fundos Aimorés Investimentos, de São Paulo, e Incubate Fund, do Japão, lideraram a rodada, que teve a participação de dois investidores-anjo.

Com operações em todos os Estados do país, a Meu Pescado oferece serviço de controle operacional em diferentes tipos de tanques usados na criação de peixes. Como parte de seus planos de expansão, a empresa já abriu conversas com potenciais clientes no Paraguai e prevê fechar negócios na Bolívia e na Costa Rica ainda neste mês.

O serviço da companhia baseia-se em uma ferramenta digital que agrega informações sobre a criação de pescados que os próprios criadores fornecem. Os produtores registram seus tanques e informam as características da estrutura, o tipo de cultivo e a espécie que criam.

A startup monitora as informações por meio de um aplicativo. A quantidade e o tipo de ração que os animais consomem, o registro de doenças, as taxas de crescimento de peixes e camarões e a qualidade da água são os aspectos mais relevantes que a companhia consegue monitorar, diz Jorge Oliveira, principal executivo da Meu Pescado.

Com a fazenda "espelhada" no aplicativo, os engenheiros de aquicultura e zootecnistas da startup analisam os dados mais relevantes. Com esse trabalho, eles podem oferecer orientações aos produtores sobre como elevar a produtividade do criatório.

Os produtores podem acessar as informações em um programa para computadores e também em um aplicativo de celular. Para facilitar a coleta de dados e driblar falhas de conectividade, um problema comum no meio rural, o aplicativo funciona sem internet.

"Na piscicultura, a maior dificuldade é a falta de conhecimento, tanto sobre a produção quanto no acesso à tecnologia. Nós fazemos um papel educacional para os produtores", diz Álvaro Leal, diretor financeiro da Meu Pescado.

Com os recursos que levantou na rodada de investimento, o foco da agtech é ampliar sua base de clientes. A meta da empresa é quadruplicar o número de produtores atendidos, elevando a base de 250 para mil clientes. Hoje, a maior parte da clientela é de produtores de camarão vannamei da costa do Nordeste e criadores de tilápia de Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais.

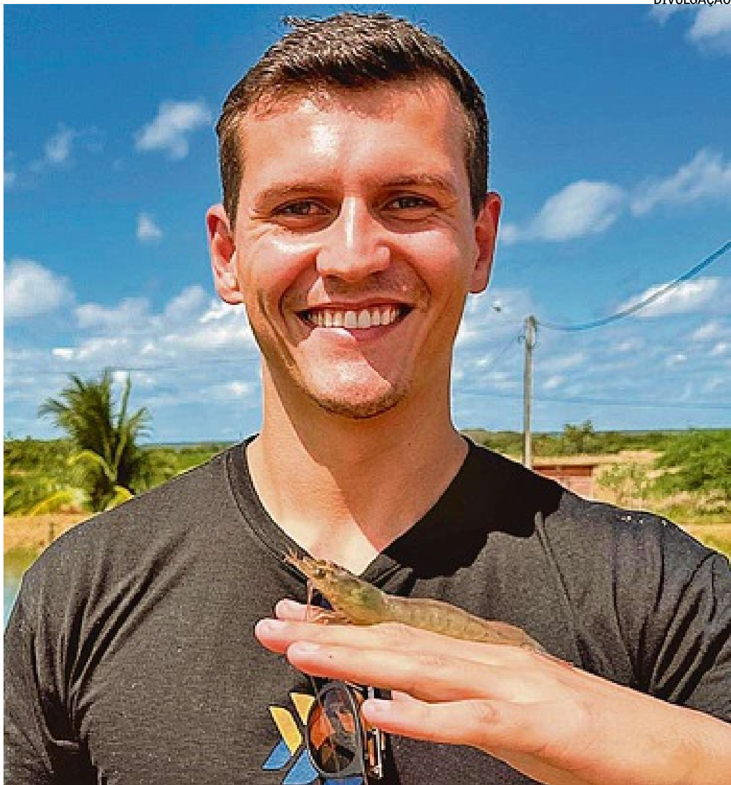
A Polinutri, que desenvolve produtos para a nutrição e saúde animal, é uma das clientes da agtech. "Em nossa base de clientes, temos produtores com 20 anos de profissão que conseguiram um aumento na produção de até 40%. Eu acredito que a piscicultura vai dominar boa parte do mercado de proteína animal no Brasil", afirma Leal.

Segundo a Associação Brasileira da Piscicultura (PeixeBR), o Brasil é o quarto maior produtor mundial de tilápia, espécie que representa 65% da produção nacional. Entre 2014 e 2023, a produção de peixes subiu 53,2%, saindo de 578,8 mil toneladas para 887 mil toneladas.

Hoje, a demanda pelo serviço da empresa é dividida meio a meio entre produtores de peixe e de camarão, mas Álvaro Leal acredita que quando o número de clientes crescer, a tendência é que isso mude. "Existem mais produtores de peixe, é natural que a demanda seja maior [nesse grupo]", diz.

Além de buscar mais clientes, a startup vai investir em seu marketplace, por meio do qual ela faz a ponte entre produtores e compradores, em sua maioria frigoríficos e centrais de abastecimento. Hoje, a plataforma tem de 20 a 50 compradores fixos.

DIVULGAÇÃO



Plataforma monitora taxa de crescimento e qualidade da água
Jorge Oliveira

Agro 4.0
JetBov aposta em crescimento no mercado neste ano com 'ChatGPT do boi'
B7

INÊS 249

Financiamento
Governo prepara novas linhas de crédito do Eco Invest neste ano, diz Ceron, do Tesouro C3



Investimentos
Bancos, corretoras e fintechs oferecem conta no exterior com diferentes riscos C6

Balanço
Grandes bancos lucram com a retomada de negócios em Wall Street C2

Mercados Para analistas, pautas econômicas de republicano trazem risco fiscal e pressionam inflação; moeda americana volta a subir e Wall Street tem recorde

Favoritismo de Trump impulsiona dólar, juros e bolsas nos EUA e no Brasil

Gabriel Caldeira, Gabriel Roca, Matheus Prado e Eduardo Magossi
De São Paulo

O atentado ao ex-presidente dos Estados Unidos e candidato às eleições deste ano Donald Trump alimentou as expectativas de uma vitória do republicano em novembro, o que se traduziu em alta dos juros e um dólar mais apreciado ontem. O mercado precifica a adoção de pautas econômicas consideradas inflacionárias em um possível novo mandato. As bolsas, por sua vez, subiram, com destaque para setores que podem se beneficiar de um governo do empresário, como o de energia.

No fim do dia, o rendimento da T-note (título do Tesouro americano) de 10 anos avançou de 4,187% para 4,236% e a taxa da T-bond de 30 anos saltou de 4,397% para 4,462%, enquanto no Brasil a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 avançou de 11,33% para 11,44%; e a do DI para janeiro de 2029 saltou de 11,64% para 11,78%. O dólar fechou em alta de 0,26%, a R$ 5,4451, e o índice DXY, que mede o dólar contra seis moedas, exibia alta de 0,15%, a 104,252 pontos.

Após o tiroteio durante comício de Trump em Butler, na Pensilvânia, no sábado, agentes de mercado passaram a ver uma probabilidade ampliada de vitória do candidato republicano na eleição americana. Conforme levantamento da plataforma Predict It, usada pelo mercado financeiro, as chances de vitória de Trump em novembro saltaram de 60% a 69% após o atentado, enquanto a aposta de reeleição do presidente Joe Biden estacionou abaixo de 30%.

Nesse contexto, analistas introduziram em seus cenários um risco maior de aumento do déficit público americano — dado que Trump é visto como favorável à redução de impostos —, e de uma política mais protecionista, com aumento de tarifas. Esse cenário apontaria para um fortalecimento do dólar contra divisas de países emergentes e para um aumento nos juros de prazos mais longos.

Para o sócio e diretor de gestão de crédito e multimercados da Rio Bravo Investimentos, Evandro Buccini, após o episódio do atentado, o mercado também deve monitorar os próximos passos do partido Democrata para saber se o presidente dos EUA, Joe Biden, seguirá ou não na disputa.

"Acredito que os efeitos sobre os preços dos ativos devem aumentar mais perto das eleições. Para além do resultado, é preciso saber qual será a retórica de Trump em caso de vitória, se será moderada ou agressiva do ponto de vista econômico. O foco deve ser, principalmente, nos cortes de impostos, que podem piorar o déficit americano, e a imposição de tarifas", diz.

Na visão de Buccini, uma vitória do candidato do partido Republicano seria ruim para ativos emergentes. "Um déficit maior pressiona os juros longos dos EUA, que ajuda a fortalecer o dólar e pressionar as moedas emergentes. Além disso, os cortes de impostos também aumentam a atratividade para as empresas americanas em comparação com as companhias de outros países. Além da possibilidade de tarifas diretas em alguns produtos. São várias esferas de notícias ruins para emergentes", aponta.

Com o aumento do protagonismo do tema fiscal que a eleição americana pode provocar, Buccini lembra que será importante para o Brasil ter enfrentado, mesmo que parcialmente, as incertezas relacionadas à questão. "Se o cenário piorar nos EUA, seja por causa do Trump ou não, aqui vai ser mais importante acompanhar a discussão da política fiscal", lembra.

A Rio Bravo se mantém com posicionamento neutro no mercado doméstico, segundo o profissional. "Neste momento, estamos leves no posicionamento, com exposição média nos fundos de ações que podem ter caixa. Mas também aproveitamos a recente abertura das NTN-Bs em fundos que correm esse tipo de risco", afirma.

Marcos Weigt, chefe da tesouraria do Travelex Bank, diz que, em caso de vitória de Trump, a inflação deve se manter em patamar mais elevado nos EUA, possivelmente não voltando para 2% (meta do Fed) e mantendo o juro real um pouco mais alto. "É difícil imaginar que a taxa dos Fed funds vá abaixo de 4% [em caso de vitória do Trump]", afirma. Ele ainda cita a política anti-imigração do republicano como risco de alta à inflação americana, já que a maior oferta de mão de obra foi um dos principais fatores que contribuíram para a distensão do mercado de trabalho após a pandemia.

O executivo afirma, por outro lado, que os riscos relacionados à política monetária e às eleições americanas compõem o quadro, mas que os fatores domésticos ainda devem puxar o desempenho do real. Se as condições internas e externas permanecerem iguais, espera que o dólar siga no patamar de R$ 5,30 a R$ 5,50, mas se o prêmio de risco atrelado aos ativos locais melhorar nos próximos meses, o real tem chance de apreciar, diz.

Em contraste com os demais mercados, as bolsas apresentaram dinâmica positiva na sessão, também de olho em uma possível gestão Trump. O índice Dow Jones subiu 0,54%, o S&P 500 avançou 0,28% e o Nasdaq ganhou 0,40%, com o Dow Jones registrando outro recorde de alta, a 40.211,72 pontos. O Ibovespa subiu 0,33%, aos 129.321 pontos, com Petrobras ON exibindo alta de 1,42%.

"Muita gente vê o Trump como impulsionador da oferta de petróleo, mas a produção da commodity também cresceu na administração Biden. Talvez a grande diferença esteja na demanda, caso o republicano consiga estabelecer legislação mais frouxa em termos de utilização de combustíveis fósseis", diz Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos. "Pensando em Petrobras, um crescimento não tão grande da oferta juntamente com um aumento da demanda podem levar o petróleo a um preço de equilíbrio mais elevado."

Com a alta de ontem, o Ibovespa ampliou ganhos recentes e avançou pela décima primeira sessão seguida, na segunda maior sequência de ganhos já registrada pelo referencial. Levantamento da Quantzed mostra que é apenas a quarta vez na história que o índice avança tantas sessões de forma ininterrupta. A maior série, de 12 pregões positivos, foi em 1997.

O índice de sentimento do investidor local elaborado pelo Santander a partir das cartas mensais dos 15 maiores fundos multimercados do país mostrou uma ligeira melhora no humor dos gestores no fim do mês de junho, apesar de ainda estar no terreno pessimista, após a leitura de maio apontar para o nível mais baixo desde março de 2023.

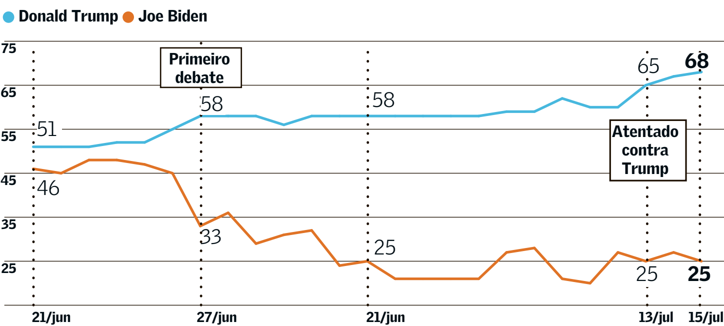
"Acrescentamos que a correlação do Ibovespa com os Treasuries de longo prazo voltou a ganhar força recentemente, um sinal de que as fontes recentes de riscos idiossincráticos e ruído político no Brasil estão recuando. Na verdade, notamos recentemente que os participantes do mercado provavelmente mudaram seus portfólios de empresas de tecnologia de grande capitalização para nomes de valor, com as ações brasileiras se beneficiando deste movimento ao longo da semana", diz.

DIVULGAÇÃO



Evandro Buccini, da Rio Bravo: efeitos sobre os preços dos ativos devem aumentar apenas próximo da eleição

Trump x Biden
Apostas em quem vencerá a eleição presidencial nos EUA (em %)



Fonte: PredictIt

0,26%
foi a alta do dólar ontem, que encerrou a R$ 5,4451

Bancos, energia e indústria se destacam

George Glover
Dow Jones Newswires

Existem três setores que poderiam se beneficiar da maior probabilidade de o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, vencer as próximas eleições. A tentativa de assassinato no sábado aumentou as chances de Trump vencer eleições em novembro, de acordo com o site de apostas políticas PredictIt — embora o contrato seja pouco negociado e reflita o posicionamento particular do seu público.

A consultoria financeira deVere, sediada no Dubai, destacou em nota enviada ontem pela manhã três segmentos do mercado que se beneficiariam de uma eventual vitória de Trump: energia, indústria de transformação e ações de bancos.

Na visão da consultoria, a agenda anti-ESG (sigla para aspectos ambientais, sociais e de governança) do Partido Republicano poderia impulsionar o primeiro desses setores, ligados a combustíveis fósseis. Já a retomada das principais políticas do chamado "America First" poderia impulsionar a indústria local. As ações do setor financeiro, por sua vez, provavelmente devem subir conforme a administração Trump comece a reduzir a burocracia e as regulações, de acordo com Nigel Green.

"O provável potencial regresso de Trump à Casa Branca traz consigo expectativas de uma política comercial agressiva, menos regulação e regramentos mais flexíveis sobre as mudanças climáticas, além da extensão dos cortes de impostos corporativos e dos contribuintes pessoa física", disse ele. "É claro que, caso ele ganhe, haverá vencedores e perdedores claros para os investidores", completou.

Em Wall Street, o banco de investimentos do Citigroup também apontou as instituições financeiras dos EUA como potenciais grandes vencedores de uma segunda presidência de Trump, de acordo com nota da área de pesquisa divulgada antes do ataque no sábado. Ações de bancos de primeira linha, como Goldman Sachs, Bank of America (BofA) e Morgan Stanley, devem divulgar os lucros do segundo trimestre nesta semana.

"Nosso 'Trump trade' favorito são os bancos. Aqui vemos 'mais chutes no gol' com um atraente relação risco-retorno", disse em nota a equipe de analistas liderada por Scott T. Chronert, destacando a provável mudança do governo Trump em direção à desregulamentação como fator de impulso à indústria.

Destaques

Mudanças no Bradesco

O Bradesco contratou a executiva Karolyna Schenk como diretora gerente da área de banco de investimento do Bradesco BBI. Schenk será a responsável pela coordenação de negócios envolvendo empresas de tecnologia. A executiva veio da Totvs, onde ficou por cinco anos, período em que participou da conclusão de diversas transações de fusões e aquisições (M&A) da companhia. Antes da Totvs, Schenk passou por empresas como Experian, Eurofarma, hospital A. C. Camargo e Deloitte. Graduada em Economia, a executiva especializou-se em M&A e negociação na Harvard Law School, Harvard Business School e FGV. Com a contratação, o Bradesco BBI busca reforçar a atuação em operações de empresas de tecnologia no time de banco de investimento. *(Toni Sciarretta)*

Estreantes em CRA e CRI

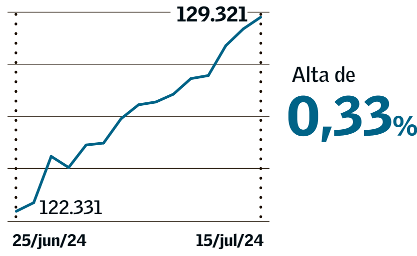
O aumento na demanda de empresas que nunca haviam acessado o mercado de capitais e que agora buscam alternativas ao crédito bancário puxou o crescimento de 54% das estruturações da B.Side, boutique de investimentos com foco no segmento private, no primeiro semestre deste ano. A empresa atingiu R$ 500 milhões em operações com Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e, até o fim do ano, já tem R$ 850 milhões sendo formatados, disse Luis Lucas, CEO da B.Side Investment Banking. A maioria dos emissores é do setor de desenvolvimento imobiliário e empresas de faturamento entre R$ 200 milhões e R$ 1 bilhão. Com valores de R$ 20 milhões a R$ 120 milhões, as operações foram realizadas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. *(Liane Thedim)*

Regional da Binance

O executivo Guilherme Haddad Nazar foi nomeado vice-presidente regional da Binance para a América Latina. Nazar está na empresa desde 2022 como diretor-geral da Binance no Brasil, e agora assume função de desenvolver a estratégia da corretora nos demais países da região em que a plataforma possui operações. Com a mudança, os diretores gerais da Binance para o México, Frida Vargas, e para Colômbia, América Central e Caribe, Daniel Acosta, passam a se reportar ao brasileiro. Em nota, a Binance afirma que a América Latina é uma região de grande importância para seus negócios ao abrigar alguns dos principais mercados por adoção de criptomoedas do mundo. "O DNA democrático e acessível dos ativos digitais é de grande valor para os latino-americanos", disse Nazar na nota. *(Ricardo Bomfim)*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

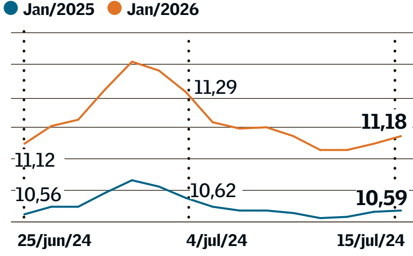


Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

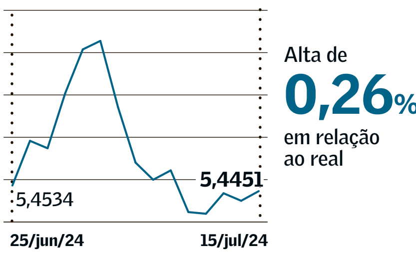
Bolsas internacionais
Variações no dia 15/jul/24 - em %

Dow Jones	0,53
S&P 500	0,28
Euronext 100	-0,89
DAX	-0,84
CAC-40	-1,19
Nikkei-225	Feriado
SSE Composite	0,09

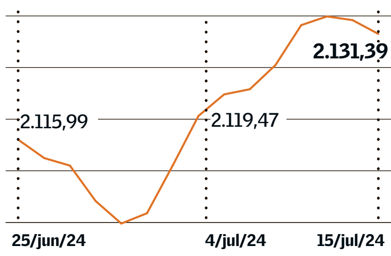
Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Política monetária Presidente do Fed disse que não vai esperar a inflação cair até a meta de 2% para iniciar ciclo de afrouxamento

Powell ‘suave’ reforça visão de mais cortes de juros neste ano

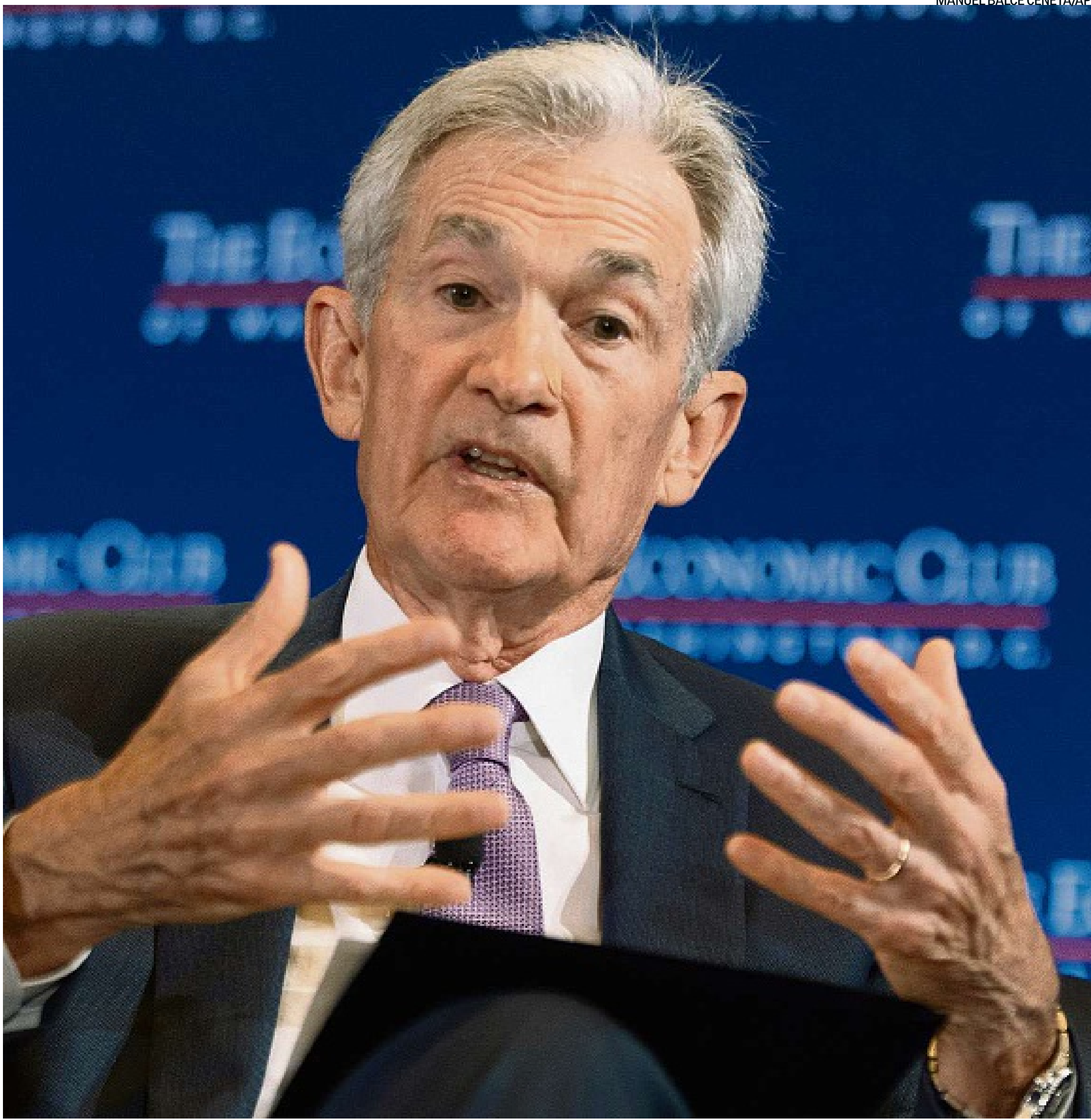
Eduardo Magossi
De São Paulo

O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Jerome Powell, fez ontem um comentário mais suave (“dovish”, no jargão do mercado) em relação ao cenário inflacionário que fez investidores elevarem suas expectativas de mais cortes de juros para este ano. Em evento no Economic Club de Washington, ele disse que, depois de um primeiro trimestre com dados de inflação que indicavam um cenário de juros mais altos por mais tempo, as três últimas leituras do índice de preços ao consumidor (CPI), incluindo o da semana passada, foram mais positivas e deram mais confiança para o banco central de que a inflação está caindo em direção à meta. O CPI de junho, divulgado na semana passada, registrou queda de 0,1%.

Powell reiterou, contudo, que precisa de mais dados para confirmar que a inflação está realmente desacelerando de forma sustentável, e que o Fed continuará dependente de dados. O presidente da autoridade monetária evitou sinalizar qualquer data para realizar o primeiro corte de juros, mas deixou claro que o Fed não irá esperar a inflação cair para 2% para iniciar o ciclo de afrouxamento. “Se o Fed esperar até a inflação cair para 2%, pode ter esperado demais”, disse ele, que procura se equilibrar entre a possibilidade cortar os juros cedo demais e interromper o aperto monetário necessário para derrubar a inflação ou esperar demais para reduzir as taxas e provocar uma recessão econômica. “Não vou enviar nenhum sinal particular a determinada data. Vamos tomar decisões reunião a reunião”, disse, evitando sinalizar que o primeiro corte de juros poderá ocorrer já na reunião de 30 e 31 de julho.

O economista Jan Hatzius, do banco Goldman Sachs, apontou que, com o CPI de junho indicando deflação e os comentários mais dovish de Powell no Congresso, os cortes podem vir antes que o esperado. “O mercado precifica quase 100% de um primeiro corte na reunião do Fed de setembro, nos dias 17 e 18, e esse é o nosso cenário-base. Mas vemos razões sólidas para que os cortes ocorram já em julho”, disse ele. Segundo ele, em primeiro lugar, se o caso for de corte de juros, não haveria motivo para esperar outras sete semanas para efetuá-lo. Em segundo, a inflação mensal é volátil e sempre vai ter um risco de reaceleração temporária, o que torna um corte em setembro difícil de explicar. “Terceiro, o comitê tem um incentivo inegável para evitar iniciar cortes de juros nos dois últimos meses de uma campanha eleitoral presidencial. Isso não significa que o comitê não cortará em setembro, mas que um corte em julho seria preferível”, afirma.

MANUEL BALCE CENETA/AP



Powell: tentativa de equilíbrio entre cortar cedo demais e esperar muito e provocar uma recessão econômica

> “Mercado precifica quase 100% de primeiro corte em setembro, mas vemos razões sólidas para corte em julho”
> *Jan Hatzius*

Reiterando seus comentários feitos no Congresso na semana passada, Powell voltou a destacar ontem que o mercado de trabalho está mais equilibrado e não mais superaquecido como durante a pandemia. Nos últimos eventos em que participou, Powell tem dado mais atenção a comentários sobre essa visão de um mercado de trabalho mais equilibrado, o que tem criado nos investidores a expectativa de que um corte de juros está próximo, com a inflação controlada e com uma preocupação maior com o desaquecimento do mercado de trabalho. “Se notarmos um enfraquecimento inesperado no mercado de trabalho, vamos reagir”, afirmou.

Powell não quis fazer comentários sobre o impacto do atentado contra o ex-presidente dos EUA Donald Trump, candidato nas eleições de novembro, no mercado e reiterou a importância da independência do banco central. “Não tomamos decisões sob filtros políticos”, disse. Segundo ele, a missão do Fed é tomar decisões baseadas em dados e não em política.

No fim do dia, a presidente da distrital do Fed de San Francisco, Mary Daly, reforçou os comentários de Powell e disse que as autoridades estão ganhando confiança de que o banco central está perto de atingir a meta de inflação de 2%. “Eu vejo um ajuste na política monetária em breve. Alguma normalização na política é um resultado provável”, afirmou.

Com isso, segundo o CME Group, 92,4% do mercado espera um primeiro corte em setembro; 58%, um segundo em novembro; e 57% aposta em um terceiro em dezembro, com os juros devendo fechar o ano no intervalo entre 4,50% e 4,75%, dos atuais 5,25% a 5,50%.

Grandes bancos lucram com a retomada de negócios em Wall Street

Anna Maria Andriotis e Justin Baer
Dow Jones Newswires

O Goldman Sachs se juntou ao J.P. Morgan Chase, ao Citigroup e ao Wells Fargo ao registrar ganhos de dois dígitos nas receitas de banco de investimento no segundo trimestre conforme condições econômicas e mercados pujantes se tornaram mais favoráveis para o segmento. Isso deu aos executivos a confiança necessária para buscar fusões, refinanciar dívidas e emitir ações.

“Pelo que podemos ver, estamos nos estágios iniciais de uma recuperação dos mercados de capitais e das fusões e aquisições”, disse o executivo-chefe do Goldman, David Solomon, em conferência com analistas.

O mercado de ações, que bateu máximas históricas em junho, ajudou as mesas de operação e deu impulso às áreas de gestão de ativos e fortunas, que cuidam de fundos de investimentos e supervisionam contas de instituições e pessoas ricas.

O Goldman voltou a se concentrar nas operações em Wall Street depois de decidir abandonar a área de crédito ao consumidor, e registrou um salto de 27% nas receitas com gestão de ativos e fortunas. Tanto o J.P. Morgan quanto o Wells Fargo anunciaram aumentos de receita de 6% nas áreas de gestão de ativos e fortunas, enquanto a receita da unidade de fortunas do Citi teve alta de 2%. Todos os quatro bancos informaram receitas de transações mais altas.

Um prognóstico mais estável para os juros renovou as esperanças dos bancos de que o negócio de transações esteja ressurgindo depois de uma seca de dois anos. Ainda assim, eles continuam conscientes de que um revés econômico ou uma turbulência política podem arruinar a atividade a qualquer momento.

Os volumes globais de fusões cresceram 8% no segundo trimestre, em comparação com um ano antes, mas ainda estão abaixo do boom após pandemia. Segundo a Dealogic, o volume global foi de US$ 800 bilhões no segundo trimestre, em comparação com US$ 1,2 trilhão e US$ 1,5 trilhão nos segundos trimestres de 2022 e 2021, respectivamente.

A maior transação deste ano até o momento foi o acordo da Capital One para comprar a Discover Financial por US$ 35 bilhões. Uma série de transações na área do petróleo também manteve os bancos ocupados. Em um sinal do interesse crescente das empresas por esse tipo de transação, o “Wall Street Journal” noticiou no domingo que o Google está em negociações para comprar a startup de segurança cibernética Wiz por US$ 23 bilhões, na maior aquisição de todos os tempos.

Segundo Solomon, outro aspecto que ajuda esse movimento é o fato de que empresas de private equity que estavam à margem começaran a se desfazer de seus investimentos, uma tendência que ele espera que continue.

J.P. Morgan, Citigroup e Wells Fargo registraram aumentos nas receitas com banco de investimento de, respectivamente, 46%, 60% e 38% no segundo trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A receita do Goldman nessa área cresceu 21%, embora tenha caído em comparação com o resultado no primeiro trimestre — o mesmo ocorreu com o Citi e o Wells Fargo.

Isto marca o segundo trimestre consecutivo de crescimento das tarifas de banco de investimento do Goldman, em comparação com o ano anterior, depois de dois anos de quedas na maior parte. Solomon também disse que a carteira de banco de investimento cresceu de maneira significativa.

O diretor financeiro do J.P. Morgan, Jeremy Barnum, afirmou na sexta-feira que parte do salto do banco nas comissões sobre fusões e aquisições se deve ao fato de que algumas transações foram concluídas antes do esperado. Ele advertiu que não se deve encarar a tendência do trimestre como uma dinâmica geral do mercado. “Continuamos cautelosamente otimistas em relação ao fluxo, embora muitas das mesmas condições desfavoráveis ainda estejam aí.”

O lucro do Goldman como um todo cresceu US$ 3,04 bilhões, um salto de 150% em comparação com um ano antes, quando o banco sofreu perdas por causa da saída da área de crédito ao consumidor.

Já as receitas do Goldman com transações somaram US$ 6,35 bilhões, um aumento de 12%, ajudado por empréstimos para clientes institucionais. O Goldman tem feito uma investida nesse tipo de empréstimo, que oferece receitas mais previsíveis. A empresa também o vê como uma forma de ganhar uma participação maior nos negócios dos clientes como um todo e de criar um relacionamento mais permanente com eles.

Os resultados do Goldman mostram como a área de gestão de ativos e fortunas é crucial. As taxas de administração e outras comissões atingiram um novo recorde no segundo trimestre, subindo 8% em comparação com o ano anterior, para US$ 2,54 bilhões.

Nubank reforça aposta em ETFs em parceria com B3

Mariana Ribeiro
De São Paulo

A Nu Asset Management, gestora de fundos de investimentos do Nubank, lançou dois novos ETFs (fundos negociados em bolsa de valores que replicam índices), um focado em ações de baixa volatilidade e outro em papéis de alta sensibilidade, voltado a potencializar o retorno em momentos de alta da bolsa, mas que oferece maior risco. Os dois ETFs passam a ser negociados na terça-feira na B3 e seguem índices desenvolvidos em conjunto com a bolsa.

O Nu Ibov Smart Low Volatility B3 (LVOL11) será referenciado no índice Ibov Smart Low Volatility, desenvolvido para refletir uma carteira que inclui um terço das ações de menor volatilidade do Ibovespa B3.

Entre as vantagens do ETF, o diretor executivo da Nu Asset, Andrés Kikuchi, destaca redução de risco, “conforto emocional” para o investidor, retornos mais estáveis e diversificação. A cesta é composta por 28 empresas e entre as mais presentes estão companhias como Ambev, Bradesco, CPFL e Itaú.

Já o Nu Ibov Smart High Beta B3 (HIGH11) será referenciado no Ibov Smart High Beta B3. A seleção da carteira inclui um terço das ações do Ibovespa com o maior “beta”, ou seja, que mais podem subir ou descer em relação à média do próprio índice. Também são 28 empresas na carteira, e, entre elas, há Usiminas, CSN, Gerdau e Petrobras.

“Ele mede o quão sensível é o retorno de uma empresa em relação ao Ibovespa, tem característica de maior amplitude. Não é um índice alavancado, mas composto por empresas alavancadas”, afirma.

Em relação ao HIGH11, o diretor da Nu Asset destaca maior variação de retornos, oportunidade de acelerar o crescimento do portfólio, possibilidade de aproveitar ciclos de alta, além de diversificação estratégica, como os atrativos do produto.

> **R$ 100**
> **é investimento mínimo nos ETFs da Nu Asset**

De acordo com dados exibidos pelo Nubank, se existisse desde 2003, o índice de baixa volatilidade teria trazido um retorno de 1.792%, ante 934% do Ibovespa. Já o Hight Beta teria apresentado resultado acumulado de 109% desde 2006, ante 271% do Ibovespa.

Os dois novos ETFs do Nubank têm investimento mínimo inicial de R$ 100, com taxa de administração de 0,5% ao ano e liquidez de dois dias úteis (D+2) no caso de resgate. Ambos estão disponíveis para investidores institucionais ou pessoa física, mediante adequação de perfil na corretora com a qual tenham vínculo.

Desde 2023, o Nubank estabeleceu uma parceria com a B3 para lançar soluções a partir da criação conjunta de índices Smart Beta, baseados no índice Ibovespa B3.

Em setembro do ano passado, a Nu Asset anunciou o lançamento do primeiro ETF com pagamento mensal de dividendos aos cotistas, batizado de Nu Renda Ibov Smart Dividendos (ticker NDIV11). O produto também foi fruto de uma parceria com a B3, que criou o índice Ibovespa Smart Dividendos B3, no qual o ETF é referenciado. De acordo com o Nubank, hoje, os dois fundos têm R$ 77 milhões investidos e 17 mil investidores. O retorno acumulado desde setembro ficou 7,8% acima do Ibovespa.

“Esperamos um aumento significativo desses números ao longo do tempo porque sempre houve essa demanda dos investidores por produto com dividendos”, diz Henio Scheidt, gerente de índices da B3. Ele frisou ainda que a companhia está cada vez mais se posicionando como uma provedora de índices.

Kikuchi afirma que vê uma “oportunidade enorme” de crescimento dos ETFs no país. Ele citou que, no mundo, eles representam um mercado de US$ 12,6 trilhões, com crescimento médio de 20% ao ano nos últimos 20 anos. No Brasil, os ETFs representam menos de 1% do volume total de fundos.

Para ele, entre os fatores que ajudaram o mercado de ETFs a crescer no mundo e podem contribuir também com o avanço do segmento no Brasil estão a evolução da regulação, com aumento da transparência, a digitalização das plataformas de investimento e o aumento da participação de grandes fundos no segmento.

Financiamento Modalidades são voltadas a projetos sustentáveis e de longo prazo no país

Governo prepara novas linhas do Eco Invest neste ano

Jéssica Sant'Ana e Estevão Taiar
De Brasília

DIVULGAÇÃO

Ceron: Se condições de mercado permitirem, Tesouro não descarta possibilidade de fazer nova emissão de títulos de dívida sustentáveis até o fim do ano

O governo federal pretende lançar até o fim do ano mais três editais de leilões para viabilizar novas linhas de crédito do Eco Invest Brasil, voltado a financiar projetos sustentáveis e de longo prazo. O programa foi anunciado em fevereiro ano pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante o G20.

As linhas têm o objetivo de alavancar investimentos privados que promovam a transformação ecológica do país — conceito que engloba atividades como produção de energia verde e reflorestamento. Todas serão criadas dentro do Fundo Clima, que tem recebido aportes do Tesouro Nacional, fruto de emissões externas de títulos soberanos sustentáveis.

O primeiro edital foi lançado na semana passada, envolvendo financiamento público e privado ("blended finance"), voltado a viabilizar novas unidades produtivas ("greenfield") na área de sustentabilidade. Conforme mostrou o **Valor** na edição de ontem, as instituições financeiras têm até 60 dias para apresentar propostas e ganharão aquelas que apresentarem maior percentual de participação de capital privado nos projetos. O montante financiado por meio de recursos públicos será de até US$ 2 bilhões, com taxa anual de juros de 1%, já regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

"O Eco Invest é um programa que tem como finalidade criar condições para atrair capital externo para fomentar poupança externa e financiar todos esses investimentos produtivos da transformação ecológica", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, ao **Valor**. "Dentro dele, tem quatro grandes instrumentos. O primeiro deles é essa linha de blended finance, que já soltamos [o edital]. Nós temos outras três [linhas]. Todas serão regulamentadas e terão os leilões publicados ainda em 2024."

Em agosto, o CMN deverá regulamentar a linha para financiar a estruturação de projetos de longo prazo de transição ecológica, que vem sendo elaborada em parceria com a Comissão de Valores Imobiliários (CVM). A previsão é que o edital seja lançado em setembro. O foco estará menos no valor do financiamento e mais no prazo e na carência, já que os projetos precisam de tempo para serem desenvolvidos. Também será uma linha com maior risco, por envolver projetos ainda em elaboração.

> Linhas têm objetivo de alavancar investimentos privados que promovam a transformação ecológica do país

Na sequência, será regulamentada e lançada uma linha de liquidez para a cobertura de eventos de estresse cambial. O objetivo será reduzir os desafios de empresas com dívidas em moeda estrangeira e receitas geradas em reais. Essa modalidade será importante, principalmente, para o setor de infraestrutura, que está mais suscetível a oscilações da moeda.

Será implantada ainda outra linha voltada para o câmbio. Nesse caso, o objetivo será oferecer proteção cambial ("hedge") de médio e longo prazos, já que há uma lacuna no país, com pouquíssimas operações acima de 5 anos. "Isso é um problema, porque o projeto em moeda local claramente é rentável, só que não traz a segurança mínima de que conseguirá garantir essa rentabilidade em moeda forte. Vamos ajudar para que ele [o investidor] tenha a mínima previsibilidade de que, se aquele projeto performar em moeda local, haja rentabilidade em moeda forte", disse Ceron.

De acordo com o secretário, existe a possibilidade de o Tesouro Nacional fazer uma nova emissão de títulos soberanos sustentáveis neste ano. Ele disse que o natural seria realizar a próxima emissão em 2025. Mas não descartou uma neste ano, a depender das condições de mercado.

"O cenário externo tem oscilado muito, mas principalmente na semana passada, depois do CPI [inflação ao consumidor] americano, melhoraram muito as perspectivas para o mercado externo. Então, de repente, pode ter uma boa janela, e a gente está pronto para aproveitar", afirmou.

O Tesouro fez em junho sua segunda emissão de títulos soberanos sustentáveis. Foram levantados US$ 2 bilhões, para uma demanda de US$ 4,7 bilhões. Essas emissões têm servido para que a União aloque valor semelhante no Fundo Clima e, com isso, viabilize as linhas de médio e longo prazos.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 15/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.982,5669870	0,03	0,57	5,11
IRF-M	1+**	20.327,2122490	-0,22	1,71	1,93
IRF-M	Total	18.454,3434740	-0,13	1,32	2,85
IMA-B	5***	9.350,3951000	-0,01	0,81	4,16
IMA-B	5+****	11.366,0296490	-0,30	3,14	-2,06
IMA-B	Total	9.993,8266590	-0,16	2,00	0,88
IMA-S	Total	6.760,8569600	0,04	0,45	5,80
IMA-Geral	Total	8.230,2818990	-0,06	1,08	3,53

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	01/07	28/06	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,09	29,38	32,70	29,38	28,38	30,41
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,64	24,27	26,45	24,27	21,51	24,72
Conta garantida pré - a.a.	39,10	47,85	52,00	47,85	51,12	52,07
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,80	21,65	21,70	21,65	21,55	26,69
Vendor pré - a.a.	16,20	16,40	15,40	16,40	15,05	19,43
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,11	18,22	19,48	18,22	16,84	20,79
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,63	17,78	17,78	17,78	17,17	18,81
Conta garantida pós - a.a.	24,87	24,76	24,96	24,76	24,89	26,68
ACC pós - a.a.	8,37	8,34	8,65	8,34	8,60	8,32
Factoring - a.m.	3,25	3,27	3,26	3,27	3,32	3,56

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	15/07/24	12/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3200	5,3300	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3381	5,3367	5,3364	5,3330	5,0683
3 meses	-	5,3553	5,3542	5,3533	5,3526	5,0345
6 meses	-	5,3875	5,3869	5,3873	5,3887	4,8440
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6610	3,6620	3,6560	3,6620	3,4020
1 mês	-	3,6674	3,7078	3,7869	3,8975	3,3459
3 meses	-	3,8445	3,8554	3,8829	3,9206	3,1527
6 meses	-	3,9038	3,9093	3,9227	3,9413	2,7810
1 ano	-	3,8966	3,8927	3,8863	3,8708	1,7565
Euribor ***						
1 mês	-	3,625	3,628	3,632	3,579	3,464
3 meses	-	3,664	3,699	3,711	3,715	3,660
6 meses	-	3,662	3,675	3,682	3,735	3,941
1 ano	-	3,564	3,599	3,578	3,672	4,134
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,37	5,36	5,37	5,34	5,26
T-Bill (3 meses)	5,33	5,34	5,34	5,36	5,38	5,39
T-Bill (6 meses)	5,19	5,18	5,29	5,32	5,34	5,48
T-Note (2 anos)	4,45	4,45	4,63	4,75	4,72	4,78
T-Note (5 anos)	4,14	4,10	4,24	4,38	4,25	4,05
T-Note (10 anos)	4,23	4,18	4,28	4,40	4,23	3,82
T-Bond (30 anos)	4,46	4,40	4,47	4,56	4,35	3,93

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	Mês mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,43	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,67	11,68
CDI	0,43	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,67	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,32	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,85	7,89
IMA-B	2,00	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	0,88	3,07
IMA-S	0,45	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,80	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	4,37	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-3,63	4,93
Índice Small Cap	6,89	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-8,99	-11,96
IBrX 50	4,10	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-2,28	7,39
ISE	5,77	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-5,90
IMOB	7,85	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-10,32	-8,32
IDIV	3,69	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	0,16	12,09
IFIX	0,83	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	1,93	6,09
Dólar Ptax (BC)	-1,85	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	12,70	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-2,56	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	12,21	16,69
Euro (BC) (4)	0,01	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	11,28	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,84	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	10,51	14,54
Ouro (BC)	2,61	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	32,81	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 15/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 10/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.551.937,39					4.440,35	43.701,58	237.806,21	238.661,18
RF Indexados (2)	146.705,40	0,22	0,88	3,12	8,15	-181,38	-1.494,04	-8.661,49	-20.304,48
RF Duração Baixa Soberano (2)	698.403,84	0,04	0,29	5,12	10,82	-4.685,57	27.466,28	57.692,38	60.451,49
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	859.929,25	0,04	0,33	5,83	12,33	3.801,18	9.579,00	61.200,13	75.368,10
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	181.695,57	0,04	0,05	5,87	12,39	268,55	2.078,00	74.897,91	80.162,28
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.182,19	0,06	0,43	4,68	9,37	-24,72	575,63	-2.645,29	-5.150,26
RF Duração Livre Soberano (2)	217.656,66	0,08	0,46	4,73	10,16	795,32	4.342,45	-11.363,79	-28.308,93
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	636.279,55	0,06	0,39	5,15	10,98	904,06	-4.714,29	-39.848,14	-52.808,72
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	366.770,91	0,14	0,59	5,10	11,68	2.229,79	3.816,34	81.423,47	131.508,22
Ações	624.297,62					-218,01	-2.784,70	-2.585,91	37.108,59
Ações Indexados (2)	10.228,42	0,07	2,75	-5,09	7,58	-8,78	-143,34	258,56	-840,14
Ações Índice Ativo (2)	31.514,35	0,05	3,35	-5,38	5,51	-50,44	-771,51	-4.513,29	-4.363,24
Ações Livre	227.668,58	0,22	3,42	-2,12	7,97	-81,41	-1.394,35	-27,17	-5.639,23
Fechados de Ações	125.625,96	0,20	1,25	-3,03	-2,84	0,00	137,85	-1.841,34	28.585,10
Multimercados	1.700.676,74					-2.747,72	-7.488,82	-84.213,62	-208.860,45
Multimercados Macro	147.516,11	0,26	0,95	1,63	7,21	-146,18	-2.506,55	-29.973,64	-52.531,88
Multimercados Livre	655.486,76	0,12	0,68	3,67	8,77	-1.153,09	1.450,71	-1.568,36	-56.180,81
Multimercados Juros e Moedas	48.852,97	0,05	0,39	4,95	11,10	-848,03	-1.057,83	-8.941,06	-16.824,22
Multimercados Invest. no Exterior (2)	767.585,66	0,18	0,05	4,90	11,48	-644,09	-5.533,65	-44.748,06	-78.999,81
Cambial	6.075,79	-0,14	-2,92	14,85	17,42	-24,58	-361,38	-708,69	-1.461,19
Previdência	1.442.051,33					259,41	750,84	19.475,14	41.147,30
ETF	44.516,05					27,11	367,28	-1.428,00	-3.267,48
Demais Tipos	2.026.860,92					1.558,80	2.348,21	49.141,01	53.933,18
Total Fundos de Investimentos	**7.369.554,92**					**1.736,55**	**34.184,81**	**168.345,13**	**103.327,95**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.682.920,95**					**9.633,41**	**20.255,91**	**49.645,28**	**111.623,72**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.100.917,74**					**11.369,96**	**54.440,71**	**217.990,41**	**214.951,67**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	15/07/24	12/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,47
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9090
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,66
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9980
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,46	10,45	10,44	10,49	10,46	13,29
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,62	10,60	10,59	10,72	10,62	12,76
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,41	10,42	10,42	10,43	13,53
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,43	10,43	10,44	10,44	13,42
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,44	10,45	10,45	10,49	10,46	13,30
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,48	10,48	10,55	10,49	13,15
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,60	10,60	10,72	10,61	12,79
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,93	10,90	10,96	11,18	10,92	11,70

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 15/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.490,80	10,402	23.262	10,402	10,406	10,406
Vencimento em set/24	98.632,50	10,422	978	10,418	10,430	10,424
Vencimento em out/24	97.816,47	10,445	140.085	10,436	10,456	10,438
Vencimento em nov/24	96.927,48	10,467	4.802	10,450	10,470	10,470
Vencimento em dez/24	96.183,42	10,524	3.428	10,515	10,525	10,515
Vencimento em jan/25	95.359,06	10,587	598.254	10,570	10,620	10,575
Vencimento em fev/25	94.494,85	10,650	46	10,640	10,680	10,655
Vencimento em mar/25	93.701,05	10,720	1.249	10,700	10,755	10,725
Vencimento em abr/25	92.953,19	10,772	64.957	10,750	10,815	10,755
Vencimento em mai/25	92.171,15	10,818	12	10,815	10,835	10,815
Vencimento em jun/25	91.350,84	10,866	6	10,870	10,875	10,870
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.452,69	0,19	143.530	5.441,00	5.488,00	5.461,50
Vencimento em set/24	5.470,09	0,19	5	5.473,00	5.473,00	5.473,00
Vencimento em out/24	5.486,25	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.504,88	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.519,87	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	5.948,18	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.975,71	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.001,43	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	130.398	0,34	60.015	129.755	130.565	130.530
Vencimento em out/24	132.492	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	134.576	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 15/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4557	5,4563	0,06	-1,85	12,70	13,77
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4445	5,4451	0,26	-2,56	12,21	13,56
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4752	5,6552	0,33	-2,41	12,04	13,43
Euro (BC) - (R$/€)	5,9522	5,9550	0,17	0,01	11,28	10,49
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9335	5,9342	0,19	-0,84	10,51	10,24
Euro Turismo (R$/€)	5,9988	6,1788	0,23	-0,63	10,19	10,00
Euro (BC) - (US$/€)	1,0910	1,0914	0,11	1,89	-1,27	-2,88
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	426,8936	426,9405	1,00	2,61	32,81	41,37
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.422,20	0,56	4,20	17,29	24,01
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.408,50	0,18	3,48	16,78	23,10

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	15/07/24	12/07/24	No fim de jun/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	165.957,49	164.701,00	158.096,12	173.997,89	0,76	4,97	-4,62
Valor-Coppead Mínima Variância	100.406,53	100.116,27	95.968,24	93.533,91	0,29	4,62	7,35

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 15/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 15/07/24

Índice	15/07/24	12/07/24	Em 28/06/24	29/12/23	15/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	189,81	191,90	183,93	165,54	157,67	-1,09	3,20	14,66	20,38
S&P BNY Emergentes	370,14	375,39	353,54	312,75	306,89	-1,40	4,69	18,35	20,61
S&P BNY América Latina	198,38	199,47	189,48	225,28	206,08	-0,55	4,70	-11,94	-3,74
S&P BNY Brasil	195,31	195,29	186,15	232,95	205,72	0,01	4,92	-16,16	-5,06
S&P BNY México	310,98	315,83	294,86	331,67	327,81	-1,53	5,47	-6,24	-5,13
S&P BNY Argentina	223,70	230,69	230,09	178,27	152,13	-3,03	-2,78	25,49	47,04
S&P BNY Chile	145,99	147,55	137,44	162,12	183,51	-1,06	6,22	-9,95	-20,45
S&P BNY Índia	3.040,15	3.046,62	3.032,46	2.923,01	2.847,15	-0,21	0,25	4,01	6,78
S&P BNY Ásia	228,17	230,98	219,12	189,60	183,41	-1,22	4,13	20,34	24,40
S&P BNY China	316,39	326,42	302,10	336,11	348,41	-3,07	4,73	-5,87	-9,19
S&P BNY África do Sul	209,72	212,64	200,45	199,87	228,25	-1,37	4,63	4,93	-8,12
S&P BNY Turquia	38,32	38,50	34,29	22,45	18,67	-0,46	11,74	70,67	105,31

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083
12/07 a 12/08	0,0670	0,5673	0,5673	0,7714

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 15/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	129.321	0,33	4,37	-3,63	9,86
IBrX	54.670	0,35	4,36	-3,15	10,50
IBrX 50	21.711	0,41	4,10	-2,28	11,89
IEE	91.923	-0,78	4,12	-3,19	2,60
SMLL	2.142	0,49	6,89	-8,99	-4,07
ISE	3.577	0,15	5,77	-4,96	2,32
IMOB	906	0,79	7,85	-10,32	-2,03
IDIV	9.088	0,19	3,69	0,16	16,17
IFIX	3.375	0,15	0,83	1,93	6,01
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.701	0,27	6,33	-14,49	-3,44
IBrX	10.020	0,28	6,32	-14,07	-2,88
IBrX 50	3.979	0,35	6,06	-13,29	-1,65
IEE	16.847	-0,84	6,07	-14,11	-9,82
SMLL	392	0,42	8,90	-19,24	-15,69
ISE	656	0,09	7,75	-15,67	-10,07
IMOB	166	0,73	9,87	-20,42	-13,89
IDIV	1.666	0,12	5,64	-11,13	2,11
IFIX	619	0,09	2,73	-9,56	-6,83

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 15/07/24	12/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	399	399	0,0	-4,0	54,0
África do Sul	315	318	-3,0	-12,0	-11,0
Argentina	1.556	1.507	49,0	101,0	-351,0
Brasil	223	224	-1,0	-8,0	28,0
Colômbia	304	302	2,0	-2,0	39,0
Filipinas	70	72	-2,0	2,0	12,0
México	178	177	1,0	-8,0	11,0
Peru	104	103	1,0	2,0	2,0
Turquia	248	250	-2,0	-5,0	-28,0
Venezuela	17.199	16.930	269,0	-1.370,0	-6.893,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	03/07/24	358.554
dez/23	355.034	04/07/24	358.562
jan/24	353.563	05/07/24	359.527
fev/24	352.705	08/07/24	359.546
mar/24	355.008	09/07/24	359.262
abr/24	351.599	10/07/24	359.695
mai/24	355.560	11/07/24	361.230
jun/24	357.827	12/07/24	361.413

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	15/07/24	12/07/24	11/07/24	10/07/24	09/07/24	08/07/24
Índice	2.131,39	2.133,39	2.133,93	2.132,66	2.126,87	2.123,35
Var. no dia	-0,09%	-0,03%	0,06%	0,27%	0,17%	0,04%
Var. no mês	1,15%	1,25%	1,27%	1,21%	0,94%	0,77%
Var. no ano	3,21%	3,30%	3,33%	3,27%	2,99%	2,82%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 15/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,1200	36,1400	0,15100	0,15110
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4557	5,4563
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4330	36,5243	0,1494000	0,1498000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7783	0,7954
Colon (Costa Rica)	518,6200	524,7700	0,010400	0,010520
Coroa (Dinamarca)	6,8376	6,8382	0,7978	0,7980
Coroa (Islândia)	136,7400	136,9200	0,03985	0,03990
Coroa (Noruega)	10,7875	10,7913	0,5056	0,5058
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2500	23,2600	0,2346	0,2347
Coroa (Suécia)	10,5764	10,5787	0,5157	0,5159
Dinar (Argélia)	133,5990	134,9350	0,04043	0,04084
Dinar (Kuwait)	0,3055	0,3056	17,8524	17,8602
Dinar (Líbia)	4,8220	4,8443	1,1262	1,1315
Direitos Especiais de Saque ***	1,3273	1,3273	7,2414	7,2421
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4853	1,4856
Dirham (Marrocos)	9,8108	9,8158	0,5558	0,5562
Dólar (Austrália)***	0,6776	0,6778	3,6968	3,6983
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4557	5,4563
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6833	2,7306
Dólar (Canadá)	1,3663	1,3664	3,9928	3,9935
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5338	6,6137
Dólar (Cingapura)	1,3420	1,3425	4,0638	4,0658
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4557	5,4563
Dólar (Hong Kong)	7,8059	7,8060	0,6989	0,6990
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6090	0,6094	3,3225	3,3251
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7529	6,8260	0,7993	0,8080
Euro (Comunidade Européia)***	1,0910	1,0914	5,9522	5,9550
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9976	3,0576
Franco (Suíça)	0,8948	0,8952	6,0944	6,0978
Guarani (Paraguai)	7556,0300	7559,1300	0,0007217	0,0007221
Hryvnia (Ucrânia)	41,0000	41,0210	0,1330	0,1331
Iene (Japão)	157,8800	157,9100	0,03455	0,03456
Lev (Bulgária)	1,7919	1,7928	3,0431	3,0450
Libra (Egito)	47,9000	48,0000	0,1137	0,1139
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2980	1,2984	7,0815	7,0845
Naira (Nigéria)	1560,0000	1640,0000	0,00333	0,00350
Lira (Turquia)	32,9646	33,0534	0,1651	0,1655
Novo Dólar (Taiwan)	32,5730	32,6030	0,16730	0,16750
Novo Sol (Peru)	3,7230	3,7257	1,4643	1,4656
Peso (Argentina)	921,5000	922,0000	0,00592	0,00592
Peso (Chile)	908,0700	908,6600	0,006004	0,006009
Peso (Colômbia)	3929,5000	3934,0000	0,001387	0,001389
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2273	0,2273
Peso (Filipinas)	58,4420	58,4620	0,09332	0,09336
Peso (México)	17,7600	17,7720	0,3070	0,3072
Peso (Rep. Dominicana)	58,9100	59,2900	0,09202	0,09262
Peso (Uruguai)	40,1000	40,1400	0,13590	0,13610
Rande (África do Sul)	18,1858	18,1932	0,2999	0,3000
Rial (Arábia Saudita)	3,7506	3,7508	1,4545	1,4548
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001299	0,0001299
Ringgit (Malásia)	4,6700	4,6730	1,1675	1,1684
Rublo (Rússia)	88,3455	88,3545	0,06175	0,06176
Rúpia (Índia)	83,5510	83,5680	0,06528	0,06531
Rúpia (Indonésia)	16165,0000	16175,0000	0,0003373	0,0003375
Rúpia (Paquistão)	278,2500	278,9000	0,01956	0,01961
Shekel (Israel)	3,6233	3,6254	1,5049	1,5059
Won (Coréia do Sul)	1382,8200	1383,1600	0,003944	0,003946
Yuan Renminbi (China)	7,2592	7,2600	0,7515	0,7516
Zloty (Polônia)	3,8962	3,8974	1,3998	1,4004
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2432,93	0,01278	426,8936	426,9405

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	15/07/24	12/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.211,72	40.000,90	0,53	2,79	6,69	16,53	32.417,59	40.211,72
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.386,88	20.331,49	0,27	3,58	21,16	30,97	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.472,57	18.398,45	0,40	4,17	23,06	30,88	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.631,22	5.615,35	0,28	3,13	18,06	24,99	4.117,37	5.633,91
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.751,68	22.673,52	0,34	4,00	8,56	12,29	18.737,39	22.751,68
México	Cidade do México	IPC	54.311,99	54.953,11	-1,17	3,57	-5,36	1,01	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.374,77	1.374,06	0,05	-0,44	15,02	18,09	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	90.140,81	90.723,50	-0,64	14,54	55,87	151,97	34.568,94	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.566,38	6.550,01	0,25	2,38	5,95	7,11	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.063,58	30.132,84	-0,23	0,56	15,81	32,10	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.504.983,97	1.715.609,97	-12,28	-6,60	61,88	239,49	441.515,67	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.517,96	1.531,57	-0,89	2,27	8,77	9,89	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.590,89	18.748,18	-0,84	1,95	10,98	15,44	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.632,71	7.724,32	-1,19	2,05	1,19	3,50	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.375,92	34.580,52	-0,59	3,69	13,26	19,93	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.006,98	4.040,06	-0,82	3,08	8,07	12,45	3.290,68	4.040,06
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.836,03	2.867,58	-1,10	-1,79	24,20	41,36	1.970,75	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.143,00	11.250,60	-0,96	1,82	10,30	18,06	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.458,52	1.452,28	0,43	3,86	12,79	10,03	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	937,47	944,91	-0,79	1,47	19,15	20,35	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.730,44	72.253,66	0,66	0,88	19,98	40,26	51.566,07	72.730,44
Polônia	Varsóvia	WIG	88.603,27	88.693,82	-0,10	-0,01	12,93	26,14	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.705,94	6.811,86	-1,55	3,49	4,84	12,01	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.045,25	1.067,47	-2,08	-9,80	-3,53	3,02	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.605,29	2.630,61	-0,96	1,39	8,64	15,89	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.279,86	12.365,18	-0,69	2,38	10,25	10,53	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	Feriado	11.064,85	-	3,92	48,12	71,87	6.365,00	11.064,85
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.063,06	-	0,28	5,93	9,99	12,21	1.608,42	2.063,06
África do Sul	Joanesburgo	All Share	82.154,06	81.686,49	0,57	3,07	6,84	5,66	69.451,97	82.154,06
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	Feriado	41.190,68	-	4,06	23,09	27,17	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.262,40	8.206,10	0,69	3,10	5,53	9,91	6.960,20	8.262,40
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.604,01	1.617,48	-0,83	-0,87	-12,72	-22,06	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.974,01	2.971,30	0,09	0,22	-0,03	-8,14	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.860,92	2.857,00	0,14	2,26	7,74	8,85	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.015,94	18.293,38	-1,52	1,68	5,68	-7,20	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.664,86	80.519,34	0,18	2,07	11,66	22,11	63.148,15	80.664,86
Indonésia	Jacarta	JCI	7.278,86	7.327,58	-0,66	3,05	0,08	5,96	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.327,43	1.332,04	-0,35	2,03	-6,25	-12,55	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.879,36	23.916,93	-0,16	3,68	33,18	38,16	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35.300.35.005-7

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 14 de Agosto de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Santos Brasil Participações S.A.**, companhia registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 17892, localizada na cidade e estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011 ("**Companhia**"), nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, de modo exclusivamente digital e à distância, por meio da Plataforma Alfm Easy Voting, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2024, às 10h00 ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) redução do capital social da Companhia no valor total de R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), por considerá-lo excessivo, sem cancelamento de ações, mediante restituição em dinheiro aos acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações ("**Redução de Capital**"); (ii) caso o item (i) acima seja aprovado, alteração e consolidação do artigo 5º do estatuto social da Companhia para refletir a Redução de Capital; e (iii) autorização aos administradores da Companhia para praticarem todos os atos necessários para efetivação da Redução de Capital. **Instruções e Informações Gerais**: Tendo em vista que a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital e a distância conforme autorizado pelo artigo 28, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81, a participação dos acionistas da Companhia somente poderá ser: (i) via boletim de voto a distância ("**BVD**"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constarão no BVD, que poderá ser acessado na Proposta de Administração divulgada pela Companhia; e (ii) via plataforma eletrônica Alfm Easy Voting ("**Plataforma Digital**"), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, parágrafos 2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Adicionalmente, os acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente da Assembleia, por meio da plataforma eletrônica, deverão se cadastrar obrigatoriamente em até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e., até as 10h00 do dia 12 de agosto de 2024), solicitando suas credenciais de acesso à Plataforma Digital, por meio do link de cadastro (https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxZpd7x7vbGvm8aWs5vUuRUJ7kwnuUfbFqjPE-SjPs3aX) ("**Link de Cadastro**"), fornecendo a documentação e informações indicadas abaixo e presentes na Proposta da Administração divulgada pela Companhia nesta data. A documentação e informações enviadas por meio do Link de Cadastro até as 10h00 do dia 12 de agosto de 2024 serão validadas pela Companhia e o acionista receberá, em até 24 horas antes da Assembleia (i.e., até 10h00 do dia 13 de agosto de 2024), um acesso pessoal e intransferível para sua participação virtual na Assembleia. Seguem abaixo os documentos e informações exigidos para participação na Assembleia: (i) para pessoas naturais: (a) documento para comprovação de identidade e poderes do acionista ou do seu representante legal ou procurador; e (b) extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia. (ii) para pessoas jurídicas: (a) cópia do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia. (iii) para fundos de investimentos: (a) cópia do regulamento do fundo, estatuto social ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso e observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (b) extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia. O acionista que desejar participar por meio de procurador, além dos documentos descritos na tabela acima, deverão também, na forma do artigo 26 do estatuto social da Companhia, depositar os respectivos instrumentos de mandato, no Link de Cadastro, até as 10h00 do dia 12 de agosto de 2024, sendo que o acionista residente ou domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no artigo 119 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis. O acionista representado por procurador deverá exibir os instrumentos de mandato no mesmo prazo e observada a mesma mecânica prevista para os comprovantes de titularidade de ações de emissão da Companhia. **O acionista que não se cadastrar ou não enviar os documentos obrigatórios para sua participação através do Link de Cadastro até 10h00 do dia 12 de agosto de 2024, não poderá participar da Assembleia.** O *link* e as instruções a serem enviados pela Companhia são **pessoais** e **intransferíveis**, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da Assembleia, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e envio do BVD, constarão da Proposta de Administração da Companhia e demais documentos disponibilizados na página de Relações com Investidores do *website* da Companhia (http://ri.santosbrasil.com.br), no *website* da CVM (http://www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). São Paulo, 12 de julho de 2024. **Santos Brasil Participações S.A. - Verônica Valente Dantas -** Presidente do Conselho de Administração.



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta

CNPJ nº 43.776.517/0001-80 - NIRE 35300016831

FATO RELEVANTE

A **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp** ("**Companhia**"), em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 13 de junho de 2024, 21 de junho de 2024 e 28 de junho de 2024, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi divulgado, nesta data, o Segundo Anúncio sobre a Oferta Profissional, que informa que o Investidor de Referência Finalista atendeu integralmente aos requisitos de abertura de *Conta Escrow* de sua titularidade e da Conta de Custódia, tendo sido dispensado de entregar Nova(s) Carta(s) de Fiança à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na medida em que o Montante da(s) Carta(s) de Fiança(s) Inicial(is) é superior ao respectivo Montante Total do Investimento. Dessa forma, de acordo com o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP divulgado em 21 de junho de 2024 e novamente em 8 de julho de 2024 ("**Prospecto Preliminar**"), o Livro de Registro de Intenções de Investimento do Investidor de Referência Finalista deverá ser apurado de acordo com o inciso (vi) da seção "Outras Características da Oferta Brasileira - Procedimento da Oferta Brasileira - Oferta Profissional - Procedimento da Oferta Profissional - Procedimento da Oferta Profissional COM UM Investidor de Referência Finalista - Definição do Investidor de Referência Selecionado" do Prospecto Preliminar.

O Segundo Anúncio sobre a Oferta Profissional está disponível nos endereços da rede mundial de computadores relacionados na seção "Cronograma - Divulgação de Anúncios relacionados à Oferta Global", do Prospecto Preliminar.

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Fato Relevante que não estejam aqui definidos, tem o significado a eles atribuído no Prospecto Preliminar.

A Companhia manterá o mercado informado a respeito dos desdobramentos do assunto objeto deste Fato Relevante.

São Paulo, 15 de julho de 2024.

Catia Cristina Teixeira Pereira

Diretora Econômico-Financeira e de Relações com Investidores





Telefónica

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.001.5881-4

AVISO AOS ACIONISTAS

DELIBERAÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") comunica aos Senhores Acionistas que o seu Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de julho de 2024, aprovou a declaração de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP"), nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei 9.249/95 e da Resolução CVM nº 143/2022, no montante bruto de R$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando no montante líquido de R$ 552.500.000,00 (quinhentos e cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais), com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2024. O valor por ação está descrito na tabela abaixo:

Provento	Data da Declaração	Posição acionária	Valor Bruto por Ação	Imposto de Renda Retido na Fonte (15%)	Valor Líquido por Ação
Juros Sobre Capital Próprio	15/07/2024	26/07/2024	0,39467123305	0,05920068496	0,33547054809

Conforme previsto no artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, tais juros serão imputados ao dividendo obrigatório do exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2024, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser realizada em 2025.

O crédito dos JSCP será realizado de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de julho de 2024. Após esta data as ações serão consideradas "ex-juros". O pagamento desse provento será realizado até 30 de abril de 2025, devendo a data ser oportunamente definida pela Diretoria da Companhia.

Os valores dos JSCP por ação poderão sofrer ajustes considerando a base acionária da Companhia a ser verificada em 26 de julho de 2024 em função de eventuais aquisições de ações dentro do Programa de Recompra de Ações da Companhia em vigor.

Os acionistas imunes ou isentos do imposto de renda, de acordo com a legislação vigente, deverão fazer prova de tal condição, até o dia 01 de agosto de 2024, junto ao Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S.A., instituição depositária de ações escriturais, situado na Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo Velho, subsolo - Vila Yara - CEP: 06029-900 - Osasco - SP.

São Paulo, 15 de julho de 2024.

David Melcon Sanchez-Friera

CFO e Diretor de Relações com Investidores

Telefônica Brasil - Relações com Investidores

Tel: +55 11 3430 3687

Email: ir.br@telefonica.com

https://ri.telefonica.com.br/pt

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL

PREGÃO ELETRÔNICO N Compras 90000/2024 N. 01-2024-BrC

Processo nº 04029-00000117/2024-39.

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de coffee break e almoço/jantar, sob demanda, para atendimento de eventos institucionais do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, abrangendo a organização e o fornecimento de alimentos, bebidas e utensílios.UASG:926873. Nova data de abertura da sessão do Pregão Eletrônico: 31/07/2024 ás 9 horas. Endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

Bruno de Oliveira Watanabe

PORTARIA Nº 32/2024, DE 04 DE JULHO DE 2024

FERTILIZANTES HERINGER

FERTILIZANTES HERINGER S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF Nº 22.266.175/0001-88

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 5 de junho de 2023, às 15:30, na sede social da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Avenida Irene Karcher, 620 - Bairro Betel, CEP 13.148-906. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, por videoconferência, nos termos dos artigos 14 e 17 do Estatuto Social da Companhia. Presentes também representantes de Pinheiro Neto Advogados ("PNA") na qualidade de assessores da Companhia e Marissol Sapatel e Karina Maffei, na qualidade de diretora jurídica e gerente jurídica, respectivamente, da Companhia. **3. Mesa:** A Reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Donal Mathews Lambert, e secretariada pela Sra. Marissol Sapatel. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e deliberar, em atendimento ao art. 18, alínea (y) do Estatuto Social da Companhia e do art. 21 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado"), a emissão de parecer prévio a respeito da oferta pública de aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado ("Oferta"), formulada pela EuroChem Comércio de Produtos Químicos Ltda., em virtude da alienação indireta do controle acionário da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, do Regulamento do Novo Mercado, do artigo 254-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do artigo 33 e seguintes da Resolução CVM nº 85, de 31 de março de 2022, de acordo com o edital da Oferta, divulgado em 24 de maio de 2023. **5. Deliberações:** Após discussões acerca dos assuntos em pauta e análise de todos os documentos aplicáveis, os Conselheiros, deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, aprovar a emissão de parecer prévio constante do **Anexo I** à presente ata, manifestando-se favoravelmente à aceitação da Oferta pelos acionistas. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **7. Mesa:** Donal Mathews Lambert - Presidente; Marissol Sapatel - Secretária. **Conselheiros:** Donal Mathews Lambert, Dmitry Boldyrev, Gustavo Bastide Horbach, Olga Plevako, Daniil Sergunin, Flávio César Maia Luz e Antonio Donizetti Rubbo. **8. Certidão:** Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Paulínia/SP, 5 de junho de 2023. **Donal Mathews Lambert** - Presidente; **Marissol Sapatel** - Secretária. JUCESP sob nº 254.984/24-1 em 03/07/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.





INÊS 249

Investimentos Bancos, corretoras e empresas de tecnologia oferecem serviço com diferentes riscos

Conta no exterior ganha espaço, mas formato varia

Júlia Lewgoy
De São Paulo

As contas para brasileiros investirem em outro país estão se popularizando, com cada vez mais bancos, corretoras e empresas de tecnologia financeira oferecendo o produto. Mas a escolha da plataforma para investimentos no exterior exige alguma atenção, porque as empresas não são iguais do ponto de vista regulatório.

A aparência do serviço é similar, mas os arranjos são variados: alguns têm maior porte e são mais estruturados, regulados e supervisionados; outros, menos. Embora experiência do cliente, produtos e preço sejam importantes, ser cliente de uma empresa menos estruturada, regulada e supervisionada pode ser menos seguro e causar dores de cabeça no futuro, segundo especialistas.

A maioria dos negócios que oferecem investimentos no exterior aos brasileiros são bancos, corretoras e distribuidoras de investimentos regulados pelo Banco Central (BC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorregulados pela Associação das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). É o caso de Bradesco, BTG Pactual, C6 Bank e Inter e das corretoras Avenue e XP, por exemplo.

Existe uma fatia de empresas que não são instituições financeiras no Brasil, mas que têm acordo com uma corretora aqui, regulada pelo BC e pela CVM, mas nem sempre autorregulada pela Anbima. É o caso da fintech Nomad e da empresa americana Vest (antiga Sproutfi).

E, em um terceiro grupo, vez ou outra surgem empresas que desejam captar clientes para investir em outro país, mas não são instituições financeiras brasileiras nem possuem parceria com corretoras no Brasil. Neste ano, a CVM alertou atuação irregular de cinco plataformas: Axia, Go4rex, Kaarat, Moneta Markets e Xpoken. Várias são especializadas em "day trade".

No exterior, as empresas contam com corretoras que efetivamente fazem os investimentos em nome do cliente. Boa parte são corretoras nos EUA ("brokers dealers"), registradas na Securities and Exchange Commission (SEC, a CVM americana) e membros da Financial Industry Regulatory Authority (Finra), que faz o papel de autorregulação como a Anbima. Há ainda algumas empresas que são formalmente consultores de investimento ("investment advisors"), que mantêm parceria com uma corretora americana.

Além de corretoras, as empresas têm um custodiante — instituição financeira responsável por registrar e guardar os ativos —, protegendo as carteiras de problemas que eventualmente podem acontecer.

A maioria das corretoras e dos custodiantes fica nos EUA, mas algumas têm domicílio em paraísos fiscais, onde a regulação e a supervisão são mais brandas, como as Ilhas Cayman. E boa parte conta com uma equipe que fala português para se comunicar com os brasileiros, mas nem todas.

> "Recomendo que o investidor entenda onde o seu dinheiro fica guardado em outro país"
> *Bruno Balduccini*

Pioneira na oferta de investimento no exterior, a Avenue foi um caso emblemático no mercado. Logo no início de suas operações, antes de ser adquirida pelo Itaú, a empresa levou um susto. Como não havia regras claras sobre como fazer a venda desse serviço, chegou a ser barrada de captar clientes pela CVM em 2018, por, segundo o regulador, não possuir autorização para atuar. A Avenue entendia que, por estar nos EUA, estava sujeita à jurisdição americana e não subordinada à regulação brasileira. Contudo, depois disso o entendimento mudou e acabou comprando uma corretora local para se tornar uma instituição financeira no Brasil. Depois, o Itaú adquiriu uma fatia do negócio.

Vários competidores entraram depois, como Bradesco e BTG, os bancos digitais C6 Bank e Inter, a corretora XP e a empresa de tecnologia financeira Nomad. A CVM emitiu orientações nos últimos anos, no sentido de que a instituição financeira brasileira é a responsável pela venda do serviço de investimento no exterior. A ideia é que os brasileiros tenham suporte para entender os investimentos estrangeiros e possam buscar ajuda na CVM caso seja necessário. A preocupação do regulador é: se algo der errado, as empresas e seus executivos podem ser cobradas no Brasil e estar sujeitas às penalidades da lei brasileira.

A Anbima acrescentou, no seu código de distribuição de investimentos, as coordenadas para as instituições participantes oferecerem investimentos no exterior para brasileiros. A autorregulação determina que uma instituição brasileira deve analisar o perfil de risco do investidor e se certificar se o intermediário estrangeiro tem uma equipe que fala português.

Especialistas aconselham dar preferência para empresas com uma instituição regulada e supervisionada no Brasil e nos EUA. Caso contrário, o investidor pode estar pouco protegido se a empresa faltar com informações, não executar ordens ou quebrar.

"Se a plataforma não é uma instituição financeira no Brasil, o investidor está mais sozinho e não pode contar com ajuda da CVM se der problema", diz Orli Machado, consultor especializado em sistemas e transações bancárias da C&M Sotfware. Ele sugere corretora no exterior fique nos EUA, onde elas são muito reguladas, e tenha idade, nome, tamanho e tradição.

Já Bruno Balduccini, advogado do Pinheiro Neto que ajudou a estruturar fintechs, afirma que as empresas não necessariamente precisam ser instituições financeiras no Brasil, mas são obrigadas a fazerem acordos com corretoras ou distribuidoras responsáveis pelo "suitability", a análise do perfil de risco do investidor. A plataforma não pode indicar aplicações financeiras com mais risco do que o tolerado pelo investidor. Balduccini destaca que é importante o investidor saber se a empresa no exterior é regulada e com quais garantias ele conta se a empresa quebrar, porque é lá que fica o dinheiro. "Recomendo que o investidor entenda onde o seu dinheiro fica guardado em outro país e busque compreender se a entidade é regulada e se as aplicações financeiras contam com garantias", diz.

Valor investe.com
Leia a íntegra da reportagem no site
www.valorinveste.com

Fink, da BlackRock, vê 'efeito haltere' em volta à renda fixa

Brooke Masters
De Nova York

Os investidores estão criando um "efeito halteres" nos mercados de renda fixa ao optar pelos fundos negociados em bolsas de valores (ETFs) de baixo custo e ativos alternativos, em vez dos tradicionais fundos de bônus. A afirmação foi feita ontem pelo presidente-executivo da BlackRock, Larry Fink.

Enquanto a maior gestora de recursos do mundo anunciava um novo pico de US$ 10,6 trilhões em ativos sob gestão, Fink apontou as captações recordes dos ETFs da BlackRock, bem como o grande interesse dos clientes por produtos de infraestrutura que investem em energia e centros de dados.

"Os ativos estão em movimento", à medida que investidores ainda com muito dinheiro se preparam para um corte das taxas de juros nos EUA já em setembro, e percebem que perderam um grande rali das ações este ano, disse.

Investidores de ações já estão bastante divididos entre os fundos passivos de índices e os de private equity de taxas elevadas que prometem retornos não correlacionados. Agora, essa mesma divisão está chegando à renda fixa, disse.

"Costumávamos falar nas ações tendo um efeito halteres. Mas acho que estamos começando a ver isso aqui no mercado de bônus", continuou ele. "É um momento em que as pessoas estão se recalibrando para fora dos ativos de curto prazo e liquidez imediata ["cash"] e isso será pesadamente direcionado para a renda fixa... os ETFs e também os produtos alternativos orientados para o rendimento", como os fundos de crédito privado e de títulos de dívida de infraestrutura.

A BlackRock está "muito bem posicionada para isso", disse Fink, devido à sua linha de fundos IShares ETF e à aquisição pendente da Global Infrastructure Partners, que caminha para ser concluída até o fim de setembro.

As declarações de Fink aos analistas ocorreram quando a maior gestora de ativos do mundo divulgou receita de US$ 4,81 bilhões para o trimestre encerrado em 30 de junho — um crescimento de 8% sobre o mesmo período do ano passado, graças ao aumento dos ativos sob gestão, mas ligeiramente abaixo dos US$ 4,84 bilhões esperados por analistas consultados pela Bloomberg.

A melhoria das margens ajudou a aumentar o lucro líquido em 9%, para US$ 1,5 bilhão. O número ajustado de US$ 1,56 bilhão superou as expectativas de analistas, de US$ 1,47 bilhão.

Os ativos sob gestão cresceram 1,7% em relação ao segundo trimestre do ano passado. As captações líquidas de US$ 82 bilhões no trimestre ficaram aquém das expectativas, de US$ 112 bilhões. As captações dos fundos de ações caíram para US$ 6 bilhões, com os fluxos reduzidos devido ao rebalanceamento de carteiras pelos clientes internacionais. As captações de renda fixa foram deprimidas pela perda de um único cliente institucional que sacou US$ 20 bilhões.

Há duas semanas, a BlackRock anunciou a compra da Preqin, fornecedora privada de dados de mercado, como parte de sua estratégia de investir em ativos e tecnologias alternativas. As captações de seus ETFs foram impulsionadas pelo forte interesse em seu produto de bitcoins.

"Os gastos da BLK para reforçar sua capacidade nos mercados privados a ajudarão a reduzir sua dependência dos iShares ETFs, que geram taxas baixas, e posicionam a firma para aproveitar a grande oportunidade de crescimento no longo prazo com ativos privados", escreveu Edward Jones, analista da Kyle Sanders, em nota a clientes.

Há muito a BlackRock é negociada com um múltiplo de lucros muito mais elevado que os de outros gestores de ativos tradicionais, mas nos últimos seis meses suas ações ficaram atrás do setor financeiro como um todo, subindo 1,4% desde o início do ano, comparado a cerca de 12% para as instituições financeiras que fazem parte do índice S&P 500.

Martin Small, diretor financeiro, disse que a companhia caminha para atingir sua meta de longo prazo de crescimento orgânico anual das comissões de 5%, e que as despesas rumam para um aumento percentual baixo de um dígito, à parte as aquisições.


JEENAH MOON/BLOOMBERG

> "Costumávamos falar em 'efeito halteres' nas ações, mas começamos a ver isso no mercado de bônus"
> *Larry Fink*

Os vícios da privatização da Sabesp

Palavra do gestor

Fabio Alperowitch e André Roncaglia

É bastante intrigante observar que o leilão de privatização da maior empresa de saneamento do Brasil e segunda maior do mundo, altamente lucrativa, monopolista e estratégica, tenha atraído apenas um interessado para realizar uma proposta de compra.

Em um mercado que conta com pelo menos quatro grandes grupos privados de saneamento que operam no país (Aegea, BRK, Iguá, Águas do Brasil), essa estranheza suscita duas reflexões: a primeira é se era correto vender este ativo e a segunda é se o processo de venda foi adequado.

A defesa da privatização se baseia na noção dogmática de que a iniciativa privada é mais eficiente do que o Estado. Mas será que isso é válido em todos os casos?

A água é fundamental para a sobrevivência humana, saúde pública e desenvolvimento econômico, e equilíbrio climático, sendo necessária para o consumo diário, agricultura, indústria e manutenção de ecossistemas.

Por ser um recurso comum de interesse público, o controle privado da água pode implicar conflitos entre o bem-estar da população e os interesses financeiros da empresa. O controle deste serviço deve, portanto, priorizar os interesses da coletividade. Para tanto, a eventual transferência ao controle privado deveria prever mecanismos extremamente robustos que salvaguardassem os interesses públicos na gestão da água, o que não foi o caso.

Além disso, o processo de privatização da Sabesp foi muito mal desenhado e, por consequência, atraiu apenas uma empresa interessada, apesar de se tratar de um monopólio em um setor estratégico. Houve uma sucessão de vícios no processo de venda que explica a ausência de outros interessados, implicando a corrosão do patrimônio público.

O vício inicial está no contrato de consultoria com o IFC, braço do Banco Mundial, que embutia um incentivo financeiro em favor da recomendação da privatização: R$ 45 milhões. Caso concluísse pela inviabilidade do processo, o IFC receberia apenas R$ 8 milhões. Ainda que se creia na imparcialidade do IFC, o ágio em favor da recomendação mostra nítido viés da parte da contratante.

O segundo vício está no modelo de venda das ações. Além de complexo e inédito, o mecanismo do leilão contava com dois livros de "bookbuilding" e houve uma mudança de última hora: a poucos dias do leilão, o governo estadual impôs uma nova regra ("right to match") que dificultou a entrada de uma importante proponente no processo, beneficiando diretamente aquela que venceu o leilão.

O terceiro vício foi a inserção de uma cláusula de "não concorrência", que afastou empresas já atuantes no setor, cujo saber técnico acumulado as capacitaria a lidar com a universalização do abastecimento e do tratamento de esgoto no mais populoso Estado do país.

Outro vício veio com a "poison pill", cláusula que obriga o acionista de referência a realizar uma oferta pública de aquisição do total das ações da Sabesp com um prêmio de 200% sobre o preço de mercado, caso empresas e fundos relacionados a este acionista adquiram participação que, agregadamente, exceda 30% das ações da Sabesp. Esta cláusula inviabilizou a participação da Aegea no leilão, que seria a maior e mais experiente proponente.

O quinto vício está na condução do processo, marcado por atropelos, culminando na data do leilão, que ocorreu na semana mais estressante do ano para o mercado financeiro, momento em que tanto o dólar quanto a curva de juro futuro batiam seus recordes. Dada a magnitude dos ativos públicos envolvidos, seria razoável aguardar um momento mais oportuno, o que é prática extremamente comum no mercado.

O sexto vício é o potencial conflito de interesses. A presidente do conselho de administração da Sabesp, Karla Bertocco, era, até o início do ano, membro do conselho de administração da Equatorial — justamente a empresa que venceu o leilão. Dadas as informações estratégicas que a executiva detinha sobre ambas as empresas, esta porta giratória pode ter influenciado o processo de privatização.

Afinal, por ter experiência muito curta no setor de saneamento e de tamanho e complexidade inexpressivos, a Equatorial tem na Sabesp uma plataforma para sua expansão como empresa de multi-utilidades.

A combinação de motivo, instrumentos, resultados e riscos justifica o escrutínio mais cuidadoso desta operação por parte das autoridades e da imprensa.

Em face de todos os vícios, fica nítido que o governo do Estado de São Paulo não atuou em prol do interesse público. Além de evitar qualquer debate sobre a real necessidade da privatização da água — rejeitada pela maioria dos paulistas —, o governo desenhou um mecanismo incomum que afastou concorrentes interessados na gestão do ativo público, cujo valor foi depreciado em razão do momento escolhido para sua venda.

Tal como fora desenhada, a privatização da Sabesp não garante salvaguardas robustas à gestão da água como bem público e enfraquece a defesa do interesse coletivo e o combate às mudanças climáticas.

Fabio Alperowitch é fundador e CIO da fama re.capital

André Roncaglia é professor da Unifesp e pesquisador associado do Ibre-FGV
E-mail fabio@famarecapital.com

Fio da Meada
Reforma tributária: A definição da alíquota de CBS/IBS é uma questão política
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Inexigibilidade de preparo recursal nos Juizados
E2

TRT-SP
7ª Turma nega apreensão de CNH e passaporte
valor.globo.com/legislacao



Judiciário Por meio de acordos, que considera como vitórias, governo federal conseguiu ainda reduzir desembolsos em três casos

União vence no STJ e Supremo e evita impacto de R$ 169 bi

Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Um impacto potencial de R$ 169,24 bilhões foi afastado pela União em julgamentos realizados, no primeiro semestre, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ). Esse era o valor total estimado para 10 processos, que foram analisados de forma favorável aos pedidos da Advocacia-Geral da União (AGU) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Acordos firmados em outros três casos também são considerados vitórias para a União. Somados, os desembolsos serão de R$ 5,5 bilhões, valor inferior ao previsto inicialmente — não divulgado pela União. Os dados constam em levantamento realizado pelos órgãos a pedido do **Valor**.

A negociação tem sido vista na AGU como um ativo nos processos. "Computamos como vitória algumas coisas que têm negociação", diz Flavio José Roman, adjunto do advogado-geral da União. Na AGU, acrescenta, a brincadeira é de que o órgão não perde, ou ele ganha ou negocia.

Para a AGU, o movimento de negociação cria uma boa vontade nos tribunais em relação a tentar pautar as ações. "Não temos dúvida disso. A gente sempre deixa esse sinal claro. Essa bandeira de que estamos sempre dispostos a negociar", afirma Roman.

Há, no órgão, a percepção de que o Judiciário está se preocupando mais com o impacto econômico das decisões, o que tem justificativa legal e uma mudança de postura dos próprios magistrados. Na lei de introdução às normas do direito brasileiro (Lei nº 13.655, de 2018) há a determinação para que os juízes, principalmente quando forem decidir com base em valores jurídicos abstratos, analisem as consequências das decisões judiciais.

"Isso exigiu um esforço dos magistrados para terem essa perspectiva. Hoje temos o primeiro presidente do Supremo [ministro Luís Roberto Barroso] que tem um assessor econômico para se preocupar com essa questão", diz Roman.

A determinação da Lei nº 13.655/ 2018 aumentou na AGU a preocupação em relação aos levantamentos de valores das causas. Porém, existem críticas, especialmente por parte de advogados, de que os números são inflados. Na "revisão da vida toda", discussão previdenciária que a União venceu, as estimativas de impacto do governo federal e dos contribuintes eram bem diferentes.

"Não sabemos como esses números são calculados", critica Maria Raphaela Matthiesen, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados. Segundo a advogada, são estimativas informadas no anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e levados aos ministros nos julgamentos, mas não há transparência sobre fontes e métodos.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, auditor licenciado do Tesouro Nacional, explica que os impactos potenciais que constam na LDO costumam ser bastante superiores aos efetivos porque a Receita Federal, ao calcular os números, considera que todos os contribuintes que teriam direito entrariam na Justiça, o que não é verificado na prática.

Maria Raphaela lembra que, recentemente, o STJ começou a colocar um limite temporal às suas decisões, a chamada modulação, o que, em geral, mostra preocupação com o impacto econômico de uma decisão — pela tentativa de reduzir o efeito retroativo.

Nos casos destacados nos riscos fiscais, não há itens que foram julgados no primeiro semestre a favor dos contribuintes. A advogada localizou entre os julgados tributários no primeiro semestre, uma vitória e uma "meia vitória" dos contribuintes.

A vitória foi na decisão do STJ de que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo do PIS e da Cofins devidos pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva. Não há estimativa de impacto para o caso (REsp 1896678 e REsp 1958265).

A "meia vitória" foi em caso que a União conta como vitória, a da inclusão da receita decorrente da locação de bens imóveis na base de cálculo do PIS, tanto para as empresas que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação como para aquelas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal.

Para a advogada, se a atividade não estiver no objeto social, pode escapar da tributação. "No julgamento, o STF entendeu que haverá incidência da contribuição, mas limitou a tese firmada aos casos em que a locação é objeto social da empresa. Locações realizadas como atividade eventual e subsidiária não serão submetidas à tributação", diz.


Priscila Faricelli: maioria dos casos vem sendo julgada de forma contrária aos pedidos dos contribuintes

Os resultados favoráveis à União nos tribunais superiores também fazem parte de uma estratégia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que desde a posse tem observado os riscos fiscais escondidos nos tribunais. Quando o ministro identifica um processo com impacto relevante para as contas públicas, ele entra em cena — com o auxílio da AGU e da PGFN — para negociar diretamente com os ministros.

A atuação gerou vitórias relevantes no primeiro semestre. Na última semana de julgamentos antes do recesso, o STJ julgou um conjunto de processos com efeito repetitivo (em que é fixada uma tese que deverá ser seguida pelas instâncias inferiores) de forma favorável à União.

No STF, o caso de destaque mais recente foi o julgamento do processo sobre a remuneração das contas do FGTS, que estava com placar vitorioso para o contribuinte até o pedido de vista, e depois foi revertido, garantindo aos cotistas apenas a remuneração pela inflação. O processo não foi computado como vitória pelo governo, mas é considerado como um exemplo dentro da estratégia de negociação adotada (ADI 5090).

A advocacia negociou com centrais sindicais um acordo e apresentou ao STF a proposta de correção dos recursos do fundo apenas pela inflação. Roman destaca que o objetivo era mostrar para o próprio trabalhador e para seus representantes que o aumento de remuneração do fundo afetaria políticas públicas que estão diretamente ligadas às pessoas com menor renda.

"Não basta persuadir os ministros, tem que persuadir também as pessoas. Então realmente foi fundamental o apoio das centrais [sindicais]", afirma o vice-AGU. Não há uma estimativa do impacto a partir da decisão firmada.

Os julgamentos do primeiro semestre seguem a tendência de 2023, em que a União teve um grande ano nos tribunais. No STJ, por exemplo, todos os processos tributários que constam no Anexo de Riscos Fiscais da LDO foram julgados e de forma favorável, incluindo a tributação de benefícios fiscais — mantida após recurso apresentado pelos contribuintes. Apenas na esfera tributária, por meio de julgamentos em 2023, foram evitadas perdas de R$ 195,6 bilhões.

O economista Tiago Sbardelotto afirma que as duas estratégias adotadas pelo governo — sensibilizar o Judiciário quanto aos potenciais impactos negativos nas contas públicas e fazer acordos naqueles processos em que a derrota da União é provável — têm mostrado resultado. "Mesmo nos processos em que a União teve decisão desfavorável, os efeitos foram bastante reduzidos", avalia.

Os acordos, diz o economista, permitem ao governo reduzir o custo com juros e fazer os pagamentos até 2026 via precatórios, fora do limite de despesas e da meta fiscal. "Entendemos que o resultado final de ambas as estratégias é reduzir o impacto fiscal no médio prazo, quando as regras fiscais serão mais restritivas. É um avanço, sem dúvida. Mas é preciso também se antecipar e combater a 'indústria' de judicialização de benefícios, que tem crescido significativamente nos últimos anos", diz Sbardelotto.

Segundo Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados, na pandemia o julgamento de leading cases tributários cresceu, por meio dos julgamentos virtuais. Para a advogada, hoje, a maioria dos casos vem sendo julgada de forma contrária aos pedidos dos contribuintes.

"Não há dúvidas de que, há pelo menos dez anos, a PGFN aprimorou a forma de atuação nos tribunais superiores", afirma. Por outro lado, acrescenta, os julgadores, como agentes políticos, têm se preocupado mais com o orçamento. "A maior demonstração dessa amarra com questões orçamentárias é o próprio perfil das modulações, que sempre vemos terem a tendência a preservar o orçamento."

Receita Federal esclarece tributação de software

Marcela Villar e Adriana Aguiar
De São Paulo

Um novo entendimento da Receita Federal sobre a tributação de softwares, especificamente aqueles mantidos em nuvem (SaaS – Software como Serviço), livra contribuintes de terem de pagar Cide, PIS e Cofins na revenda da tecnologia importada no Brasil. Na Solução de Consulta nº 177, de 24 de junho, a Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) se manifestou pela isenção dos três tributos quando houver envio de dinheiro ao exterior para o pagamento de licenças de distribuição e comercialização no país.

A Receita analisou o pedido de consulta de uma empresa brasileira que compra o direito de uso de um software de uma empresa dos Estados Unidos para vender a consumidor final no Brasil. Para o órgão, a companhia brasileira não é prestadora de serviço e sim mera intermediária. Por isso, os valores enviados ao exterior com a revenda devem ser considerados royalties, sobre os quais incidem apenas o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com alíquota de 15% (ou 25%, se país for paraíso fiscal).

Na solução de consulta, contudo, a Receita destaca que o entendimento não vale para casos de licença de uso, em que haveria incidência de PIS e Cofins, com alíquota total de 9,25%. De acordo com a Receita, seria necessário distinguir essa questão do que foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021. Na época, afirma, os ministros não trataram da natureza dessas licenças.

No julgamento, alteraram uma jurisprudência de mais de duas décadas para equiparar os softwares "por encomenda" e "de prateleira". Estabeleceram que ambos deveriam ser tributados pelo ISS por ser uma prestação de serviços (ADI 1945 e ADI 5669). Até então, essa orientação valia somente para o software sob encomenda. O "de prateleira", comercializado em larga escala, era tratado como mercadoria e tributado pelo ICMS.

Agora, na solução de consulta, a Receita diferencia a licença de uso e a de comercialização. Em alguns casos, passa a considerar prestação de serviços, em que deve incidir PIS e Cofins, e outros como royalties, onde há incidência de IRRF.

Para a advogada Fernanda Lains, sócia do Bueno Tax Lawyers, esse novo critério vai além do que foi julgado pelo STF e pode gerar judicialização. "O julgamento do Supremo analisou a natureza do software e decidiu que não importa se é de prateleira ou por encomenda, que seria prestação de serviços. Na minha opinião, o arranjo comercial não altera a natureza dele", diz.

De acordo com Fernanda, "a nova interpretação pode dar margem ao nascimento de um novo contencioso, nesse momento em que o PIS e a Cofins estão prestes a morrer [por conta da reforma tributária]". "O melhor agora é buscar um mandado de segurança preventivo."

A Cosit, ao responder a solução de consulta, diz que a própria Lei dos Softwares (nº 9.609/1998) faz a distinção entre direito de uso e de distribuição ou comercialização, em que pode ou não haver transferência de tecnologia. "Ao remunerar o titular dos direitos de programa de computador residente ou domiciliado no exterior, verifica-se o papel de intermediário da consulente, que não é a usuária final das respectivas licenças adquiridas", diz.

Como o caso trata da distribuição ou comercialização da licença, não incide PIS e Cofins. E, por não haver transferência de tecnologia, não há a Cide — que tem alíquota de 10%.

Segundo Gustavo Taparelli, sócio do Abe Advogados, o posicionamento da Receita é importante, já que as empresas brasileiras têm usado cada vez mais softwares importados, em nuvens. Ele diz que a Cosit já se manifestou sobre licença de uso, em uma consulta do ano passado (nº 107/2023). Nela, houve isenção de Cide, mas aplicação do PIS e da Cofins por entenderem ser uma prestação de serviço.

"Muitas empresas começaram a perguntar como seria a tributação sobre quem adquire a licença para revender", diz. "Para nossa agradável felicidade, a Receita definiu que é preciso ter um tratamento diferente de quem adquire software para uso e para quem adquire para revender", acrescenta o tributarista.

Na visão dele, a solução de consulta dá mais clareza e segurança jurídica, enquanto o julgamento do STF foi mais genérico. "Antes, não havia uma análise muito detalhada de quando era para revenda".

Veronica Melo de Souza, sócia no Gaia Silva Gaede Advogados, lembra que só existia uma outra consulta da Receita sobre SaaS, em que a licença ficou enquadrada como serviços técnicos, incidindo PIS, Cofins e Cide. "É a primeira vez que a Receita reconhece que não há incidência de Cide", afirma Veronica, citando a SC nº 191/2017.

A advogada diz que o julgamento do Supremo, apesar de não ter tratado de importação de licenciamento e sim de lei interna, provocou efeitos no entendimento da Receita. "Teve impacto nas remessas, porque a Receita entendeu que como seria serviço, incidindo o ISS, também incidiria o PIS e a Cofins".

A Receita, segundo a advogada, não foi contrária ao julgamento do STF, apenas fez uma distinção. "Depois do julgamento, a Receita entendia tudo como serviço. Agora ela separa a licença de uso da de comercialização."

Para Thales Stucky, do Trench Rossi Watanabe, o entendimento de agora traz segurança jurídica. Isso porque a última solução de consulta, de nº 107/2023, "estabeleceu uma natureza dúplice para as licenças de uso de software". "Para fins de PIS/Cofins-Importação tal tipo de licença deveria ser considerada como natureza de serviços, mas para fins de IRRF aquela mesma remuneração pela licença de uso deveria ser atestada com royalties e, portanto, sujeita ao IRRF". Com a nova interpretação, restou clara a não incidência.



"Entendimento vai além do que foi julgado pelo STF e pode gerar judicialização"
Fernanda Lains

INÊS 249

Inexigibilidade de preparo recursal nos Juizados

Opinião Jurídica

Marcelo Figueiredo e Lucas Pedroso Klain

O preparo recursal é o valor devido para que o jurisdicionado acesse a instância superior àquela em que foi proferida uma determinada decisão com a qual não concorda e pretende seja ela reformada pelo órgão jurisdicional superior. Um exemplo aclarará o conceito. Imagine ação indenizatória que teve pedido julgado improcedente. O autor poderá intentar a alteração dessa sentença no órgão jurisdicional hierarquicamente superior através de recurso. Para tanto, esse recurso deverá vir acompanhado das custas devidas, para ser examinado.

Essas custas processuais têm natureza de taxas, que são um dos tributos de possível implementação pela União, Estados, Distrito Federal e municípios. No caso, o serviço público utilizado pelo contribuinte é o de natureza forense. No Estado de São Paulo, o legislador estabeleceu que a taxa judiciária será devida quando prestados os tais serviços de natureza forense, "nas ações de conhecimento, na execução, nas ações cautelares, nos procedimentos de jurisdição voluntária, nos recursos e na carta arbitral" (artigo 1º da Lei Estadual nº 11.608/2023, com redação dada pela Lei Estadual nº 17.785/2023).

Quando a lei paulista tratou da forma de recolhimento das taxas judiciárias, o fez assim: "O recolhimento da taxa judiciária será feito da seguinte forma: I - 1,5% sobre o valor da causa no momento da distribuição ou, na falta desta, antes do despacho inicial, aplicando-se esta mesma regra às hipóteses de reconvenção e oposição; II - 4% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 1.007 do Código de Processo Civil, como preparo da apelação e do recurso adesivo; III - 2% sobre o valor da causa no momento da distribuição da execução de título extrajudicial; IV - 2% sobre o valor do crédito a ser satisfeito, por ocasião da instauração da fase de cumprimento de sentença" (artigo 4º da Lei Estadual nº 11.608/2023, com redação dada pela Lei Estadual nº 17.785/2023).

Ao tratar da alíquota do preparo recursal, a lei especificou que ela seria devida nos recursos de apelação e adesivo, apenas.

Contudo, no âmbito dos juizados especiais, o recurso cabível da sentença é o recurso inominado, que não se confunde com o recurso de apelação, seja em razão da sua previsão vir em lei especial (Lei Federal nº 9.099/1995), seja porque, de fato, são recursos distintos no que toca à admissibilidade e procedibilidade (v.g., distinções entre os prazos de interposição, formas de comprovação do preparo ou, ainda, possibilidade de saneamento no caso de não recolhimento ou recolhimento a menor).

Se são recursos distintos, e de fato o são, não pode haver exigência de pagamento de preparo recursal para a admissibilidade do recurso inominado, porquanto inexiste na lei a fixação de alíquota para ele próprio, embora os juízes que atuam nas varas de juizados especiais ou nos colégios recursais sempre o exigiram.

Sobre as limitações do poder de tributar, a Constituição Federal obsta que os entes federados exijam ou aumentem qualquer tributo sem lei que assim estabeleça (artigo 150, I). Logo, se a lei não estabelece a alíquota devida no caso de preparo recursal para o recurso inominado no âmbito dos juizados especiais do Estado de São Paulo, as únicas custas devidas seriam as que foram dispensadas, na primeira instância, conforme artigo 54 da Lei Federal nº 9.099/1995. Nada mais.

A alíquota forma, juntamente com a base de cálculo, o aspecto quantitativo da taxa judiciária devida como preparo recursal e, por isso mesmo, deve ser prevista expressamente em lei. Se não for, não podemos nos utilizar de alíquota de outro fato gerador, por mais semelhantes que possam ser.

Sobre o fato de as custas judiciárias se inserirem no conceito de taxas, o Supremo Tribunal Federal, em inúmeras oportunidades, já se pronunciou nesse sentido, além de afirmar que a fixação de seus aspectos quantitativos deve ser realizada por lei em sentido formal, isto é, produzida pelo Poder Legislativo.

O impacto que isso pode trazer aos cofres públicos é radical. Justiça em Números do CNJ mostra que até 31 de janeiro, nos Colégios Recursais do Estado de São Paulo, os 20 maiores litigantes eram: Estado de São Paulo, São Paulo Previdência – SPPREV, Telefônica Brasil, Detran SP, Banco Bradesco, Tribunal de Justiça, Banco do Brasil, Banco Santander, Itaú Unibanco, Município de São Paulo, DER, Ministério Público do Estado de São Paulo, Banco BMG, Claro, MRV Engenharia, Banco Itaucard, Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Município de Ribeirão Preto, Banco Pan e Banco Nossa Caixa.

Dos mencionados, 11 recolhem, ou deveriam recolher, em regra, custas e, portanto, somam, todos eles, 3,57% de todo o acervo dos Colégios Recursais paulistas.

Obviamente, que se deve aferir eventuais indébitos prescritos e os que ainda podem ser exigidos. Além disso, comporão o indébito tanto a taxa de preparo de recurso inominado recolhida pelo próprio recorrente, como as que foram pagas aos cofres públicos em decorrência da imposição do ônus de sucumbência.

Portanto, considerando que mesmo antes da reforma trazida pela Lei Estadual nº 17.785/2023 não havia fixação da alíquota específica do recurso inominado, há enorme possibilidade dos jurisdicionados que, nos últimos cinco anos, recolheram a citada taxa, buscarem a devida repetição, visto que a entendemos, desde sempre, inexigível.

Marcelo Figueiredo e Lucas Pedroso Klain são, respectivamente, advogado e parecerista, professor de Direito Constitucional nos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) da PUC-SP; e advogado e especialista em Direito Processual Civil pela PUC-SP

CIDADE DE SÃO PAULO — **INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS**

ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA

CONSULTA PÚBLICA **Nº 010/24/SIURB -** PROCESSO **Nº 6022.2024/0005585-1**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE MICRODRENAGEM E SERVIÇOS COMPLEMENTARES NA AVENIDA DO ESTADO.**

Download do edital, do Contrato e seus Anexos no endereço: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br, sessão negócios. Link: https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_visualizar.php?IXklnVxx0id_9AFX-9FBX-HC8HTiHoitrioTPsrUf_mIlDMlnQSc8WRxH4kn3Or0Or8TzY8is1WLsDE_YIPuuAcdr3R5uSolRwz6FLF-58DFmHcQ8LGMHZaJwURkN7TR

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18 - N.I.R.E. 35.300.340.931

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, Hora, Local: 18.01.2024, às 09:30, na sede, Av. Nicola Demarchi, nº 2.000, São Bernardo do Campo/SP. **Presenças**: Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa**: Presidente: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos. Secretário: Fernando Luiz Schettino Moreira. **Deliberações Aprovadas**: A aquisição de 10 caminhões, modelo VW 19380 CTC 4x2 2023/2024, no valor total de R$5.910.000,00. **Encerramento:** Nada mais. São Bernardo do Campo, 18.01.2024. Membros do Conselho: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos; Evandro Luiz Coser; Fernando Luiz Schettino Moreira; Orlando Machado Júnior; Mário Sergio Moreira Franco; Décio Carbonari de Almeida. JUCESP nº 89.756/24-1 em 01.03.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Eurofarma Laboratórios S.A.

CNPJ/ME nº 61.190.096/0001-92 - NIRE 35.300.411.838

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25/06/2024

Data, Hora e Local: Realizada na sede social da Eurofarma Laboratórios S.A., em São Paulo/SP, às 09h do dia 25/06/2024; **Convocação e Presença**: com presença integral dos membros do Conselho de Administração. Presidida por Maurizio Billi e secretariada por Marco Billi. **Ordem do Dia e Deliberações: 1.** (Re)eleição dos membros do Comitê de Auditoria e Compliance e do Comitê de Transação com Partes Relacionadas para mandato de 2 anos. **2.** Aprovação de novas políticas da Companhia e documentos de Compliance, incluindo Política de Destinação de Resultados, Política de Transação com Partes Relacionadas, entre outras. **3.** Autorização para a Diretoria da Companhia praticar os atos necessários à execução das deliberações. **Encerramento:** Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada e a ata assinada por todos os presentes. Registrada na JUCESP nº 263.652/24-5 em 11/07/2024 e sua versão na íntegra encontra-se disponível no website: https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA **FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA**, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular nº 10149276009, datado de 09/06/2020, no qual figura como fiduciante **William Santos da Conceição**, brasileiro, solteiro, maior, assessor I, RG nº 49.329.728-5-SSP/SP, CPF nº 408.301.008-81, residente e domiciliado na cidade de São Paulo – SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 22 de julho de 2024, às 15h00**, endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 291.182,65 (duzentos e noventa e um mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Apartamento nº 55, localizado no 3º Pavimento do Condomínio Residencial Siena, situado na Rua Muçurepe, nº 241 – Bairro Cidade Líder, São Paulo /SP, contendo uma área privativa construída de 46,92m², uma área comum construída de 11,93m², uma área total construída de 58,85m², uma área de terreno comum de 25,51m², uma área total de 84,35m², uma área de terreno exclusiva de 11,73m², correspondendo-lhe uma fração ideal no terreno de 1,801%, já incluído o direito de estacionamento de um veículo de passeio. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 174.189 do 16º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital – SP.** Obs.: **(i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **01 de agosto de 2024, às 15h00**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 203.899,16 (duzentos e três mil oitocentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

megaleilões

CHEVROLET | SERVIÇOS FINANCEIROS

BANCO GM S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13 - NIRE 35300017978

E-152 - 152ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas do Banco GM S.A. Realizada em 24 de junho de 2024

Aos 24/06/2024, às 9 h., na sede, com a presença da totalidade. **Mesa.** Presidente: Marcio Santos Frazão; Secretária: Adriana Lavacca. **Presença:** (a) General Motors Investment Participações Ltda., neste ato representado por seu representante legal, Sr. Marcio Santos Frazão, RG nº 34.727.581 SSP-SP e CPF nº 274.354.888-60; e (b) GM Financial Holdings LLC, CNPJ n.º 27.659.955/0001-01, neste ato representada por sua procuradora, Sra. Adriana Lavacca, R.G. n.º 22.161.638-X (SSP/SP), CPF/MF n.º 140.059.078-73. **Deliberações Unânimes.** (i) aprovar com as abstenções legais: o montante global de remuneração dos administradores, proposto pelo Comitê de Remuneração da Sociedade, para o exercício de 2024, e constante da ata de reunião do referido comitê, realizada em 03/06/2024. A administração da sociedade foi autorizada a tomar todas as providências necessárias para a implementação de todas as resoluções da Assembleia Geral. Nada mais. São Paulo, 24 de Junho de 2024. *Íntegra da Ata encontra-se disponível no site: www.valor.globo.com e https://valor.globo.com/valor-ri/* Jucesp nº 257.457/24-0 em 01/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IOCHPE-MAXION S.A.

IOCHPE-MAXION

CNPJ nº 61.156.113/0001-75 – NIRE 35.300.014.022

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Dia 26 de junho de 2024, às 18:00 horas, na filial da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 146, 13º andar. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do estatuto social da Companhia, estando presentes Conselheiros suficientes para instalação da reunião e deliberações abaixo, na forma facultada no § 3º do Art. 23 do estatuto social. Participaram ainda da reunião os Srs. Marcos Sergio de Oliveira, Renato Salum e Flávia Senna Handel, respectivamente, diretor-presidente e de relações com investidores, diretor financeiro e diretora jurídica da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Dan Ioschpe; Secretária: Sra. Flávia Senna Handel. **4. Deliberações:** Foi tomada a seguinte deliberação: 4.1. Aprovar, com base no Art. 24, inciso "i", do estatuto social da Companhia, a proposta da Diretoria para a distribuição de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, no valor total bruto de R$ 19.191.097,05 (dezenove milhões, cento e noventa e um mil, noventa e sete reais e cinco centavos), correspondente ao valor bruto de R$ 0,1281373 por ação, os quais estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, quando aplicável, nos termos da legislação vigente. 4.2. Informa-se que a data de corte que identificará os acionistas que farão jus ao recebimento dos juros sobre o capital próprio ora aprovados será 01 de julho de 2024, assim as ações de emissão da Companhia serão negociadas na condição de "ex" provento a partir de 02 de julho de 2024, inclusive. A apropriação contábil dos referidos juros sobre o capital próprio dar-se-á na presente data e o respectivo pagamento será realizado até 30 de abril de 2025, preferencialmente na mesma data de pagamento do dividendo obrigatório referente ao exercício social de 2024, sendo que o valor dos referidos juros não sofrerá atualização monetária alguma. 4.3. Os juros sobre o capital próprio ora aprovados serão imputados ao dividendo obrigatório referente ao exercício social de 2024 nos termos do Art. 42 do estatuto social da Companhia. 4.4. Finalmente, fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das deliberações anteriores. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e pelos conselheiros presentes em número suficiente para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na reunião. São Paulo, 26 de junho de 2024. Assinaturas: Mesa: Dan Ioschpe, Presidente. Flávia Senna Handel, Secretária. Conselheiros: Alexandre Gonçalves Silva; Dan Ioschpe; Deborah Stern Vieitas; Gustavo Berg Ioschpe; Henrique Bredda; Iboty Brochmann Ioschpe; Leandro Kolodny; Nildemar Secches; Sergio Luiz Silva Schwartz. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Flávia Senna Handel** - Secretária. JUCESP - Certifico que foi registrado sob nº 259.303/24-0, em 03/07/2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

www.iochpe.com.br

Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.464.032/0001-12 - NIRE 35.300.354.591

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, hora, local: 30.04.2024, 17hs, na sede social, Rua Lemos Monteiro, nº 120, 15º andar, Parte, Edifício Pinheiros One, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa**: **Francisco Aurelio dos Santos** – Presidente; e **Silvana Lavacca Arcuri** – Secretária. **Deliberações aprovadas: (i)** Os Relatórios da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, publicados no Jornal Valor Econômico do dia 22/03/2024. **(ii)** A destinação do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31.12.2023, no montante de R$ 22.636.062,77, da seguinte forma: (a) 5%, correspondentes a R$ 1.131.803,14, deverão ser alocados à Reserva Legal, de acordo com o artigo 193 da Lei 6.404/76; e (b) o montante de R$ 21.504.259,63 deverá ser destinado à Reserva Especial de Lucros, sendo R$ 1.075.212,98 referente a dividendos obrigatórios e R$ 20.429.046,65 para futuro aumento de capital e/ou dividendos adicionais propostos. **(iii)** Aprovar a reeleição dos membros da Diretoria com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, quais sejam: **(a)** Sr. **Francisco Aurelio dos Santos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 26.409.416-5 SSP/SP e CPF/MF nº 324.065.548-99, residente São Paulo/SP, para **Diretor Presidente**; **(b)** Sra. **Silvana Lavacca Arcuri**, brasileira, casada, advogada, RG nº 8.338.622-1 SSP/SP e CPF/MF nº 136.849.698-93, residente São Paulo/SP, para **Diretora**; e **(c)** Sr. **Frederico de Aguiar Oldani**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 15.337.260 e CPF/MF nº 253.515.048-47, residente São Paulo/SP, para **Diretor**. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis. **(iv)** A fixação da remuneração global anual da Diretoria para o ano de 2024 no valor de até R$ 7.757.869,00, cabendo à Diretoria deliberar sobre a distribuição da remuneração entre os administradores da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 30.04.2024. **Acionistas: Riachuelo Participações Ltda.** e **Guararapes Confecções S.A.**, ambas por seus Diretores, Srs. Frederico de Aguiar Oldani e André Michel Farber. JUCESP nº 260.517/24-0 em 03.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 09.464.032/0001-12 - NIRE 35.300.354.591

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Maio de 2024

Data, Hora, Local: 29.05.2024, às 11 horas, na sede, Rua Lemos Monteiro, 120, 15º andar, Parte, Edifício Pinheiros One, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital socia. **Mesa: Francisco Aurélio dos Santos** – Presidente; **Silvana Lavacca Arcuri** – Secretária. **Deliberações Aprovadas: (a)** o registro da renúncia apresentada pelo Sr. **Frederico de Aguiar Oldani**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 15.337.260 e CPF/MF 253.515.048-47, residente em São Paulo/SP, ao cargo de Diretor, para o qual foi eleito na AGO de 30/04/2024, conforme o termo de renúncia de 10/05/2024, com efeitos a partir de 13/05/2024. **(b)** a ratificação da composição da Diretoria pelos seguintes membros, com mandato até a AGO de 2026, quais sejam: **(a)** Sr. **Francisco Aurelio dos Santos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 26.409.416-5 SSP/SP e CPF/MF 324.065.548-99, para **Diretor Presidente**; e **(b)** Sra. **Silvana Lavacca Arcuri**, brasileira, casada, advogada, RG 8.338.622-1 SSP/SP e CPF/MF 136.849.698-93, para **Diretora**; ambos com endereço profissional em São Paulo/SP. Nada mais. São Paulo (SP), 29.05.2024. **Acionistas: Riachuelo Participações Ltda. -** André Michel Farber e Silvana Lavacca Arcuri, **Guararapes Confecções S.A. -** André Michel Farber e Jairo Amorim Gomes de Araújo. JUCESP nº 260.700/24-1 em 04.07.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Tegma Gestão Logística S.A.

CNPJ/ME nº 02.351.144/0001-18 - N.I.R.E. 35.300.340.931

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, hora, local: 06.05.2024, 10hs, por meio de vídeo conferência conforme facultado pelo estatuto social. **Convocação**: através do Edital transmitido por meio eletrônico aos conselheiros no dia 29.04.2024. **Presenças**: membros do Conselho de Administração, os Srs. Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, Fernando Luiz Schettino Moreira e Décio Carbonari de Almeida, os Srs. Orlando Machado Júnior, Evandro Luiz Coser e Mário Sérgio Moreira Franco, enviaram antecipadamente seus votos por escrito, os quais se encontravam sobre a mesa dos trabalhos. **Mesa:** Presidente: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, Secretário: Fernando Luiz Schettino Moreira. **Deliberações aprovadas:** Foi feita apresentação acerca das Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 31.03.2024. Após análise e discussão, os conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições, manifestaram-se favoravelmente à divulgação das Informações Trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31.03.2024. **Encerramento:** Nada mais. São Bernardo do Campo, 06.05.2024. Conselho de Administração: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos; Evandro Luiz Coser; Fernando Luiz Schettino Moreira; Orlando Machado Júnior; Mário Sérgio Moreira Franco; e Décio Carbonari de Almeida. JUCESP nº 218.190/24-4 em 07.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

N.I.R.E. 35.300.340.931 - CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora, Local: 21.03.2024, às 09:30 horas, na sede, São Bernardo do Campo/SP, na Avenida Nicola Demarchi, nº 2.000, Bairro Demarchi. **Convocação**: Edital de Convocação transmitido por meio eletrônico aos conselheiros no dia 14.03.2024. **Presença:** Totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos. Secretário: Fernando Luiz Schettino Moreira. **Deliberações Aprovadas:** (i) Autorizaram a alteração do endereço das filiais da cidade de São Bernardo do Campo/SP, da Tegma Gestão Logística S.A, Fastline Logística Automotiva LTDA, Tech Cargo Plataforma de Transportes LTDA, TegUP Inovação e Tecnologia LTDA e Tegmax Comércio e Serviços Automotivos LTDA. anteriormente localizadas na Avenida Miro Vetorazzo, agora denominada Rua Miro Vetorazzo em virtude de deliberação da prefeitura de São Bernardo do Campo; (ii) Tiveram ciência da apresentação dos trabalhos realizados pelo Comitê de Auditoria, referentes ao 4º trimestre, conforme dispõe o artigo 22, inciso V, § 5º, do Regulamento do Novo Mercado; (iii) O aumento de capital da controlada Tegma Logística de Armazéns LTDA por meio da conversão de 3 AFACs realizados pela Tegma Gestão Logística S.A, na data de 30.11.2023, 31.12.2023 e 04.01.2024, totalizando o valor de R$8.017.717,81, já integralmente integralizados através de ativos da Companhia. **Encerramento:** Nada mais. São Bernardo do Campo, 21.03.2024, às 15 horas. Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos - Presidente, Fernando Luiz Schettino Moreira - Secretário. JUCESP nº 197.283/24-0 em 07.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IOCHPE-MAXION S.A.

IOCHPE-MAXION

CNPJ nº 61.156.113/0001-75 – NIRE 35.300.014.022

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Dia 26 de junho de 2024, às 17:00 horas, na filial da Iochpe-Maxion S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Luigi Galvani, 146, 13º andar. **2. Convocação e Presença:** Os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do estatuto social da Companhia, estando presentes Conselheiros suficientes para instalação da reunião e deliberações abaixo, na forma facultada no § 3º do Art. 23 do estatuto social. Participaram ainda da reunião os Srs. Marcos Sergio de Oliveira, Renato Salum e Flávia Senna Handel, respectivamente, diretor-presidente e de relações com investidores, diretor financeiro e diretora jurídica da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Dan Ioschpe; Secretária: Sra. Flávia Senna Handel. **4. Deliberações:** No contexto da revisão periódica das políticas corporativas, os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o seguinte: 4.1. Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações de Conflito de Interesses. Após análise e discussão da minuta disponibilizada com antecedência aos Conselheiros, foi aprovada a revisão (R.01) da Política de Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações de Conflito de Interesses da Companhia, tendo por objeto o aprimoramento de sua redação, a atualização de referências normativas e a inclusão de competência privativa da assembleia prevista em lei. A referida política passa a vigorar, a partir da presente data, com a redação constante do Anexo I a esta ata. 4.2. Política de Contratação de Auditor Independente e de Serviços Extra-auditoria. Após análise e discussão da política interna da Companhia sobre a matéria, foi aprovada pelos Conselheiros a revisão (R.01) da Política de Contratação de Auditor Independente e de Serviços Extra-auditoria, a qual passa a vigorar, a partir da presente data, com a redação constante do Anexo II a esta ata. 4.3. Os documentos a que se referem as deliberações acima serão divulgados nas páginas da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários na rede mundial de computadores, na forma da regulamentação aplicável. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos integrantes da mesa e pelos conselheiros presentes em número suficiente para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na reunião. São Paulo, 26 de junho de 2024. Assinaturas: Mesa: Dan Ioschpe, Presidente. Flávia Senna Handel, Secretária. Conselheiros: Alexandre Gonçalves Silva; Dan Ioschpe; Deborah Stern Vieitas; Gustavo Berg Ioschpe; Henrique Bredda; Iboty Brochmann Ioschpe; Leandro Kolodny; Nildemar Secches; Sergio Luiz Silva Schwartz. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Flávia Senna Handel** - Secretária. JUCESP - Certifico que foi registrado sob nº 259.302/24-7, em 03/07/2024. (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

www.iochpe.com.br

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 02.351.144/0001-18 - N.I.R.E. 35.300.340.931

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, Hora, Local: 23.05.2024, às 09:30h, na sede, Av. Nicola Demarchi, nº 2.000, São Bernardo do Campo/SP. **Presenças**: A totalidade dos membros. **Mesa**: Presidente: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos. Secretário: Fernando Luiz Schettino Moreira. **Deliberações Aprovadas**: (i) Tiveram ciência da apresentação dos trabalhos realizados pelo Comitê de Auditoria, referentes ao 1º trimestre de 2024, conforme dispõe o artigo 22, inciso V, § 5º, do Regulamento do Novo Mercado; (ii.a) Tendo compreendido a oportunidade de subscrição de títulos conversíveis em participação societária (convertible notes) apresentada pela Rabbot Technologies Ltd. na condição de controladora da Rabbot Serviços e Tecnologia Ltda., o Conselho deliberou que é de interesse da Companhia que a sociedade controlada tegUP Inovação e Tecnologia Ltda. subscreva convertible notes no valor nominal de R$ 10.000.000,00, com prazo de 24 meses de conversão, ressalvados os eventos de liquidez. A subscrição de convertible notes integra uma captação de recursos com o propósito de viabilizar a aquisição de tecnologia de marketplace de peças automotivas a ser agregada aos serviços digitais oferecidos pela Rabbot Serviços e Tecnologia Ltda.; (ii.b) A Diretoria fica autorizada a orientar e acompanhar a administração da controlada tegUP Inovação e Tecnologia Ltda. na negociação e execução dos documentos de formalização da subscrição das convertible notes, a saber: Board Resolution; Note Purchase Agreement; Preference Shareholder Consent; Waiver of Right of First Refusal, obedecidos os parâmetros supra delimitados, bem como a aportar os recursos na controlada até o limite do valor nominal de subscrição das convertible notes e observadas as condições negociais definidas com a investida, tudo com as cautelas e salvaguardas aplicáveis e de forma a refletir os melhores interesses da Companhia e de sua controlada tegUP. (iii) Registrada a abstenção de voto e participação das discussões da deliberação, em virtude de conflito de interesses, dos membros do Conselho de Administração Fernando Luiz Schettino Moreira, Evandro Luiz Coser e Orlando Machado Júnior, foi aprovado investimento em imóvel locado pela Companhia de propriedade da Pactus Empreendimentos e Participações Ltda, parte relacionada da Companhia, em Gravataí/RS. O investimento poderá ser no valor de até R$9.800.000,00, seguindo todos os procedimentos cabíveis para identificação dos melhores fornecedores, caráter comutativo da transação e compliance. **Encerramento:** Nada mais havendo. São Bernardo do Campo, 23.05.2024. Membros: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos; Evandro Luiz Coser; Fernando Luiz Schettino Moreira; Orlando Machado Júnior; Mário Sergio Moreira Franco; e Décio Carbonari de Almeida. JUCESP nº 226.120/24-7 em 19.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | Código CVM nº 23310 | *Companhia Aberta*

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em Segunda Convocação em 28 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Assembleia Geral Extraordinária realizada, em segunda convocação, no dia 28 de junho 2024, às 10:00 horas ("Assembleia"), de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings* ("Plataforma Eletrônica"), considerando-se, portanto, realizada na sede social da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. ("Companhia"), na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-401. **2. Convocação:** O edital de primeira convocação foi publicado, na forma do art. 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 17, 18 e 21 de maio de 2024 nas páginas E8, E3 e E4, respectivamente, com a divulgação da íntegra do edital na página do Valor Econômico na internet. O edital de segunda convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei das S.A., no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 20, 21 e 22 de junho de 2024, nas páginas E3, E4 e E2, respectivamente, com a divulgação da íntegra do edital na página do Valor Econômico na internet. **3. Presença:** Presentes à Assembleia acionistas representando, aproximadamente, 26,42% do capital social total e votante da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme se verifica (i) pelo mapa de votação sintético, consolidando os votos proferidos a distância, divulgado pela Companhia em 18 de junho de 2024; e (ii) pelas presenças registradas por meio da Plataforma Eletrônica, nos termos do art. 47, inciso III, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"). **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Valdecyr Maciel Gomes e secretariados pelo Sr. Carlo Sivieri de Assis Rocha. **5. Publicações e Divulgação:** A Companhia colocou à disposição dos acionistas os documentos pertinentes aos assuntos da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a Assembleia ("Proposta da Administração"), os quais foram disponibilizados na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM. **6. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alterar o artigo 14, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; (ii) consolidar o Estatuto Social da Companhia com a alteração aprovada; (iii) eleger novo membro do Conselho de Administração da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; e (iv) eleger o Presidente do Conselho de Administração, conforme detalhado na Proposta da Administração. **7. Deliberações:** Foi dispensada a leitura do mapa de votação consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto a distância, havendo sido também dispensada a leitura do edital de convocação e dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia. Depois do exame e discussão, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **7.1.** Consignar que a presente ata foi elaborada na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o art. 130, § 1º, da Lei das S.A., tendo-se aprovado a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, na forma do § 2º do mesmo art. da Lei das S.A. **7.2.** Aprovar, por maioria de votos, tendo sido computados 135.655.482 votos favoráveis, 2.939.537 votos contrários e 248.161 abstenções, a alteração do art. 14, caput, do Estatuto Social da Companhia, nos termos da Proposta de Administração, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "***Artigo 14 –*** *O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, todos eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. O Conselho de Administração será regido por um Regimento Interno, que regulamentará as regras constantes desta Seção e a organização e periodicidade de suas reuniões.*" **7.3.** Aprovar, por maioria de votos, tendo sido computados 135.655.482 votos favoráveis, 2.939.537 votos contrários e 248.161 abstenções, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as alterações ora aprovadas, na forma do Anexo A à presente ata. **7.4.** Aprovar, por maioria de votos, tendo sido computados 135.655.482 votos favoráveis, 2.939.537 votos contrários e 248.161 abstenções, a eleição do Sr. Tiago Ring, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade RG nº 32623896, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 362.460.368-05, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-401, como membro efetivo do Conselho de Administração, para completar o mandato em curso do Conselho de Administração, até a Assembleia Geral Ordinária que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. **7.4.1.** Consignar que o Sr. Tiago Ring (i) se enquadra na definição de membro independente constante do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação aplicável, conforme declaração apresentada à Companhia e ora aprovada; e (ii) com base nas informações recebidas pela Companhia, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, está em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no art. 147, § 4º, da Lei das S.A., e no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que ficará arquivada na sede da Companhia. **7.4.2.** O Sr. Tiago Ring deverá tomar posse no prazo de até 30 dias contados da presente data, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, oportunidade em que prestará a declaração de desimpedimento referida acima, bem como sua sujeição à cláusula compromissória prevista no art. 41 do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **7.5.** Aprovar, por maioria de votos, tendo sido computados 135.647.674 votos favoráveis, 2.947.345 votos contrários e 248.161 abstenções, a eleição do Sr. Mateus Affonso Bandeira como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, para completar o mandato em curso do Conselho de Administração, até a Assembleia Geral Ordinária que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, consignando-se a manutenção do Sr. Gustavo Baptista Paulus no cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração. **8. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura da presente ata, a qual foi lida e achada conforme por todos os presentes, tendo, na sequência, o Presidente declarado a Assembleia encerrada. Santo André, 28 de junho de 2024. Ass.: **Mesa: Valdecyr Maciel Gomes –** Presidente; **Carlo Sivieri de Assis Rocha –** Secretário. **Acionistas presentes à Assembleia por meio do boletim de voto a distância**: TORK LONG ONLY ITAÚ PREV FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, OPEG SPECTRUM FI FINANCEIRO DE AÇÕES – RESP LTDA, SERGIO FEIJAO FILHO, ETFMG TRAVEL TECH ETF, LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, BRIDGEWATER PURE ALPHA EURO FUND, LTD., EWP PA FUND, LTD., VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, VANGUARD ESG INTERNATIONAL, TORK LONG ONLY INSTITUCIONAL MASTER FIA, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, OPEG FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, TORK PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES FIFE, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, FUNDO DE INVESTIMENTO JABURÁ AÇÕES. **Acionistas presentes à Assembleia por meio da Plataforma Eletrônica**: ITAU INDEX ACOES IBRX FI, IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, ITAÚ IBRX ATIVO MASTER FIA, WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, AMERICAN CENTURY ETF TRUST – AVANTIS EMERGING MARK, ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL, ITAÚ INDEX AÇÕES IBOVESPA FI, BW DMO FUND, LTD., ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FIA, ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, BRIDGEWATER PURE ALPHA STERLING FUND, LTD., VANGUARD FUNDS PLC/VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, NORGES BANK, ITAU CAIXA ACOES FI, SPDR SP EMERGING MARKETS ETF, SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, VANGUARD INVESTMENT SERIES PLC/VANGUARD ESG EMER, ITAÚ QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, VANGUARD FUNDS PLC/VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, ITAU IBOVESPA ATIVO MASTER FIA, IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY II, LTD., BRIDGEWATER PURE ALPHA TRADING COMPANY LTD., IT NOW SMALL CAPS FUNDO DE INDICE (p. Anderson Carlos Koch); GJP FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES (p. Daniel Muto Brevilieri). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 262.033/24-0 em 05/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

INÊS 249

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA GUAIANASES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Concorrência **nº 90003/SUB-G/2024 -** Processo SEI **6038.2024/0001510-5**

OBJETO**: Contenção e Canalização em beira de córrego - Rua Leonilda Magrini, altura do nº 131 - Guaianases**

- A Subprefeitura Guaianases torna público que a licitação em epígrafe **será realizada no DIA 31/07/2024, às 10 horas**

- O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário da 09:00 às 16:00 horas, até o último dia útil que anteceder a abertura, gratuitamente, na Rua Hipólito de Camargo, 479 - Vila Lourdes - Guaianases - São Paulo - SP, CEP 08410-030 ou as informações podem ser baixadas pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br (UASG 925074) ou clicando no link a seguir: SEI 106775526 (edital e termo de referência) ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio

Informações adicionais: Telefone (11) 2392-1090 ou 2392-1045 e/ou e-mail claudiomelo@smsub.prefeitura.sp.gov.br

CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

PROCESSO: **6018.2024/0053399-9 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90519/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO: SERINGA PARA ELASTÔMERO E BICOS UNIVERSAIS PARA USO EM SERINGAS DE MOLDAGEM PARA ELASTÔMERO**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 26 de julho de 2024,** a cargo da **2ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0050495-6 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90520/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ALGODÃO EM BOLAS - 95 A 100 GRAMAS E ABSORVENTE HIGIÊNICO HOSPITALAR**. A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das **09h00 do dia 29 de julho de 2024,** a cargo da **17ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0050636-3 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90522/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE TAMPA SEXTAVADA PROTETORA DE CATETER VENOSO, LUER-LOCK**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 29 de julho de 2024,** a cargo da **16ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0046976-0 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90524/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE GARROTE/TORNIQUETE LÁTEX, FREE, DESCARTÁVEL 2,5 X 45-46 CM.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 30 de julho de 2024,** a cargo **da 16ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0051115-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90521/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL MEDICAMENTOS DIVERSOS.** A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das **09h00 do dia 30 de julho de 2024,** a cargo da **17ª CPL/SMS.**

PROCESSO**: 6018.2024/0063100-1 -** PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90525/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MMH DIVERSOS - AÇÃO JUDICIAL.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00, do dia 29 de julho de 2024,** a cargo da **3ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2024/0050790-4 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90523/2024-SMS.G**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE PINÇA EXTRATORA DE CÁLCULO URETERAL TIPO TRIDENTE.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00 do dia 29 de julho de 2024,** a cargo da **5ª CPL/SMS.**

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00336953632024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n º 90116/2024.
Nº Processo: 024.00052518/2024-27.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de demandas judiciais com e sem determinação de marca comercial e demandas administrativas.
Total de Itens Licitados: 10 (dez).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 16/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 17/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 30/07/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00336902862024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90009/2024.
Nº Processo: 024.00052518/2024-27.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 02 (dois).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 16/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 17/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 29/07/2024 às 09h30 no site: www.gov.br/compras.

megaleilões GESTOR JUDICIAL — 40ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **das executadas e depositárias FREEMAN PARTICIPAÇÕES E IMÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.139.805/0001-42; **CONSTRUTORA FIORESE FERNANDES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.244.145/0001-09; **EMPRESARIAL AMERICA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.645.112/0001 -00; e **da interessada RKS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.325.630/0001-52. **A Dra. Renata Barros Souto Maior Baiao**, MM. Juíza de Direito da 40ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do **Cumprimento de Sentença** ajuizado por **PAULO EDUARDO D'AVILA ISOLA** em face de **FREEMAN PARTICIPAÇÕES E IMÓVEIS LTDA. e outras - Processo nº 0055394-85.2020.8.26.0100 (Principal nº 1123246-17.2017.8.26.0100) – Controle nº 2444/2017,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 26/07/2024 às 15:00 h** e se encerrará **dia 29/07/2024 às 15:00 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 29/07/2024 às 15:01 h** e se encerrará no **dia 19/08/2024 às 15:00 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 70% (setenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **70% (setenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (**propter rem**) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante, e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 159.499 DO 16º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL:** Três prédios, situados na Rua Apeninos, n.º 161, 197 e 199, seis casas, n.º 1, 2, 3, 201, 211 e 215, com frente também para a Rua Dr. Felix, nºs.84 e 104, na quadra completada pela Rua Pires da Mota, no 37º Subdistrito-Aclimação, e seu terreno, com Perímetro 1-2-3 4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27 1, que assim se descreve e caracteriza: Tem início no ponto 1, situado no alinhamento da Rua Apeninos, distante 88,78m do ponto de cruzamento dos alinhamentos das ruas Apeninos e Dr. Félix; daí segue 32,93m, pelo alinhamento predial da Rua Apeninos, até encontrar o ponto 2; daí deflete à direita formando ângulo interno de 183° 14' 24" e segue 7,96m, ainda pelo alinhamento predial da Rua Apeninos, até encontrar o ponto 3; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 87° 30' 49" e segue 32,86m, confrontando com a viela situada à Rua Apeninos, nº 199, de propriedade de Americo D'Auria e sua mulher Therezinha D'Auria e Rosa Italiano (remanescente da transcrição nº 416), até encontrar o ponto 4; daí deflete à direita formando ângulo interno de 268p 03' 07" e segue 14,05m, até encontrar o ponto 5; daí deflete à direita formando ângulo interno de 271° 55' 20" e segue 5,78m, até encontrar o ponto 6; daí deflete à direita formando ângulo interno de 270° 57' 02" e segue 6,15m, até encontrar o ponto 7; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 176° 52' 45" e segue 6,06m, até encontrar o ponto 8; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 92° 32' 22" e segue 27,50m, até encontrar o ponto 9, situado no alinhamento da Rua Apeninos, confrontando do ponto 4 ao ponto 9 com a viela situada à Rua Apeninos, nº 199, de propriedade de Americo D'Auria e sua mulher Therezinha D'Auria e Rosa Italiano (remanescente da transcrição nº 416); do ponto 9 deflete à esquerda formando ângulo interno de 89° 34' 45" e segue 6,26m, pelo alinhamento predial da Rua Apeninos, até encontrar o ponto 10; daí deflete à direita formando ângulo interno de 184° 26' 26" e segue 6,14m, pelo alinhamento predial da Rua Apeninos, até encontrar o ponto 11; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 178° 36' 06" e segue 10,00m, ainda pelo alinhamento predial da Rua Apeninos, até encontrar o ponto 12; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 86° 36' 02" e segue 43,95m, confrontando com o imóvel nº 223 da Rua Apeninos, de propriedade de Josue Wang casado com Chen Shun Lo Wang (objeto da - matrícula nº 6.142), até encontrar o ponto 13; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 89° 32' 43" e segue 9,67m, confrontando com o imóvel n.º 1.090 e 1.116 da Rua Pires da Mota, esquina da Rua Apeninos, n.º 265 e 267, de propriedade de João Carlos Di Gênio (objeto da matrícula nº 25.708), até encontrar o ponto 14; daí deflete à direita formando ângulo interno de 270° 51' 49" e segue 3,54m, confrontando com o imóvel n.º 1.090 e 1.116 da Rua Pires da Mota, esquina da Rua Apeninos, n.º 265 e 267, de propriedade de João Carlos Di Gênio (objeto da matrícula nº 25.708), até encontrar o ponto 15; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 88° 34' 49" e segue 14,21m, confrontando com o imóvel nº 128 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Maria Aparecida Albuquerque Bartolomasi e Shigenori Manoel Ueno (objeto da matrícula nº 47.860), com o imóvel nº 124 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Philomena Salzano de Oliveira e Outros (objeto da matrícula nº 41.311) e com o imóvel nº 118 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Julio de Oliveira Neto e Outros (objeto da matrícula nº 134.120), até encontrar o ponto 16; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 171° 57' 05" e segue 13,85m, confrontando com o imóvel nº 118 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Julio de Oliveira Neto e Outros (objeto da matrícula nº 134.120), com o imóvel nº 114 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Iria de Oliveira Paiva casada com José (objeto da matrícula nº 96.223) e com o imóvel nº 110 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Altino de Oliveira (objeto da transcrição nº 10.468), até encontrar o ponto 17; daí deflete à direita formando ângulo interno de 261° 42' 32" e segue 26,03m, confrontando com o imóvel nº 110 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Altino de Oliveira (objeto da transcrição nº 10.468), até encontrar o ponto 18, situado no alinhamento da Rua Dr. Félix; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 90° 09' 01" e segue 5,98m, pelo alinhamento da Rua Dr. Félix, até encontrar o ponto 19; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 90° 002 253 e segue 25,16m, confrontando com o imóvel nº 100 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Maria das Dores Macedo (objeto da transcrição nº 5.905), até encontrar o ponto 20; daí deflete à direita formando ângulo interno de 278° 08' 02" e segue 13,22m, confrontando com o imóvel nº 100 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Maria das Dores Macedo (objeto da transcrição nº 5.905) e com o imóvel nº 94 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Zouyun Li casado com Xiuping Wang (objeto da matrícula nº 67.443), até encontrar o ponto 21; daí deflete à direita formando ângulo interno de 262° 08' 53" e segue 23,39m, confrontando ainda com o imóvel nº 94 da Rua Dr. Felix, de propriedade de Zouyun Li casado com Xiuping Wang (objeto da matrícula nº 67.443), até encontrar o ponto 22, situado no alinhamento da Rua Dr. Félix; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 90° 44' 37" e segue 6,09m, pelo alinhamento da Rua Dr. Félix, até encontrar o ponto 23; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 88° 27' 37" e segue 22,67m, até encontrar o ponto 24; daí deflete à direita formando ângulo interno de 278° 38' 53" e segue 10,35m, até encontrar o ponto 25; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 96° 29' 35" e segue 8,34m, até encontrar o ponto 26; daí deflete à esquerda formando ângulo interno de 94° 21' 49" e segue 5,97m, até encontrar o ponto 27; daí deflete à direita formando ângulo interno de 265° 35' 21" e segue 29,46m, até encontrar o ponto 1, formando ângulo interno de 92° 17' 41" com o segmento inicial; confrontando do ponto 23 ao ponto 1, inicial, com o imóvel n.º 62, 76 e 80 da Rua Dr. Felix, com frente também para a Rua Apeninos nº 155, de propriedade de Sociedade Instrução e Socorros "S.I.S." (objeto das matrículas nºs 16.835, 48.436, 8.508, 92.594, 67.070 e 73.251); encerrando a área de 3.070,24m2. **Consta no R.04 desta matrícula** que nos autos da ação de Procedimento Comum, Processo nº 1123246-17.2017.8.26.0100, em trâmite na 40ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, foi registrada a hipoteca judicial do imóvel desta matrícula. **Consta no R.04 desta matrícula** que nos autos do processo principal do processo exequendo, foi registrada a hipoteca judicial do imóvel desta matrícula. **Consta no R.05 e na Av.25 desta matrícula** que nos autos da ação de Procedimento Comum, Processo nº 1001623-49.2018.8.26.0100, em trâmite na 12ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, requerida por LUIZ VASCONCELLOS MACHADO contra FREEMAN PARTICIPAÇÕES E IMÓVEIS LTDA, foi registrada a hipoteca judicial do imóvel desta matrícula e foi penhorado o imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Consta no R.07 desta matrícula** a construção no terreno de propriedade de FREEMAN PARTICIPAÇÕES E IMÓVEIS LTDA um empreendimento imobiliário de uso misto denominado "Condomínio Empresarial América", o qual fará frente para a Rua Apeninos, com a área construída de 24.399,38m2. **Consta na Av.26 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeada depositária a executada. **Consta na Av.27 desta matrícula** a distribuição da Ação de Procedimento Comum, Processo nº 1092006-97.2023.8.26.0100, em trâmite na 25ª Vara Cível Central da Capital/SP, requerida por SOCIEDADE INSTRUÇÃO E SOCORROS contra FREEMAN PARTICIPAÇÕES E IMÓVEIS LTDA. **Consta penhora no rosto dos autos** sobre eventuais créditos do Processo nº 0014517-69.2021.8.26.0100, em trâmite na 12ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 27.379.000,00 (vinte e sete milhões, trezentos e setenta e nove mil reais) para agosto de 2022, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débito desta ação as fls.742 no valor de R$ 6.915.990,96 (setembro/2023). Consta Embargos de Terceiro nº 1011273-81.2022.8.26.0100, opostos nos autos nº 0014517-69.2021.8.26.0100, em trâmite na 12ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Consta Embargos de Terceiro nº 1052236-34.2022.8.26.0100, em trâmite na 40ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. Consta Agravo de Instrumento nº 2222882-35.2023.8.26.0000, todos pendentes de julgamento definitivo. São Paulo, 24 de maio de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dra. Renata Barros Souto Maior Baiao - Juíza de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

Edital de 2ª Convocação aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Enauta Participações S.A. AGD: A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 06/09/23, conforme aditado, ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da AGD, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 22/07/24, às 16h, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo *link* de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/22 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1, itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22/11/22, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** a liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22/12/22, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28/09/23; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(a)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(b)** a Reorganização ocorra em até 9 meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão) nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2, itens (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; e **(4)** a inclusão, com vigência até 31/12/27, do seguinte parágrafo na definição de "*Dívida Total*" da Escritura de Emissão: "*Observado que "Dívida" não deve incluir nenhum endividamento ou obrigação similar assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer de suas subsidiárias em relação à remessa de recursos de dívidas captados no mercado internacional para o Brasil, sendo certo ainda que esta dívida, incluindo qualquer responsabilidade ou obrigação similar, bem como quaisquer ativos outorgados em garantia relacionados a esta operação (incluindo mas não se limitando a caixa ou equivalentes de caixa), na medida em que contemplado pelo balanço contábil consolidado da Emissora, das Fiadoras e de qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras também não devem ser consideradas para fins de cálculo dos índices financeiros previstos nas Cláusulas 6.1.1, item (x) e 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão.*", a fim de evitar qualquer dupla contagem no endividamento decorrente de dívidas de internação, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; **(iii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme autorizado na Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv), da Escritura de Emissão, de US$ 50.000.000,00, para o valor de US$ 150.000.000,00 para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Emissora e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de *hedge* para o valor integral de transações no âmbito das referidas operações, nos termos do item (ii) dos Anexos VII e VIII da Escritura de Emissão, nos mesmos períodos acima indicados, e, consequentemente, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão; **(iv)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para a realização, pela Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field") de eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral de direitos do *Facility Agreement*, celebrado em 14/07/23 entre Atlanta Field, na qualidade de credora, e a AFPS B.V., na qualidade de devedora ("Estruturação"), até 31/12/27, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xiv) e (xxv), incluindo, mas não se limitando, ao disposto no Anexo VI da Escritura de Emissão, desde que, no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/24 ou por, no mínimo, 4 meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último, a ser comprovado por meio de declaração da Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 Dias Úteis contados da data de realização da Estruturação; **(v)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, para estruturação de operações de recompra de ações da Emissora, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.1.1, item (x) da Escritura de Emissão, desde que cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois da efetiva recompra, seja e permaneça, após a efetiva recompra, menor ou igual a 2,50x; e **(vi)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para que sejam computados, no cálculo do EBITDAX constante do Anexo II da Escritura de Emissão, até 31/12/27, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários, nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156/22, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 5.4.1, 6.1.1, itens (ii) e (x) e 6.2.1, itens (v), (xv), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral dos itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (*waiver fee*) aos Debenturistas em percentual mínimo de 0,25%, a ser calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na data da Assembleia (Valor Nominal Atualizado acrescido da Remuneração até a data de cálculo). Adicionalmente, a Emissora desde já se compromete a realizar, em conjunto com o Agente Fiduciário e em até 20 dias úteis contados da data de realização da Assembleia ou da ocorrência de cada um dos eventos descritos na ordem do dia acima, conforme o caso. todos os atos e a celebrar quaisquer instrumentos que se façam necessários para a implementação das deliberações deste Edital, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura de Emissão"). Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, pelo menos, 50% das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número das Debêntures em Circulação da respectiva série. Ainda, fica registrado, para fins de esclarecimento, que as Ordens do Dia deverão ser aprovadas por Titulares que representem, no mínimo, (i) 50% mais 1 das Debêntures em Circulação da 1ª Série, em 1ª convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 dos Debenturistas das Debêntures da 1ª Série presentes, em 2ª convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% das Debêntures em Circulação da 1ª Série; e (ii) 50% mais 1 das Debêntures em Circulação da 3ª Série, em 1ª convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 dos Debenturistas das Debêntures da 3ª Série presentes, em 2ª convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% das Debêntures em Circulação da 3ª Série, para aprovar a concessão de anuência prévia (waiver) e, consequentemente, a não declaração de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série ou da 3ª Série, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio de plataforma digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, com suporte do Agente Fiduciário, àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio dos seguintes documentos para a Emissora (e-mail AGD2024@enauta.com.br) e para o Agente Fiduciário (e-mail enauta@vortx.com.br), impreterivelmente em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGD: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do Art. 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no Art. 654, §1º e §2º, da Lei 10.406/02, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. De forma alternativa e complementar, o Agente Fiduciário disponibilizará Plataforma Digital para viabilizar a votação à distância por parte dos Debenturistas na AGD. Maiores informações sobre sua utilização poderão ser consultadas na Proposta de Administração, disponibilizada no site da Emissora e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 minutos de antecedência. A Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 minutos de antecedência. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio dos endereços de e-mail acima indicados, com até 12 horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do Art. 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação na AGD, por meio de plataforma digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora nos termos do Anexo I à Proposta da Administração, disponível em seu website https://ri.enauta.com.br/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos acima indicados, impreterivelmente, em até 2 dias úteis antes da realização da Assembleia. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular ou por seu representante legal, assinada de forma digital (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, para os endereços de e-mail acima mencionados, (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "O Titular declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/22 – Pronunciamento Técnico CPC 05, no Art. 115 §1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável." A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no Art. 71, §4º, II, da Resolução CVM 81. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGD aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.enauta.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). RJ, 12/07/24. Sr. Mateus Tessler - **Presidente do Conselho de Administração.**

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

Edital de 2ª Convocação aos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures da Enauta Participações S.A. - AGD. A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 22/11/22, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 22/07/24, às 14h, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo *link* de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/22 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem, em segunda convocação, sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1 itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22/11/22, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** a liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22/12/22, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28/09/23; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(a)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(b)** a Reorganização ocorra em até 9 meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2, itens (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; e **(4)** a inclusão, com vigência até 31/12/27, do seguinte § na definição de "*Dívida Total*" da Escritura de Emissão: "*Observado que "Dívida" não deve incluir nenhum endividamento ou obrigação similar assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer de suas subsidiárias em relação à remessa de recursos de dívidas captados no mercado internacional para o Brasil, sendo certo ainda que esta dívida, incluindo qualquer responsabilidade ou obrigação similar, bem como quaisquer ativos outorgados em garantia relacionados a esta operação (incluindo mas não se limitando a caixa ou equivalentes de caixa), na medida em que contemplado pelo balanço contábil consolidado da Emissora, das Fiadoras e de qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras também não devem ser consideradas para fins de cálculo dos índices financeiros previstos nas Cláusulas 6.1.1, item (x) e 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão.*", a fim de evitar qualquer dupla contagem no endividamento decorrente de dívidas de internação, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; **(iii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme autorizado na Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv), da Escritura de Emissão, de US$ 50.000.000,00 para o valor de US$ 150.000.000,00 para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Emissora e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de hedge para o valor integral de transações no âmbito das referidas operações , nos termos do item (ii) dos Anexos VII e VIII da Escritura de Emissão, nos mesmos períodos acima indicados, e, consequentemente, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão; **(iv)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para a realização, pela Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field") de eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral de direitos do *Facility Agreement*, celebrado em 14/07/23 entre Atlanta Field, na qualidade de credora, e a AFPS B.V., na qualidade de devedora ("Estruturação"), até 31/12/27, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xiv) e (xxv), incluindo, mas não se limitando, ao disposto no Anexo VII da Escritura de Emissão, desde que, no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/24 ou por, no mínimo, 4 meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último, a ser comprovado por meio de declaração da Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 Dias Úteis contados da data de realização da Estruturação; **(v)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, para estruturação de operações de recompra de ações da Emissora, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.1.1, item (x) da Escritura de Emissão, desde que cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois da efetiva recompra, seja e permaneça, após efetiva recompra, menor ou igual a 2,50x; e **(vi)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para que sejam computados, no cálculo do EBITDAX constante do Anexo II da Escritura de Emissão, até 31/12/27, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários, nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156, de 23/06/22, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 5.4.1, 6.1.1, itens (ii) e (x) e 6.2.1, itens (v), (xv), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral dos itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (*waiver fee*) aos Debenturistas em percentual mínimo de 0,25%, a ser calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na data da Assembleia (Valor Nominal Atualizado acrescido da Remuneração até a data de cálculo). Adicionalmente, a Emissora desde já se compromete a realizar, em conjunto com o Agente Fiduciário e em até 20 dias úteis contados da data de realização da Assembleia ou da ocorrência de cada um dos eventos descritos na ordem do dia acima, conforme o caso, todos os atos e a celebrar quaisquer instrumentos que se façam necessários para a implementação das deliberações deste Edital, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura de Emissão"). Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, pelo menos, 50% das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número das Debêntures em Circulação da respectiva série. Ainda, fica registrado, para fins de esclarecimento, que as Ordens do Dia deverão ser aprovadas por Titulares que representem, no mínimo, (i) 50% mais 1 das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% das Debêntures em Circulação da Primeira Série; e (ii) 2/3 das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, para aprovar a concessão de anuência prévia (*waiver*) e, consequentemente, a não declaração de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou da Segunda Série, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio de plataforma digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, com suporte do Agente Fiduciário, àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio, dos seguintes documentos para a Emissora (e-mail AGD2024@enauta.com.br) e para o Agente Fiduciário (e-mail enauta@vortx.com.br), impreterivelmente em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGD: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do Art. 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no Art. 654, §1º e §2º, da Lei 10.406, de 10/01/02, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. De forma alternativa e complementar, o Agente Fiduciário disponibilizará Plataforma Digital para viabilizar a votação à distância por parte dos Debenturistas na AGD. Maiores informações sobre sua utilização poderão ser consultadas na Proposta de Administração, disponibilizada no site da Emissora e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 minutos de antecedência. A Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 minutos de antecedência. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio dos endereços de e-mail acima indicados, com até 12 horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário.Nos termos do Art. 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação na AGD, por meio de plataforma digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora nos termos do Anexo I à Proposta da Administração, disponível em seu website https://ri.enauta.com.br/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos acima indicados, impreterivelmente, em até 2 dias úteis antes da realização da Assembleia. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, para os endereços de e-mail acima mencionados, (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "*O Titular declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/22 – Pronunciamento Técnico CPC 05, no Art. 115 §1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável.*" A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no Art. 71, §4º, II, da Resolução CVM 81. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGD aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.enauta.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 12/07/24. Sr. Mateus Tessler - **Presidente do Conselho de Administração.**

CIDADE DE SÃO PAULO — DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 012/SMDHC/2024**- (compras.gov nº 90012/2024) - Processo SEI nº **6074.2023/0006553-0** - Objeto: **Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, visando à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos na sede e nas unidades afeitas à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC.** Data/hora da sessão pública: **05/08/2024** às 10:00 horas. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas através da Internet pelo site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio (opção negócios) - UASG nº **925062.**

INÊS 249

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 220 LOTES - DIA: 17/07/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 17/07/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: CHASSIS: 98MHS7005J4A60813 - 9BWAA05W3BP032844 - 9BHBG51CAEP286631 - 936CLNFNYEB000484 - 8AWPB05Z59A303159 - 9BGXL80005C288211 - 9BWAA05U4BT157485 - 8AD3DRFJRAG008936 - 9C2KC2200NR164793 - 9C2KC2200RR503982 - 93Y5SRF84LJ918350 - 9BD358A4NLYK16999 - 93Y5SRZ85LJ285263 - 9BD341A8CJY499810 - 93YRBB003LJ004300 - 93HGK5840FZ233025 - 9BGSU19F0BB262147 - 9BD19515ZG0731627 - 935FCKFVYCB588536 - 9BD19515ZG0722192 - 93YBSR6RHCJ327548 - 8AGSU19F0FR139122 - 9362MN6A09B008155 - 9BWAA45U4FP053990 - 9BFZF10A888269872 - 8A1LZBW2TEL889621 - 9BGSA19X06B133724 - 9BWAA05Z2D4080284 - 935FLKFV88B556216 - 9BWAB45U8DP226520 - 93YLSR1TH8J955685 - 9BD15802786022384 - 9BWAB09N7BP018282 - 9BGXL75G07C110345 - 9BD15822786146166 - 9BWDA05U1AT066816 - 9BFZF10B968451618 - 9BGTT75B03C104984 - 9BGKR48B0EG270014 - 9BFZF55A198377977 - 93YRBB006RJ824136 - 99KPCKBYJNM711691 - 9BWAA05U69P077656 - 3GNCJ8CZ7JL410955 - 9362AKFW96B029469 - 9BWAA45ZXD4183492 - 9BGKS48G0GG169142 - 8AFSZZFFCEJ209923 - 9BWKB05Z484085560 - 935SUN6AYBB571528 - 8AFFZZFFC9J299908 - 8BCLCRFJYDG504510 - 9BWAG4122HT505741 - 9C2KC2200NR156568 - 9C2KC2200NR270453 - 9C6RG3850R0055331 - 9C2KC2500RR036040 - 9C2PC4820RR000170 - 935CHRFN26B501336 - 93Y5SRF84JJ196217 - 9BD195102C0194827 - 9BWDG45U3LT058371 - 3CZRE28709G501159 - 8A1BB8B059L145135 - 9BFZF55P6A8481955 - 9BWAA05U4BT106066 - 9BD196271C2021225 - 9BD578241E7755999 - 9BWAB45Z7D4100145 - 9BGTD75W08C162411 - 9362AKFWXAB015445 - 9BWAA05W0AP049518 - 3FAHP08Z77R204165 - 9BGRM69X0BG150778 - 8A1BB8215EL804989 - 9BFZK53A1BB224197 - 8AGSN19908R114041 - 9BGPB68M0CB344218 - 9BWLB05UXBP049547 - 9BD27808322365577 - 9BG138HF0AC411039 - 9BD27804632386546 - 3N1BC1AD5CK206048 - 9BD15802AC6573279 - 935FCKFV88B544530 - 9BWAA05W09T085308 - 9BHBG51CAKP918531 - 9BWCA05W18P104013 - 9BFZK03A99B043233 - 935CHRFN25B514607 - 9BGSA19907B232721 - 9BFZE16P288884268 - 3FAHP08Z97R127427 - 9BWCB05X35P126225 - 3GNALKE74AS552728 - 8AWPB45Z5DA505483 - 9BD17164LC5791491 - 8BCLDRFJ28G536203 - 93YBB0Y056J715691 - 8AP17206LB2174727 - 9BWAA05Z0A4074107 - 9BGXH75P0AC103210 - 9BD17164G72911644 - 93HFA66807Z204878 - 8A1BB8B059L105855 - 8BCLCN6BYBG531322 - 9BFZF55A5E8023681 - 9BD197163D3064381 - 9BGSA19908B231707 - 8AFUZZFHCAJ318481 - 9BGRP48F0DG158833 - 9BD17164G85104849 - 9BWKB05Z454050559 - 93YBSR6GH9J281813 - 9BWJB09N95P023312 - 9BD17206G83375233 - 9BWCA05W58T147762 - 9BGTR69W07B174117 - 9C2KD1000GR021614 - 9BWYW82768R836161 - 9BGXH19607C134456 - 9BD195102E0611570 - 9BFZF54P6E8022920 - 9BD19713NJ3337856 - 9BFZK53A5CB367560 - 8A1BB8215GL757733 - 9BWDA05U5CT007593 - 9BGPB69M0DB178703 - 9BWAA05W9DP088127 - 9BFZF55A7D8400171 - 93YRBB008JJ011949 - 9BWAA05U2AT013352 - 9BWAB05U39T142225 - 9BGAV48W08B207148 - 9BHBG41CAJP842116 - 9BD17140A62631600 - 93YBSR8VNDJ448831 - 9BD19241X43020433 - 9BD27803A87091575 - 9BWKB05W59P117454 - 93HGM6650FZ132291 - 8AFTZZFHCBJ389836 - 9BWAC03XX1P010442 - 935CHN6A49B516059 - 8AP17202LB2182495 - 9BGSA1910AB134505 - 9BFZD55P1JB603789 - 9BWCA05X73T008041 - 935FCKFV87B521940 - 9BFZH55L1L8422287 - VF7UARFJ29J005739 - 9BWJB09N86P022198 - 93YLB26256J628280 - 935FCKFVYAB511427 - 9BWGF07X28P018136 - 9BD17103742411119 - 9BFZK03AX9B018132REM - 9C2KC2500NR073691 - 9C2KC2210NR044476 - 93HFB2630FZ223805 - 9BWDH5BZ4JP078251 - 9BGCA8030HB113012 - 93HFA6530AZ204309 - 9EP071020D1003623 - 9EP070820D1003624 - 9A9V0952092AD9548 - 94BF1543MNR060859 - 95TF1543NNS105765 - 93YMAF4XEMJ784433 - 9C2KC2200PR219431 - 9C6RH1150R0025824 - 9C6KG0570J0016847 - 9C2KC2200PR308123 - 9C2NF0600GR000190 - 9C2JC7000RR030799 - 9BGEB48A0MG161335 - 9BFZD55P7KB627368 - 9BGTW75W09C112145 - 9BHCN51AAPP383296 - 9BGJP7520LB122511 - KNAKU811BB5085261 - 93HGK5860FZ207955 - 9BFZH54L1H8432942 - 93HRV2850LK143623 - 9BD119409B1073992 - 9BFZK53A7CB389947 - 8AJFZ22G6A5014378 - 9BD197134E3177288 - 9C2MD4100GR004580 - 9BD15802774921604 - 3C4PDCFG4FT640975 - 3CZRE1830AG508034 - 9BWAH5BZ4KP570265 - 9BD27803MC7486393 - 9BD2651MHM9179780 - 98822611BMKD81849 - 93HGD17405Z103131 - 9BHBG41BAJP840605 - 935FCKFV86B729895 - 9BFZF26PX78219538 - JF1GE7LS5BG019484 - 9BD17164G72954545 - 3CZRE18308G504172 - 8AD3CRFJNCG020259 - 9BRBB42E6B5148350 - 3VWDJ2161DM034669REM - 9BGRP69X0CG205733 - 8BCLCRFJVDG525476 - 9BG148MK0HC419461 - 9C6RG3160N0035482 - 9C2PC4820JR000433.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

megaleilões GESTOR JUDICIAL

2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central/SP

EDITAL DE LEILÃO ÚNICO dos bens dos Falidos **BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.136.254/0001-99, **CRUZEIRO DO SUL HOLDING FINANCEIRA S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.225.116/0001-70, **CRUZEIRO DO SUL S.A. CORRETORA DE VALORES E MERCADORIAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.169.504/0001-90, **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.382.908/0001-64, **CRUZEIRO DO SUL S.A. COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.227.606/0001-40, **na pessoa do Administrador Judicial LASPRO CONSULTORES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.223.371/0001-15; **bem como da administradora do fundo SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A; o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO na pessoa do seu Procurador; e da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO na pessoa do seu Procurador**. O **Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central/SP, na forma da lei, **FAZ SABER** a todos quanto o presente Edital de Leilão Único do bem, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Falência de Empresários, Sociedades Empresárias, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte,** ajuizada por **BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A e outros - processo nº 1071548-40.2015.8.26.0100 – controle nº 232/2015,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive a descrição detalhada do bem a ser apregoado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO E PRESENCIAL**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **Leilão Único** terá início no **dia 26/07/2024 às 14:00 h** e se encerrará **dia 12/08/2024 às 14:00 h**, **onde serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor de R$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais), valor este que constou na proposta apresentada pela empresa B6 ASSIGNEE ASSETS LTDA às fls. 57.855 dos autos e que será utilizado como valor base, conforme r. decisão de fls. 62.998/63.012. DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. Cumpre informar que cabe ao Leiloeiro a definição de critérios para participação do leilão, com o objetivo de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances, nos termos do art. 14 da Resolução nº 236/2016 do CNJ. **DOS LANCES** - Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pela rede de internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br, ou de viva voz no dia do encerramento do leilão a partir **das 13:00 horas** no Auditório localizado na Alameda Santos nº 787 – 13º andar – conjunto 132 – Jardim Paulista – São Paulo/SP, em igualdade de condições. **DO PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO -** O arrematante deverá depositar 10% (dez por cento) do valor da arrematação no prazo de 24h (vinte e quatro horas) do encerramento do leilão para garantia do Juízo e a quitação do preço remanescente do valor da arrematação, ou seja, 90% (noventa por cento), deverá ocorrer em 48h (quarenta e oito horas) após a intimação do despacho de deferimento do lance pelo Juízo responsável. No caso de indeferimento do lance, o valor depositado poderá ser levantando integralmente pelo arrematante. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma, ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. **DA COMISSÃO** - O arrematante deverá pagar a comissão ao Leiloeiro Oficial no prazo de 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de Depósito ou Boleto bancário, cujos dados serão enviados por e-mail., o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação dos bens. A comissão devida ao Leiloeiro Oficial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br**. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. As demais condições obedecerão ao que dispõe o Decreto-Lei 7.661/45, o Provimento CSM nº 1625/2009, a Resolução nº 236/2016 do CNJ e, no que couber, o CPC e o caput do artigo 335, do CP. **RELAÇÃO DO BEM: Direitos da Massa Falida ao crédito correspondente a 9,25 (nove vírgula vinte e cinco) Cotas do IAA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO – PADRONIZADOS**, decorrente de Ação Indenizatória, processo nº 0001936-32.1990.4.01.3400, cuja liquidação de sentença tramita sob o nº 0026103-20.2007.4.01.3400, perante a 09ª Vara Federal de Brasília/DF. **Valor da Avaliação do crédito: R$ 41.809.086,82 (quarenta e um milhões, oitocentos e nove mil, oitenta e seis reais e oitenta e dois centavos)**, -atualizado em outubro de 2022, conforme **demonstrativo juntado às fls. 53.284** do processo em questão. **Observação:** Consta decisão judicial proferida as fls. 23.406/23.411 nos autos da Falência em questão, determinando a exclusão da Massa Falida do Fundo IAA, ficando a cargo do arrematante o cumprimento ou não da decisão judicial, bem como sua habilitação nas ações judiciais envolvendo o crédito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. São Paulo, 13 de junho de 2024. Eu, diretora/escrivã, conferi e subscrevi. **Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho - Juiz de Direito.**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br